

Edna Castro

ciudades amazônicas

 **NAEA**
EDITORA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

EDITORA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins

Albano Rita Gomes

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

Edna Castro

ciudades
amazônicas

Belém • NAEA
2024

Texto revisado conforme as regras do novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa.

EDITORAÇÃO

Ione Sena

CAPA

Márcio Novelino

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

C355c Castro, Edna
Cidades amazônicas [recurso eletrônico] / Edna Castro. — Belém:
NAEA, 2024.
1 recurso online (255 p.)

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>
Inclui bibliografias
ISBN: 978-85-7143-227-7

1. Cidades e vilas – Amazônia – Condições sociais. 2. Urbanização –
Amazônia. 3. Amazônia – Condições rurais. 4. Desenvolvimento de
recursos hídricos – Amazônia. I. Título.

CDD 23. ed. – 307.709811

Elaborado por Ruthane Saraiva da Silva – CRB-2/1128

Sumário

7	INTRODUÇÃO
15	CAPÍTULO 1 Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas
41	CAPÍTULO 2 O outro silenciado nas cidades amazônicas: os quilombos de Bujaru e Santana entre rios e igarapés
71	CAPÍTULO 3 Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens
107	CAPÍTULO 4 Grupo suéz em Manaus, privatização dos serviços de água e impactos sobre as mulheres
179	CAPÍTULO 5 Água e livre comércio: diretrizes da OMC e de outras Agências Multilaterais
199	CAPÍTULO 6 Cidades e dinâmicas políticas em fronteiras latinoamericanas e caribenhas
229	CAPÍTULO 7 Simbologia do rural-urbano em Altamira: políticas, mediações e identidades

Introdução

Este livro reúne textos publicados em momentos diferentes e em diversos veículos de difusão, todos resultantes de pesquisas realizadas no âmbito da Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, da Universidade Federal do Pará, de minha autoria, com exceção do Capítulo 7, Simbologia do rural-urbano em Altamira: políticas, mediações e identidades, em co-autoria com Sara Alonso. O interesse central das problemáticas de pesquisas era o entendimento de como as relações sociais se configuravam nas pequenas e grandes cidades amazônicas, considerando a história da ocupação, a composição de classes, raças e etnias e os modos de viver com a natureza.

Essas três dimensões foram incorporadas como referências metodológicas nas pesquisas que contaram com o apoio do CNPq e da FAPESPA. Mostram como as cidades foram vistas, algumas vezes a partir de áreas rurais, ou de comunidades quilombolas, como nos estudos sobre o quilombo de Abacatal que poderia ser identificado como um bairro de Ananindeua, digamos, um bairro rural, mas não é o caso pois se trata de uma singularidade que tem a ver com várias dimensões: da memória da escravidão, das subjetividades e da cultura de pertencimento. Em grandes linhas nos parece necessário incluir, ou pelo menos problematizar, as relações urbano-rural, a dinâmica da ocupação, os tipos de uso do território e as demandas de intervenção a partir de políticas públicas de democratização do uso do espaço urbano na cidade. Significa pensar em categorias mais contextualizadas com a realidade social do lugar, e com a sua história particular.

Talvez justamente por falta de um olhar mais inclusivo sobre ao fenômeno urbano e a diversidade de tipos de agregação e pertencimento social, alguns autores concluíam erroneamente, que na Amazônia, excetuando as grandes e talvez as médias cidades, e reconhecer que não há uma real malha urbana que interligue cidades em escalas diferentes. A questão posta neste livro, é outra na medida que procura entender os lugares de pertencimento, e os espaços interconectados do urbano-rural-étnico que conformaram grande

parte do povoamento da Amazônia. Cabe ressaltar que há um campo dos estudos urbanos altamente qualificado, com teorizações importantes sobre os processos de urbanização e a constituição de redes de interação utilizam de análises complexas sobre os fluxos sócio-econômicos, demográficos, e culturais entre outros. E também sobre os espaços de interação tanto intra-urbanos, peri-urbanos quanto inter-cidades inclusive na dinâmica do mercado mundial.

O não reconhecimento dessas singularidades dos lugares pode ter consequências nas demandas por direitos e “serviços urbanos” que se originam em aglomerados de escalas menores, não contempladas nas agendas de políticas públicas e mesmo de organizações que realizam mediação e intervenção. Certamente escapa também uma percepção a partir de contextos culturais, de identidades e subjetividades subjacentes a esses aglomerados que podem ser pequenas e médias cidades, povoados, vilas e aldeias, considerando o rural e o urbano enquanto territórios com afinidades histórica e cultural e por isso precisando ser entendidos para além de binarismos (rural e urbano) e de modelos formais de gestão.

Alguns dos resultados quanto a experimentações metodológicas foram expostos em trabalhos já publicados (Alonso, Castro: 2018) tendo apresentados e produzido uma tipologia de cidades amazônicas: cidades Estuarinas; cidades e/ou vilas nos eixos rodoviários; cidades transfronteiriças; cidades originárias de grandes projetos minerais, hidrelétricos e madeireiros; aglomerações indígenas (aldeias), quilombolas (povoados), vilas de pescadores e assentamentos da pequena produção familiar.

Tal perspectiva ressalta a diversidade social e cultural, as formas e os processos de uso do território e dos seus recursos e o seu relacionamento com a paisagem. Uma análise que contempla também o entendimento dos processos de fragmentação urbana e das dinâmicas territoriais; a análise de classes retratada na desigualdades social estampada nos bairros periféricos; a compreensão sobre escalas diferentes dessas aglomerações, desde pequenas, médias e grandes cidades e sua conformação de bairros, mas também as vilas, povoados e aldeias, uma extensão de mão dupla e de um vai-e-vem constante de mercadorias e de trânsito de pessoas e famílias.

Em Belém e Manaus, como também muitas outras cidades ribeirinhas, formaram-se na relação com o mundo aquático e florestal, com fauna e flora tão diversas. Junto com dezenas de pequenas cidades de seu entorno. O maior adensamento demográfico de toda a Região Amazônica está no entorno de Belém. Os municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB) comportam mais de 2 milhões de habitantes, um subespaço com altas taxas demográficas, além da maior concentração de indústrias com base nos recursos regionais (madeira, pescado, minério, alimentos, entre outros) e de serviços. Nas últimas décadas ocorreram mudanças no sistema de transporte, de portos e de comunicação muito expressivo sobretudo para dinamizar dezenas de cidades e vilas situadas nas áreas estuarinas, ocupando as margens de rios ou mesmo de igarapés e estendendo-se em direção às terras interiores e à costa paraense, nas regiões Bragantina, do Salgado e Guajarina. Trata-se de um *continuum* de aglomerações urbanas, na maior parte de pequeno porte, mas que são importantes pelas intensas redes de trocas econômicas, culturais e sociais que se produzem no tempo e se espalham, por larga extensão, através do emaranhado de cursos de água que conformam essas bacias hidrográficas organizadas a partir da referência principal que é o rio Amazonas.

De certa forma, as cidades amazônicas tem sua história escrita pelos personagens que a religam a uma diversidade de espaços onde vivem, trabalham e produzem diversos grupos sociais. Os seus pequenos portos espalhados e contornando essa quase península que desenha sua orla, abrigam um sem número de trabalhadores chegados das ilhas ou de lugares entre rios e furos, em suas proximidades. Ou ainda viajantes vindos de lugares mais distantes, descendo os rios e seus afluentes em direção à capital. Portos e trapiches de madeira se projetam no rio como longas palafitas, sobrepondo-se à várzea. Esse é o retrato da cidade vista pelas águas, com grandes arranha-céus e igrejas coloniais desenhadas ao fundo. Dalcídio Jurandir observa o movimento do Ver-o-Peso, com sua tradição de mercado onde se vende uma enorme variedade de produtos trazidos do estuário “onde os canoeiros comem a piramutaba mais gostosa do mundo”. O Ver-o-Peso, para ele, “sem pintura nem literatura”, é a síntese e o encontro da cidade com o seu entorno, ele é

‘sujo, alegre de canoeiros, trançado de mastros. Ver-o-Peso tem na sua lama e nas velas que se levantam para o sol a história áspera e obscura dos barqueiros paraenses e o misterioso poder de todo o inesperado encanto de Belém (apud MARANHÃO, 2000, p. 287).

Outrora habitada por índios Tupinambás, Belém foi um porto comercial e local de referência para as outras cidades, vilas, povoados e sítios do *interland* amazônico, particularmente da Amazônia oriental e central. Entre ela e essas unidades sociais do interior, nexos sociais e simbólicos são também responsáveis pelas relações sociais que fazem seu tecido social. Estas relações são legitimadas pelas trocas comerciais, pelo parentesco que une famílias bilateralmente (da capital e do interior), pela presença nas festas religiosas, cívicas e populares tais como procissões, paradas militares e carnaval, respectivamente. Estes fatores contribuem fortemente para o status de *lugar central* em termos de espaço em relação a outras cidades, de recursos patrimoniais, e de centro de recepção e irradiação de comunicação, valores socioculturais, econômicos e políticos. d

A temática da água passou a ter maior relevância nos estudos na área das ciências sociais, na perspectiva de entender as conseqüência dos processos de mudança nos territórios, a partir sobretudo das últimas três décadas. No plano mundial a problemática da água nomeada na linguagem técnica de “recursos hídricos”, passou a ser pauta de discussão de reuniões multilaterais de chefes de governo com o propósito de estabelecer inovações normativas para a regulação do uso e acesso à água em escalas nacional e internacional” (Martins.2013). Houve uma ressignificação da água que passaria crescentemente a ser entendida, e catalogada, como recurso ou capital natural, e ser vista como categoria de identificação dos recursos para fins econômicos, e de seu aproveitamento e geração de lucro, submetido a avaliação da racionalidade, da eficiência e da produtividade. E em busca de eficiência de sistemas produtivos.

Os debates ocorridos no meio empresarial, estimulado pela Organização Mundial do Comercio/OMC, reafirmavam no início do século XXI, o aumento dos interesses pela exploração de territórios de água, e da água em si como recursos natural. Estimava-se algumas estratégias e ações que seriam

implementadas em pouco tempo com o objetivo de definir um novo modelo de gestão das águas. Entre esses objetivos estava o de controlar, com eficiência, o *mercado de água* e sua comercialização em escalas de valor. O mundo tem sérios problemas de escassez de água potável, com estresse hídrico evidente em inúmeros países sobretudo da África e do Oriente Médio. Mas as mudanças climáticas tem evidenciando inúmeros pontos críticos no planeta.

No entanto, no debate local, tem ainda pouco peso o acompanhamento das negociações que vem sendo levadas pelo GATS e pela Organização Mundial de Comércio/OMC face à privatização do setor serviços, onde pretendem incluir a água, se esta proposta conseguir entrar na completa regulação da OMC, como pretendia o *lobby* das agências multilaterais e de corporações do setor água. Na atual conjuntura, a construção de uma hidrelétrica pode representar uma forma de apropriação privada pelo menos de trechos do rio para fins de mercado. E, paralelamente à venda de energia, outros serviços podem ser trazidos, gerando uma série de empreendimentos de serviços de água com geração de valor para o mercado globalizado (FEARNSIDE, 2001; MAGALHÃES, BRITTO, CASTRO, 1996) . Ainda que a economia necessite ampliar seus círculos de capital, essa questão está posta pelo rumo das negociações e acordos internacionais com base no conceito da água como bem econômico. Leff (1995) destaca a necessidade de receber a articulação entre *sociedade* e *natureza* para se conseguir a compreensão dos processos ecológicos como integrantes da história social.

A Constituição Brasileira de 1988 reiterou o conceito de domínio público da água, preservando portanto os direitos e garantias anteriores. Mas permaneceu a noção de valor econômico associada a de recurso natural, e reitera a cobrança por seu uso enquanto serviço.

Há vários caminho para interpretações desses processos, por parte da sociologia, ou das ciências sociais sobre a dinâmica da mercantilização dos recursos hídricos e considerando a expansão das estratégias de mercantilização da água não só no Brasil com nas sociedades latino-americanas. É importantes apresentar uma crítica conceitual à compreensão desses processos de mudança

territorial que tem se mostrado na relação com a água. Em especial, um interesse para entender o uso de instrumentos de política econômica da concepção da política de águas no Brasil.

Nessa perspectiva crítica à economia ambiental de valoração que é com forte viés reducionista, são questionados (Leff, 2003) a falta de interpretação da história, da diversidade de situações, da relação sociedade-natureza (Martins, 2004; Altvater, 1995) e do entendimento da economia como dimensão da sociedade (Polanyi, 1988; Alier e Schlupmann, 1993). Caberia construir um enfoque que contemple o diálogo com a ecologia política da água e uma antropologia dos saberes sobre a água em sistemas complexos e multiculturais como as áreas a serem estudada na pan-amazonia. Em outros termos a crítica as crenças no desenvolvimento a partir do entendimento das disposições do agente econômico que fundam a ilusão da universalidade a-histórica das categorias e conceitos utilizados (Martins, 2013; Bourdieu, 2003).

Outro tema co-relacionado diz respeito à análise dos impactos produzidos pelas usinas hidrelétricas estabelecidas em várias cidades amazônicas - Tucuruí, Altamira, Porto Velho, Balbina, Palmas, Marabá, Santana – e as repercussões globais têm ficado cada vez mais evidentes na literatura sobretudo a respeito das necessidades impostas pelas mudanças climáticas para realizar a transição do modelo energético. Um estudo concluído em 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, com o apoio do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas e da União Internacional para Conservação da Natureza, reunindo especialistas de 42 países, depois de analisar mais de mil empreendimentos de usinas hidrelétricas, recomendou que se tenha *extrema prudência* nessa área. Em um século, construíram-se barragens em 60% dos rios no mundo. Foram mais de 45 mil barragens, considerando apenas as que têm mais de 15 metros de altura ou mais de 3 milhões de metros cúbicos de água represados. Um dos impactos sociais apontado foi o grande deslocamento forçado. Em torno de 60 milhões de pessoas foram deslocadas pelos empreendimentos.

As agências de desenvolvimento e os setores de mercado, de abrangência global, têm produzido documentos que revelam novos cálculos econômicos

referidos aos usos mercantis dos rios dentro de uma perspectiva que considera a água um bem econômico, sujeita à regulação e à dinâmica do mercado. E ainda considerada, pelas agências multilaterais e pelo mercado, como uma fronteira econômica para o capital.

As hidrovias têm sido incorporadas, crescentemente, nos planos de integração continental, tendo a pan-amazônia como referência. Mas certamente o interesse maior está no potencial que diz respeito à geração de energia. Conforme planos alimentados por governos anteriores e prospectados para o ano de 2020, estava prevista a construção de cinquenta hidrelétricas grandes e médias nos rios da Amazônia, o que representaria um dos maiores impactos sociais e ambientais que a região pode vir a sofrer.

Nos anos 1970, alguns estudos realizados sobre as políticas públicas na Amazônia apontavam problemas ambientais que poderiam ocorrer em função de um modelo de desenvolvimento que ignorava uma percepção integrada das relações sociedade e natureza. Mas foi preciso transcórrer algumas décadas para que os efeitos dessas políticas pudessem ser percebidos e se tornassem um problema posto no debate nacional. As análises centralizaram-se, inicialmente, no entendimento dos efeitos da abertura da fronteira de recursos com os programas de incentivos à colonização, à migração e à expansão pecuária. As taxas de desmatamento permanecem de difícil solução. E os resultados confirmaram o que já se sabia, a perda de riquezas naturais em troca de quase nada do ponto de vista de um desenvolvimento regional. Um exemplo marcante é o desaparecimento de espécies de madeira nobre que foram retiradas e exportadas em toras até sua exaustão completa. Muitas espécies desaparecem como virola, pau amarelo e mogno, ou destruídas pelo fogo. E com elas animais que foram igualmente sacrificados na mata em chamas.

Assim, a produção de energia na Amazônia e no restante do país, se constitui em um problema formado por um conjunto de ações da sociedade visando o crescimento econômico, e produziu, ao longo do tempo, vários efeitos oriundos de uma tensão entre mercado/governo e movimentos sociais/comunidades locais diretamente atingidas pela construção de mega hidrelétricas.

Tem havido também, por outro lado, a ampliação dos círculos de atuação de movimentos mundiais que apresentam à sociedade argumentos sustentados por aqueles que defendem a construção de grandes barragens como solução energética, no presente. Têm sido explicitadas as razões para contestar esses empreendimentos que, pela natureza dos investimentos e dos interesses em jogo, alteram o modo de vida de milhares de pessoas no planeta, e são eficazes para as grandes cadeias produtoras de *commodities* minerais e agrícolas.

Este livro traz uma síntese reflexiva sobre o urbano na Amazônia, essa região tomada pelo saque capitalismo, pelas elites nacionais beneficiadas na ditadura militar de 1964 com a abertura de grandes portas de acesso à floresta e aos rios. Alguns desses movimentos foram mostrados nos livros *Cidades da Floresta* (Castro, 2009), *Belém de Águas e Ilhas* (Castro, 2006) e debatidos em inúmeros seminários sobre as cidades amazônicas que realizamos no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, na UFPA. Foram importantes os aportes recebidos de várias agências, desde o Projeto Megam (FINEP e F.FORD) aos estudos de mapeamento de comunidades negras rurais no estado do Pará (Raízes/Governo do Pará; CNPq.), aos quais agradeço pelo incentivo.

Fico muito sensível e grata pelas parcerias com colegas, discentes e técnicos com os quais compartilhei tantas viagens de campo, longas ou curtas, e com os atores locais que abriram seus espaços de vida para escutar as nossas perguntas e conversas, uma acolhida nos espaços de quilombos, bairros, comunidades camponesas, Igrejas, Sindicatos, órgãos públicos, em diversas instâncias e escalas. Uma trajetória de trabalho, mas também de afetos, de laços estabelecidos, pois a pesquisa pública não é uma dimensão adstrita ao pensar, mas ao sentir-pensar, e agir. E por isso sempre desejava voltar aos lugares mesmo concluídas as pesquisas, desejo quase nunca realizado. Com este livro reunindo textos antes dispersos em outras publicações, esperamos contribuir para o debate atual sobre um tema de maior relevância que é a singularidade e a diversidade do mundo na Amazônia.

Capítulo 1

Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas

Introdução

Apesar do inegável aumento das pesquisas em ciências sociais sobre a Amazônia, são ainda insuficientes os resultados para dar conta de sua complexidade. Nos estudos clássicos sobre a formação econômica e social brasileira (FURTADO, 1963; OLIVEIRA, 1972) tem sido destacado o papel da agricultura na formação das cidades no Brasil e da industrialização no processo de urbanização. Tem sido igualmente ressaltada a importância da economia extrativa da borracha no povoamento, no fortalecimento de redes de cidades e no processo de urbanização da Amazônia. A fronteira aberta nos anos 1970 e seguintes do século XX permitiu construir um segundo modelo de povoamento e urbanização centrado nos fluxos econômicos – públicos e privados – e migratórios nessa região. No entanto, encontramos lacunas na formulação de balanços teóricos mais abrangentes que busquem entender as regularidades, as continuidades, as estruturas e as singularidades do fenômeno urbano na Amazônia. Trabalhos de Becker (1998), Coy (1992) Machado (1987), Browder & Godfrey (1997) e Sawyer, (2001) trazem contribuições pioneiras e ao mesmo tempo ainda atuais sobre a urbanização na Amazônia.

As análises mais convencionais sempre associaram as grandes cidades a demandas urbanas por bens, serviços e empregos ou examinaram o fenômeno da urbanização com base na dinâmica demográfica. Embora não numerosos, encontra-se estudos sobre o universo do simbólico, enquanto espaço vivido na experiência cotidiana (LEFEBVE, 1974) contribuições sobretudo vindas

da antropologia e da sociologia. Muitas contribuições ao entendimento do urbano partem de estudos no cruzamentos de temas. Dentre eles identificam-se trabalhos sobre o planejamento urbano, processos de trabalho; mercado de trabalho, relação campo x cidade, economia regional; pobreza; grupos étnicos na cidade; cidades novas e mais recentemente estudos para fins de elaboração de planos diretores; e muitos estudos de caso sobre povoados bairros e cidades.

Neste artigo exploramos o processo de urbanização para além da fronteira, como um fenômeno mais geral que abrange o espaço amazônico atravessando os limites políticos com os países vizinhos, incluindo povoados, aldeias, vilas e cidades. A perspectiva é de entender esse espaço como interligado o que explicaria a natureza do crescimento urbano. A perspectiva adotada procurou focalizar a compreensão da realidade urbana, incorporando-se à análise os sujeitos sociais que fazem a cidade, que lutam em posições de classe diferentes no seu cotidiano e que são os artífices da apropriação e da produção do espaço, da construção de direitos à cidade e da possibilidade de construir diferentes tipos de cidades segundo os valores e as singularidades dos indivíduos e grupos sociais que a compõem (HARVEY, 1991). Enfim, da ação dos sujeitos em transformá-la. A cidade na relação com o rural, no seu contexto regional como mostra Santos(1982, p.12) é uma perspectiva ainda atual na análise sobre a Amazônia e se configura como um paradigma da interpretação do fenômeno urbano.

Finalmente, o enfoque histórico enquanto narrativa sobre as diferenças, rupturas e continuidades que se dão no tempo, impõe-se como fundamental na interpretação social. E ainda, traçar um caminho de interpretação sobre a cidade que procure dar conta das subjetividades, racionalidades e sentidos da ação (WEBER, 1974.). Este enfoque analítico visa ultrapassar esquemas clássicos, que lêem a realidade urbana da Amazônia com base nas categorias mais gerais formuladas na reflexão teórica das ciências sociais. Permanece o esforço de compreender as lógicas que estruturam as regularidades, com particular atenção à economia que é o campo dominante.

Conhecimento e cidades na Amazônia

Diferentes interpretações do povoamento da Amazônia nos últimos 40 anos têm sido esboçadas em vários trabalhos. Relações entre capital e trabalho, novas configurações de poder e de conflitos, formação de elites, a experiência social de segmentos bastante diversos de trabalhadores e identidades sociais são temas que fazem parte, de um lado, de estudos que tratam ângulos diferentes da problemática urbana e, de outro, da pauta de discussões e encaminhamentos de movimentos sociais urbanos que buscam, de sua parte, também interpretar os processos de urbanização na Amazônia e a relação entre desenvolvimento capitalista e a precarização dos direitos à cidade.

É necessário certamente também entender as lógicas, as instituições e os processos que determinam o mundo real e sobre o qual esses temas se referem. O debate intenso, da última metade do século passado, sobre a teoria marxista e as categorias de interpretação da realidade por ela consagradas orientou o entendimento dialético de processos ligados às lógicas da acumulação e da concentração do capital, como também o papel da relação trabalho-capital numa sociedade em que o trabalho assalariado sofreu um grande impacto como estruturador das relações sociais. O mundo enfrenta outros e novos problemas, mas as lógicas que presidem a divisão internacional do trabalho e o acesso aos benefícios do desenvolvimento permanecem e influenciam modelos de ação e, conseqüentemente, a realidade das cidades. Questões portanto importantes para o entendimento das cidades da Amazônia. A associação da industrialização e da urbanização, própria do modelo de urbanização na Europa, mostrado em seus estudos sobre o fenômeno urbano, e também um padrão ocorrido no Brasil em regiões que se industrializaram dos anos 1950 em diante não pode servir de fundamento de esquemas analíticos aplicáveis às cidades da Amazônia em função de várias características relativas às dinâmicas sócioeconômicas e demográfica da região e à informalidade dos processos de trabalho, levando a população a ter uma padrão de espacialidade menos concentrado. A urbanização expressa outras interfaces históricas nem sempre contempladas nas pesquisas.

As cidades expressam por excelência, na sociedade moderna, os processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho que aprofundam e atualizam as contradições entre capital e trabalho. A cidade é o espaço mais visível e concentrado das diferenças de classe e das contradições sociais, como nos mostra Lefebvre (1974). Essa percepção das contradições sociais ilumina certamente o entendimento das relações mais amplas entre sociedade e mercado, na perspectiva macro e interesalar, mas exige um esforço teórico de tradução, no sentido da construção de mediações teóricas aplicáveis à análise de cidades integradas ao mercado e às relações de trabalho assalariadas. A dificuldade é incorporar à análise as condições da informalidade econômica (legal, ilegal) e social e a composição étnico-social grande impacto na cultura das cidades amazônicas (ALONSO, CASTRO, 2006). Muitas pequenas cidades amazônicas são indígenas, na composição demográfica, cultura e línguas, tem questões urbanas que emanam desse universo cultural. São igualmente inúmeros os povoados quilombolas, ou comunidades, com temas urbanos e demandas de direitos aos bens e serviços até antes considerados *urbanos*. Essa realidade brasileira, multi-étnica e multi-linguística, é ainda pouco reconhecida na sociedade, mas também no campo da pesquisa e da ação política. Daí a necessidade de se entender o que são essas cidades, mas com uma perspectiva teórica que abra as possibilidades de entendimento desse universo incomum à teorias convencionais sobre o urbano e a urbanização, para se poder captar a natureza de suas redes e as territorialidades em jogo na sua relação com o território de floresta tropical.

Da ocupação colonial à fronteira

A ocupação da Amazônia pela colonização portuguesa foi movida por interesses políticos de fincar pontos avançados, com fortificações, em lugares estrategicamente relevantes, distantes, para demarcar a presença portuguesa nessa imensa região do norte. Foi presidida pelos interesses econômicos, o que

pode ser visto nas ações do Estado colonial e em sua legislação, como também no modo de produção e de exploração da mão de obra praticado nos povoados das missões religiosas espalhadas no território do Grão Pará e Maranhão, em sítios estratégicos, localizados na interseção entre os cursos d'água e a floresta. Esse misto de poder de conquista de um território e de organização dos interesses econômicos está presente na formação do modelo de povoamento no momento inaugural da colonização portuguesa na Amazônia, e perduraria depois de assentados os primeiros núcleos urbanos. As cidades coloniais na Amazônia têm, basicamente, essas duas motivações, e seu surgimento segue o avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias e do processo de catequese e da dominação de indígenas para o trabalho servil.

Com a ascensão da economia da borracha, a malha de produção e troca de mercadorias estendeu-se por um território maior, abrindo novas áreas de povoamento. A rede que organizava a produção e a circulação pré-existente foi a base da produção inicial da borracha, pois, em todas as *bocas* de igarapés e de rios com recursos e possibilidades de exploração, localizava-se um posto ou comércio que tinha a função de canalizar a produção agroextrativa trazida das terras interiores e de drená-la para os portos de cidades maiores, base da extensa rede de *aviamento*. O limite era determinado pela disponibilidade de mão de obra – basicamente indígena no primeiro momento e posteriormente africana – que aumentaria com a política pombalina no início da segunda metade do século XVIII (ACEVEDO, 2003; SALLES, 1997) pelo incentivo ao tráfico negreiro. A função econômica de circulação e gestão da produção, a partir da cidade, é a chave para o entendimento da formação da rede urbana na Amazônia. Entender as lógicas que presidiam a organização do território em espaços urbanos e rurais de produção nesse período é fundamental (SANTOS, 1992, OLIVEIRA, 2003), . O *boom* da borracha, que se deve ao interesse do mercado exterior, fez aparecer vilas e povoados que deram origem posteriormente a cidades, fortalecendo algumas delas de forma mais expressiva, como Belém e Manaus.

BORRACHA – Praticamente todas as cidades eram portuárias. Mas só as cidades que eram portos de exportação para o exterior, como Belém e Manaus – esta pela sua posição privilegiada no escoamento da produção do Médio Amazonas e seus afluentes –, tiveram crescimento mais expressivo. Os seringais eram o lugar de produção, e a cidade, o lugar de comércio. A borracha representa o momento mais importante da formação da rede urbana, ainda que incipiente, com o povoamento e a formação de cidades em função dos fluxos econômicos.

No Brasil, a expansão urbana deu-se lentamente, à medida que as bases da economia colonial foram assentadas, definindo a relação campo-cidade e a apropriação da terra em grandes latifúndios. O modelo de povoamento ancora-se nos ciclos econômicos e na lógica do trabalho escravo nas fazendas, no interior. Por intermédio das cidades, também se realiza o escoamento da produção. Esse padrão caracterizará a relação campo-cidade no País. As cidades, com algumas exceções, localizam-se na costa e tem a função de organizar o mercado, os fluxos de comércio e de exportação, o controle do trabalho e da mão de obra escrava, sendo postos avançados da produção do interior. Os dados demográficos mostram que, até os anos 1940, a grande maioria da população do Brasil está no campo. Somente no Censo de 1960, observa-se uma transformação extraordinária no movimento demográfico, com fluxos migratórios do campo para as cidades e o processo definitivo de urbanização (Tabela 1).

Essa ruptura de padrões de povoamento do território nacional deve-se, principalmente, à industrialização, que constitui um novo processo de acumulação do capital na economia e na sociedade brasileira. Nesse modelo de urbanização dominante no País, observam-se regularidades e especificidades nas diferentes regiões, com conseqüências na urbanização. A urbanização brasileira acompanha a industrialização, passando definitivamente para um outro regime de acumulação, o do capital industrial.

Tabela 1 : Crescimento populacional e urbanização por Estado da Região Norte, Brasil – 1960 -2007

ESTADOS	1960		1970		1980		1991		2000	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Acre	20,70%	79,30%	27,60%	72,40%	43,80%	56,20%	61,80%	38,20%	66,40%	33,60%
	32.744	125.440	59.423	155.876	131.971	169.332	257.808	159.357	370.197	187.329
Amapá	51,40%	48,60%	54,60%	45,40%	59,20%	40,80%	80,90%	19,10%	89,03%	10,97%
	34.824	32.927	62.440	51.919	103.752	71.505	233.550	55.140	424.702	52.330
Amazonas	32,90%	67,10%	42,50%	57,50%	59,90%	40,10%	71,40%	28,60%	74,92%	25,08%
	233.083	475.376	405.975	549.260	856.623	573.466	1.501.471	601.430	2.107.168	705.389
Pará	40,20%	59,80%	47,20%	52,80%	49,00%	51,00%	50,40%	49,60%	66,50%	33,50%
	614.776	914.517	1.022.832	1.144.186	1.667.662	1.735.729	2.611.511	2.570.059	4.117.884	2.074.423
Rondônia	43,30%	56,70%	53,60%	46,40%	46,50%	53,50%	58,20%	41,80%	64,11%	35,89%
	30.220	39.572	59.530	51.534	228.347	262.722	658.169	472.705	884.581	495.206
Roraima	42,90%	57,10%	42,80%	57,20%	61,60%	38,40%	64,60%	35,40%	76,15%	23,85%
	12.142	16.162	17.499	23.386	48.762	30.397	139.504	76.446	247.028	77.369
Região Norte	37,50%	62,50%	45,10%	54,90%	51,70%	48,30%	57,80%	42,20%	69,87%	30,13%
	960.668	1.601.114	1.625.341	1.978.519	3.040.099	2.840.169	5.396.873	3.940.277	9.013.722	3.886.982
Brasil	44,70%	55,30%	55,90%	44,10%	67,60%	32,40%	75,00%	25,00%	81,25%	18,75%
	31.321.494	38.748.963	52.064.722	41.074.315	80.445.829	38.556.877	112.775.850	37.591.950	137.961.826	31.837.344

A Amazônia aparece como uma região urbanizada, se tomarmos os dados do século XX e se os compararmos com a situação nacional. Em 1940, as taxas de urbanização da Amazônia (27,7%) – uma região distante e isolada do resto do País, com vias de comunicação restritas praticamente à navegação marítima e so depois também à aviação – não eram tão díspares em comparação com as do Brasil (31,2%) (Tabel 1) . Com pouca alteração nas taxas, essa diferença mantém-se até o Censo de 1970. A partir de então, fica evidenciada uma enorme mudança no País expressa nos indicadores demográficos: a maior parte da população vive nas áreas urbanas (55,9%) – as taxas passam de 67,6% em 1980, para 75,0% em 1991 e atingem 81,0% em 2000. Estabelece-se aí certamente uma grande defasagem em relação ao crescimento urbano a Amazônia que, em 1970 que era de 45,10%; passa em 1980 para 51,7%, em 1990 teria 57,8%. Apesar da redução da migração inter-regional dirigida para áreas rurais ou urbanas, a maioria da população amazônica 69,8% vivia em 2000 em cidades. Os gráficos abaixo permitem visualização desse mesmo movimento, entre os estados da região Norte (Gráfico 1 e Gráfico 2). Os dados da Contagem de 2007 do IBGE mostram a tendência ao crescimento da taxa de urbanização na Amazônia.

Gráfico 1 – colocar o mesmo título

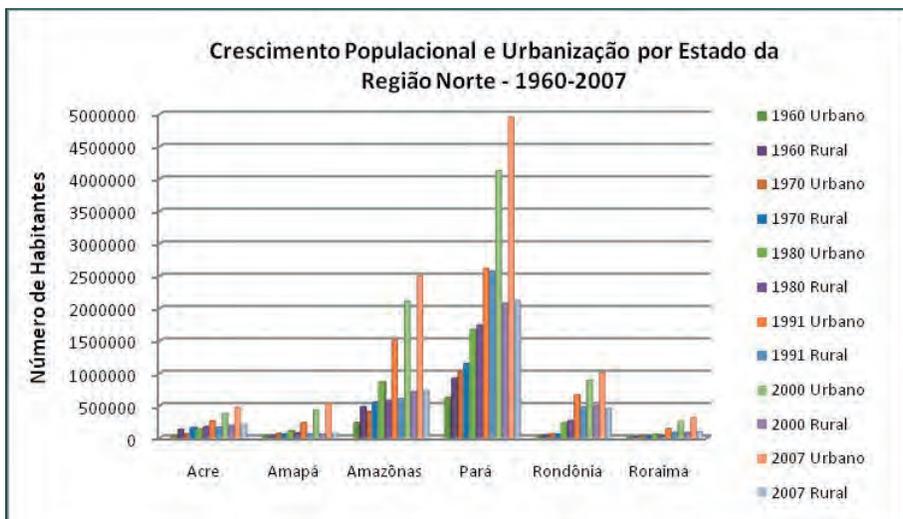


Gráfico 2 – colocar mesmo título

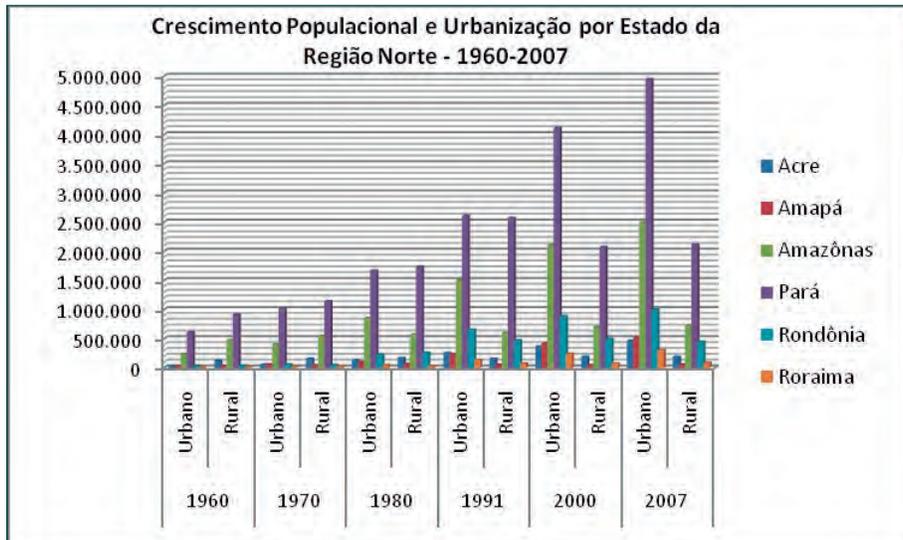


Tabela 2 -

Ano	Brasil		Região Norte	
	População	% Urbano	População	% Urbano
1940	41.236.315	31,20%	1.462.420	27,70%
1950	51.944.397	36,20%	1.844.655	31,50%
1960	70.070.457	44,70%	2.561.782	37,50%
1970	93.139.037	55,90%	3.603.860	45,10%
1980	119.002.706	67,60%	5.880.268	51,70%
1991	150.367.800	75,00%	9.337.150	57,80%
2000	169.799.170	81,00%	12.900.704	69,87%

Para efeito da Amazônia Legal conta-se aproximadamente 20 milhões de habitantes com a mais alta taxa de urbanização do Brasil pelo Censo de 2000. Cerca de 12 milhões de habitantes residindo em cidades.

As direções dos “fluxos migratórios do povoamento tem certa alteração. Segundo estudo dos padrões tradicionais estão se rompendo, destacando três pontos:

- a emergência de novas áreas de atração no extremo norte, isto é, no Amapá, na porção que faz fronteira com o Pará e a Guiana, e em Roraima, na fronteira com a Venezuela e no eixo da BR-174;
- delineamento de novos corredores de povoamento. A partir de Mato Grosso, um segue a estrada Cuiabá-Santarém (BR-153) e o outro penetra pelo estado do Amazonas, em direção a Manaus e BR-174. No Pará, a imigração para a calha do Amazonas tende a ligar-se ao norte, com a forte migração para o Amapá; e
- a grande redução da imigração para Rondônia que, revertendo sua condição de receptor, hoje pode ser considerado como um estado de emigração, principalmente em favor de Roraima” (SUDAM, 2005, 34).

Estado e Urbanização para além da fronteira

A partir da segunda metade do século XX, o Estado foi o ator principal na definição de estratégias de intervenção no território amazônico, com consequência sobre a urbanização. A lógica dominante no Brasil e que presidia a ação do Estado era desenvolvimentista e nacionalista. No entanto, idéias presentes desde o governo de Getúlio Vargas justificam o primeiro projeto para orientar o avanço da fronteira realizado ainda no governo de Juscelino Kubitschek, com a construção da rodovia Belém-Brasília e da nova capital do País, Brasília, com a qual seria coroado definitivamente o projeto de ocupação do Centro-Oeste (NUNES, 2007).

Na Amazônia, o avanço da fronteira decorre, portanto, da presença pública. O Estado desenvolvimentista na concepção keynesiana, capaz de formular um projeto de intervenção do qual resultaria a abertura da fronteira no norte do Mato Grosso, de Rondônia e no sudeste do Pará, nos anos 70 e 80. Seguiu-se a

experimentação feita nas terras interiores de Goiás e do Maranhão, sobretudo com a passagem da rodovia Belém-Brasília, que abriu o mercado de terras e de recursos e incentivou a ida de fluxos crescentes de migrantes para regiões mais centrais de estados como Goiás, Maranhão e Pará. Esse processo precisa ser entendido sob um enfoque que articule regiões, processos e dinâmicas de atores. Assim, além da ação determinante do Estado, consideram-se relevantes os seguintes fatores: a materialização da fronteira com novas oportunidades de mercado e de trabalho; a transformação do espaço urbano com o crescimento das cidades existentes e o aparecimento de novas; o estímulo à migração de outras regiões com tensões sociais no campo e, que acabam por transferir para a fronteira amazônica os problemas resultantes das contradições da relação capital-trabalho vividas localmente, como desigualdade social, pobreza e exclusão da terra.

As idéias que estão presentes são legitimadas no debate que se ampliou na sociedade brasileira e latino-americana, em torno de temas das teorias do desenvolvimento, e que, transformaram-se em políticas econômicas que influenciaram as ações do Estado na lógica do planejamento como instrumento racional de intervenção. Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) são peças que permitem ler as certezas trazidas pela valorização do planejamento estatal, no transcorrer das últimas quatro décadas. Assim, a fronteira transforma-se (BECKER, 1998) efetivamente, regiões de fronteira como a Transamazônica expressam-se hoje, justamente, nas dinâmicas urbanas, ainda que a produção seja de base agrícola e pecuária, com a introdução de culturas mais capitalizadas.

O espaço urbano na fronteira foi produto não só do planejamento, mas da recreação social, das relações construídas por várias gerações que acabaram por se envolver em um projeto de mudanças e de desenvolvimento regional. Podemos destacar três dimensões dessas mudanças: 1 - dinâmicas políticas do povoamento na fronteira com desmembramento de municípios e de estados, obtenção de cargos em esferas de poder público, participação de elites locais e fortalecimento de atores da sociedade civil; 2 - na ótica econômica

aparecimento de um novo padrão de empreendimentos, concentração da terra e processos de capitalização fundiária; aumento do mercado de trabalho assalariado e de novas formas autônomas de trabalho; 3 – do plano da organização social discussão sobre projetos de desenvolvimento regional e nacional, e afirmação de sujeitos políticos e identidades. Processos esses que se fizeram com custos ambientais visíveis nas taxas de desmatamento, sobre o qual trata-se em outro momento (CASTRO, 2005).

A experiência de urbanização na Amazônia não se restringe aos processos decorrentes do avanço da fronteira a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, e muito menos se trata apenas de núcleos urbanos surgidos na fronteira. O modelo estratégico aplicado para abrir novos territórios ao mercado integrou antigas cidades – notadamente as pequenas, mas com influência regional devido as práticas tradicionais de organização da economia e das relações com o *interland* rural – ao povoamento induzido pelos planos governamentais, como Porto Velho e Rio Branco, Altamira, Itaituba, Santarém, Marabá e São Félix do Xingu. Os discursos oficiais de integração e desenvolvimento ecoaram como grandes narrativas sobre a fronteira amazônica. Ao longo desses 40 anos nortearam planos, estratégias e táticas de intervenção e de investimentos do Estado e da sociedade brasileira. A noção de tempo e de espaço foram subvertidas nessa fronteira, comparativamente à organização social dominante até a segunda metade do século XX.

A fronteira é um espaço em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam à fronteira e que participam da construção concomitante do mundo rural e do espaço urbano, quer estejam envolvidos no trabalho agrícola, como os colonos da Transamazônica e de Rondônia, quer trabalhem no garimpo ou tenham outras formas de trabalho. A fronteira é o encontro de várias origens que obedecem a racionalidades distintas, mas que acabam por conformar relações sociais e um novo campo de sociabilidade. O princípio de fluxos é importante para entender o universo da fronteira como movimento de pessoas, objetos e processos. Desvendar o contexto do urbano na floresta

é procurar apreender as lógicas e as regras que conduzem as relações e os movimentos. Pode ser o ouro do garimpo, pode ser a bolsa de *commodities*, tudo se encontra no arquétipo de fronteira e movimento.

A análise conjunta das condições sociais dos fluxos migratórios, dos lugares de origem dos vários tipos de migrantes, dos valores culturais por eles carregados, das representações sociais, do capital social e simbólico investido nas relações de produção e nos novos modos de vida e das relações de poder que se atualizam continuamente na fronteira permitem encontrar as lógicas que estruturam a cidade na fronteira. É nessa perspectiva teórica que abordam um outro ângulo da urbanização, menos discutido, que é o das racionalidades (WEBER, 1974) em jogo pelos sujeitos da experiência social que os levou à apropriação e à criação do espaço urbano mais ou menos generalizado na extensão amazônica. Para Heller (1997) a modernidade abrange também a dimensão da subjetividade:

todas as mudanças acompanham e também manifestam a experiência fundamental da contingência. O dar-se conta da contingência, por sinal, não é novo; aparece já com as primeiras comoções de uma nova ordem social, que desde então tem denominado a modernidade. Quanto maior for o alcance da ordem social moderna, maior é o número de esferas sociais que esta abarca; o dar-se conta da contingência se faz mais geral e compreendido. E não são somente os cidadãos da chamada *cultura ocidental* que experimentam a existência inicial como contingente, porém muitos milhões mais no mundo.

Uma fronteira, como mostra a literatura, é sempre o encontro de sonhos, de projetos de ascensão social, de segmentos sociais em disputa. O novo impõe-se como determinante da economia, da modernização, das redes de informação que tornam as relações mais rápidas, com circuitos de troca em vários sentidos, e o mercado de bens e serviços e de trabalho assume uma nova configuração nas cidades. Muitos reagiram a uma nova experiência de construção do futuro e, por isso, de contração do tempo – da memória do lugar, das relações do passado – e do espaço – neste caso pela necessidade cotidiana de produzir as condições de realização do trabalho, da sociabilidade

e da cultura. Referindo-se ao balanço sobre a experiência do lugar em termos temporais e espaciais, enquanto subjetividade, entre os séculos XIX e XX, Heller (1997) mostra a experiência espaço-temporal do lugar.

Belém e Manaus, grandes metrópoles, receberam ao longo desses anos, pessoas de tantos lugares do Brasil, vindos de cidades ou de vilas, ou ainda do campo – mas num movimento contínuo de busca de outros lugares e de sentidos. As cidades transformaram-se e não podem mais ser iguais aos anos 1960, ainda que permaneça uma certa nostalgia que é encontrada em gerações e traduzidas em textos literários. Essas cidades estão inseridas num contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e territoriais. Cidades dos projetos desenvolvimentistas dos anos 1970, e mesmo seguintes, resultam de um projeto colonialista, com um discurso de ocupar e integrar, antes que outros se apropriem desse espaço a descobrir. Essa metáfora de região de fronteira demarca a ação do ao definir o sentido do lugar mostra a dimensão profunda desse universo subjetivo, e sua universalidade encontrada na condição humana e certamente constitui o cerne da alma das cidades que precisamos captar para podermos entender suas sínteses e universalidades.

Essa dimensão subjetiva que está nos pequenos processos do cotidiano, do espaço vivido, ou também nas angústias por recorrer ao vivido, ao sentido na experiência, tem também sua universalidade. Essa percepção do lugar, lugar enquanto singularidade e ao mesmo tempo lugar como universalidade da condição humana nos interroga sobre o que muda, o que se transforma do ponto de vista das relações entre as pessoas e à noção de lugar enquanto território da subjetividade (Guatari). As cidades expressam esses vínculos em escalas diversas, nacional e local por vias diversas das relações econômicas de produção ao mercado de trabalho e de suas racionalidades e sentidos produzidos pela experiência social.

Padrões de urbanização e povoamento na Amazônia

O movimento de urbanização na Amazônia configura-se em dois momentos principais que correspondem a dois padrões, no sentido de regularidades, de ocupação urbana, ambos definidos a partir da ação do Estado e do mercado. O primeiro padrão de ocupação e povoamento foi o período da intensificação da exploração da borracha – modelo de expansão urbana que se dava através dos rios com ocupação de seus vales – com base em um *sistema de aviamento* que se constituiu como rede de produção e fornecimento de bens e serviços nos seringais localizadas no interior da Amazônia. Acompanhava a calha do rio Amazonas desde o seu estuário próximo à Belém, penetrando por seus afluentes norte e sul, em direção ao oeste, chegando a atravessar as fronteiras de países vizinhos como a Bolívia e a Colômbia. Uma extensão inimaginável atingida pela rede de aviamento e exploração do trabalho nos seringais no interior da floresta. O *segundo padrão* de ocupação e povoamento ocorreu a partir de 1966, intensificando-se nos anos 1970 e 1980 com os programas governamentais de expansão da fronteira agrícola associados às estruturas urbanas – existentes e planejadas - para onde se dirigiam os investimentos públicos, se fortaleciam instituições e se concentrava a demanda de trabalho por parte de migrantes que chegavam em fluxos intensos e crescentes.

Tais padrões também se relacionam às escalas de poder nas esferas políticas e ao mercado, representadas nas cidades. Uma construir uma tipologia de cidades exigiria-se paradigmas de interpretação e maior rigor na escolha de critérios. Embora não sendo objetivo deste trabalho, alguns elementos de sínteses sobressaem à percepção. As cidades na Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço sócio-econômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória.

A análise sobre os atores econômicos e sociais ajuda a entender as lógicas que estruturam a formação dessas cidades e de suas diferenciações, construindo tipologias que reproduzem as diferentes formas de ocupação do território. Regularidades são percebidas nessa diferença em relação ao tempo, como nas

idades históricas – administração colonial, antigas missões religiosas, cidades decorrentes de fortificações, de aldeias– ou com aquelas que foram surgindo em outros períodos, em função de atividades econômicas importantes que foram se sucedendo como os engenhos de cana-de-açúcar, a borracha, o garimpo, a exploração de madeira e povoados decorrentes das práticas agro-extrativas. Regularidades e práticas sócio-espaciais inscritas no espaço em função de lógicas mercantis sob inúmeras formas de organização do trabalho. Ou ainda, um outro recorte que identifica padrões de ocupação urbana a margem de rios – modelo histórico de cidades, coloniais ou não, mas identificadas pela economia de base agro-extrativa, função comercial e portuária, comunicação e transporte por via fluvial e fortes laços sociais com um território marcado pela presença da floresta e de rios.

As cidades com economia de base extrativa, entreposto comercial com atividades portuária, localizadas nas calhas dos rios mais importantes foram pontos de apoio das *casas de aviamento* localizadas das capitais dos Estados, e asseguraram a extensão da rede de aviamento pelo interland. O avanço da fronteira agrícola dos anos 1970 contou de forma expressiva com as cidades existentes localizadas em cursos d' água. Entre outras, aquelas às margens do rio Tocantins (Tucuruí, Marabá, Imperatriz), do rio Xingu (Altamira, Vitória do Xingu e São Félix do Xingu), do rio Tapajós (Santarém e Itaituba) e do rio Madeira (Porto Velho e Humaitá). Mesmo pequenas, desempenharam papel importante na economia e na sociedade regional, referência para a população do entorno. Os rios foram incorporados como eixos do avanço da fronteira, na perspectiva geopolítica do planejamento nacional, mas o desenho apontava para o papel estruturante que teriam as Rodovias, seguindo a experiência da Rodovia Belém-Brasília. Também a como eixos importantes das redes, até que fossem construídas as rodovias, essas cidades antigas tornaram-se importantes nesse processo de transformação regional pela infraestrutura que ofereciam e pela diversidade de serviços. Não perderam esse papel na dinâmica regional, ao contrário, hoje são elos de confluência da ação política e do mercado ao lado de outras surgidas no movimento de expansão da fronteira, a exemplo de Parauapebas, Sinop, Vilhena, Paragominas.

O conjunto de cidades surgidas na fronteira teve origem diversa. Algumas delas, de agrovilas ou assentamentos espontâneos, se tornaram sedes municipais. Podem ter surgido como cidades planejadas pelo poder público, caso exemplar com a colonização ao longo da Transamazônica com base no Programa de Integração Nacional ou por empresas de colonização e de mineração com incidência sobretudo no Mato Grosso, Rondônia e Pará, ou cidades formadas em torno de atividades econômicas e de grandes projetos de mineração, de energia hidrelétrica e de ferrovias, ou ainda espontaneamente às margens de rodovias e ferrovias com a chegada de migrantes que montavam acampamentos improvisados. As estruturas urbanas, mesmo embrionárias, foram centros de apoio aos investimentos e de atração de força de trabalho. Resulta também um perfil da população bastante diferenciado em relação ao uso da terra e à apropriação fundiária por grupos econômicos e agentes individuais. Há outras mudanças relativas à divisão do trabalho e à estrutura ocupacional, em atividades do campo e de caráter mais urbano. Além de terem sido gerados novos fluxos de interesse econômico sobre os recursos naturais na Amazônia, aumentaram as formas de mobilidade da força de trabalho desde a intra-regional, com fluxos e mesmo estendendo-se entre cidades, em direção às terras localizadas nas fronteiras com os países vizinhos, como é o caso de contingentes crescentes de brasileiros que atravessam para a Guiana Francesa, para cidades como Santa Helena na Venezuela, Letícia na Colômbia e Santa Cruz de la Sierra e Cobija na Bolívia.

Ainda que de pequeno porte, as cidades sempre ocuparam uma posição importante pela infraestrutura, serviços e lugar de circulação de trocas materiais e simbólicas, onde se realizavam as festas religiosas, as comemorações cívicas, as manifestações políticas que movimentavam todo o *interland*. Talvez sua importância relativa estivesse em ser um entreposto de serviços e bens na rede de comércio com a capital. Na fronteira, as relações de aviação enquanto lógica que estrutura as relações sociais e as formas de serviço/ dominação, arquétipo da origem colonial da Amazônia, não conseguem se impor ao sistema de aviação, por várias razões, entre elas o novo modelo de ocupação sob domínio direto do Estado e a experiência dos migrantes e

as mudanças concomitantes, mais ou menos generalizadas na Amazônia, nas relações entre campo e cidade em função da construção de rodovias e do acesso a barcos motorizados por camadas de pequenos empresários e trabalhadores, diluindo o poder antes nas mãos de comerciantes que determinavam preços de produtos e formas de pagamento. No entanto, outras formas de dominação no campo se acomodam, como a cadeia de patrão-gato na exploração do trabalho nas fazendas, ou o trabalho escravo.

Santarém por exemplo é o principal centro urbano no Médio Amazonas desde a economia colonial e, mais recentemente, pelas Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém que alteraram os processos de povoamento e de formação de aglomerados humanos da região que sofre um grande impacto com as novas estruturas econômicas trazidas com a produção de soja e presença de grandes empresas de infra-estrutura de transporte, de indústria e comércio. Assim, consideramos que as cidades da fronteira integram-se também, e em muitos casos se apoiaram, em estruturas urbanas antigas, como é o caso de Altamira, de antiga ocupação e entreposto comercial na margem do rio Xingu. As transformações ocorridas nos anos 1970 com os programas de colonização na rodovia Transamazônica e o Programa Polamazônia criaram uma série de condições que favoreceram a mobilidade de grupos e a formação de aglomerados urbanos nessa região polarizada por Altamira que experimenta diversas situações simultâneas no tempo, segundo processos próprios de urbanização que refletem peculiaridades do território e das políticas públicas.

O processo de urbanização caracteriza a espacialização da população, de natureza intenso e ritmo acelerado, introduzindo profundas mudanças na estrutura do povoamento regional (SUDAM XXX). A população urbana cresceu mais do que a população total, como mostra o Censo de 2000, o dobro da média do País. Contrariamente à população rural que apresenta taxas de crescimento decrescentes para cinco dos nove estados da região. Uma das consequências é o crescimento da população urbana concomitante

ao surgimento de novos núcleos. O aumento demográfico generalizado, e com alteração no tamanho das cidades. O modelo urbano com concentração em capitais estaduais predominou até os anos 70¹.

Dinâmica urbana da Amazônia: pequenas e médias cidades

Muitos trabalhos sobre o urbano na Amazônia procuraram entender o processo de urbanização em relação com o avanço da fronteira a partir dos anos 1970 e 1980, considerando dados demográficos, sobretudo o movimento de migração para áreas rurais e urbanas e categorias analíticas da teoria clássica da urbanização (tamanho das cidades, hierarquização e rede urbana. Realmente, é compreensível esse fascínio pela fronteira onde as dinâmicas urbanas assumem uma conformação particular. Mas não se pode esquecer que o processo de urbanização recobre toda a Amazônia Legal, coerente à mesma lógica de expansão capitalista a partir dos anos 1970 que incorpora e dinamiza conjuntamente as áreas novas e de antiga ocupação. Não se pode concluir pela ausência ou presença de urbanização com base em dados de densidade demográfica e nem de vazios. A densidade populacional na Amazônia é muito menor que em outras regiões do País, correspondendo a

1 A partir da Constituição de 1988 houve uma desconcentração urbana decorrente, da criação de municípios em todos os estados da Região, tendo como consequência um deslocamento de população para cidades pequenas e médias, invertendo o fluxo anterior dominante para grandes cidades, crescendo a população em cidades com menos de 100 mil habitantes, e mesmo em as cidades de pequeno porte, entre 20 e 50 mil habitantes. Documento da SUDAM considera que o acelerado e descentralizado processo de urbanização regional “não é sinônimo de uma urbanização autônoma, revelando muito mais uma “emancipação dependente”. Com efeito, as cidades e municípios dependem da transferência de recursos financeiros, sobretudo da União, e a arrecadação do ICMS é incrivelmente concentrada nos municípios das capitais estaduais. Desse modo, os municípios não correspondem a uma força motriz em termos econômico-financeiros, mas, certamente, constituem uma força política, na medida em que expressam o pacto entre o poder local e as instâncias superiores da ordem federativa”.

um outro padrão de ocupação, e essa singularidade não pode ser entendida na razão linear e evolucionista. Aí reside mais um desafio de decifrar o que é o urbano na Amazônia. Além de complexo pela natureza dos processos internos e das relações estabelecidas com esferas nacional e internacional, e vários estudos seguiram essa orientação teórica (MACHADO, 1987), (BROWDER & GODFREY, 1997) certamente permanece uma enorme lacuna para entender as racionalidades em jogo, as relações interculturais numa região onde o pluriétnico se expressa no urbano, relações monetarizadas amplamente articuladas ao mercado globalizado, mercado de trabalho que se mescla, em vários níveis, com a rede informal de trabalho, muito pouco estudadas pelas ciências sociais, e ainda um sem número de modos tradicionais de existência social. Um olhar capaz de captar a interface dessas racionalidades e compreender o que determinaria as mudanças no território urbano e orientar o entendimento das lógicas subjacentes à produção do espaço, sugeriria um reconhecimento da complexidade mas também de novas abordagens teóricas.

Da intensa dinâmica de fronteira dos anos 1970 e 1980, as cidades ali localizadas experimentaram uma recomposição de seu papel. Algumas cidades que viveram a experiência concomitante de serem antigas e ao mesmo tempo fronteiras: exemplo de São Félix do Xingu, Altamira, Tucuruí, Redenção e Marabá, no Pará, e Apuí e Humaitá no Amazonas. Para efeito deste trabalho a fronteira é um espaço de realização de relações econômicas, monetarizadas e que podem se articular com uma economia não monetarizada, com regularidades estruturadas ao mercado.

Na Amazônia observa-se que a lógica econômica articula-se com os processos modernos x tradicionais ainda presentes na cadeia da pecuária, da pesca, da madeira e dos minérios, embora a nosso ver a racionalidade de atores empresariais atuantes mostre sinais surpreendentes na escala nacional, quanto à tecnologia e investimento na modernização nos setores eletro-eletrônico, pecuária no ramo industrial de frigoríficos e na siderurgia e mineração. Além de outros recursos da biodiversidade explorados pela indústria farmacêutica e de cosméticos, com produção de pequena escala. São mercados organizados

em cadeias transnacionais com impactos sobre as cidades e as espacialidades. O espaço urbano traduz essa relação, as contradições e conflitos de interesses entre capital e trabalho, materializado nas relações de classe que são relações de poder. Como o local está ligado, por essas relações às estruturas mais amplas de mercado e sociedade, e globais, essas práticas afetam de uma forma ou de outra, as cidades na Amazônia.

São cidades que servem como pontos de irradiação das relações mercantis e de expansão dos processos de modernização. Contrariamente à polarização antes existente nas cidades grandes como Belém, Manaus e São Luis, na atualidade surgiram inúmeras cidades médias e centenas de pequenas que compõem uma rede urbana que integra um território para além das fronteiras brasileiras. As capitais de outros estados, como Rio Branco, Boa Vista, Macapá e Porto Velho, com perfil de cidades médias que ligam internamente a região pela via das cidades de menor porte. São referência no mercado formal e informal de trabalho, e de trocas de bens materiais e simbólicos, alimentando as relações de sociabilidade e sócio-culturais e aglomerações menores aos centros mais importante da região.

Trabalho e cidade: formalidade e informalidade

Os interesses de mercado sempre orientaram a constituição dos espaços urbanos na Amazônia, a exemplo da Belém da *belle époque* em pleno boom da borracha, nos seus monumentos que não são senão traços da relação da cidade com um ideário urbano ocidental, emergente em um momento em que a cidade europeia e sua urbanização romantizada se tornam uma expressão maior da modernidade. Mas esse contexto é, não se pode esquecer, de uma economia que alimenta e tece laços com o mercado mesmo em continentes tão distantes. Das drogas do sertão à borracha, ao pescado, à banhas, à madeira, ao minério e outros produtos, a economia dos recursos do território esteve sempre presente nas estratégias de desenvolvimento das cidades e no povoamento da Amazônia. Cada cidade, por menor que tenha sido no passado, foi certamente um posto avançado de apoio para escoar a produção de mercadorias.

Retornamos ao velho debate do início dos anos 60 quando a economia e a sociologia do desenvolvimento enfatizaram em suas pesquisas que seguiam de perto a tradição teórica marxista, os estudos sobre a relação trabalho e desenvolvimento. Permanecia como questão teórica central o entendimento dos processos mais gerais de mudança nos ciclos de acumulação capitalista, e consequentemente das raízes históricas, econômicas e sociais da enorme desigualdade entre os países industrializados e aqueles que se mantinham produtores e fornecedores de matérias-primas para o próprio sistema industrial mundial. No debate teórico perguntava-se sobre a função da do trabalho informal nos circuitos da economia, e a relação com o trabalho assalariado na sociedade urbana industrial. Estudos posteriores mostraram a pertinência do entendimento das concepções entre trabalho formal e informal na produção e circulação de riquezas na economia capitalista (OLIVEIRA, 1972).

A cidade a realização foram examinadas no debate sobre desenvolvimento às análises sobre os processos de industrialização e urbanização. A precariedade do mercado de trabalho para absorver contingentes maiores de trabalhadores já aparecia como um problema, causado pela acelerada urbanização no Brasil e na América Latina resultante da migração do campo para as cidades. No Brasil, variados segmentos de trabalhadores urbanos, da indústria e de serviços, e de movimentos sociais reafirmavam a urgência de um novo projeto de sociedade. A contradição entre capital e trabalho se explicita com o crescimento do trabalho assalariado urbano e as contradições entre capital e trabalho trazidos ao espaço da cidade. A relevância do setor informal na reprodução das condições de vida nas áreas urbanas, em especial nas grandes cidades, como demonstram estudos pioneiros (SILVA, 1971; OLIVEIRA, 1977).

Uma boa parte da população que vive nas cidades da Amazônia mantém processos de trabalho que decorrem de usos da floresta. Um número expressivo de produtos da floresta, transformados pelo trabalho, da madeira e frutas à ervas e sementes. Outras formas de trabalho ocupam pessoas na pesca marinha e fluvial, ou ainda de artesanato que serve ao comércio das

idades, uso talvez mais generalizado, mas também aos rituais e festas, às trocas simbólicas entre comunidades, cidades e parentelas distantes. Embarcações são fabricadas em estaleiros através de processos de trabalho com certa complexidade e que requer conhecimento sobre navegação. Muitos trabalhadores que associam sistema agroflorestais – extrativismo e agricultura – dependem também da biodiversidade da floresta na realização do trabalho e continuidade de sistemas tradicionais de uso da terra. A cidade é o mercado de destino de parte importante dessa produção. Evidencia-se a relação cidade-floresta nas imediações das metrópoles, com maior densidade populacional, mas essas práticas são extensivas a toda a região, notadamente nas áreas de ocupação de habitats com associação floresta-rio, que permeia a vida da cidade, e de seu entorno. Em geral são processos de trabalho não reconhecidos como monetários, ou só parcialmente, embora gerem importante fluxo de renda na economia local e regional.

Conclusão

O interesse pelo urbano que se tornou emblemático foi o da fronteira, o urbano do planejamento estatal, com suas agrovilas que se tornaram cidades ou dos acampamentos de estradas de rodagem e de ferro, de grandes projetos, de garimpo e mineração, que viraram povoados e depois sedes municipais, mesmo aquelas cidades já existentes em áreas de fronteira e incorporadas como pontos estratégicos no planos governamentais como Santarém, Altamira e Marabá. Essa Amazônia diversa, múltipla, misturando o seu passado com as tradições rurais de migrantes que chegaram de várias regiões do País à fronteira agrícola, mas que seguem a tendência nacional do sonho da cidade, produzindo a fronteira com o urbano apesar de trazerem todos os problemas que caracterizam as cidades brasileiras: contradições sociais, desigualdade, pobreza e precariedade nas formas de trabalho e salário, e favelização.

A sociedade moderna deseja saber como se estrutura o novo sistema de poder. É preciso analisar as lógicas fundamentais que definem a sociedade atual,

as contradições da modernidade (ACEVEDO & CHAVES, 1996) com as estruturas, as instituições e os processos que determinam o mundo real. Apesar do debate intenso sobre a teoria marxista e as categorias de interpretação da realidade por ela consagradas, ocorrido na última metade do século passado, permanece fundamental, a nosso ver, o entendimento dialético de processos ligados às lógicas da acumulação e da concentração do capital, como também o questionamento do papel da relação trabalho-capital numa sociedade em que o trabalho assalariado sofreu um grande impacto como estruturador das relações sociais. O mundo certamente enfrenta outros e novos problemas, mas as lógicas que presidem a divisão internacional trabalho e o acesso aos benefícios do desenvolvimento permanecem como modelos de ação e, conseqüentemente, estão presentes na realidade das cidades e do campo. São categorias ainda relevantes para o entendimento das contradições urbanas, para a Amazônia, com as lógicas do conflito e suas conseqüências – o aumento da violência, da desigualdade, da precarização do trabalho e da exclusão social, sobretudo nas áreas urbanas. Como entender o movimento do capital, suas crises de acumulação e as desigualdades sociais que só fazem aumentar no mundo sem relacioná-los com a capacidade de acumulação de riquezas de cada país ou com seu capital financeiro, que representam de certa forma a face *moderna* das grandes cidades europeias marcadas pela presença de populações das ex-colônias, como na França, em Portugal, Inglaterra e Espanha? Trata-se certamente de contradições não resolvíveis no quadro do modelo capitalista de desenvolvimento e que nos coloca, enquanto sociedade, frente as crises do capitalismo que são, cada vez mais, crises urbanas., como se referiu Harvey no Fórum Social Mundial, em Belém, janeiro de 2009.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa; CHAVES, Ernani. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura amazônica. *Papers do NAEA* n 56, 1996.

BECKER B. 1998. *A especificidade do urbano na Amazônia: Desafios para políticas públicas conseqüentes*. Secretaria de coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal/MMA.

BROWDER J. O. e GODFREY B. J., 1997. *Rainforest Cities, Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon*, Columbia University Press, New York.

CASTRO, Edna – Desmatamento

CASTRO, Edna – artigo da ANPUR

COY, M. “Pioneer front and urban development. Social and economic differentiation of pioneer towns in northern Mato Grosso (Brazil)”, *Applied Geography and Development*, vol.39:7-29, 1992

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Ed anthropos, 1974.

HARVEY, David – *The urban experience*, New York, Blackwell, 1991.

MACHADO, L. “A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica”, *Tübinger Geographische Studien*, 95:189-204, 1987

SANTOS M. 1992. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Editora Hucitec,

SAWYER D., 2001. “Evolução demográfica, qualidade de vida e desmatamento na Amazônia” *In: Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*,

HELLER, Agnes – *Uma teoria de la modernidad*. Colección Estudios Avanzados, no 5., Caracas, Cipos/Faces, 1997

NUNES, Brasimar F. – *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília, Paralelo 15, 2007).

FURTADO, Celso *Formação Econômica do Brasil*, Brasília, EdUnB, 1963

SANTOS, Roberto de A. - *Belém, xxx Formação econômica e social da Amazônia*

ALONSO, CASTRO, 2006;p. 126; MÀRQUEZ, 2009, p. 224) artigo no livro da Ana Claudia.

WEBER, Max. Conceito e categoria de cidade. In: VELHO, O. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 73-96

SILVA, Luis Antônio M. da - Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade, UFRJ, 1971.

OLIVEIRA, F – A economia brasileira, crítica à razão dualista, São Paulo, Estudos Cebrap, n. 2, 1972.

OLIVEIRA, José Aldemir, Cidades na selva, urbanização das Amazonas. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1995

ACEVEDO, R. CASTRO, E – Negros do trombetas. Belém, CEJUP, 2003 .
ea. ed.

SARGES, Maria de Nazaré –

SUDAM – Diagnóstico socioeconômica , ZEE, Belém, 2005.

Capítulo 2

O outro silenciado nas cidades amazônicas: os quilombos de Bujaru e Santana entre rios e igarapés

Introdução

A centralidade da participação do negro na economia regional, cujo trabalho foi fundamental na construção da sociedade colonial no Pará, está ressaltada em diferentes tipos de documentos históricos. Ele foi expressivo nas atividades agrícolas das fazendas de gado, cacau, algodão, cana-de-açúcar e nas demais lavouras, no transporte e na navegação, como também nos engenhos de cana-de-açúcar, nos moinhos de arroz e nas demais atividades da indústria extrativa, neste caso a extração de madeira por excelência. As construções de obras públicas requeriam mão-de-obra escrava aplicada à fortificações, hospitais, cadeias, estradas, prédios para a administração e comércio, ou ainda para construção de conventos e escolas, e uma série de outros serviços urbanos. Pedreiras, olarias, extração de cal e serrarias de madeira constituíam atividades essenciais à construção civil, lugares de trabalho escravo. Em todas as atividades, como inúmeras funções nas cidades e nos espaços do trabalho doméstico, esteve presente pela mediação do seu trabalho. No período pombalino, início da segunda metade do século XVIII, concomitantemente à formação de estruturas camponesas e da montagem de empreendimentos agrícolas com base no trabalho escravo, foi intensificado o tráfico de escravos. na comercialização de gêneros e a construção de obras de infraestrutura à produção.

Belém se constituiu, desde sua fundação em 1616, com o nome de Cabeça da Feliz Lusitânia,¹ o epicentro da expansão portuguesa para o inferior das terras, em direção ao oeste, através do rio Amazonas e de seus afluentes, visando empreender assim a "descoberta e a conquista do Amazonas", como instruíra

¹ Amaral, Ribeiro do - Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco. Brasília, ed. do Senado Federal, Vol, 31, 2004, p. 79

o Governador-geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa ao comandante da expedição Francisco Caldeira de Castelo Branco.²

Belém nasce na confluência de rios e igarapés. Essa configuração constitui espaço de poder e articulação da ocupação portuguesa ao norte, a partir do qual foram se tecendo as redes de ordenamento político-administrativo, catequese associada à exploração do trabalho, e rede mercantis. Essas estruturas desenharam um ordenamento e controle territorial a partir, inicialmente, da ocupação das embocaduras de rios e igarapés, ou de suas proximidades, como forma de viabilizar o acesso a novas áreas, a proteção do processo de interiorização, o escoamento da produção, e a manutenção das relações inter-étnicas marcadas por alianças e conflitos. Os rios Guamá, Acará e Mojú, pela proximidade da cidade de Belém, conformando inúmeras ilhas ao sul da cidade, foram percorridos e ocupados logo nos primeiros momentos da colonização portuguesa. Alguns igarapés atravessam ainda hoje seus bairros, e fazem parte de estruturas que redefinem o espaço com suas contradições sócio-econômico-territoriais.

Este artigo procura demonstrar que o desenho da ocupação das freguesias de Belém, e no caso analisado - formação de quilombos - tem relação extraordinária com as particularidades do território, e de seus cursos de água. A tese sustentada de que há um território étnico que atravessa terras que hoje estão na jurisdição dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, e que os processos de fuga levaram ao povoamento das cabeceiras de rios e igarapés. Os deslocamentos para o interior eram no sentido de subir a rio é de remontar o igarapé, conforme se referem moradores da atualidade, contrariando assim o movimento das águas que desciam em direção ao rio grande (rio Bujaru). E justamente no contrapelo se faz a leitura desse povoamento e da trajetória de grupos negros e se suas relações com o território. Correspondem a processos de ocupação e apossamento primário das terras através das lutas pela permanência dos quilombos e que significa empreender esforços para manter as estruturas de defesa e de reprodução.

² Ibidem

O rio Bujaru, também nas imediações de Belém, e integrado à bacia guajarina, foi ocupado até suas cabeceiras no final do século XVIII, como se pode denotar pela situação das posses das Cartas de Data de Sesmarias concedidas entre 1724 e 1824. Essa região de Belém era o centro de interesse de colonos portugueses, muitos deles açorianos, que se dirigiam para as terras da província do Pará e Maranhão. Nas margens dos rios Guamá, Acará, Mojú, Capim e Bujaru, assentaram-se os marcos de freguesias e vilas que alimentaram a produção mercantil da colônia, mais tarde muitos desses povoados tornaram-se sedes municipais³.

Ocupação das terras no rio Bujaru e seus igarapés

A análise de cartas de sesmarias, concedidas no rio Bujaru de 1721 a 1824, permitiu montar um mosaico dos peticionários, o destino que queriam atribuir às terras, a situação da ocupação das terras, e levantar questões sobre outras formas de apossamento dessas terras fora do sistema sesmarial. Induz ao entendimento de que foram distribuídas as terras ao longo do rio Bujaru, até suas cabeceiras, encontrando-se entre as referências sobre os seus limites, os igarapés que nele deságuam como o Curuperé, o Igarapé João, o Pirapoca e o Cravo.

³ Este projeto de pesquisa é parte e continuidade de um projeto anterior que teve como objetivo contribuir para o mapeamento das comunidades negras rurais do Estado do Pará, em 1999. Os resultados desses estudos revelaram 283 comunidades identificadas no estado (CASTRO, 2005). Foi possível percorrer, em estudos específicos, seus modos de vida, situação das terras que ocupam, identidade e inserção na socioeconomia da região, além de uma recuperação de traços da memória da escravidão e do quilombo. Iniciada em dezembro de 2002, depois de dois anos de interrupção, foram retomados os estudos de mapeamento social de grupos afrodescendentes, território, identidade e condições de trabalho, porém estendendo-se a outras áreas geográficas do estado ainda não estudadas na perspectiva das ciências sociais, que são as regiões guajarina, tocantins, Marajó e ilhas do estuário amazônico.

O aumento da população escrava localizada em fazendas e engenhos de Bujaru, verificado entre os censos de 1778 e 1803, revela uma provável ocupação das terras muito maior do que seria permitido pelas vinte Cartas de data de Sesmarias concedidas naquele rio. Uma hipótese é que as concessões representariam apenas uma parte das terras efetivamente declaradas como pertencentes aos sesmeiros indicando uma apropriação privada de terras públicas fora do sistema sesmarial, mas finalmente por ele legitimada na medida que poderia ter um documento oficial como avalia sua instalação. Mas provavelmente a maior parte das terras de Bujaru foi ocupada por outros mecanismos, como o apossamento primário, incluindo aí grandes e médios proprietários, pequenos sesmeiros, sitiantes sem terras, quilombolas e índios destribalizados.

As rupturas com o sistema escravagista, as revoltas, os levantes e as fugas emergem já desde o início do século XVIII. Grupos crescentes de negros logram romper os laços com seus senhores pela fuga, sobretudo a partir de meado do século. Mesmo em condições de clandestinidade, passam a exercer inúmeras atividades em roçados ou plantações de outrem, em locais onde precisassem de trabalhadores, ali onde ele pudesse se assegurar das condições de existência fora do regime escravo. No entanto, a maior parte acaba por recriar, no interior das florestas, seus roçados, fortalecendo assim os laços internos e ampliando seus conhecimentos e as práticas de uso dos recursos da floresta e cursos d'água.⁴

⁴ Os estudos sobre a presença de grupos negros em condições de vida rural em Bujaru foram iniciados em dezembro de 2002. A pesquisa de campo possibilitou percorrer uma parte dos municípios de Bujaru e de Concórdia do Pará, em particular os povoados de São Judas, Santo Antônio, Curuperé, Curuperezinho, Cravo, Dona, Campo Verde, Ipanema, Galho, Itaporanga, Jutay Grande e Jutay Pequeno, assentados todos eles às margens de igarapés que conformam a bacia hidrográfica do rio Bujaru. Esses municípios fazem parte da mesorregião de Tomé Açu e da micro-região de Belém, ainda conhecida pela nomeação antiga de região Guajarina, considerando a história da ocupação do rio Guamá pelos grupos indígenas encontrados pelos colonizadores e também pelo papel relevante no assentamento de grupo de colonos desde os primeiros momentos da Colônia.

A reconstituição no presente do processo de ocupação das terras ao longo de rio Bujaru e de seus igarapés, e na intersecção com as terras vizinhas do rio Capim, revela um processo de ocupação de terras por parte de negros escravos fugidos das fazendas sob situações diversas. O processo mais importante foi a fuga das fazendas, entre outras formas de acesso a essas terras, como a permanência em franjas cedidas por seus senhores para roças de subsistência, ou ocupadas pelos escravos em situação de abandono por seus senhores. Isso ocorreu do final do século XVIII e durou até as primeiras décadas do século XIX, verificando-se um movimento depressivo na economia com a decadência de empreendimentos agrícolas, fenômeno generalizado em todo o interland do estuário do rio Amazonas, seguido de seus grandes afluentes. Nos relatos recolhidos através da história oral, no município de Bujaru, há frequentes referências a terras de herança, terras de preto e acesso à terra através de compra, na busca de explicação sobre as razões de seus antepassados terem se fixado nessas terras onde hoje se encontram seus descendentes. Na atualidade, a luta pela terra e pelos direitos de acesso ao crédito para desenvolvimento agrícola tece novos laços entre esses grupos nos dois municípios, como um contínuum formado pela história comum de ocupação dessas terras.⁵

⁵ Os diversos povoados praticam ainda alianças matrimônios, partilha de terras no grupo familiar extensivo, identidades e alianças que se constroem na luta pela terra, embora com fortes questionamentos e conflitos internos sobre a pertinência política de processos identitários tais como a afirmação dos grupos pelo pertencimento a grupos negros e remanescentes de quilombos.

Foto 1: Uso do tambor em festa de afrodescendentes, no rio Guamá.



Foto: E. Castro

Porém, observa-se a emergência de novos conflitos em função de encaminhamentos legais e de propostas de organização política visando assegurar a propriedade das terras, interpondo as propostas de propriedade individual ou a titulação coletiva da terra. A base da polêmica que interpõem os moradores das comunidades negras do rio Bujaru e de seus igarapés, está em reafirmar a forma de ocupação e conquista da terra no passado, e que foi coletiva, apesar da fragilidade do sistema de direitos e de garantias à propriedade ao longo dos séculos e o respaldo legal dado pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, como posse coletiva. Mas na condição de populações auto-identificadas como quilombolas. Este princípio de subordinação do direito à definição étnica recoloca em discussão a diferença social ou étnica e o estatuto da posse e da propriedade fundiária no país.



Foto 2 - Barco de Bujaru no Porto da Palha, em Belém.

Foto: E. Castro

Foto 3 - Casa no igarapé Cravo - Povoado Cravo

Foto: E. Castro



Sociedade colonial e organização da produção pelos rios na região Guajarina

No início do século XVIII começaram a ser concedidas pela coroa portuguesa as cartas de datas de sesmarias, documentos de posse de terras, a moradores das freguesias de Belém e rios adjacentes. Os registros de sesmarias em rios como Capim, Guamá, Bujaru, Acará, Moju e Acará, e na embocadura do rio Tocantins, indicam, para meado do século XVIII, o aumento da ocupação e fixação nas terras próximas de Belém (ACEVEDO: 2001; ANGELO-MENEZES:1998). Alguns sesmeiros iniciaram em meados do século, plantações de cana, algodão e cacau, criação de algumas cabeças de gado, e uma agricultura para sustentação familiar, com dominância da mandioca.

Lentamente foram introduzidas pequenas estruturas de comercialização em lugares nos rios e bocas de igarapés, trazendo para Belém as produções interioranas, onde a movimentação comercial dependia desses gêneros das roças, da pesca e da coleta silvo-florestal. A organização do mercado da região se fazia pela influência de Belém. A exploração de recursos silvo-florestais intensificaram-se com especializações segundo sua disponibilidade e mercado.⁶ Baena relata as reclamações, por moradores de Belém, do transporte das rezes da Ilha Grande Joanes para suprir as necessidades de carne da cidade, que demorado e irregular, reduzia sua qualidade, discutindo as possibilidades de designar a formação de um pasto público nos arredores da cidade onde o gado seria solto para engorda antes da organização do mercado da região, que se fazia pela influência de Belém, comercializado ou abatido. Porém, nessa primeira fase da economia colonial era o comércio de especiarias o mais relevante com reduzida absorção de produtos agrícolas pelo consumo interno. Os pequenos e médios sitiantes produziam os gêneros de consumo da família e da unidade de produção, incluindo a mandioca e outras raízes, legumes,

⁶ Baena, em suas descrições contemporâneas aos fatos, comenta aspectos importantes do mundo do trabalho nos primórdios da colonização portuguesa na Amazônia, e sobre os índios considera sua exímia competência e grande prestança em sacar dos matos às drogas, em trabalhar nas salgações dos peixes, e na extração de azeite dos ovos de tartarugas (BAENA, 1969, p. 207).

arroz, frutas, óleos, utensílios de fibras ou de cerâmica, barcos e montarias, instrumentos de pesca e caça, plantas medicinais, fabricando um sem número de produtos, porém em escala reduzida.

As fazendas de tamanho médio ou pequeno, junto com modestos sítios, seguiam um modelo de paisagem voltado para os rios e os igarapés, Compunham o mundo rural que se organizara com base no extrativismo e na agricultura. Todas as unidades se distribuíam as margens dos rios e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores desta primeira fase da economia colonial que girava em torno do mercado e do porto de Belém. Sob que critérios, não formais, é decidida a doação das Cartas de Data de Sesmarias e como se forma um sistema de privilégios? Não raro os donos de fazendas estavam envolvidos em postos da administração colonial.

As primeiras fazendas nas proximidades de Belém e que datam de dois séculos atrás, estiveram localizadas às margens de rios que se formam na embocadura do Amazonas. Elas concentraram uma população escrava importante, embora mostrassem uma acanhada aplicação à agricultura, como escreveu Baena (1969). Na visão deste observador *A plantagem do arroz e do algodão, era o capital objecto das lides agrárias nas Fazendas adjacentes a Cidade: todas as mais plantas são agriculturadas em porções mínimas* (BAENA, 1839, p. 79), Spix e Martius mencionam o cultivo particularmente da cana de açúcar nas cercanias de Belém, chegando sua produção a atender o mercado da capital da província e a ser exportado para o Maranhão: Uma parte considerável destilava-se para fabricar cachaça e licores. Acrescentam esses viajantes que *grandes remessas do aguardente comum vão para os Açores e para Portugal, de onde é recambiado no Brasil, depois de parcialmente retificada*. Pelo Relatório do Presidente da Província, Carlos de Araújo Brusque, em 1862, havia três moinhos de arroz movidos a água e um a tração animal, ao lado de 1.165 casas de farinha.⁷

⁷ BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo (1862) - Relatório apresentado pelo Exmo.Senr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque à Assembléia Legislativa da Província do Pará na Primeira sessão da XIII Legislatura. Em 1º de setembro de 1862. Pará, Typographia de Frederico Carlos Rhossard, Belém, p. 57-66.

A expansão da agricultura é organizada pela administração colonial e com os recursos do trabalho missionário de várias Ordens Religiosas, conseguindo estruturar através da catequese descimentos de índios e a formação de povoados que deram origem a muitas cidades da malha urbana amazônica na atualidade. As plantações de cacau, cana-de-açúcar, café e algodão, além de outros gêneros de lavoura, nas missões, somavam-se aos ofícios realizados por artesãos de madeira, de cipós, de tecelagem de algodão e outras fibras, o ao trabalho nas manufaturas, como os engenhos de cana e moinhos de arroz⁸, além das fazendas de gado que estavam entre os empreendimentos mais promissores da Colônia. O trabalho missionário que representa o “cuidar dos negócios do espírito”, iria também conformar a geografia da ocupação das terras novas nesse início da colonização.⁹

Esse espaço de vida e de trabalho está organizado pelo poder colonial sediado em Belém e pelo poder eclesiástico que se espalha no território através de suas missões e Freguesias rurais. Nas terras banhadas pelos rios que compõem o estuário amazônico, com seus numerosos rios, furos e igarapés, incluindo as dezenas de ilhas do delta, terras do baixo rio Tocantins, e ainda os vales de rios que deságuam na costa do nordeste paraense, conhecida como região do Salgado, desenvolveu-se uma agricultura que absorvia conhecimentos agroecológicos das sociedades indígenas. E saindo de Belém em direção ao

⁸ Cresciam paralelamente ao aumento das plantações algumas manufaturas, sendo mais numerosas os Engenhos de cana que se espalhavam nos rios Mojú, Acará, Igarapé-Miri, Capim, Bujaru, Tocantins, e nas ilhas da embocadura do Amazonas. Em 1750 havia manufaturas de algodão, fabricando xitas e no final do século XVIII registrava-se a presença de manufaturas utilizando o látex como matéria prima, onde eram produzidos sapatos, bolsas, roupas e capas impermeáveis.

⁹ Os Jesuítas começaram sua obra de catequese na Amazônia em 1653 com a chegada do Padre Antônio Vieira. Expandiram suas missões pelos rios do Negro ao Xingu, Tapajós, Tocantins, Madeira, Cabo Norte e Marajó. Reis (1993) faz um balanço e informa que em 1718, em toda a Amazônia, os Carmelitas tinham doze, os Frades de Santo Antônio, Piedade e Conceição da Beira e Minho formavam quinze, os Mercedários cinco, e a Companhia de Jesuítas, a maior, reunia dezenove missões com tendência a sua ampliação.

sudeste, destacam-se pelo adensamento populacional os rios Moju e Acará e os igarapés Guajará e Miri, ao norte, as numerosas ilhas que conformam o delta amazônico, entre elas a do Marajó, e no nordeste são as terras de Bragança e de Vigia.

As terras das margens do rio Guamá, como de outros rios como Bujaru e Capim, mostram-se férteis para os plantios de cacau e cana-de-açúcar. Seus moradores abasteciam o mercado regional também com castanha-do-pará, óleo de copaíba, salsa, parrilha e madeira, esta proveniente de suas terras mais altas. Fora as roças de mandioca, arroz, milho e verduras, comuns em todos os rios, havia uma certa predominância de plantações de cacau ou de cana naqueles rios. O cacau era plantado em quase todas as fazendas das redondezas desses rios, e os engenhos, onde se processavam a cana espalharam-se no entorno de Belém, como se pode constatar pelos levantamentos históricos de Marques (1993) e pelas ruínas hoje ainda visíveis nas margens de rios, furos e igarapés. Outros produtos como o tabaco e o café foram cultivados em pequenas quantidades, mas apontados nas justificativas dos pedidos de Carta de Datta de Sesmarias, encaminhados aos governadores da província.

A produção de cacau era expressiva no final da primeira metade do século XVIII, sobretudo importante o cacau que descia para o porto de Belém vindo do baixo Amazonas, do Vale do Tocantins e de rios nas cercanias da cidade¹⁰. Os navios chegaram escassamente no porto de Belém, motivo de muitas reclamações de fazendeiros e moradores sobre os limites impostos à exportação devido às dificuldades de transporte.

A produção de madeira cresceria sob pressão dos mercados consumidores de Portugal e das necessidades da administração colonial e dos serviços militares de defesa do território, As Fábricas Reais de Madeira tinham como

¹⁰ O cacau florescia em grandes e pequenas propriedades, associando as espécies nativas com as plantações. A Irmandade de Santa Anna de Óbidos detinha um cacoal com mais de 16.000 pés, cuidado por nove escravos, grandeza essa não equiparada aquela dos colonos (Acevedo - Arquivo Público do Pará, Códice 783).

função atender o abastecimento e o comércio de exportação, selecionando as espécies para o fabrico de embarcações, construção de prédios em Portugal ou uma série de outros empregos. Esses empreendimentos arrematavam trabalhadores indígenas empregados no corte e retirada das toras da floresta. O reservatório desta força de trabalho encontrava-se nos Lugares de Índios e as autoridades realizavam trocas de mão-de-obra por serviços de arraste de madeira para abastecer as fábricas (ANGELO-MENEZES, 1998, p. 128-129 apud ACEVEDO 1999).

Pelo Recenseamento de 1778, observa-se um movimento de compra de escravos, correspondendo a um período onde tinha sido concedida a maior parte de sesmarias, aumentando a demanda de força de trabalho escrava para tocar as plantações de cana-de-açúcar, cacau, algodão e tabaco, além dos demais gêneros de lavouras e roças no interland da província do Pará. O rio Bujaru acompanha esse movimento, verificando-se na primeira metade do século XVIII a maior número de Cartas de Data de Sesmarias e, pelos dados do censo, um aumento do número da população, em especial da população escrava que corresponde a 54% da população total, nos dados de 1778. Nas Freguesias urbanas de Belém, em 1822, os escravos representam ainda mais, correspondendo a 58.7% da população total.

No período pombalino (1755-1778) a agricultura experimentou maior crescimento, tanto em produção quanto na diversidade de produtos comercializados. A produção organiza-se sob outras bases ampliando-se a inserção dos produtos das lavouras no mercado e favorecendo aqueles que demonstraram maior capacidade em organizar a produção com base no trabalho escravo. Esse processo de modernização faz parte dos movimentos inerentes ao desenvolvimento do capital mercantil e aos anseios das elites locais. No plano nacional, a política colonial privilegiou a ocupação de terras como uma estratégia econômica do capital mercantil. Os grandes proprietários fundiários reforçam estruturas de mando político, reproduzindo estratégias de controle sobre o território e seus recursos naturais.

A política de fomento agrícola da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pretendeu criar a possibilidade de realizar inovações na organização da produção da colônia, propondo-se a fortalecer a agricultura e firmar novas bases à ocupação desse vasto território. No último quartel do século XVIII verifica-se um declínio na concessão de sesmarias e a capacidade dos senhores em adquirir novos escravos se reduz. Essa situação de decadência por que passa a Província contribuiu para o crescimento de mobilizações no meio de escravos e os processos de fuga passam a se tornar mais frequentes e generalizados. Neles se incluem índios destribalizados, cafuzos e alguns sitiantes em movimento que levaria, mais tarde, a se fortalecer por meio de revoltas organizadas, constituição de quilombos e levantes em fazendas de senhores. Esses processos, a nosso ver, viriam a definir, em parte, a conformação atual dos apossamentos de terras por parte de grupos de população de origem africana que chegaram até a atualidade no município de Bujaru.

Fugas e revoltas através de rios e igarapés

No final do século XVIII e no início do XIX, ao processo de ocupação de novas terras acrescentaram-se outros grupos formados por "servos", cafuzos, sendo provavelmente mais expressiva a ocupação coletiva de terras organizada pelo movimento de contestação da ordem colonial escravocrata e que desembocaram na formação de mocambos ou quilombos. Poderia ser um grupo de quatro ou mais pessoas assentadas em áreas escolhidas por suas características de isolamento mais recônditas. É um movimento que guarda três características básicas: 1. interiorização nos espaços de rios e igarapés menos povoados, 2. ocupação de novas terras que passam a ser incorporadas à agricultura de lavouras e roças e 3, apossamento coletivo como estratégia grupal de defesa do território e da reprodução social.

Impunham-se mudanças na condução de estratégias para manter a ordem e a defesa do território na embocadura do rio Amazonas, na segunda metade do século XVIII. Baena comenta que o Governador havia determinado,

em 1763, mudanças na organização e nas estratégias militares, para o que insistia em equipar e aumentar as tropas, autorizando o aumento dos Corpos de Ligeiros com dois mil e quinhentos e quarenta homens indevidamente arrolados no Regimento de Milícias, fazendo passar para os ditos Corpos mil e quatrocentos e sessenta e quatro dos dous Regimentos Milicianos da Cidade; quinhentos e sessenta do de Cameté; trezentos e oitenta e nove do de Macapá; e cento e vinte e sete da Legião da Ilha Grande de Joannes (BAENA, 1969, p. 268)¹¹

No âmbito de discussões sobre as finanças da província. advinda de dízimos do gado para financiar as missões, foi enviada uma requisição ao Governador das Armas para que estabeleça diferentes Escoltas de Soldados para fazer ronda nos rios, igarapés, furos e logares suspeitos de Mocambos ou de asilo dos Pretas fugidos e ser precisa a notícia dos sítios aonde há escravos profugos para mandar em continente as Escoltas. Vantagens financeiras eram propostas aos soldados e um adicional de ganhos se eles se dispusessem eles mesmos a remarem as canoas. Uma outra batida foi organizada para os Mocambos de Cameté, com dois destacamentos, cada um com vinte homens, para entrar nos rios e indagar aos lavradores a localidade de algum mocambo, e que assim prossigam em todos os rios do Monicípio da Cidade, deligenciando o descobrimento de negros ausentes da escravidão (BAENA, 1969, p. 343)

A presença de quilombos nas áreas próximas de Belém, onde se inclui o rio Bujarú é bem expressiva e esse processo de apossamento da terra espalhava se por todo o *interland*, criando nas experiências de fuga, de busca de refúgio, de lutas armadas na defesa da liberdade em cenário de matas, rios e igarapés, corredeiras e cachoeiras, o domínio de territórios. A aprendizagem dos segredos e dos perigos da floresta se faz em espaços de uma a duas gerações, portanto para eles é um processo de rupturas internas violento. Isso porque os registros mostram que a principal entrada de negros em Belém foi a partir

¹¹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1969) *Compêndio das Eras das Províncias do Pará*. Belém, UFPA.

da política pombalina (1755 a 1776) e os registros dos primeiros quilombos começavam a aparecer em menos de quarenta anos, em 1790. O processo de resistência à violência imposta pelo regime escravagista espacializa-se nos séculos XVIII e XIX para vasto território que se estende do delta do Amazonas até o seu curso médio, nos rios Tocantins, Tapajós e Trombetas, e mais à proximidade de sul de Belém nos rios Moju, Acará, Capim e Bujaru, como faz prova a documentação oficial encontrada nas correspondências da administração colonial.¹² Sob essa paisagem de rios e floresta, de ecossistemas diversos, construíram a experiência coletiva, saberes e práticas singulares que lhes permitiram viver e se reproduzir em territórios onde hoje ainda encontramos seus prováveis remanescentes.

No final do século XVIII começam as expedições militares objetivando o reconhecimento das riquezas naturais e de coação a fuga de escravos. Dos anos 30 até o final do século, expedições militares de captura, expedições científicas e missões religiosas esquadrinham essa paisagem, descrevendo com precisão a geografia, as especificidades do território, as ocorrências de fauna e flora, e o mosaico etnográfico para o caso do rio Trombetas.¹³

Os rios Moju e Acará constituem juntamente com a ocupação do rio Tocantins, um outro espaço de refúgio apropriado pelos escravos fugitivos. Seguem as trilhas de domínio tradicional dos povos indígenas dessa bacia e dão sequência a formas agro-extrativista de exploração de seus acidentes, igarapés e habitats onde era possível reinventar outras formas de vida em liberdade. É efetivamente um processo real de ocupação, fora da ordem colonial, dando continuidade a ocupação anterior de grupos indígenas.

As sesmarias garantiram, por outro lado, a ocupação desses rios e igarapés, durante dois séculos. Mas também há registros de diversas expedições organizadas em direção aos rios Guamá, Capim e Bujaru, visando a captura

¹² Ver códices de referência citados no texto.

¹³ Sobre o assunto ver Acevedo e Castro (1998).

de escravos fugitivos¹⁴. As missões de captura eram motivadas pelas frequentes queixas dos senhores em perder escravos que se evadiam para as fazendas próximas ou ainda para lugares desconhecidos, para juntarem-se a outros que se mantinham nas margens de igarapés, em geral escolhendo as suas cabeceiras mais distantes.

Alguns escravos se embrenhavam nas matas próximas da cidade, escondendo-se nos seus arrabaldes, podendo em algum momento retornar ou não. Os senhores de escravos queixam-se da demora nas diligências ocasionando por vezes nunca mais verem seus escravos. As autoridades e senhores de escravos buscavam saber onde eles se encontravam, forjando um edital de busca para envolver as pessoas das freguesias na localização dos mocambos.

Os mocambos e os engenhos de Bujaru

Encontramos registro de fazendas e engenhos com escravatura no rio Bujaru. Entre eles a propriedade de padres carmelitas e o Engenho Bom Intento, por sua expressão econômica, deveriam possuir muitos escravos. Somando-se aos ali existentes vinculados aos estabelecimentos agrícolas e manufactureiros, conforme as declarações encontradas nas Cartas de Datas, sesmeiros e seus confinantes, podemos examinar sobre: 1, a relevância de Bujaru como um território de grande ocorrência de escravos, e 2. a constituição de processos de fuga e de formação de quilombos em Bujaru, entre estes o mais conhecido era o Mocambo Cobruto.

Em ofício do Tenente Coronel Pedro Borges de Faria dirigido a Raimundo Diniz de Lima, Major Comandante Militar do Acará, solicita apreensão de 12 escravos que haviam fugido do Engenho Bom Intento que fica localizado às margens do rio Guamá na boca do igarapé Bom Intento pertencente a Januário Antônio da Silva e que teriam sido:

¹⁴ Ver registros oficiais que noticiam expedições de captura aos mocambos da região: “Repertório de Documentos sobre os Quilombos no Pará séculos XVIII e XIX Belém, NAEA/UFPA.

[...I seduzidos por um malvado forro da caza q. já se acha prezo aferros nesta cidade consta já seguirão a reunir-se a mocambos, ou que andão vagando pelo dstricto que V." S.º commanda logo que forem prezos faça-os remetter com segurança para o dito engenho ou para esta cidade, conforme for mais comodo do servico¹⁵.

Januário Antônio da Silva denuncia que os referidos 12 escravos se direcionado para um mocambo do distrito, revelando com essa observação a percepção que tinha sobre os mocambos de Bujaru. A captura de escravos e o retorno à produção dos engenhos, fazendas e sítios tornavam-se imperativos para reativar a economia local e por extensão da Província

Documento assinado no dia 07 de fevereiro de 1776, enviado por Narcizo Gomes do Amaral a João Pereira Caldas, dá notícia de um mulato chamado Lírio que vendia aguardente no rio Bujaru (Registro histórico do período de 1771/1776, de Manoel da Gama Lobo da Almada)¹⁶.

A presença de mocambos nos rios que contornam a cidade de Belém é sobejamente demonstrada nos documentos de arquivos dos séculos XVIII e XIX, onde é apontada a existência de povoações de negros, ou "lugarejos" referidos como lugares de má fama, como é o caso daqueles localizados nos rios Jangapim (Inhangapi provavelmente), Caraparu e nos igarapés Apeú e São João, que deságuam na margem direita do rio Guamá, e localizados na região de Buiaru e suas adjacências. Os documentos oficiais referem-se a mocambos e expedições de captura. É o caso do Relatório da expedição de Guardas Nacionais que se dirigiu a Bujaru e realizou o "asalto da fazenda Estrela", considerando os negros ali amocambados, como os implicados em desordens nas terras de Nossa Senhora mocambos e expedições de captura. E o caso do Relatório da expedição de Guardas Nacionais que se dirigiu a

¹⁵ APEP, Códice 1119 (atual) correspondência do Comandante Geral Militar com Diversos, 30 de junho de 1840. Apud Acevedo (1999). Op cit.

¹⁶ Alguns índios tiveram terras enquanto sesmeiros, como é o caso de uma concessão de data de sesmaria de 28 de julho de 1741, para Francisco Xavier, capitão da nação Anapurú-mirim e Ambrósio de Sousa, capitão dos caboclos, no Brejo do Arrayal (800 - livro 10, p. 79).

Bujaru e realizou o "asalto da fazenda Estrela", considerando os negros ali amocambados, como os implicados em desordens nas terras de Nossa Senhora.

Muito acertado seria colocar na fazenda Estrela uma força pequena, mas permanente, para correr estes centros todos, a fim de fazer cessar estes abusos, pois estes lugarejos são força que atraem não somente os escravos de Nossa Senhora, como muitos escravos de fora, como consta por várias denúncias que têm sido dadas. He de esperar que o governo da província, inteirado destes fatos, tome todas as medidas necessárias a este respeito.

No relato desse evento conhecido como assalto da fazenda Estrela, ou assalto à Fazenda Pernambuco (Correspondência Consular Tomo II 00(1840-1864) empreendido no dia 6 de janeiro de 1846 é noticiado pelo chefe da Guarda que chegaram a um local denominado Tabocal, conhecido como o sítio da Negra Josepha, e que cercaram as palhoças ali existentes dizendo que o lugar era reconhecido pelos seus numerosíssimos sinaes, existindo homens negros fugitivos que ali permaneciam livremente, afirmação negada pelas mulheres negras de forma insolente.

A tensão é evidente entre mocambistas e Estado Colonial, revelando a Guarda os insultos que teriam sido dirigidos ao Reverendo Padre Prior e ao administrador da Fazenda (Estrela), por essa mulher negra de nome Josepha que lhe teria dito não açoitava escravos, mas que se um escravo de Nossa Senhora lhe viesse pedir huma mão de farinha, ella daria um alqueire, porque os escravos de Nossa Senhora não eram escravos de ninguém, que tinham direito de fazer essas e outras coisas. Reafirmava sua noção de direito, onde a liberdade era fundamental. Presa, foi abrigada a mostrar as roças ou lugares onde estava a sua gente escondida ou trabalhando. Tal rebeldia era a mesma encontrada em outra mulher, chamada Raimunda, segundo ele também insolente, segundo aponta a Guarda em seu Relatório.

Josepha, seguindo o relato policial, teria levado os policiais em duas casas; a primeira de uma viúva onde prenderam um escravo da fazenda Estrela depois a um "retiro" onde teriam achado um outro escravo da mesma fazenda o

qual "sendo interrogado declara que sua mãe estava acoitada na casa de um tal Agostino Pestana, morador nas terras de Nossa Senhora". A intimação e ameaça de despejo foi deixada no quilombo. Na volta a Tabocal, lugar nas imediações do rio Bujaru, os policiais tentaram capturar um "cafuz" que logrou escapar entrando na mata, mas avançaram uma ameaça de despejo para as sobreditas mulheres de despejarem até o dia 1º de janeiro este sítio que ocupam ilegalmente¹⁷.

A questão envolve os proprietários e posseiros sem escravos para os quais a existência de homens livres que pudessem vir a trabalhar nas suas propriedades por alguma forma de pagamento passava a ser essencial à sobrevivência de suas empreitadas, na produção de cacau, cana-de-açúcar, nos engenhos, na navegação e na construção seja ela de qualquer natureza. Encurralados de um lado, os negros, que desafiavam a ordem do trabalho escravo, avançam em busca de novos territórios, criando à margem da lei as formas de vida com livre acesso aos recursos. Na tensão, no medo, no arrepio da lei e das ameaças de retorno à escravidão, constróem os dias nos mocambos.

Em nível mais geral, no país e no Pará, os conflitos espalham-se, reunindo os princípios abolicionistas e as revoltas internas na província. Denunciado junto com os irmãos Vasconcelos que foram presos, Philippe Alberto Patroni Martins Marciel Parente, referido por Baena (1839) como o primeiro cabeça da revolução e demagogo, o qual esse filantropo amante de novidades, pretendia actuar com o auxílio da escravatura [...] fez circular um folheto no qual apareciam duas mãos dadas sendo uma branca e outra preta e recomendando que os esperassem porque brevemente vinha mudar a ordem das coisas" (p. 328).

¹⁷ Baena (1839) com seu olhar contemporâneo sobre esses acontecimentos, nos traz relatos interessantes como o ocorrido em 1782 sobre um Forte de Faxina com o nome de Nossa Senhora de Nazareth, anexo ao Lugar denominado Alcobaça, onde se encontrava um artilhado de seis peças de calibre menor que o mediano para evitar os extravios de ouro e as fugas dos escravos de Cometá (p. 200-201).

Na década de 20 do século XIX aumentam os conflitos e como resposta uma reorganização administrativa é empreendida por parte das autoridades visando reforçar a união da província com Portugal. Chama atenção para o perigo de desavenças entre as administrações da Província pelo receio que possa desdobrar em perigo de que a sua descoadunação faça compaginar, mais depressa do que se pensa, a escravaria sempre pronta ao descativeiro com os Libertos e Mestiços opostos por índole e condição aos Brancos (p. 332)

O Comando da Guarda queixa-se da falta de munições e de mantimentos para manter a tropa e explorar por mais tempo aqueles bosques, senão havíamos de achar ainda muitos outros escravos fugidos, desertores, etc porque ali existem sinais evidentes de muita gente e as mulheres, por diversas vezes cortarão a si mesmo, como tudo se poderia ver pelo depoimento dos policiais presentes se isto fosse necessário.

O apoio recebido pelos escravos por parte daqueles para quem interessava força de trabalho livre para seus eventuais serviços de lavoura e manufatura, ou ainda para aqueles que questionavam a ordem colonial, era parte desse movimento mais geral presente na dinâmica de atores e de seus interesses no Pará, contribuindo com essa forma difusa de "abolição empreendida pelos escravos com os processos de fuga. Essa leitura pode ser constatada no trecho que segue, ainda referente ao inquérito sobre o assalto à Fazenda Pernambuco:

Os soldados policiais não podiam estar mais tempo fora das suas casas senão correndo pelas habitações de todos estes moradores que povoam as terras de Nossa Senhora, na beira dos igarapés S. João, do Apeú, por todas estas partes haviam de achar escravos fugidos açoitados. Este distrito é muito pouco corrido pela polícia. Os moradores das terras de Nossa Senhora recusam pagar os forros e unem-se com quantos malvados recorrem a eles, servem-se daqueles para seus trabalhos rurais, e vivem, por assim dizer, numa completa independência. Os escravos, certos de acharem coito, fogem com a maior facilidade. Nada custa mais do que os pegar protegidos que são por essa gente liberta.

O texto considera um campesinato sem terra que trabalha sob controle de arrendamentos. De um lado camponeses e de outro escravos, aparece a figura do forro e do pagamento aos seus serviços.

Provavelmente a falta de batidas no rio Bujaru, pois segundo Baena, este distrito é muito pouco corrido pela polícia e a presença de apoiadores como alertam, criaram condições mais favoráveis às fugas de escravos. Razão do insucesso verificado na maior parte das expedições que partiam na captura de fugitivos. Como se refere uma autoridade militar responsável pela manutenção da ordem, que nada custa mais do que os pegar protegidos que são por essa gente liberta.

As histórias correntes sobre prisão de rebeldes e as missões de captura subtraem da Guarda Nacional a legitimidade da coação medida pelo sucesso na captura de escravos e no restabelecimento da ordem escravista. A crença é de que uma polícia bem equipada e com um número expressivo de seu contingente, seria a solução, pelo que se pode apreender das referências históricas à falta de polícia, pois, segundo ouviram contar.

[...]Floreano, caryfeo do bando de fugidos desta fazenda, tendo sido ferido, apresentou-se ao Juiz de Paz do Rio Jangapaim (Inhangapi), o qual procedeu a um auto do corpo de delito indireto na pessoa daquele malvado, em conhecido no país, não somente por ter sido Cabano exaltado, como ao depois, por diversas tentativas de assassinato contra várias pessoas. O Juiz de Paz procedeu ao auto do corpo de delito sem mandar chamar ao administrador, e não prendeu ao escravo que hoje é chefe do bando que veio assaltar esta Fazenda, na ausência do dito administrador. E se se deve acreditar estas mulheres do Tabocal, elas disseram em nossa presença que o supradito Juiz de Paz despedira o Floriano dizendo-lhe "Vai te vingar, e façás-lhe (ao administrador) como elle te fez.

Em outra carta dirigida a autoridades militares, é narrado que um grupo de escravos conseguiu escapar do Convento dos Padres Carmelitas no rio Bujaru, apossando-se de terras e formando um quilombo chamado Cobruto. Um registro de ofício do senhor Jerônimo Francisco Coelho para o Major Comandante

Militar de Bujaru, Palácio do Governo da Província do Pará, esclarece sobre a prisão de escravos do referido convento que ajude nas diligências solicitadas pelo Prior do mesmo convento.¹⁸ Em carta datada de 21 de setembro de 1765¹⁹ escreve Lourenço Antonio (a Costa a Francisco de Souza Coutinho, Presidente da Província informando sobre a existência de um mocambo de pretos no rio Capim, portanto em terras confinadas com o vizinho rio Bujaru. Declara existir esse mocambo há cerca de três anos, e que os mocambistas haviam construído casas e montado seus plantios nas matas do Tenente Coronel Manoel Miguel Ayres Pereira, fato desconhecido para este, sendo que já tinham rossa quase madura e forno para cozer farinha"

As fugas de escravos²⁰ representavam processos marcados por audácia e persistência, condições essenciais para manter distantes as forças milicianas e os donos de terras que organizaram ou financiaram as missões e as diligências de captura em toda essa região do entorno de Belém, do Marajó e Gurupá até os afluentes do baixo Tocantins e os rios Acará, Capim, Bujaru e Igarapé-Miri, para citar as áreas mais populosas de escravos e com mais posses agrícolas. Há diferenciação nos processos de formação de quilombos, como diz Acevedo (1999) fuga e modalidades de inserção nos quilombos não se encaixam num único momento e modelo. Alguns escravos fugiam e, eventualmente podiam estabelecer um jogo de negociação com os seus senhores. Assim também os

¹⁸ APEP, Códice 1203 (atual), 1849. Registro dos ofícios dirigidos pelo Presidente às autoridades militares e chefes das repartições militares nesta Província.

¹⁹ APEP, códice 512 (atual), 285 (antiga), 1838-1840, em Correspondência de Diversis com o Govêrno - 1794-1796.

²⁰ Em *Negros do Trombetas* (1998), esses processos de fuga lograram a formação de quilombos no alto das cachoeiras do rio Trombetas. As autoras apreciam que “Nos anos 1820 a fuga de escravos inaugura formas coletivas, portanto diferentes, do rompimento individualizado com o senhor de escravos. Assim, inscreve-se num contexto político de lutas internas e de forças que traziam conteúdos ideológicos emancipacionistas no Pará. Por volta de 1822 as fugas de escravos intensificaram-se nas vizinhanças de Belém e registra-se o aumento de quilombos na ilha de Mosqueiro, no distrito de Bardsena, na ilha das Onças, nas margens dos rios Guamá e Capim e no distrito de Cameté. Esse último atraiu a atenção das autoridades pelo caráter político dos agrupamentos de escravos”

motivos para organizar esses quilombos eram diversos, como por exemplo, a insatisfação pelos maus tratos e castigos, a falta de liberdade para produzir e conduzir suas vidas e o interesse por ampliar as possibilidades de trocas mercantis. O confronto das forças milicianas com os quilombos era frequente, nas contínuas buscas visando capturá-los, na maior parte mal sucedidas. O grau de violência impressiona, como é o caso da expedição que chegou no Arsenal de Belém, em 1823, dando conta do ocorrido na procura de "malfeitores, e pretos fugidos" resultando na destruição de um mocambo que teria em torno de 20 pretos. Declara Joaquim Epifânio da Cunha para a Junta Provisória do Arsenal que depois de um renhido combate no mocambo a que eles se açoitavam em que fizeram mortos uns 16 a 20 pretos, e outros feridos, aprisionando a Rainha do Mocambo e mais outra que talvez seja a sua camareira-mor, repartiram os vinte mil réis encontrados entre os soldados que participaram da expedição.²¹

Revoltas, insurreições e afirmação do quilombo

Pelas informações do Major e Comandante Militar Francisco de Sequeira Monterroso, de Ourém, eram constantes as empreitadas policiais destinadas a arrasar os quilombos e barrar o avanço dos processos de fuga. Certa carta se refere a uma missão de batção do quilombo de Ourém, cujo comandante deslocou-se com suas tropas de Belém para Bragança. Visava concretizar a segunda expedição para arrasar o mocambo que está próximo da Villa de Ourém, que o capitão de mato Manoel dos Santos afiança ter, entre pretos e pretas, cento e quarenta, e se obriga a guiar a tropa até o dito mocambo, esperando que tudo se conclua até o fim do mês, se seu plano não falhar. Alguns elementos saltam dessa correspondência e destacam a importância dos quilombos de Bragança que se estendiam pelo vale do Gurupi, ligando-se a outros do Maranhão. Mostram primeiro a relevância do quilombo pelo seu tamanho e desafio ao comando militar que mobiliza 14 capitães, 33 soldados,

²¹ APEP, Códice 755 (atual), 409 (antiga), 1823. "Correspondência de diversos com o Governo da Província do Pará.

4 oficiais inferiores e 40 praças de 1º e 2ª linhas, armados e municiados de pólvora e bala, além de seu comandante, Alferes do 2º Regimento, Antônio José Vaz Tavares; em segundo lugar pela localização em uma região como Ourém que não estava, pelas estatísticas, entre as mais populosas de escravos. A vizinhança com Bragança potencializava, no entanto, um território mais amplo de fuga e refúgio. Isso nos leva a supor que em outras áreas menos guarnecidas e de mais difícil acesso, como as cabeceiras de rios e igarapés, com acidentes geográficos que favorecem o esconderijo, a exemplo de Bujaru, onde os mocambos reuniram condições de atravessar essa distância e de permanecer por mais tempo e produzir, no mesmo território, sua existência social e cultural.

Observam-se, numa grande extensão territorial, práticas de organização da rebeldia ao sistema de trabalho escravo, permanecendo muitas vezes em pequenos grupos, espalhados nas terras das fazendas, recriando assim as condições de vida para se manter através de pequena agricultura, da coleta, da caça e da pesca. A resistência assume, portanto, formas diversas, sendo o quilombo um emblema que se atualizava no mundo negro da resistência. Construíram assim seu espaço social e reproduziram as bases das sociedades de hoje e da presença negra fortemente encontrada nos traços e na cultura amazônica.²²

Por todo o vale ocorreu a insurreição, por volta de 1822 até as décadas subseqüentes. Os sinais da decadência eram evidentes e refletiam na produção que mostrava dificuldades de retomar a organização do trabalho de períodos anteriores. O Jardim Botânico de Belém, onde se realizavam novas experiências de plantios de espécies trazidas para a Amazônia, como foi o caso de dezenas de frutas trazidas das Guianas, entrou em decadência e em 1830 estava praticamente extinto. Os estabelecimentos manufatureiros, como diz Reis, foram abandonados e desativados. Os estaleiros pararam e as embarcações começaram a escassear tanto para as atividades de defesa

²² Observações encontradas na análise de Acevedo e Castro em Negros do Trombetas, Belem, 1998, 2º ed.

das fronteiras, mas também para assegurar as buscas de escravos fugidos e batida nos mocambos. Nesse clima em que as revoltas se formavam, estoura o movimento da Cabanagem que vinha sendo gestado há bastante tempo. É a expressão de um conflito mais amplo e anterior às revoltas do início do século. Os revolucionários estavam inspirados na busca de uma outra ordem econômica e social, onde os conceitos de liberdade e democracia formavam as bases de um projeto social. Reis faz um balanço sobre a importância do conflito que levou a 40.000 mortos (em contagem oficial contestada por diversos autores), e mudanças importantes na organização social, na produção e no comércio, estabelecendo alguns ajustes, ainda que frágeis, da relação e mediação entre camadas sociais.

Irradiação de pequenas cidades ou povoados de negros nos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará

A Vila de Santana juntamente com o Arraial do Cravo, a primeira na margem esquerda do rio Bujaru e, o segundo, nas margens do igarapé Cravo, foram povoados importantes nos séculos XVIII e XIX. Dali irradiaram-se e teceram as relações de sociabilidade com outras localidades dando origem a novos povoados. Surpreende que todos eles tenham guardado, ao longo do tempo, as relações familiares e de trocas econômicas, suas festividades e as manifestações religiosas que lhes garantiam unidade e a manutenção de um sistema de sociabilidade.

Irradiando-se através dos igarapés povoados que iam aparecendo com o casamento e conseqüente desmembramento espacial do grupo familiar, amplia-se o espaço de domínio das relações das famílias de São Judas com o território. Teria havido, com esses processos, uma afirmação no tempo de um antigo território étnico? Quais as regras de integração de novas famílias aos grupos originários? Pelo que se pode perceber, as possibilidades de entrada de novos membros vêm, sobretudo pelos laços de casamento, quando membros de outras famílias são incorporadas em relações de parentesco de caráter

social e não consanguíneo, mais amplas e por isso com vínculos menos fortes, podendo retornar aos vínculos de sua família de origem.

Na percepção sobre o deslocamento dos grupos familiares e o povoamento desse território, as pessoas entrevistadas se referem a Santana como um povoado que tinha muitos escravos, e com sua Igreja de 300 anos. Na fala de um morador de São Judas, lá em Santana era o lugar da escravatura, onde é a Igreja e antes era onde está o cemitério, assinalando a presença de prédios da época da escravidão, mas ainda em pé apesar do seu estado de deterioração avançado, como é o caso daquela igreja. O povoado de Cravo pertencia a Santana que organizava, enquanto referência administrativa e religiosa, as relações entre os povoados.

Foto 3 - Rio Bujarú na embocada do igarapé Dona - Comunidade Dona.



Foto: E. Castro

Foto 5 - Igreja centenário de Santana à margem do rio Bujaru - Cidade de Santana.



Foto E. Castro

A narrativa dos descendentes de escravos refaz vários fluxos e direções nas fases pós-abolição. É difícil identificar a origem desses deslocamentos, embora as narrativas permitam concluir sobre a irradiação de famílias que se espalharam seguindo as rotas dos igarapés e fixando novos pontos no território conquistado, mostrando um modelo de espacialização num grande círculo, atado pelas relações familiares. O primeiro movimento de convergência e refluxo para a vila de Santana, seguindo o curso do rio Bujaru e dos igarapés Cravo, João Igarapé, Jutai, Jutai Grande e Arapiranga, irradiando-se pelos igarapés Dona, Campo Verde, Ipanema e Galho²³. O segundo movimento de Santana em direção ao alto e baixo rio Bujaru, religando-se com os ramos familiares que se encontravam nos lugares Dona, Ipanema, Campo Verde, Galho e Igarapé João. A partir de Cravo, configura-se na direção de São Judas, Santo Antônio, Curupeté e Curuperezinho.

²³ A igreja de Santana, na vila de Santana tem 300 anos, era a igreja que faz parte da paróquia de Bujaru e que atendia a todas as comunidades.

Essas direções se assemelham no que diz respeito a se manter nos igarapés e somente mais tarde ir ao encontro de espaços com as áreas urbanas e os caminhos abertos pelas estradas. Encontra-se muito pouco material antropológico que explique como se desenvolveram as relações étnicas ao interior dos grupos domésticos e deles com a sociedade envolvente. Igualmente restam muitas questões a elucidar sobre as relações que mantiveram, na época da escravidão e na pós-abolição, com agentes econômicos. Sabe-se que os regatões desempenhavam esse papel de elos de ligação, através do comércio, com o mundo de fora desse universo que de certa forma se fecha nas relações familiares resguardando a unidade grupal, nesse território de mata e águls mas se abre para as relações comerciais, em direção ao mundo urbano onde são vendidos seus produtos, seja com Belém ou outras cidades.

Considerações finais

As redes de contato e de trocas, dos rituais e das festas, teceram, ao longo do tempo, os liames de vínculos sociais que se mantém até o presente. E refizeram o caminho das águas, não mais atravessando o oceano Atlântico, mas as terras atravessadas - terra-firme ou de várzea -, pelos rios e igarapés. As redes de sociabilidade se tecem na relação com o território que é marcado pelas vias aquáticas. É por isso que essa dimensão é chave para se poder entender a territorialidade e como essas comunidades sobrevivem no tempo, e mantém suas tradições na sucessão geracional. As redes de relações conectam as comunidades entre si, as pessoas aos grupos familiares e através destes, para as demais comunidades que compõem esse universo étnico que se configurou no passado, por processos certamente múltiplos, mas que hoje fazem parte desse patrimônio inscrito na trajetória de indivíduos e grupos e que demarcam as particularidades das origens étnicas do povoamento e dos territórios dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará.

O sistema sesmarial estava latentemente sendo modificado por formas de apossamento fora da lei, e ainda, ampliando-se a conquista dos territórios por outros processos igualmente percebidos como ilegítimos - os mocambos de

pretos e de índios - repassando, dessa maneira, o patrimônio público para a sociedade, seja pela forma da propriedade privada praticada pelos donos de fazendas e engenhos, ou sesmeiros em geral, seja por processos de apossamento coletivo, onde a defesa do território esteve diretamente relacionada à capacidade de nela se manter, o que implicava inevitavelmente em estratégias coletivas de defesa do território.

Referências

ABEP. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial. 1968.

ACEVEDO MARIN, Rosa. E. (2000) Camponeses, Donos de engenhos e Escravos na região do Acará nos Séculos XVIII e XIX, Belém, Paper do NAEA no. 131, UFPA/NAEA ACEVEDO MARIN, Rosa E.

ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínios de um conhecimento praxológico. In: Novos Cadernos NAEA. v. 2, n. 2, p. 73-107, dez. 1999.

ACEVEDO MARIN, R. & CASTRO, E. (1998) Negros do Trombetas. Belém, 2. ed. CEJUP

BAENA, A. L. M. Compendio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969

BAENA, A. L. M. Ensaio Corographico da Província do Pará. Belém: Tip., 1838.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, Ensaio Corográfico sobre a "Província do Pará". Belém, Typ de Santos & Menor, 1839.589p

BASTOS, A. C. Tavares. O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. 3 ed. São Paulo: Editora nacional/Brasília: INL 1975.

BRUSQUE, F. C. de A. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos Araújo Brusque à Assembléia

Legislativa da Província do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura. Em 1º de setembro de 1862. Pará, Typographia de Francisco Carlos Rhossard, 1862. p. 57-66.

CASTRO, Edna (2003) Quilombolas de Bujaru. Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra. Belém, CESU/Programas Raízes / UNAMAZ. Relatório de Pesquisa.

CASTRO, E (Org.) Quilombolas do Pará - CD-ROM, Belém, NAEA, 2005.

CRUZ, Ernesto (1960) Temas de História do Pará. Belém. SPEVEA.

HOBSBAWM, E; T. (1973) Peasants and Politics. Journal off peasant Studies. New York: Nortons.

LEONARDI, Victor (1999) Os historiadores e os rios. Natureza e ruína na Amazônia Brasileira. Brasília. Paralelo e UnB.

RAIOL, D. A. Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, v. 3, 1970

REIS. Arthur César Ferreira. História de Obidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL/ Belém: Governo do Estado do Pará, 1979 (Coleção Retratos do Brasil, v. 123).

REIS, J. J. & SILVA, E. (1989) Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras

SALLES, Vicente. O Negro no Pará sob Regime de Escravidão, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Belém: UFPA, 1971.

SPIX, Johan Baptist, MARTINS, C. F. O. Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Melhoramentos, 1976.

SCOTT, James C. (1985) Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven and London. Yale University.

Capítulo 3

Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens

A fundação de Belém em 1616, a partir da construção do Forte do Presépio, na desembocadura do rio Amazonas, foi o principal marco do início da colonização portuguesa e de sua expansão para o interior do grande vale amazônico. Nomeada inicialmente de “Feliz Lusitânia”, Belém passaria a ser o epicentro de onde irradiariam as ações e estratégias da colonização portuguesa na Amazônia. O sítio original foi escolhido na confluência dos rios Pará e Guamá com a baía de Guajará. Além desses corpos hídricos principais, a área onde se estabeleceu a cidade de Belém é entrecortada por uma série de igarapés e canais de maré, integrantes do sistema hidrográfico do estuário do rio Amazonas. Este território era habitado por vários povos indígenas, sendo os Tupinambá os mais numerosos e aguerridos.

Na desembocadura do rio Amazonas, encontra-se o arquipélago do Marajó, formado por centenas de ilhas¹. Graças a sua posição geográfica, ele foi a porta de entrada para as expedições oficiais, de missionários de várias ordens religiosas e de viajantes e aventureiros. Ali foi construído o principal porto comercial da foz do Amazonas (e também do rio Tocantins), referência para o comércio e para as cidades, vilas, povoados e sítios que viriam a se desenvolver ao longo dos rios, no entorno de Belém.

Os relatos de missionários, de viajantes e de naturalistas constituem um conjun-

¹ Estimam-se aproximadamente 2.500 ilhas e ilhotas espalhadas no arquipélago do Marajó, no estuário, sendo a maior delas a ilha de Marajó. No entanto há outras 46 que são de grande e médio porte. Na maior parte, são ilhas de várzea com regime de marés e inundações periódicas. Existem 23 municípios considerados estuarinos e em terras continentais, e todos eles estão no território paraense.

to importante da literatura sobre a Amazônia colonial, parte dele à espera de interpretações mais rigorosas e críticas. As expedições que percorreram o rio Amazonas e seus afluentes trazem observações sobre os povos originários e seus modos de vida, assim como extensos inventários de fauna e flora. O relato do Frei dominicano Gaspar de Carvajal que acompanhou a expedição de Francisco de Orellana (1540-1542) contém descrições extraordinárias sobre a natureza e os povos que moravam no vale dos rios Solimões e Amazonas, desde a província dos Omágua até a sua foz. A expedição de Pedro de Ursúa tentou refazer o mesmo percurso de Orellana entre 1560 e 1561, descendo o grande rio, como também a de Lope de Aguirre, mas esta acabou se perdendo no emaranhado de rios e desviou-se em direção à Venezuela. Dessas viagens, a de Pedro Teixeira, que saiu do porto de Belém em 1637, se tornou memorável pelas narrativas sobre a imensidão do vale amazônico e as estratégias coloniais de conquista (REIS, 1953). Também inúmeras congregações religiosas da Igreja Católica chegaram a Belém desde o início da colonização². Alguns destes missionários produziram relatos minuciosos que nos permitem, no presente, compreender os processos de catequese de índios, a relação colonial e as estratégias de dominação a eles impostas³.

² Entre elas: Ordem de Santo Antônio, Jesuítas, Carmelitas, Mercedários, Capuchos da Piedade, Frades da Conceição da Beira e Minho, todas unidas na empreita de conquista. De Belém, dirigiram-se para outras regiões mais distantes do epicentro da colonização, como os Franciscanos que se assentaram nas terras do Cabo Norte e os Carmelitas, nas terras do rio Negro (REIS, 1953).

³ As relações entre os Portugueses e os grupos indígenas que ocupavam toda a costa atlântica da Província do Grão-Pará e Maranhão e as áreas interiores foram marcadas por violência e confrontos sangrentos. Os registros documentais mostram o extermínio de aldeias e, também, o deslocamento de grupos localizados no estuário para outros territórios em função da dizimação e de conflitos. Bem sabemos que a violência é a outra face da conquista, da riqueza e do poder que a “descoberta” das Américas proporcionou aos países europeus. A morte de Portugueses, seja pelas guerras ou pelo flagelo de doenças, ataques de animais, fome e os medos que os assolavam, também são temas que povoam narrativas pungentes sobre a saga e a violência da conquista portuguesa na Amazônia. Outro movimento político de camadas subalternas da sociedade, cujo cenário principal foi o estuário amazônico, foi a Guerra da Cabanagem (1835-1841).

Essa região do estuário foi também percorrida, no século XIX, por diversos naturalistas e viajantes, tais como Alfred Wallace, Henry Bates, Adalberto da Prússia, Paul Le Cointe, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, Orville Adalbert Derby, Antonio Baena, Luiz e Elizabeth Agassiz, Auguste Plaine e Henry Pearsen, entre outros, que produziram relatos, desenhos, mapas e coleções de espécies, inventariando a diversidade de fauna e flora⁴. Essas obras certamente são importantes pelo testemunho, mas têm limites impostos pela visão colonial, e, conseqüentemente, pela relação de alteridade que se impõe no processo (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2008) ao produzir imagens distorcidas, distantes, como assinalam Neide Gondim (2007) e Víctor Leonardi (2003), e narrativas marcadas pela percepção e pelas crenças que viam o outro como inferior e ignorante (GOMES, 2007; PIZARRO, 2012), supostamente vazio de espiritualidade, do sensível, de saberes e valores.

A Amazônia é a parte do planeta de maior diversidade biológica, onde se encontra uma das maiores concentrações de água doce bem como enormes extensões de terras ainda com grande cobertura florestal⁵. No estuário do rio Amazonas, a floresta encontra-se parcialmente inundada, com períodos de enchentes e vazantes, apresentando os ecossistemas de várzea, manguezais e terra firme. É uma enorme área composta pelas embocaduras dos rios Amazonas e Tocantins, de grande biodiversidade e altas taxas de fitoplâncton. É ainda a zona de contato da água doce com a água salgada, dinâmica importante para a vida no estuário, onde os recursos de água doce se alternam com os do mar. Raimundo Moraes, em *Na Planície Amazônica* (1960), faz um inventário sobre a floresta, a biodiversidade de fauna e flora, a exuberância da

⁴ Por escapar aos objetivos deste artigo, deixamos de desenvolver essa análise sobre as observações encontradas nesses documentos, em especial as representações produzidas sobre o estuário.

⁵ Reforça-se neste início de milênio o debate sobre o uso dos mananciais aquáticos da Amazônia que, certamente, irá se aprofundar no correr desta década. O interesse mundial despertado mais recentemente pela água está relacionado a pressões para ampliar o lugar desse recurso no universo de mercadorias, do ponto de vista da dinâmica dos mercados.

vida ali existente⁶. Ele escreve que no “raio de uma hora, nas imediações de Belém, os entomologistas catalogaram 700 variedades de borboletas, quando as Ilhas Britânicas só possuem 66 e a Europa toda, 399” (1960, p. 86).

Por todos esses séculos, o estuário amazônico foi lugar de morada de diferentes grupos sociais que desenvolveram ali formas diversas de exploração econômica de recursos, tais como as drogas do sertão⁷, a madeira, a caça e a pesca, os minérios e os frutos. A região destacou-se pela agricultura de várzea e de terra firme, com plantações de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, frutas, grãos e mandioca, bem como a pecuária bovina e equina que se propagou sobretudo na ilha do Marajó. Nas margens de rios e nas ilhas do estuário, foram instalados engenhos para a fabricação de açúcar, rapaduras, cachaça, licores e outros derivados da cana-de-açúcar. As inúmeras ruínas desses engenhos testemunham, no presente, a diversidade de processos de trabalho na transformação industrial do açúcar e de outros produtos agrícolas. A maior parte dessas atividades tinha relação direta com as paisagens de águas, a exemplo da técnica de arrastar as toras de madeira derrubadas na mata através dos cursos d’água, ou com as atividades de navegação e de pesca.

O regime de vazão do rio Amazonas contribuiu para os movimentos de pesca que se alteram conforme a sazonalidade, o tempo de marés, os ventos, a capacidade das embarcações e as técnicas utilizadas para a pesca. As pescarias eram praticadas na extensão do litoral, do Pará ao Amapá, nas águas fluviais e lacustres, atendendo ao consumo direto e à demanda de salga de peixe para exportação. O peixe salgado foi um dos principais produtos exportados pelo porto de Belém no período colonial. Os *pesqueiros* ou pontos de pesca – desde

⁶ A planície amazônica constitui, do ponto de vista da feição fisiográfica, a mais alta expressão na América do Sul, como se refere Sylvio Fróes Abreu (1942), acrescentando que ela está “situada entre as elevações do Brasil Central e o maciço guianense, e limitada a Oeste pelos enrugamentos andinos. A declividade é insignificante ao longo do rio, até a sua foz” (p. 68).

⁷ Termo genérico para nomear os produtos extraídos da floresta amazônica durante o período colonial, tais como plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais, entre outros.

os pescadores reais até aqueles hoje identificados – são assim referências para os pescadores do estuário. Santana (2006) menciona uma série de pescadores atualmente em atividade na região, como o pescador Ponta Fina, o Castelão, o Maguari, a Pepéua, a Croinha (ilha de Marajó), o Canal do Navio, o Anjo e o Anjinho (litoral de Marapanim), o Ponte de Algodoal (litoral de Maracanã) entre outros também localizados na confluência das águas fluviais e marítimas.

As populações originárias tiveram papel importante na atual composição da biodiversidade da floresta amazônica: enriqueceram-na com seus saberes tradicionais sobre a fauna e a flora, associados aos costumes alimentares, aos tipos de utensílios e às técnicas de trabalho, e sobretudo às práticas tradicionais de manejo da terra. Todos esses elementos foram essenciais na reprodução social e biológica daqueles grupos ao longo do tempo, e na reprodução e produção da natureza. Trata-se de um legado natural que é precioso para a história contemporânea do ambiente e das sociedades (POSEY, 2002).

As paisagens de águas do estuário são marcadas por uma diversidade de feições, de elementos singulares que as compõem, de agências não humanas que imprimem movimentos e alterações na conformação dos corpos (ver Stoll; Sauma; Isabelle e Silveira, neste volume). As ilhas que se deslocam, as praias que desaparecem ou se ampliam, o surgimento de *baixios*⁸, tudo isso tem a ver com o volume das águas e sua força, com o regime de chuvas e com a sazonalidade. Agências que são observadas pelos moradores das ilhas e fazem parte de suas narrativas sobre as mudanças na paisagem.

O objetivo deste artigo é contribuir para a compreensão sobre o papel que Belém tem desempenhado nesse mundo de águas e de floresta que a envolve. E como a cidade, nas suas duas partes, continental e insular, agencia mudanças na paisagem e nas representações sobre essas paisagens. Inúmeros processos tiveram papel importante na redefinição da paisagem da orla de Belém e das ilhas, na geografia dos bairros de Belém, e na sua relação com a água, seja em referência à cobertura florestal, ao aparecimento de ilhas e *baixios*, às mudanças

⁸ Espécie de enseada que os rios formam nos terrenos marginais e onde, por ocasião das vazantes, a água empocha.

em furos e canais, ou às alterações na qualidade da água e na balneabilidade de suas praias (BRAZ, 2003; MOREIRA, 1966).

Parto de uma perspectiva epistemológica fundada no reconhecimento dos sujeitos e de suas capacidades de agência. Portanto, de ações e estratégias acionadas ao longo das experiências vividas no contexto de interações sociais urbano-rurais, cidade e ilhas. Na linha da sociologia de Pierre Bourdieu, as práticas sociais são orientadas por esquemas de percepção e incorporadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de socialização, como sistemas de disposições duráveis; se trata de dimensões incorporadas como o *habitus*, mas que concede ao agente um relativo poder de ação, ou autonomia no campo, frente à estruturas estruturantes. O conceito de agência é uma capacidade e um potencial de agir no mundo e de transformá-lo, pelas ações e intenções dos agentes (ORTNER, 2007). A agência humana, no sentido dado por Bourdieu (2007) e por Giddens (1997), é a capacidade dos seres humanos em definir ações e estratégias, em construir representações e relações simbólicas, de produzir sentidos no jogo. Nessa perspectiva, o “senso prático” opera as exigências e os ajustamentos de um dado campo, seguindo a lógica de relacionar as estruturas dos sistemas simbólicos às estruturas sociais, na dinâmica da produção e da reprodução de vínculos, de valores e de crenças dos agentes (BOURDIEU, 2009).

O texto está composto de quatro partes. Mais que descrever resultados de pesquisas realizadas no interregno de 2004 a 2012⁹, pretende-se na primeira parte formular certa percepção sobre as interações de caráter urbano-rural

⁹ Pesquisas realizadas no âmbito do Projeto “Mudanças do Estuário Amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental” (MEGAM), coordenado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, com o apoio da FINEP, do CNPq e da Fundação Ford, sob a coordenação da autora deste texto. Ver, para maiores informações, o relatório do projeto MEGAM (2004), disponível online. Outra pesquisa, “Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará”, com apoio do Programa Raízes, do Governo do Estado do Pará e da Fundação Ford, com metodologia etnográfica e cartografia coletiva dos territórios sociais, incluiu áreas da região guajarina e dos rios Guamá e Bujaru, no correr de 2008 a 2012.

de Belém e suas ilhas, e os processos de mudança no estuário. Na segunda, aborda-se o papel da cidade de Belém nas mudanças de paisagem que ocorrem no estuário. Na terceira, a partir de uma análise sobre as ilhas, o trabalho, os portos e os cursos d'água, identificam-se algumas práticas de agentes humanos e sua percepção sobre as alterações na paisagem. Por fim, na quarta parte, trata-se de trabalho e alterações na paisagem em três ilhas da Orla Norte da cidade de Belém.

Mudanças e paisagens de Belém no estuário amazônico

Belém é uma cidade das águas. Suas margens são demarcadas pela presença líquida e o desenho de muitos de seus bairros é orientado pelos fluxos de rios e igarapés que os cortam. A água também circunda as 39 ilhas que fazem parte do município. Nesse sentido, essa sua relação com as águas nos permite pensar em uma conformação particular da paisagem (CASTRO, 2014) produzida pela ação de agências humanas e não humanas.

O Amazonas é um dos rios mais extensos do mundo (6.992,06 km), tendo o maior fluxo de água por vazão. Ao receber águas do rio Tocantins pelo braço do rio Pará e de muitos outros rios menores, o rio Amazonas aumenta ainda mais o volume de água que irá despejar no oceano, contornando as ilhas do arquipélago do Marajó na sua passagem. Sua bacia hidrográfica é de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados e sua foz é formada de ilhas de várzea com regime de marés e inundações. O Mapa da figura 1 expõe essa geografia particular de Belém, tendo em frente da cidade, na Orla Norte, as ilhas de Cotijuba, de Mosqueiro, de Caratateua, Jutuba, Paquetá, Mirim, Urubuoca e Tatuoca, entre outras. Mais distante, conforme o mesmo mapa, vemos a ilha do Marajó, separada de Belém pela Baía do Marajó. Na Orla Sul, as ilhas do Combu, do Morutucu e a Ilha Grande.

O ritmo da vida no estuário acompanha a sazonalidade e as mudanças no volume de água (Harris, nesse volume). As marés provocam marcantes mudanças na paisagem: terras mais secas ou inundadas, canais que se

alargam ou se estreitam com a presença de terras caídas cujos sedimentos descem em direção ao estuário, ou ainda novas formações arenosas, ou novas ilhas (Alencar, nesse volume).

A cidade de Belém se estende para além de suas orlas, ou de suas bordas, se é que podemos falar de bordas, uma vez que entendo que as bordas remetem a um sentido de limite, de fronteira, de impedimento. Mas as observações mostram o contrário, que elas transbordam para além de seus aparentes limites, formando um continuum entre a parte continental da cidade, que é quase uma península, e as ilhas, esse conjunto que é parte integrante, pela dimensão de história e tempo, do mundo de águas e do estuário (Isabelle, nesse volume). A orla da cidade, com extensão de aproximadamente 50 km, existe na relação com as ilhas, a baía, os rios, os furos e os igarapés. Somando as 39 ilhas de Belém com as 32 do município contíguo de Ananindeua e aquelas dos demais municípios próximos, tais como Barcarena, Abaetetuba, Moju e Acará, ultrapassaríamos a centena de ilhas, todas próximas à capital (CASTRO, 2006).

Os igarapés atravessam Belém e formam bacias como a do Una, do Tucunduba e a do São Joaquim. Eles permitem a entrada e saída de pessoas, de mercadorias, de sonhos e realizações, de pessoas pertencentes a grupos sociais de várias origens, como um mosaico de agências sociais que interagem e exprimem a singularidade da cidade. Eidorf Moreira (1966) utiliza o termo “moldura hídrica” para falar dos fluxos de águas da cidade de Belém, e se refere ao “soberbo e grandioso estendal de águas. Sem exagero, pode-se dizer que nenhuma cidade do Brasil se mostra tão portentosa e interessante sob o ponto de vista hidrográfico. A água figura aí como peça fisiográfica e como elemento cênico, como moldura e como agente modelador” (MOREIRA, 1966). A cidade floresceu em função da água, cabendo, portanto, a designação de “flor das águas” dada por ele.

Belém tem um clima afável quando os ventos que vêm do Atlântico, depois de atravessarem as ilhas, varrem a cidade. Para Moreira, essa localização no estuário favorece a circulação do vento “uma vez que se acha situada no

maior estuário continental” (MOREIRA, 1966); o autor considera assim que Belém é uma “cidade aberta”, eolicamente falando. Mas, no inverno, que é o período das chuvas, um calor abafado começa no início da tarde; o mofo e a humidade podem tomar conta da casa ao mesmo tempo que o mormaço das tardes sem vento, quando se instala, traz a sensação de estufa.

Figura 1. Estuário Amazônico, cidade de Belém e ilhas.



Realização: Laurence Billault (IRD).

Os portos e trapiches se espalham em Belém, desde os bairros do Guamá e do Jurunas, às margens do rio Guamá, e seguindo os bairros da Cidade Velha, da Campina, do Comércio, do Reduto, do Telégrafo, da Pratinha e do Tapanã, no contorno da orla, até chegar ao Distrito de Icoaraci. Todos

são lugares onde se dão as trocas econômicas entre cidade e áreas rurais, produzindo, portanto, as condições de reprodução social para muitas famílias. São espaços de encontros afetivos, de um mundo sensível e de cumplicidades e, por isso, reafirmam, no nosso entendimento, uma unidade urbana continente-insularidade (CASTRO; SANTOS, 2006; MOREIRA, 1966). Na história da cidade, agentes humanos e não humanos em interação estão ligados pelas águas. Como já referido, essa paisagem do estuário é também formada por pequenas cidades, porém importantes por alimentar intensas redes de trocas econômicas, culturais e sociais que se reproduzem no tempo e se espalham através do emaranhado de cursos de água e da floresta. As Figuras 2 e 3 trazem a imensidão de água e sugerem a observação desses dois mundos, da cidade continental e das ilhas. Então, como entender Belém senão enquanto um território fluido, flexível, plástico, permeável e que se materializa através de múltiplas agências humanas e não humanas?

Ao longo do tempo ocorreram mudanças nas paisagens de Belém relacionadas ao fluxo das águas, como relata Haroldo Maranhão (2000), em seus estudos sensíveis sobre Belém. Seus canais e rios urbanos foram aterrados, assoreados ou desviados de seus cursos por diferentes processos de intervenção governamental ou privada, redefinindo a aparência e a morfologia da cidade. As dinâmicas humanas com práticas predatórias estão fragilizando ecossistemas importantes como aqueles de zonas costeiras, lagos, rios, igarapés, igapós e mangues que têm desaparecido mais rapidamente que outros biomas de floresta natural. Observou-se no entorno de Belém, áreas alteradas pela drenagem, pela construção de diques e canais e também pelo desmatamento (FAURE; PROST; CASTRO, 2006) e pela contaminação (MOREIRA, 2005). Embora o foco deste artigo não seja a poluição do rio e das águas, essas referências são importantes pois indicam alterações da paisagem pela ação humana.

Cabe lembrar também as mudanças na paisagem urbana da orla em decorrência sobretudo de agências humanas, tais como os usos para a indústria e o comércio, o turismo e as atividades de lazer, ou para construir novas estruturas, tais como



Figura 2. Belém vista a partir da Ilha do Combu
Fotografia: Jorane Castro.



Figura 3. Ilhas no estuário amazônico
Fotografia: Jorane Castro.

a ampliação do porto principal de Belém¹⁰, o aterramento de igarapés (entre outros o Igarapé do Piri e o Igarapé das Armas) e de igapós (a exemplo das baixadas da Doca de Souza Franco e as áreas baixas que acompanhavam a orla do atual bairro do Jurunas). Parece-nos central nos estudos sobre os fluxos das águas na Amazônia entender a relação dos homens com os rios, com os lagos, igarapés, igapós e com a floresta, e como essas experiências estão no imaginário e conformam o seu mundo sensível, as representações e os sentidos atribuídos aos lugares da memória, da subjetividade e do simbólico. O Igarapé das Armas que desembocava nas Docas de Souza Franco, na área portuária de Belém, em meados do século XX, era navegável até a rua Boaventura da Silva. Nas suas margens aportavam barcos que vinham do interior para vender frutas, legumes, farinha, peixes, cerâmicas e outros gêneros. Onde hoje se assenta o Shopping Boulevard, os edifícios do SESC e do INSS, dezenas de empreendimentos e a maior área de verticalização da cidade, eram zonas baixas aterradas. Ao longo do tempo a várzea e os terrenos alagados foram sendo levantados, produzindo terras, ganhando-as pelo estreitamento de igarapés que se transformaram em canais, como o da Doca de Souza Franco e, na enseada da Marinha, no Bairro da Cidade Velha, o *canal* de Tamandaré.

Mas também a dinâmica do rio Amazonas se expressa em um movimento de agência que delinea a própria paisagem. Raymundo Moraes (1960) descreve as alterações no tamanho das ilhas do estuário pela sedimentação. Refere-se à ilha do Marajó, com a terra aumentada, e aponta que a Ilha Grande, Gurupá e outras foram alteradas pelo movimento de marés. A agência das águas, sua força, é também destacada pelo autor que considera, para além do panorama que aparece ao viajante como monótono, repetido, igual na

¹⁰ Atualmente permanece em funcionamento o antigo porto de Belém para operações regionais. Porém todo o movimento principal, sobretudo a exportação de *commodities* minerais, agrícolas e da pecuária é realizada pelo porto da Vila do Conde, no município de Barcarena, nas cercanias de Belém. No entanto, neste artigo, nos interessou ressaltar os pequenos portos e trapiches que se encontram na orla da cidade, por terem um papel importante na dinâmica local pelos fluxos de pessoas e de mercadorias, além de compor o quadro fluvial urbano-rural.

sua forma e cor, que daria uma aparência estática, ele enxerga um “surdo e incessante movimento construtivo” de alteração da paisagem.

Labor estupendo, despercebido em conjunto, mas apreendido em minúcias, provoca essa interrogação: donde vem tanta terra? quem o autor desse trabalho ingente? A terra vem dos Andes, das punhas estrangeiras, dos parapeitos da portentosa cordilheira que se arqueia em muralha no ocidente do Vale. A tarefa ciclônica é do Amazonas, seus afluentes, confluente e defluente. Bancos, baixios, praias, restingas, além do que já foi balançado, são resultantes da faina perene daquele fabuloso dragão, que vomita dia e noite, anos e anos, a matéria sorvida nos cimos (MORAES, 1960, p. 27).

Evoca ainda, o autor citado, a superfície líquida, barrenta e lisa, servida pelas marés que desenham e alteram o estuário. E cita os *furos* de Breves, associando-os a um “labirinto extraordinário de mil fios líquidos, entre um flanco de Marajó e as rechãs levantinas do continente, foram tecidos pela ação ininterrupta das águas, pelo trabalho dinâmico do rio” (MORAES, 1960, p. 30).

Portos, ilhas e as canoas do Ver-o-Peso

Portos e trapiches de madeira se projetam no rio como longas palafitas, impondo-se à várzea, ao igapó ou à terra firme. Esse é o retrato da cidade de Belém vista a partir das águas, com seus arranha-céus, igrejas coloniais, bairros de palafita, feiras e mercados, inúmeras pequenas empresas de madeira (*serrarias*), de cerâmica, de pescado, misturando-se aos comércios e portos que desenham uma paisagem que remete insistentemente às relações sociais particulares, como áreas ribeirinho-urbanas, presentes ali e em outras cidades ribeirinhas da Amazônia, também marcadas pelo fluxo das águas e das marés.

O porto de Belém foi fundamental para a irradiação de processos de urbanização para outras cidades menores e para as áreas rurais. A história comercial de Belém também acaba reforçando as suas funções portuárias, estimulando a exploração dos recursos naturais e sua exportação para o mercado interno e externo. Por meio desse comércio, a região sempre esteve vinculada ao sistema

globalizado de mercado. Dinamizada pelo capital comercial e comandando as diferentes formas de povoamento existentes ou que surgiam ao longo dos rios que compõem a bacia fluvial amazônica, Belém teve sua economia demarcada pelas relações sociais que se expressavam nesse mundo ribeirinho. Viveu historicamente de uma economia alimentada pelas riquezas naturais, da floresta, de lagos e dos cursos d'água, incluindo nesse universo uma quantidade enorme de ilhas que compõem um mosaico de pequenas a grandes ilhas, sendo a Ilha do Marajó a mais extensa. Por isso, a orla da cidade sempre teve uma dimensão particular, com a cartografia aquática.

Nos seus primeiros momentos, como muitas outras cidades amazônicas que se confundiam com sua orla, as poucas ruas acompanhavam o desenho dado pelas margens dos rios, interceptadas pelo igarapé Piri que dividia os dois primeiros bairros de Belém, o da Cidade Velha e o de Campina (Figura 4). Através de uma entrada no território de várzea e igapó, devido à influência direta das marés, o igarapé Piri conformou os bairros com terras ganhas pelo aterramento, a exemplo de parte dos bairros que hoje são o Comércio, o Reduto e o Umarizal.

Figura 4. Belém e seus aterros



Realização: Laurence Billault (IRD).

Dos inúmeros pequenos portos encontrados em sua orla, além do transporte de passageiros e mercadorias variadas, eram transportados muitos gêneros, por frete ou encomenda, ora embarcadas, ora desembarcadas. Destinavam-se a diversas feiras e ao mercado do Ver-o-Peso (Figuras 5 e 6), ou ainda às Docas do Pará, na Ladeira do Castelo, no Porto da Palha, no Porto do Sal, na Feira do Açaí, na Praça do Pecador, na Escadinha, além de outros que se estendem ao longo das orlas norte e sul. No extinto jornal *Folha do Norte*, havia uma coluna diária intitulada “Pequena Cabotagem, Velas & Motores” que dava conta da entrada e saída de embarcações da doca do Ver-o-Peso, também popularmente conhecida como Praia.

Figura 5. Enseada do Mercado do Ver-o-Peso



Fotografia: Edna Castro.

A economia da borracha com todos os desdobramentos sociais que se refletem no aparecimento e crescimento de cidades na Amazônia teve nos portos de inúmeras cidades do Pará, e nas grandes Belém e Manaus, um momento importante dos fluxos de aviação e de comércio. Assim, a história comercial de Belém também acabou reforçando as suas funções portuárias, com a exportação primária de recursos naturais para o resto do país e para o exterior



Figura 6. Barcos de pesca no porto do Ver-o-Peso
Fotografia: Emilie Stoll, 2013.

(PENTEADO, 1973). Por meio do comércio desses produtos, com parcial beneficiamento ou não, esta região esteve desde os primórdios da colonização vinculada à dinâmica do mercado internacional. Sobretudo a partir do avanço da economia da borracha, nos fins do século XIX, e até o presente, a cidade de Belém esteve ligada a grandes portos do comércio mundial¹¹.

¹¹ Desde o final do século XX, a área portuária de Belém foi objeto de várias intervenções governamentais via obras de engenharia, visando adequar os equipamentos técnicos à expansão econômica no contexto de novas demandas de modernização do mercado mundial. Houve a transferência de parte das operações de Belém para o porto de Vila do Conde, no município de Barcarena, com grandes impactos sobre o território e os trabalhadores portuários (CASTRO; SANTOS, 2006).

O rio Pará, a baía do Guajará e o rio Guamá permanecem como demarcadores da vida e da cultura na cidade. A maior parte das atividades da economia urbana se concentra na sua orla banhada por esses cursos d'água. Ao longo do tempo, foram definidos diversos usos da orla, predominando as formas privadas de apropriação, por empresas – madeireiras e serrarias, olarias, indústrias de castanha, de palmito e de cerâmica. Houve um processo paulatino de privatização desses espaços, que, conseqüentemente, limitou o acesso ao rio. Restam hoje poucos espaços coletivos para atividades, tais como as feiras livres e o funcionamento de portos para embarque e desembarque de passageiros vindos de diferentes partes da Amazônia pela via fluvial. Seu uso foi limitado pela apropriação por instituições públicas, religiosas, militares e empresariais, tendo poucas áreas abertas ao público, tais como a praça do Pescador, o Ver-o-rio, o Portal da Amazônia, a Estação das Docas e algumas outras feiras livres e mercados.

Trabalho e trabalhadores ribeirinhos: cidade-portos-ilhas

Belém expressa, também, uma diversidade de mundos de trabalho regulados por sistemas distintos de mercado – formal e informal –, seja o mercado de bens e produtos, seja o mercado de trabalho. Daldício Jurandir, no livro *Belém do Grão-Pará*, descreve o Ver-o-Peso e a chegada de canoeiros que vêm a Belém vender peixe e outros produtos trazidos do interior (Figuras 7 e 8), e como os percebe na interação com a cidade e seus imaginários:

As canoas entraram na doca, atordoadas pelo vento e batidas pela maresia. É o Ver-o-Peso colorido de velas, cheio dos meus irmãos canoeiros da baía de Marajó, do Salgado, do Tocantins. É o Ver-o-Peso, no amanhecer, quando as velas erguidas se enchem de sol e parecem crescer sobre os telhados da Cidade Velha como se toda a cidade, depois da chuva e da noite, acordasse para ver surgir o que todos os caboclos, o que todos os canoeiros esperam na sua vida de bubuia nas águas: a Cobra Norato que dorme debaixo da [igreja da] Sé (JURANDIR, 2004, p. 229).



Figura 7. Barcos de pesca no porto do Ver-o-Peso
Fotografia: Emilie Stoll, 2013.

Figura 8. Pescadores no porto do Ver-o-Peso
Fotografia: Brigitte Choulet, 2012.



Mas também é o Ver-o-Peso um lugar de trabalho, de barqueiros e de histórias distintas.

Onde os canoieiros comem a piramutaba mais gostosa do mundo, Ver-o-Peso sem pintura nem literatura. Sujo, alegre de canoieiros, trançado de mastros. Ver-o-Peso tem na sua lama e nas velas que se levantam para o sol a história áspera e obscura dos barqueiros paraenses e o misterioso poder de todo o inesperado encanto de Belém (JURANDIR, 2004, p. 229).

A pesca artesanal e a industrial tiveram grande crescimento a partir do final dos anos 1970, em função da implantação de um parque industrial de captura e beneficiamento instalado às proximidades do Distrito industrial de Icoaraci. O avanço da atividade e a exploração predatória da pesca no estuário e na costa norte reduziram os estoques de certas espécies. Daí a comercialização de outras espécies e a pesca em áreas mais distantes, ainda não afetadas pela intensificação da atividade.

A cidade de Belém é também um porto de recepção de pescados que vêm de áreas fluviais e marítimas, sendo consumidos ou redistribuídos pelo circuito comercial para inúmeras regiões do país. A exportação para outros países é expressiva e realizada por indústrias localizadas na Orla Norte de Belém. E, por isso, em torno dessas atividades de pesca, há inúmeros processos de trabalho e categorias de trabalhadores envolvidos.

Esse contexto de cidade-portos-ilhas no estuário experimenta mudanças pela ação do Estado e de atores sociais com poder e capacidade de inserção diferentes no mesmo território. Por exemplo, grandes empresas da mineração, da indústria pecuária e do agronegócio coexistem com diferentes formas de organização comunitária que se espalham ao longo das ilhas e cursos d'água. As mudanças na paisagem têm a ver com as macrodinâmicas regionais e sua relação com a economia nacional e global. Entre estas, destacamos as políticas públicas de liberalização fundiária seletiva para grandes empreendimentos, o avanço de novas frentes do capital objetivando a exploração de recursos naturais, a apropriação de terras, o crescimento populacional, o desmatamento

e a construção de grandes empreendimentos minerais e portuários. As alterações ambientais por que passa a bacia amazônica, com o desmatamento que se acelerou na última metade do século passado, e a poluição por atividades industriais e de comércio nesse Hinterland¹² revelam um movimento crescente de transformação das paisagens pelas agências humanas.

As ilhas no delta do estuário fazem parte do ecossistema de várzea, no fluxo e refluxo das marés. E por isso Moreira (1966) se refere a elas como “ilhas à flor das águas”. Podem ser novas ou mais antigas, mas estão sujeitas a alterações provocadas pela sedimentação provocada pela “trama tentacular das radículas, das raízes, dos tubérculos, dos rizomas, das sapupemas”, no entendimento de Moraes (1960, p. 30). Formado por grandes e pequenas ilhas, o arquipélago do Marajó é uma encruzilhada entre o urbano e o rural – uma fronteira e muitas pontes que formam o mundo sensível. Como diz uma moradora, “estou aqui, na ilha, não é?... Mas estou também na cidade na hora que eu queira ir; é isso que é ser da ilha” – entre águas que sobem e que descem a cada seis horas, uma fronteira tênue entre o humano e o não humano.

Para Moraes (1960), cada ilha que se vê no estuário foi trazida de longe pelo rio Amazonas. Pode ser um pequeno núcleo, um detrito mineral, grãos e areia, parte de terra caída que viajou pela força do rio e acabou se fundindo lentamente no tempo, como um “trabalho da corrente, ele urde-se lentamente, partícula a partícula, fio a fio, camada a camada, sem convulsões que denunciem o furor da natureza” (MORAES, 1960, p. 35). Mas a agência do rio não se vê apenas no aumento das terras pela sedimentação, também na sua perda, na supressão de terras, solapadas pelo atrito de uma nova corrente (MORAES, 1960, p. 154).

São paisagens “evanescentes”, paisagens que se transformam, que desaparecem, que criam novos contornos, outros cenários ao se fazerem e desfazerem. O movimento das águas redesenha as paisagens, reinventa o presente e interfere no futuro que será provisório, fluido.

¹² Área de influência de uma cidade portuária que, por concentrar significativa atividade econômica, pode contribuir para a formação de circuitos econômicos e integrar as cidades menores na rede urbana.

É realmente fantástica a narrativa de Moraes sobre a dinâmica das águas e do rio Amazonas e das agências implicadas nesse movimento. Ele afirma que o Amazonas é o “grande obreiro destas alternativas formidáveis, o construtor da planície. É ele que vai modificando tudo na caminhada, a mostrar através de sua dinâmica poderosa, da sua força irresistível, da sua trajetória ciclópica que a água trabalha a terra num tear potamográfico” (MORAES, 1960, p.155). Esse mundo das águas inclui os rios, os igarapés, os lagos, as baías, os igapós, os campos alagados, as áreas florestais de várzea, a floresta de terra firme, as ilhas e as demais formações com suas particularidades (TOCANTINS, 2001; WOLFE, 1999).

Navegando entre essas ilhas do estuário, avistam-se as casas das famílias ribeirinhas que ali moram e trabalham (Figuras 9, 10 e 11). Esses moradores com os quais estivemos durante a pesquisa de campo descreveram sua percepção sobre as agências não humanas e as mudanças na paisagem, acionando lembranças e observações sobre a dinâmica das águas, das ilhas e da floresta, e a interação entre elas. A maior parte das famílias das ilhas mora ali há várias gerações,

Figura 9. Um porto ribeirinho avistando a cidade de Belém por trás
Fotografia: Corinne Choulet, 2012.





Figura 10. Casa ribeirinha no estuário amazônico
Fotografia: Corinne Choulet, 2012.

Figura 11. Casas ribeirinhas de madeira em palafitas nas ilhas de Belém
Fotografia: Emilie Stoll, 2013.



produzindo sua sobrevivência material e simbólica. Reinventam o cotidiano através de inúmeros processos de trabalho tais como a pesca, a plantação de açaí, a exploração de madeira até ao trabalho do carpinteiro na fabricação de canoas, de casas e equipamentos, e a comercialização de seus produtos. Também produzem polpa de frutas e doces, se ocupam do trabalho doméstico, do cuidado com os quintais, estando sempre atentos às experimentações e às interações entre agências humanas e não humanas, pois, precisam dar conta das chuvas, dos ventos, das marés. Lembram dos avós, dos lugares onde residiram membros da família, dos cemitérios, dos lugares de trabalho, das escolas que ali estavam, mas foram deslocadas com as famílias.



Figura 12. Várzea na ilha de Mosqueiro, Orla Norte
Fotografia: Jorane Castro



Figura 13. Várzea na ilha do Combu, Orla Sul
Fotografia: Jorane Castro

Na maior parte, são casas de madeira com teto de telha ou de palha, nas beiras dos rios, na foz de igarapés e de furos, com seus trapiches de madeira onde atracam as embarcações. As vezes são troncos de miritizeiros depositados no solo aquoso (lama) servindo como pontes entre o rio e as casas. Por ali passam crianças e adultos, equilibrando-se nas toras, homens carregando rasas de açai, puçás com peixe e tudo o mais nesse vai e vem da casa ao rio, do rio a outros lugares. Na maior parte, as casas têm jiraus suspensos, fora da casa, onde plantam ervas apreciadas na cozinha e ervas medicinais. No interior da casa, com poucos cômodos, vemos o jirau da cozinha que serve para lavar a louça e apoiar outros serviços domésticos. As Figuras 12 e 13 mostram essas áreas de várzea durante as marés altas, quando as águas invadem os quintais ou encostam nas aningas mais altas.

Carlos Diegues recorre a dois conceitos na interpretação do lugar simbólico da ilha que, para ele, é expressão múltipla no imaginário social. O primeiro, de “insularidade”, “resultante de práticas econômicas e sociais decorrentes da vida num território geograficamente limitado, com fronteiras geográficas e culturais definidas”. O segundo, de “ilheidade”, neologismo utilizado pelos pesquisadores franceses (*îleité*) para designar “as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos, etc.” (DIEGUES, 1998, p. 51). “A ilha é principalmente a consciência que se tem dela. É um lugar que escapa ao elemento aquático, uma singularidade ameaçada”, como se refere Diegues. (1998, p. 95). Essa percepção orienta um olhar generoso para entender o devir, ou seja, entender o movimento mais que o produto.

Trabalho, trabalhadores e paisagens das ilhas

As ilhas do estuário constituem um universo de trabalho de unidades familiares com atividades extrativas, agrícolas, de pesca, artesanato e com experimentações agroecológicas. Abastecem a cidade por vários canais desde as feiras livres e mercados, as redes de supermercados e restaurantes, até os espaços domiciliares onde chegam gêneros importantes – como os derivados da mandioca, frutas, grãos, leguminosas e outros – através do complexo sistema de trocas familiares que alcançam espaços relevantes na cartografia urbana, embora invisível para os dados de uma economia regional. Esse abastecimento tem peso importante nas estratégias de reprodução social na periferia da cidade. Essas relações, portanto, são marcadas pelas redes de sociabilidade e de trocas culturais, notadamente interfamiliares.

O trabalho nas ilhas também é importante no contexto da produção de bens e serviços e na manutenção das tradições sociais e alimentares. O tempo de trabalho é contínuo. Ele se realiza fora e dentro da unidade doméstica (SILVA; CASTRO, 2014). Ele se estende da coleta de recursos à produção agrícola, ao processamento e à comercialização em feiras e mercados. No final de semana,



Figura 14. Porto e embarcações na Ilha do Combu
Fotografia: Jorane Castro.

os trabalhadores – homens e mulheres – se deslocam para outras ilhas onde desenvolvam atividades ligadas ao turismo, a jogos a festas. Portanto, eles ofertam continuamente produtos regionais para abastecer lugares diversos ao longo do ano. As festas regionais, como o Círio de Nazaré, são momentos importantes para se observar a relação entre as ilhas e a cidade, considerando vários elementos, tais como os vínculos com as tradições, a reprodução da cultura alimentar e a relação entre o real e o simbólico (ECKER, 2009).

Os principais meios de transporte para ir e vir nesse território sobretudo rural são, certamente, a canoa, a *rabeta* e os barcos motorizados que fazem parte dessa relação de intimidade, como nos mostra Isabelle (2018). São constantes as travessias de uma ilha a outra, ou para a cidade ou de volta para as ilhas. Essas embarcações fazem parte da vida das pessoas. Em canoas,

elas penetram na mata para colher açaí ou retirar madeira, ir pescar, levar as crianças à escola, atravessar para as feiras de Belém e Icoaraci, enterrar seus mortos ou acompanhar o calendário de festas. A canoa viabiliza inúmeras formas de trabalho, mas também serve nas atividades de lazer de crianças, jovens e adultos (Figura 14).

Nas ilhas é muito comum as famílias terem os seus quintais e fazerem sua manutenção. São terrenos ao lado ou no fundo das casas, terreno ou terreiro, e correspondem a espaços femininos. As mulheres têm uma relação especial com os quintais, pois ali estão as espécies vegetais principais para a culinária e para as curas. Ao lado das casas, esses lugares fazem parte de um campo do sagrado, do imaginário, das memórias e das tradições, de práticas de cura, de escuta, mas também de plantio e de uso das espécies que atendem a vários fins, que servem para alimentar as crianças e os adultos, para o uso nos rituais e oferendas, para as curas na família e demais que precisem. O lugar da mulher no universo familiar é também o da reprodução da vida, e de união desse mundo mágico da natureza com o mistério da reprodução biológica, no qual o alimento constitui um item importante nas práticas sociais, e o trabalho é central. Muitas vezes o trabalho é coletivo, familiar, em um número expressivo de organizações sociais, como as comunidades rurais, quilombolas, os povoados indígenas, ou mesmo a vida nas pequenas cidades, todos eles são espaços, na Amazônia, de difusão de saberes e de práticas de trabalho que interligam a vida da cidade à floresta (CASTRO, 2000).

Também como espaço de trabalho, o quintal faz parte do sistema de produção familiar e das relações afetivas nas ilhas. Nesses espaços em torno da casa, há pequenos animais de criação, hortaliças, frutas, ervas da culinária paraense e plantas cujas sementes, cascas e raízes são usadas nas curas do corpo e espirituais. Saberes e práticas sociais são repassados através de um sistema complexo de socialização e de trocas sociais com as novas gerações, e, sobretudo, referido à agências (ORTNER, 2007) que se expressam no imaginário e na memória social. Tudo isso é importante para garantir a reprodução do sistema de vida na ilha. Uma série de ações coletivas e de estratégias de resistências (DE

CERTEAU, 1994, p. 75), testada ao longo do ano faz parte do cotidiano de moradores das ilhas.

As práticas de trabalho das mulheres nas ilhas contêm saberes e sensibilidade sobre agências não humanas, sobre plantas, animais, o seu cuidado e manejo, “bem como sua relação com os quintais e as formas mútuas de habitação: seja das mulheres pelo quintal e do quintal pelas mulheres, fazem parte de um imaginário complexo onde constelam variadas imagens sensíveis”, como afirma

Peixoto (2017, p. 21) no estudo sobre quintais e gênero em curso na comunidade quilombola Mangueiras, na ilha do Marajó. Nos períodos secos, os quintais se tornam o arraial da comunidade, lugares de conversas de final de tarde. No final de semana, longos bancos são colocados embaixo de mangueiras ou cacauzeiros, na sombra e proteção do sol, onde se contam e recontam histórias e acontecimentos de humanos e não humanos, entre o material e o simbólico, o real e o imaginário, passando assim em revista relatos de outros e situações vividas. Assim, considerando os conhecimentos e as atividades desenvolvidas no quintal, ele é um lugar de aconchego, de relação sensível com o imaginário.

Conclusão: mudanças nas paisagens de ilhas de Belém

O modelo de desenvolvimento intensivo adotado no Brasil, as políticas desenvolvimentistas e o crescimento populacional das cidades são fatores responsáveis pela alteração, nas últimas décadas, dos recursos existentes no estuário amazônico, nas proximidades de Belém. Observa-se a intensificação do uso dos recursos naturais florestais e aquáticos. Mudanças são também perceptíveis na composição da vida social na cidade de Belém, com crescente desigualdade e segmentação social na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. O uso do espaço urbano e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em curso que são diversos e inseparáveis das diferenciações de classe.

Em 1980, o Governo do Estado do Pará elaborou o Plano de Estruturação Metropolitana de Belém (PEM), concebido sob a égide da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O PEM visava à integração e à racionalização das ações planejadas no espaço da Região Metropolitana de Belém. Concebido como um instrumento de ordenação espacial, o plano estabelecia uma área de cerca de 87 km² para a produção rural destinada a atender à demanda de hortifru- tigranjeiros e a gerar emprego e renda com o uso dos recursos naturais. Embora não tenha sido institucionalizado, o PEM reconhecia que a ilha de Caratateua (conhecida popularmente como Outeiro) passava por um processo de ocupação, sofrendo sérios problemas ambientais, como a extração de substâncias minerais para uso na construção civil, o desmatamento indiscriminado, a poluição ambiental e a deterioração da faixa da praia. Além disso, era significativo o êxodo dos pescadores para o interior da ilha, devido ao aparecimento de loteamentos residenciais perto da orla guajarina. A pesca artesanal e a agricultura foram consideradas incipientes, enquanto o extrativismo foi considerado relevante graças à coleta do açaí, da pupunha e de outras frutas regionais.

A vida nas ilhas do município de Belém, como já referido, está intimamente relacionada ao trabalho como unidade polivalente e constantes atividades de trabalho que se realizam predominantemente em dois espaços: na própria ilha e na orla da Belém (neste caso para comércio de seus produtos). Das três principais ilhas, do ponto de vista de sua maior inserção na vida urbana de Belém, duas delas – Mosqueiro e Outeiro – estão ligadas ao continente por pontes. A terceira, Cotijuba, tem acesso relativamente fácil através de uma linha de transporte fluvial regular que sai da orla de Belém, no Distrito de Icoaraci. Nas últimas décadas, observaram-se um contínuo crescimento demográfico em todas elas e o aparecimento de novos núcleos urbanos. A ilha de Mosqueiro é, no entanto, a de maior população.

Considerando a ilha de Outeiro, as características de ruralidade continuavam marcantes nos anos 2000 na geografia e na estrutura social de pelo menos três de suas localidades – Fama, Itaiteua e Tucumaeira – segundo os estudos

realizados por Guerra (2003). As famílias ainda praticam um trabalho polivalente seguindo a temporalidade do sistema agroflorestal que se distribui em atividades agrícolas nas partes mais altas dos lotes e, nas áreas de várzea, o aproveitamento extrativo de recursos florestais, como o açaí (que é o produto principal), outras frutas (taperebá, cacau, buriti), madeira, raízes, sementes, cipós, palhas, entre uma diversidade de recursos aproveitáveis para a fabricação de produtos artesanais. Nessas práticas de trabalho, encontram-se conhecimentos transmitidos por gerações, tais como a arte de trançar a palha para fazer objetos de uso doméstico ou para a venda, ou as sementes usadas para produção de biojoias. Entre suas estratégias de sobrevivência, observa-se ainda que combinam atividades agroextrativistas com serviços urbanos que podem ser temporários ou permanentes, deslocando-se para a cidade de Belém. A mobilidade tem outras razões, além do trabalho, como formação profissional e tratamentos de saúde.

Está em curso uma crescente incorporação dos espaços das ilhas à vida urbana de Belém e, com isso, a alteração da paisagem do estuário. Apesar do reconhecimento do potencial dos recursos, as alterações nos ecossistemas são bem visíveis, com desmatamentos decorrentes de atividades econômicas e com o aumento de loteamentos desordenados. No entanto, a maior parte de sua cobertura florestal continua preservada, apesar dos fragmentos bastante alterados, no correr das últimas décadas, como mostram Faure, Prost e Castro (2006). As ilhas mais próximas das cidades têm sofrido recentemente um rápido processo de ocupação, com fluxos de migrantes vindos dos bairros de Belém continental e de municípios do Nordeste Paraense. Eles se deslocam para fixar residência ou podem ser turistas que desejam viver ali momentos de lazer e repouso. Verificou-se também, no correr dos anos 1980, a implantação de algumas pequenas empresas de ramos diversos que criaram postos de trabalho, tornando-se um fator de atração à permanência na ilha. Cabe ressaltar que o crescimento populacional tem provocado aumento do desmatamento e a poluição de praias e furos. Dados os limites territoriais do município de Belém na sua parte continental, com alta densidade populacional nos bairros de baixa

renda, acredita-se que há uma tendência em curso das ilhas se tornarem, cada vez mais, uma alternativa de moradia urbana de Belém.

Guerra (2003) identifica três marcos temporais de alteração da paisagem na ilha de Outeiro que estão associados aos padrões espaciais de ocupação: 1) no início dos anos 1980, observa-se a transformação da paisagem ao longo da Estrada Velha do Outeiro, indo da beira-mar até a Praia Grande, devido à intensificação do uso de balsas na travessia sobre o rio Maguari; 2) em meados da década de 1990, a ocupação se intensifica na estrada vicinal que liga um bairro do Outeiro aos povoados Fama e Tucumaeira devido à construção de uma ponte (ponte Enéas Pinheiro) para acesso rodoviário à ilha¹³; 3) nos últimos 20 anos, a pressão sobre as terras vem aumentando, com rápida elevação de seu valor no mercado de terras, observando igualmente o crescimento dos fluxos migratórios permanentes, a exploração de recursos naturais e também o desmatamento. Quanto aos dados gerais sobre a população rural das ilhas de Belém, em 1970, havia ali 30.513 habitantes, passando para 395.502 em 1991 e decrescendo para 292.607 em 1996.

Nos censos seguintes, esses números diminuem, mas em função da inclusão da população residente nas ilhas em uma nova classificação pelo IBGE como população urbana. A população flutuante também cresceu bastante em função das melhorias de infraestrutura na ilha. Em 2000, a Prefeitura municipal de Belém concluiu a obra do trapiche e da praça central de Outeiro, atraindo mais turistas, e ocorreu uma dinamização dessa atividade, o aumento da venda de lotes, e o comércio de gêneros alimentícios, bebidas e hospedagem.

A ilha de Cotijuba, terceira em dimensão territorial, tem acompanhado o movimento demográfico ocorrido com Mosqueiro e Outeiro. Em todas essas ilhas, observa-se desde os anos 1990 o aumento do parcelamento do solo em função de loteamentos quase sempre clandestinos promovidos pela especulação imobiliária. Nos três casos, emergem os primeiros loteamentos

¹³ Para obter mais informações consultar trabalhos disponíveis em www.projetomegam.ufpa.br

na área de praias, com interesse turístico, alterando a paisagem. Antes, sua modificação dava-se pelos usos tradicionais na agricultura, pequenas roças com cultivo de mandioca, feijão, milho e algumas leguminosas, plantação de quintais em torno da casa com fruteiras, extração de lenha para a produção de carvão vegetal, da pesca, além da caça de pequeno porte. Em cada caso, houve um processo que alterou o desenho da ocupação da ilha: 1) a migração da população para a ilha de Outeiro; 2) a instalação de indústrias no Distrito de Icoaraci, que gerou oportunidades de trabalho, tornando as ilhas próximas em alternativas de moradias, apesar das travessias no dia a dia; 3) o aumento de interesses turísticos. Tudo isso significou a elevação da pressão para construir moradias pelas camadas populares¹⁴.

Observam-se mudanças nos padrões espaciais de ocupação, aparecimento de problemas ambientais, pois, nessas áreas rurais, as mudanças no uso dos recursos naturais modificaram os processos de trabalho, o tempo de trabalho, as relações de produção e a apropriação dos recursos naturais. Observa-se também o comprometimento da qualidade da água, dos recursos e da balneabilidade, com sérios distúrbios nas condições de vida (interferência na habitação, saúde, transporte coletivo, lazer e segurança pública). Na virada do século XXI, observou-se, nas orlas das ilhas do estuário, em especial naquelas com praias de opção turística, processos de privatização de suas orlas, colocando em risco o desenvolvimento do turismo e do lazer. Isso, no caso de Outeiro, desencadeou movimentos populares em defesa do meio ambiente e da moradia, com relativo sucesso na redução daquelas práticas.

Finalmente, cabe ainda ressaltar que ocorrem outros tipos de processos de transformação no território de águas do estuário amazônico, a exemplo do que vêm ocorrendo no município de Barcarena, próximo de Belém,

¹⁴ Cabe ressaltar que ao interior de Belém, a ocupação de áreas de baixadas se esgota, mesmo aquelas em áreas de igapós, alagáveis com as grandes chuvas, como as margens dos igarapés que atravessam a cidade, os igarapés do Una, São Joaquim, Tucunduba, Mata Fome e o Paracuri, verificando-se grande expansão em direção aos municípios de Ananindeua, Benevides ou às ilhas.

provocados pelas plantas industriais de alumínio e alumina, outros minérios e pela instalação do complexo portuário. Embora aparentemente fuja ao escopo deste artigo, os impactos da mineração – principalmente em Barcarena – são sentidos pelos moradores das ilhas referidas neste artigo. Seus moradores apontam os problemas relativos aos riscos ambientais, às mudanças na qualidade da água, a redução de pescado, entre outros advindos da instalação desses empreendimentos às margens dos cursos de água. O seu caráter poluidor e as formas de expropriação ocorridas no estuário por tais empreendimentos, ao longo de 40 anos, pois a Albras e a Alunorte foram as primeiras plantas a se instalarem ali, em meados dos anos 1980. Os moradores das ilhas se referem ainda aos conflitos de larga complexidade. Os riscos de desastres ambientais crescem na proporção do tempo dos empreendimentos e da acelerada instalação de muitos outros, mais recentemente, atraídos pelo complexo portuário de grande porte instalado no município. Essas alterações, ações e estratégias humanas se somam às agências não humanas, tornando o estuário amazônico uma zona de alta relevância para os estudos sobre paisagens em constante transformação.

Referências

- ABREU, S. F. **O solo da Amazônia.** *Revista Brasileira de Geografia*, v. 4, n. 2, p. 43-56, 1942.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **O Senso Prático,** Petrópolis, Vozes, 2009. BOUDIEU, P. **O poder simbólico.** São Paulo, Ed. Bertrand, 1989.
- BRAZ, V. **Poluição dos recursos hídricos da Amazônia: aspectos urbanos.** In: ARAGÓN, L. E., CLUSENER-GODT, M. (Orgs.) *Problemática do uso local e global da água da Amazônia.* Belém: NAEA, 2003.

- CASTRO, E. M. R. (Org.) **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.
- CASTRO, E. M. R. **Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder**. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. (Org.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. São Paulo: Letra Capital Editora, 2014.
- CASTRO, E. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 165-182.
- CASTRO, E. M. R.; SANTOS, M. A. **Belém de águas e de Portos: ação do Estado e modernização na superfície**. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1. Artes de fazer.
- DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998. 280 p.
- DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-34.
- ECKER, C. **As variações paisageiras na cidade e os jogos da memória**. In: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. (Orgs.). *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009.
- FAURE, J.; PROST, T.; CASTRO, E. **Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das Ilhas**. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de Águas e Ilhas*. Belém: CEJUP, 2006.
- GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

GOMES, D. M. C. **The Diversity of Social Forms in Pre-Colonial Amazonia.** *Revista de Arqueologia Americana*, v. 25, p. 189-225, 2007.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia.** 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GUERRA, G. **Mudanças pela ação antrópica no estuário amazônico.** Relatório de Pesquisa. Belém: NAEA, 2003.

ISABELLE, V. **Uma coderiva no mundo sensível do igarapé Jamaci e nas múltiplas dimensões das paisagens insulares e de várzea belenense.** Tese de Doutorado (Antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2018.

JURANDIR, D. **Belém do Grão-Pará.** Belém, Edufpa/Casa de Rui Barbosa, 2004. LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios:** natureza e ruína na Amazônia brasileira. 2. ed. Brasília: Editora UnB; Paralelo 15, 2003. 282 p.

MARANHÃO, H. **Pará, capital:** Belém. Memória & Pessoas & Coisas & Loisas da Cidade. Belém: Supercores, 2000.

MEGAM. **Estudo das Mudanças pela ação antrópica e gerenciamento ambiental no estuário amazônico.** Relatório de Pesquisa Final. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistemológica.** A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* n. 34 (Dossiê: Literatura, língua e identidade), p. 287-324, 2008.

MORAES, R. **Na planície Amazônica.** São Paulo: Conquista, 1960.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, K. C. **Qualidade da água em Belém e na ilha do Combu.** Belém: CE-JUP, 2005.

ORTNER, S. **Poder e projetos:** reflexões sobre agência. In: GROSSI, M. P.; ECKER, C.; FRY, P. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PEIXOTO, L. B. L. **Ilhas de floresta.** Um estudo sobre mulheres e quintais cultivados na Comunidade Quilombola de Mangueiras Salvaterra (Pará, Brasil). Qualificação de Tese (Antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2017.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário em Belém.** Belém: UFPA, 1973.

PIZARRO, A. **Amazônia:** as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

POSEY, D. A. **Kayapó ethnoecology and culture.** London: Routledge, 2002.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro.** Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.

SANTANA, G. **Zoneamento, usos sociais e representações dos espaços aquáticos em Fortalezinha, Maracanã, Pará.** In: CASTRO, E. (Org.) *Belém de águas e ilhas*, CEJUP, Belém, 2006.

SILVA, I. S. ; CASTRO, E. **Fluxos comerciais de produtos regionais e trabalho em feiras, mercados e portos de Belém.** In: RODRIGUES, C. I.; SILVA, L. de J. D.; MARTINS, R. F. (Orgs.). *Mercados Populares em Belém: Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano*. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 181-211.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a vida.** Manaus: Valer, 2001.

WOLFE, C. S. **Mulheres da floresta:** uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

Capítulo 4

Grupo suez em manaus, privatização dos serviços de água e impactos sobre as mulheres

Introdução

No correr da década de 1990, predominou no Brasil uma orientação do Governo Federal, endossada por vários Estados, no sentido de privatizar empresas públicas, em particular nos setores de telecomunicação, energia, transporte e bancos estaduais. No Estado do Amazonas este processo levou à privatização da Cosama (Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas), responsável pelos serviços de água e esgotamento sanitário no Estado, incluindo a sua capital.

Para viabilizar a venda foi criada a empresa Manaus Saneamento, reunindo o acervo patrimonial que atendia às demandas da cidade de Manaus e representava a principal parte do acervo da Cosama. O Grupo Suez, de origem francesa, maior empresa mundial do setor de água, comprou a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário da cidade de Manaus que passou a se chamar Águas do Amazonas, assinando um contrato de concessão por trinta anos, renovável por mais quinze. Apesar de ter se tornado uma questão polêmica, conflituosa e altamente contestada por vários segmentos da sociedade brasileira, por que reconhecem no processo de privatização de empresas públicas recomendações das agências econômicas internacionais (Fundo Monetário Internacional/FMI, Banco Mundial e Organização Mundial de Comércio/OMC, entre outras) não coincidentes com os interesses da sociedade, vários fatores contribuíram para a privatização das estatais. Sob pressão da sociedade civil alguns processos desta natureza foram sustados, mas a privatização concretizou-se em tantos mais.

Entre as pressões que favorecem a privatização localizam-se os interesses econômicos – nacionais e internacionais –, as alianças políticas entre segmentos da sociedade que buscam beneficiar-se em esfera local com as negociações, e as redes político-partidárias de corrupção instaladas na estrutura do Estado brasileiro; Paralelamente a este quadro temeroso alardeava-se uma intensa propaganda que ressaltava o descrédito que pesava sobre os serviços públicos, sobretudo associado à idéia de negligência e ineficácia, reforçada de forma explícita pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/98 – 1999/2002). De forma a justificar este processo de venda de empresas públicas, transitava o discurso da modernização do Estado calcado na racionalidade e na eficiência da empresa privada. A questão público-privado foi intermediada pela reforma administrativa, na qual a privatização aparecia como a face moderna do Estado, sendo uma questão meramente técnica e logística, desprovida de interesses e projetos políticos.

No caso de Manaus, urgia solucionar um problema crônico da cidade: prover água, de melhor qualidade, a toda população. A iniciativa da privatização incluía também a determinação de modernizar os serviços e abrir faixas da administração a grupos privados que se instalariam na capital. Os procedimentos adotados pelo Governo do Estado do Amazonas foram motivo de crítica por parte da sociedade civil e dos partidos de oposição, que enxergavam na desvalorização da Cosama a prevalência de interesses político-partidários privatização. Manifestações contrárias por parte de diversos segmentos aconteceram com maior ou menor intensidade, notadamente por parte de trabalhadores da Cosama que temiam a perda do emprego, o que de fato veio a ocorrer.

A Prefeitura de Manaus pouco se manifestou no processo de privatização da Cosama, delegando ao Governo Estadual sua condução. No entanto, em 2005, depois de uma Audiência Pública, foi instalada pela Câmara Municipal uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da empresa Águas do Amazonas, no referente aos investimentos em serviços de captação e distribuição de água

e de esgotamento sanitário, que deveriam ter sido implantados conforme o cronograma acordado.

O resultado da pesquisa aqui apresentada traz a público situações díspares: de um lado, a negação dos direitos essenciais de moradores da cidade de Manaus e de outro, a impunidade do Grupo Suez face ao desrespeito às metas estabelecidas no Contrato de Concessão. Este trabalho mostra o cotidiano de mulheres, crianças e jovens nos bairros pobres da cidade que, para se abastecer de água, criam estratégias familiares, espaços solidários entre grupos e um mercado informal de venda de água.

A metodologia utilizada levou em conta a documentação institucional e a produzida por grupos de pesquisa na área de socioeconomia sobre a cidade de Manaus; o levantamento de processos jurídicos impetrados contra as empresas Cosama, Águas do Amazonas e contra a Agência Reguladora dos Serviços do Estado do Amazonas (ARSAM); entrevistas com lideranças dos principais bairros atingidos pela falta de água nas Zonas Norte e Leste; entrevistas¹ com lideranças do movimento de mulheres sobre os impactos da gestão da água no trabalho e na saúde das mulheres; entrevistas com vereadores e autoridades públicas sobre as condições de privatização dos serviços de água e sua relação com as políticas públicas; e, finalmente, estudos sobre situações semelhantes particularmente referentes ao tema dos serviços públicos e sua relação com a OMC, o FMI e com os interesses de financiamento de grandes obras de infraestrutura por parte do Banco Mundial.

O trabalho de campo realizado em Manaus contou com a colaboração de inúmeras pessoas e instituições aos quais gostaria de registrar o agradecimento. Inicialmente, aos moradores dos bairros visitados, que nos cederam as entrevistas, às lideranças de bairros nas Zonas Norte e Leste, reunidos em várias estruturas organizacionais como o Fórum de Políticas Públicas e o Comitê de

¹ As entrevistas com lideranças foram feitas nos bairros de Compensa, Jorge Teixeira, Mauazinho II, Santa Inês, Zumbi do Palmares, Nova Floresta, Horizonte, Val Paraíso, Mauá e Tancredo Neves, e com lideranças do movimento de mulheres nas organizações MUSA e AMA (Articulação de Mulheres do Amazonas).

Cidadania, em particular pessoas como o Sr. Camilo – presidente do Fórum de Políticas Públicas – e Dona Valdeíza de Souza Ramos; ao movimento de mulheres, às organizações AMA (Articulação de Mulheres do Amazonas) e à MUSA (Mulher e Saúde), à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), à Cáritas, como também ao apoio recebido do Vereador Francisco Praciano, que nos forneceu material fundamental à análise da discussão que antecedeu ao processo de privatização da Cosama. Contamos ainda com a colaboração de pesquisadores e técnicos do governo que concederam informações úteis para elucidar passos e localizar documentação importante. Agradecemos a todos que colaboraram com informações e, em especial, à equipe técnica formada por Maria Eugenia Bertarelli e Socorro Papoula

– no apoio à logística de pesquisa e aplicação de entrevistas em Manaus –, e por Marcos Paiva, em Belém, que ajudou no processamento de informações. Finalmente, queremos registrar que este trabalho foi uma demanda do Instituto Equit, de sua coordenadora Graciela Rodriguez, tendo contado ainda com a adesão da Fundação Heinrich Böll, que gentilmente colaborou com recursos, apoiando o trabalho desenvolvido pelo Comitê das Mulheres da ASC (Aliança Social Continental) e pelo Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global – no debate político necessário contra o avanço da Área de Livre Comércio nas Américas e a liberalização dos serviços por parte das grandes corporações, reforçando assim a luta das mulheres por direitos e autodeterminação.

Privatização e conflitos em torno da água em Manaus

Privatização e políticas de ajustamento: diretrizes do FMI, Banco Mundial e OMC na regulação da água como bem econômico.

Do ponto de vista da dinâmica dos mercados em expansão, o interesse mundial despertado recentemente pela água está relacionado a pressões empresariais para ampliar a mercantilização deste recurso. Na última década do século passado, a água começou a ser considerada pelas agências internacionais – FMI

(Fundo Monetário Internacional), o GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) e a OMC (Organização Mundial de Comércio) – como um tema central para negociações nas arenas econômicas.

Como desdobramento da intensificação desses interesses de mercado, os países têm sido pressionados a construir um novo marco regulatório que libere o comércio de serviços públicos em geral. Não é por acaso que o debate internacional tem colocado em confronto, de um lado, a agenda dos Estados e de suas políticas de ajustamento às decisões de cúpula e, de outro, as organizações da sociedade civil, abrigadas em fóruns alternativos de caráter global em defesa de maior autonomia em relação ao mercado e às agências internacionais. Por isso a urgência na análise dos efeitos da liberalização dos mercados e dos acordos internacionais de água e esgotamento sanitário amplia a participação de empresas multinacionais, conforme a tendência verificada nessa fase de globalização, sobre mais esse recurso natural abundante na Amazônia.

Dos encontros de Cúpula dos países mais ricos e agências internacionais têm saído diretrizes visando preservar os mercados futuros do setor água – conforme a nomenclatura que lhe dão nessas esferas – para empresas de grande porte, originárias da França, do Canadá, da Holanda e dos Estados Unidos. O que está em jogo é o domínio dos serviços de água, impulsionado por uma lógica que vê a água como mercadoria submetida à regulação pelo mercado, por isso é ambíguo o entendimento de que não é a água que está em discussão, mas os serviços de tratamento e distribuição. No entanto, países como o Chile têm legislação que assegura a propriedade privada de mananciais aquáticos² e a Índia teve seus mananciais amplamente apropriados pela agroindústria de forma nem sempre direta³. E não é por acaso que está em curso uma revisão, na esfera do debate internacional, do direito de acesso à água.

² Veja o trabalho de Tavares, M. em: <http://www.ewbrip.org.br>; www.planetaportoalegre.net; www.world-psi.org; www.psi.ru.org; www.terceiromundo.org.br; <http://www.irn.org>.

³ SHIVA, Vandana – *La Guerre de l'eau. Privatisation, pollution et profit.* Cambridge-Paris, 2003.

Efetivamente, é necessário um balanço da estrutura de mercado e da rede de instituições que se articulam em nível mundial para manter poder e privilégios econômicos. A análise da questão da água nos permite visualizar a geografia institucional e a hierarquia empresarial presentes nestas estruturas. As corporações Vivendi e Suez são as maiores do mundo, estando a primeira entre as 51 maiores empresas, e a Suez no 99º lugar do mesmo ranking das 500 maiores fortunas do mundo. Juntas, controlam e captam 40% das cotas existentes do mercado de água. Outras grandes corporações da Água são a Bouygues/Saur, a U.S. Water e a Severn. A base de clientes dessas empresas regula um mercado em torno de 50 milhões de consumidores de seus serviços⁴.

O Grupo Suez & Vivendi-Violia está presente no mercado de serviços de água em cidades e municípios do Brasil, com várias concessionárias nas áreas urbanas, entre elas: Águas de Limeira (Limeira – SP), Águas de Guariroba (Campo Grande – MS); na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Cabo Frio, São Pedro d’Aldeia, Iguaba, Búzios e Arraial do Cabo; e Águas do Amazonas (Manaus – AM). A maior concentração de empresas privatizadas do setor de água e saneamento encontra-se no sudeste, mas sua presença estende-se por todas as regiões.

O Brasil, ao longo da década de 90, assumiu posições favoráveis à liberalização dos serviços e à privatização de empresas estatais. A análise de conjuntura mostrava que esse papel do Brasil no cenário internacional favorecia às empresas transnacionais norte-americanas e européias, que dominam o comércio internacional de prestação de serviços⁵, pois poderiam tirar

⁴ Fortune’s Global 500 citado Markus Krajewski – GATS? O que está em jogo? BROT – www.brot-fuer-die-welt.de – distribuído no Fórum Boell de Cancun, setembro de 2003.

⁵ As empresas norte-americanas dominam as exportações mundiais de serviços. Ao controlar 18,8 % do mercado mundial de serviços, os Estados Unidos exportam mais de duas vezes e meia que a Grã-Bretanha, seu concorrente mais próximo. Já a América Latina responde por 4% das exportações mundiais de serviços e a África apenas por 2,2%. Apenas cinco nações desenvolvidas detêm 53% das exportações mundiais de seguros; 73% de exportações culturais e recreativas e 74% de exportações de serviços financeiros e obtêm 87% de todas as receitas oriundas

vantagens da posição de barganha, por taxas e isenções mercantis, assumida pelo Brasil frente ao GATS (Acordo Geral de Comércio e Serviços). Os países da União Européia não se perfilavam nessa direção, mantendo-se cautelosos na liberalização de seus serviços públicos ao mercado.

Os compromissos plenos do GATS relativos ao tratamento nacional requerem que os mesmos subsídios do governo concedidos aos fornecedores locais sejam disponibilizados para os fornecedores estrangeiros. Sobre as demandas econômicas, o Brasil chegou a se posicionar favoravelmente à eliminação de estudos prévios em qualquer setor de serviços consignados. Onde quer que o setor público ofereça um destes serviços, o Brasil tende a permitir a competição do mercado nacional com as empresas privadas estrangeiras. Com esses preceitos, o Brasil não teria limites em seus compromissos com o GATS e, desta forma, não poderia fazer distinções para encorajar um tipo de investimento que de fato beneficie as economias locais, como as subsidiárias tendem a fazer quando comparadas a meras filiais de uma empresa estrangeira.

No entanto, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003) houve alterações na postura do Ministério das Relações Exteriores quanto à questão dos serviços, tendo sido rejeitado o controle internacional da água no III Fórum Mundial da Água, em Kyoto, junto a outros países em desenvolvimento. O Ministério defendeu posição contrária ao texto final da convenção, que visava criar mecanismos internacionais de controle da água. Igualmente, ministros de diversos países da América Latina consideraram que esse controle internacional sobre a água colocava um problema de soberania sobre os recursos naturais. Contrariando assim as nações desenvolvidas, que sustentam os interesses de grandes corporações do setor, defenderam eles, em Kyoto, a criação de uma espécie de conselho mundial que cobraria dos países pobres investimentos

de taxas de royalties e licenças, sendo que as empresas norte-americanas recebem mais da metade do total. As estatísticas mostram que o Brasil, em 2002, importou muito mais serviços do que exportou – 11,9 bilhões de dólares em importações versus 6,8 bilhões de dólares em exportações –, uma situação que tende a piorar com as modalidades de liberalização extensiva de serviços que o próprio Brasil estaria buscando nas negociações com o GATS (GOULD: 2003).

em suprimento de água e saneamento, além de boas práticas na gestão dos recursos hídricos. A questão permanece polêmica e de primeira grandeza na agenda do mercado e, igualmente, na das organizações da sociedade civil.

Neoliberalismo e privatizações de empresas estatais no Brasil

O Governo José Sarney (1985-1989) iniciou a implantação de políticas neoliberais e procedeu à privatização das estatais, repassando ao setor privado serviços que até então estiveram no domínio da gestão pública, considerados setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse período expandiu-se o pensamento neoliberal entre empresários e cresceu a expectativa no renovado modelo regulatório liberal com base no mercado livre de qualquer participação do Estado ou normatização da sociedade civil. No correr do mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foram privatizadas empresas do setor produtivo na esteira das teses neoliberais sobre o Estado mínimo e a necessidade de uma reforma ampla do Estado.

Mas foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso que houve uma radicalização deste processo. Empresariado e governo seguiram uma ortodoxia neoliberal promovendo mais privatizações de empresas de serviços e exploração de recursos naturais. A partir do seu primeiro mandato (1995-1998), foram privatizadas empresas estatais federais e estaduais, bem como as prestadoras de serviços públicos fundamentais, onde se incluem as de água e saneamento. Apresentavam-se algumas em situação de solvência, mas a maioria esmagadora das empresas privatizadas foram aquelas que estavam em melhores condições de saúde financeira, como a Telebrás, a Embratel e a Companhia Vale do Rio Doce. A tendência foi diversificar as empresas públicas em oferta no mercado: água, esgotamento sanitário, energia, telecomunicação, ferrovia, rodovias, portos e bancos. Com a política de ceder espaço ao mercado como regulador da vida econômica do país, Fernando Henrique Cardoso implementou o Programa Nacional de Desestatização

(PND), como uma estratégia neoliberal com a função de implementar decisões agendadas no Consenso de Washington sobre a condução da relação do Estado com a economia e ajustes orientados por agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Vale ressaltar que o referido governo inseriu no PND as empresas encarregadas de serviços públicos que, na versão original, não estavam arroladas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) foi a estrutura financeira âncora em todo o processo de privatização, em particular nos dois governos de Fernando Henrique. Conforme Chaves (2003), o BNDES funcionou como braço financeiro do processo de privatização, seja como acionista de 76 estatais, seja por ter sido a instituição responsável pela gestão do Plano Nacional de Desestatização (PND) e balanço da situação das empresas e de encaminhamento ao processo de privatização⁶. Ainda segundo a autora⁷, foram privatizadas 115 empresas, das quais 87 eram do âmbito federal e 28 do estadual, em setores variados. Por ordem de grandeza, o resultado foi o seguinte: 27 da petroquímica, 24 das telecomunicações, 4 de siderurgia, 7 do setor ferroviário, 3 de energia, 2 de mineração, e uma série de outras distribuídas por ramos produtivos ou de serviços.

Com a Lei de Concessões (Lei no. 8.987) que regulamenta o Art. 175 da Constituição e define normas de concessão dos serviços públicos, o Estado liberou o processo de privatização, tornando-o mais ágil para facilitar o livre jogo de mercado – concorrência e competitividade – aberto ao capital estrangeiro. Justamente a partir daí aumenta a concorrência do capital estrangeiro com o nacional dentro do próprio país e surgem novas formas de associação entre capitais com a formação de grupos econômicos mistos. O interesse redobrou com a estabilização da moeda e participação crescente de capital estrangeiro nos leilões das empresas privatizadas. O caso da telecomunicação é exemplar

⁶ CHAVES, Andréa. Privatização e Novas Estruturas de Mercado: Rede Celpa em Questão. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2003.

⁷ Op. Cit.

quanto à tensão verificada no mercado que se aquece pela concorrência entre empresas dos Estados Unidos, Portugal, Espanha, França e Itália, para citar os principais concorrentes.

A ineficiência financeira das empresas estatais não justifica a privatização. Muitas contraíram dívidas de empréstimos externos efetuados pelo Estado, os quais foram pulverizados na sua máquina administrativa para outros fins. Mário Pochmann (2001) constata que em dez anos de PND, do total da receita apurada das vendas de empresas via privatização, 86,4% foram gastos com o processo de venda, “gastos em moedas podres, empréstimos oficiais e juros subsidiados, saneamento e planos de demissão voluntária (apud CHAVES: 2003). Diz ainda que de 1991 a 1997 cerca de

95% do valor das empresas estatais, em diversos leilões, foram pagos com títulos desvalorizados, ou seja, com o valor já aviltado, além de facilidades concedidas a grupos privados e internacionais e garantindo a sobrevivência do real tornou-se uma simples entrega do patrimônio nacional, privatizando empresas fundamentais para o sistema econômico e para a soberania do Brasil;” (POCHMANN, apud: CHAVES: 2003)⁸.

Pelos dados do BNDES, as 115 empresas totalizaram a arrecadação do montante de US\$ 69 bilhões (CHAVES: 2003) e, com a venda dessas empresas, foi transferido para o setor privado, para o pagamento de dívidas, cerca de US\$ 16 bilhões. Esse dado, porém, segundo a mesma fonte, deve ser ponderado em função das incertezas que pairam sobre a legitimidade das informações divulgadas pelo próprio BNDES justamente pelo caráter polêmico desse processo de privatização de empresas estatais.

Privatização da Cosama e criação da subsidiária do grupo Suez no Amazonas

A primeira autorização para privatizar os serviços de água e esgoto em Manaus veio do poder municipal – que tem a competência para atender

⁸ Mário Pochmann, 2001.

essa necessidade urbana – na administração do Prefeito Eduardo Braga, atualmente (2006) Governador. O Município autorizou o Estado a negociar a Concessão dos serviços de água e esgoto em Manaus (Lei 513 de 1999), ao mesmo tempo em que lhe delegou a função de fiscalização da concessão através de sua agência reguladora.

A estratégia de criar uma outra empresa, a Manaus Saneamento, que seria negociada, visava que ficassem com ela todos os ativos. Os passivos, as dívidas que não seriam incluídas no rol de negociação, permaneceriam com o Estado do Amazonas. A Cosama continuaria com a função de atender todos os demais municípios do estado, exceto Manaus. Esse foi, inclusive, um dos argumentos para justificar a privatização: liberar a Cosama para atender melhor as demandas dos outros municípios, contando já com investimentos advindos da privatização.

A Agência Reguladora de Serviços Concedidos do Estado do Amazonas (ARSAM) foi criada com as funções de regular e fiscalizar os serviços de água, esgotamento, luz e transporte intermunicipal, ficando o transporte coletivo urbano sob a jurisdição municipal. A formalização da ação da Agência é objeto de uma lei que tramita no Congresso Nacional, segundo a qual a agência estadual é a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, pelo Planejamento, pela escolha de áreas de acesso para abrir estradas, ruas, selecionar áreas de tratamento da água e de esgoto, enfim, pela realização e execução do Plano Diretor Urbano. No cerne da questão está o conflito entre esferas de poder municipal e estadual, pois com a criação da Águas do Amazonas, a partir de um desmembramento da Cosama, como uma empresa que atende somente o município de Manaus, surge a discussão sobre a competência legal da ARSAM, uma vez que a concessionária não é fiscalizada pela instância municipal e foge aos domínios estaduais.

Após concluído o processo de privatização, a ARSAM abandonou sua responsabilidade pública e passou a não fiscalizar a concessão. Os jornais da cidade e as pessoas entrevistadas na pesquisa, ao tratarem do assunto, convergem na sensação de que tanto o Governador quanto o Prefeito

afastaram-se de suas responsabilidades, ficando claro que o contrato celebrado entre o Estado e a empresa Águas do Amazonas foi um instrumento para justificar a privatização e a entrada de dinheiro para a máquina administrativa e não para resolver de fato o problema de água para toda a cidade. Nenhum indicador que conste nas cláusulas contratuais foi cumprido pela empresa.

O Grupo Suez, através da empresa Águas do Amazonas, conforme vasto noticiário de jornais e declarações junto à Comissão Parlamentar de Inquérito (Poder Legislativo do Município de Manaus), para justificar o não cumprimento do Contrato de Concessão, afirma não ter consciência exata do que havia comprado, alegando não ter sido facultado pelo Estado todas as informações. Mas os documentos consultados por ocasião da pesquisa revelam que durante o processo foi reservada uma sala onde estavam todos os dados da empresa disponibilizados para consulta, tais como informações contábeis, faturamento, estatísticas de venda, consumo, relação de clientes, cobranças de contas da empresa, investimentos e dados sobre os ativos. Além disso, estava previsto visitas técnicas de campo para conhecer a situação das instalações e equipamentos, facilitando seu acesso a interessados em concorrer à referida concessão. A posição que sustenta a Águas do Amazonas de ter sido enganada e não ter clareza do que comprou é difícil de ser sustentada quando se trata de um grupo altamente capacitado sob o ponto de vista de gestão, de tecnologia e de mercado, e que, por sinal, é bastante exitosa nesse mundo empresarial globalizado, com seus 100 milhões de usuários na área de água e saneamento. Não justifica sua alegação de ter comprado “gato por lebre”, como manifestaram vereadores na CPI da Câmara dos Vereadores de Manaus. Certamente o montante de investimento necessário para implantar um sistema de água completo é alto, mas desde que o Grupo Suez assinou o Contrato para realizar esses gastos, eles passam a ser obrigatórios.

Os recursos obtidos na privatização se destinavam, segundo declaração do Governo, a investimentos no interior do Estado. Mas o que teria melhorado no atendimento de água potável e esgotos em outros municípios do Estado depois da privatização? Em que os recursos foram efetivamente empregados?

Segundo o Vereador Praciano, esses investimentos não ocorreram, pois dos R\$ 183 milhões acordados, R\$ 102 milhões foram para pagar dívidas do Estado com a empresa Parapanema, e não ficou clara a aplicação do restante. Ao contrário, o governo passou a concessão dos serviços de água para os próprios municípios, retirando do estado a sua responsabilidade. Já havia 15 municípios (do total de 60) no programa de municipalização da água. Em Manacapuru, município vizinho, o próprio prefeito é o gestor dos serviços, e não o Estado do Amazonas. Portanto, embora o investimento nos municípios do interior tivesse sido o argumento de venda, municipalizaram os serviços de água e esgoto ao invés de investir.

Ações impetradas contra a empresa objetivavam sustar o aumento de 31,50% na tarifa de água, o terceiro aumento consecutivo, sem a mesma ter nesse período ampliado sua rede de atendimento. Julgada procedente, as cobranças de tarifas majoradas foram suspensas por um período de três meses. Outra ação judicial pleiteava anulação do contrato, devido a seu descumprimento. Aqui se percebe um dos impactos da privatização dos serviços de água, qual seja, o enfraquecimento das instâncias de poder local que tradicionalmente se ocupavam do suprimento deste serviço. Por outro lado, a população hesita em realizar suas reclamações sobre o não cumprimento do contrato pela empresa, uma vez que a Agência Estadual de Regulação mantém-se inoperante.

O discurso do Estado do Amazonas para justificar a privatização era da mesma matriz do governo federal: necessidade de pagar as dívidas públicas com o valor arrecadado, reduzir os custos operacionais a cargo do estado para prestação desses serviços, a eficiência e qualidade no atendimento ao público. Isso, porém, nas diversas situações, não ocorreu. O Estado repassou um patrimônio público ao setor privado e o valor recebido não se reverteu em benefícios sociais: 1) o estado desembolsava altas somas para preparar as empresas para venda; 2) o repasse do dinheiro recebido a terceiros, alegando dívidas públicas; 3) os serviços não se tornaram mais eficientes que os anteriores; e 4) o Estado acabou por financiar a compra de suas próprias empresas através do BNDES.

Expansão urbana e desigualdade social em Manaus

EXPANSÃO URBANA E ADENSAMENTO DE MANAUS

O Estado do Amazonas vem diversificando seu perfil produtivo, porém muitos municípios permanecem com a base agroextrativa da agricultura a pesca, a extração da madeira e de produtos minerais, além do turismo e outros setores econômicos com menor expressão. A Microrregião de Manaus, a que mais cresce no Estado do Amazonas, passou de 419.583 habitantes, em 1970, para 1.593.710 habitantes em 2000, representando um crescimento urbano significativo da capital sobre os demais municípios. As áreas rurais tiveram um decréscimo de população nesse período (Tabela 1).

Tabela 1 - Estado do Amazonas - Evolução da População - 1970-2000

Microrregião de Manaus							
Anos	Total	Urbana			Rural		
		total	homens	mulheres	total	homens	mulheres
1970	419.583	292.003	138.434	153.569	127.580	67.460	60.120
1980	745.435	634.485	308.732	325.753	110.950	58.758	52.192
1991	1.165.352	1.062.796	519.543	543.253	102.556	55.252	47.304
1996	1.328.995	1.218.694	592.531	626.163	110.301	59.343	50.958
2000	1.593.710	1.475.368	719.994	755.374	118.342	63.099	55.243

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Amazonas - 1970 a 2000 (SIDRA)

As atividades industriais e de comércio em Manaus continuam fortes e influenciam a dinâmica migratória. Manaus hoje está com, aproximadamente, dois milhões de habitantes, embora os dados da Tabela 2 mostrem um aumento de 311.622 habitantes em 1970 para 1.792.814 habitantes em 2005, havendo paralelamente, como já mencionado, um aumento enorme da população urbana e um decréscimo da população rural. Esse aumento exponencial revela um município praticamente urbano, tendo, em 2005, apenas 12.175

habitantes na área rural, para 1.792.814 habitantes na cidade de Manaus. Essa particularidade da relação rural-urbano e o crescimento populacional, vista na apresentação do Gráfico 1, é bastante elucidativa das necessidades da ação de governo na definição de uma agenda bem focalizada nas políticas urbanas para o município.

Tabela 2 - A Evolução da População do Estado do Amazonas - 1970-2005

Município de		Manaus					
Anos	Total	Urbana			Rural		
		total	homens	mulheres	total	homens	mulheres
1970	311.622	283.673	134.298	149.375	27.949	15.289	12.660
1980	633.383	611.843	297.414	314.429	21.540	11.796	9.744
1991	1.011.501	1.006.585	491.273	515.312	4.916	2.618	2.298
1996	1.157.357	1.150.193	558.074	592.119	7.164	3.852	3.312
2000	1.405.835	1.396.768	680.508	716.260	9.067	4.936	4.131
2005*	1.792.814	1.780.640	871.987	908.652	12.175	6.730	5.445
Participação Relativa (%)							
1970	100,00	91,03	43,10	47,93	8,97	4,91	4,06
1980	100,00	96,60	46,96	49,64	3,40	1,86	1,54
1991	100,00	99,51	48,57	50,95	0,49	0,26	0,23
1996	100,00	99,38	48,22	51,16	0,62	0,33	0,29
2000	100,00	99,36	48,41	50,95	0,64	0,35	0,29
2005	100,00	99,32	48,64	50,68	0,68	0,38	0,30
Números Índices: 1970 = 100							
1970	100,00						
1980	203,25	215,69	221,46	210,50	77,07	77,15	76,97
1991	324,59	354,84	365,81	344,98	17,59	17,12	18,15
1996	371,40	405,46	415,55	396,40	25,63	25,19	26,16
2000	451,13	492,39	506,71	479,50	32,44	32,28	32,63
2005	575,32	627,71	649,29	608,30	43,56	44,02	43,01

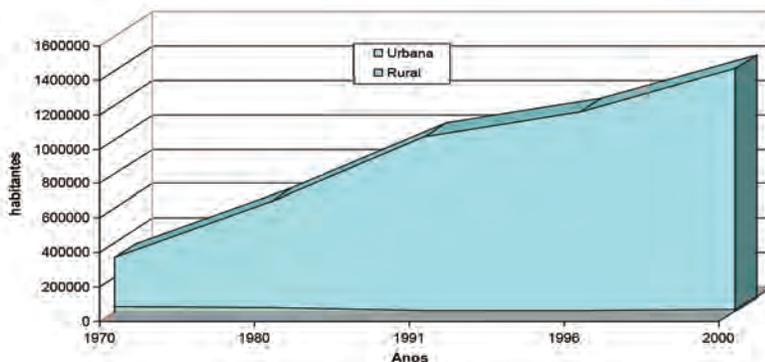
	Taxas de Crescimento Anual (%)						
1970/80	7,35	7,99	8,28	7,73	-2,57	-2,56	-2,58
1980/91	4,35	4,63	4,67	4,59	-12,57	-12,79	-12,31
1991/96	2,73	2,70	2,58	2,82	7,82	8,03	7,58
1996/00	4,98	4,98	5,08	4,87	6,07	6,40	5,68

Área Territorial (Km²)

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Amazonas - 1970 a 2000 (SIDRA)

* - Valores Estimados pela taxa de crescimento médio anual do período 1996/2000
- nov/05

Gráfico 1 - Estado do Amazonas - Evolução da População - 1970-2000
Município de Manaus



Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Amazonas - 1970 a 2000 (SIDRA)

A dinâmica migratória responde pela situação de crescimento dos bairros de Manaus. A Zona Franca teve um papel, num primeiro momento, de atração de população de níveis sociais diferentes. As indústrias do setor eletroeletrônico contrataram um quadro funcional e investiram na qualificação de segmentos ocupacionais definindo um certo perfil de trabalhadores. Mas outras levas de migrantes se seguiriam, verificando fortes fluxos na década de 1990. Manaus permanece um município de recepção de migrantes vindos de vários estados

da Amazônia e do Brasil, são trabalhadores sem emprego e sem renda, muitas vezes com trajetória em garimpos, canteiros de obras de grandes projetos e de estradas, na pequena produção, de territórios ocupados pela pecuária e soja. O contingente de paraenses, amapaenses, maranhenses e cearenses é alto nos bairros do Leste e do Norte, ocupando espaços novos do entorno da cidade. Os bairros da periferia de Manaus são o retrato dessa dinâmica, conforme é largamente demonstrado neste trabalho. Manaus continua a crescer com altas taxas demográficas (Tabela 2) e revela, assim, a contradição entre a riqueza e opulência do setor industrial, composto de grandes empresas de eletroeletrônica de liderança mundial, e a pobreza que se alastra pelas Zonas Norte e Leste da cidade. Os bairros populares apresentam precariedade em todos os serviços urbanos como água, esgoto, segurança, transporte, educação, saúde e habitação.

A Fundação Getúlio Vargas, em 2003, publicou 32 indicadores que mediam a qualidade de vida das capitais. Entre eles, telefones por habitante, índice de alfabetização, mortalidade infantil, renda *per capita*: Manaus encontrava-se no 24o lugar no ranking das capitais. Com o processo de reestruturação produtiva verificado nas empresas do Distrito Industrial houve dispensa de mão-de-obra que pesou sobre a taxa de empregos, sobretudo porque o lucro das empresas não representa reinvestimentos capazes de contrabalançar a geração de renda na cidade, apesar da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) incentivar um processo de verticalização de alguns segmentos industriais. O ramo industrial é um segmento internacionalizado, formado por multinacionais que se destacam no setor eletroeletrônico com maior volume de produção no País. Entre as maiores empresas estão a Honda, a CCE e a Philips. Apesar da renda elevada do estado, ela está também concentrada na capital.

Justamente nas Zonas Norte e Leste localiza-se cerca de 63% da população de Manaus caracteristicamente de baixa renda, formada por trabalhadores manuais, operários da construção civil, domésticas e pequenos comerciantes do mercado informal e/ou ambulantes. No bairro de Novo Israel, das 291 pessoas que responderam a pesquisa sobre condições de vida e renda familiar,

verificou-se que 110 famílias ganham até um salário mínimo, 111 até três e 70 famílias estão acima de três salários- mínimos⁹, o que representa estratos bem baixos na estrutura de renda de Manaus. Igual situação foi encontrada em inúmeros bairros pesquisados nessas duas Zonas onde se verificou uma queixa generalizada da população sobre carência de água paralelamente à reclamação de aumento das tarifas desse serviço.

A situação social está relacionada à economia e, portanto, precisa ser entendida articulada à estrutura de classe e à produção da pobreza. Para compreender melhor a natureza da pobreza nesses bairros de Manaus, é necessário identificar os vetores sociais e econômicos que estão nas raízes da desigualdade social. Nas trajetórias observadas nos bairros, muitos migraram deixando para trás as atividades rurais, o extrativismo da madeira, de cipós e de borracha; outros tiveram trajetórias urbanas com experiência de trabalho em atividades industriais, de comércio e em construção civil, e muitos vieram das pequenas cidades do interland. A população urbana enfrenta situações de risco social, de desemprego estrutural – sem vínculo com qualquer atividade e sem perspectivas de inserção ocupacional –, comum a jovens sem empregos e a adultos sem qualificação em condição de marginalidade do sistema produtivo.

Mercado informal e mercado solidário: malabarismos para abastecimento de água em manaus

Os moradores dos bairros afetados pela carência de água em Manaus acabaram por experimentar diferentes estratégias para resolver os graves problemas de abastecimento, entre elas, o comércio informal de água, que se tornou uma realidade incluível. Ao lado desta, se observa outras modalidades com base na ação de famílias, de instituições confessionais, de organizações não governamentais e associações de bairros. Numa breve classificação,

⁹ Ver o Relatório da *Pesquisa sobre o Abastecimento de Água no Bairro Novo Israel*, feito no âmbito de Pesquisa realizada pelo Centro Universitário Nilton Lins, Coordenação de Ciências Econômicas, Manaus, s/d.

encontramos as seguintes modalidades de abastecimento de água criadas pela população:

1) *Comércio informal* – Entre as formas de venda estão: o carro pipa, que vai até as casas dos moradores, e o abastecimento com mangueiras (borracha), que podem ter até mesmo 300 metros, como informaram em Santa Inês. Em geral é um fornecedor que consegue recursos para perfurar um poço próprio e equipado com bomba; a partir daí passam a atender também demandas de particulares. Podem ser pequenos comerciantes de água, visando completar a renda familiar ou passar a viver exclusivamente desse comércio.

2) *Mutirão e mercado solidário* – Outra forma de abastecimento é através de estratégias comunitárias, reunindo grupo de famílias para perfurar um poço de uso comum. As modalidades são variadas. Em alguns casos os moradores contam com o apoio de organizações eclesiais ou de ONGs na perfuração dos poços e compra de bombas. As famílias não têm renda para perfurar poços sozinhas pois, para obter água com qualidade, os poços têm de ser profundos; nos poços com 80 metros a água ainda não é suficientemente de boa qualidade. Em certas localidades, devido ao relevo do terreno e ao lençol freático, são necessários em torno de 110m a 150m de profundidade. Os poços da Águas do Amazonas têm cerca de 210m de profundidade.

3) *Poços de água em instituições* – A Prefeitura e o Estado têm construído poços em instituições públicas como escolas e postos médicos onde as pessoas se abastecem, transportando a água em seus vasilhames, que carregam na cabeça ou em carrinhos, sendo estes de madeira (mais comuns) ou de ferro, neste caso com a vantagem de poder carregar muitos vasilhames ao mesmo tempo. A grande demanda faz com que as filas que se formam nestes lugares comecem ainda de madrugada.

4) *Abastecimento emergencial da Prefeitura* – Trata-se ainda de pequenos sistemas de captação através de poços artesianos – águas subterrâneas – e de distribuição de água encanada que vem das caixas d'água construídas pela Prefeitura ou pelo Governo do Estado. Esse sistema é bastante questionado pela

descontinuidade do fornecimento da água e a conseqüente necessidade de usar outras estratégias complementares, como a compra de água.

5) *Pequenos Sistemas de Poços da empresa Águas do Amazonas* – A empresa tem atendido aos bairros das Zonas Leste e Norte de forma irregular, irresponsável e ineficaz. A única solução apresentada à população destas regiões é perfurar poços para uso de água subterrânea, o que tem gerado muitos conflitos entre moradores de partes altas e baixas da cidade, pois o sistema não é capaz de atendimento em relevo irregular, conforme atestam as reclamações de pouca água e de fluxo descontínuo. Problemas que só não são verificados nas áreas mais nobres da cidade.

6) *Poços artesianos de pouca profundidades nos quintais* – Há situações, como a do bairro Jorge Teixeira, onde foram construídos poços de 30 ou 40 metros, alguns poucos de 60 metros, nos quintais das casas. Fatalmente estes poços estão contaminados, pois localizam-se na região correspondente a uma área da cidade densamente povoada e sem condições sanitárias mínimas, tornando-se, por conta disso, extremamente perigosos à saúde. A Prefeitura perfurou poços em época de campanha política e depois os deixou abandonados. A comunidade se mobiliza, estabelecendo uma cota por domicílio das pessoas que são abastecidas por esse sistema de pequenos poços, para fazer a manutenção dos poços.

7) *Uso de cisternas* – É uma prática antiga e comum que havia sido abandonada; em alguns bairros, entretanto, com a situação de abastecimento agravando-se, sobretudo com as cobranças da empresa Águas do Amazonas vinculadas ao hidrômetro e os exemplos de cobranças arbitrárias em outros bairros, os moradores estão se precavendo e preferindo reabilitar as velhas cisternas abandonadas construídas em frente de suas casas ou nos quintais. Aqueles que não as têm, já pensam em construir uma, seja em grupo de famílias ou individualmente.

Do ponto de vista de quaisquer uma dessas situações observadas, o fato é que os moradores nesses bairros administram sua própria água todos os dias. Em

Santa Inês, em vista desta situação que se estende há tempos, um grupo de mulheres trabalha nessa linha de questões e discute sobre abastecimento de água, controle de qualidade, gestão e manutenção dos poços. As mulheres são as principais implicadas no provisão diário da água para os serviços domésticos. Elas são, em geral, as mais prejudicadas também. Ao retornar do trabalho têm ainda que lidar com esse problema crucial, crônico e estafante, desde a captação aos gastos de cada membro da família – via de regra, objeto de conflitos familiares entre irmãos ou entre marido e mulher.

Na venda por mangueira de borracha, é necessário também uma certa organização para atender a distâncias relativamente grandes. Na entrevista abaixo, de uma moradora de Nova Floresta, notamos a presença das mulheres também no mercado informal que aprovisiona e atende às necessidades de água no bairro:

E tem aqui esse sistema de uma senhora que tem um poço e que leva a borracha pra casa. Ela consegue ter uma borracha tão grande porque ela vai comprando, acho que ela emenda a borracha. A borracha não é inteira, ela vai comprando aquele pedaço, aí emenda naquele outro, aí compra um outro pedaço, aí vai emendendo. Ela vende por camburão, ela vende por lata, ela vende por balde. Ela vive disso. Eh, aqui no bairro com poço assim pra vender água só tem duas pessoas, duas mulheres. Tem essa senhora que mora aí na Pedra Escorada, e uma outra que mora lá na Cassiterita (Dona Val, bairro de Nova Floresta)

A combinação entre tipos diferentes frequentemente se impõe em função da deficiência de cada um deles. Encontramos pessoas que conseguem combinar o uso de seu próprio poço em casa com a água que vem da “ligação da rua” como forma de baratear custos e ter o serviço contínuo pois quando falha a água “da rua”, usa a do poço – não para beber, pois é de baixa qualidade. Ela serve para outras atividades como tomar banho, lavar roupa e lavar a casa. Ou, se utilizam água da empresa Águas do Amazonas, não podem prescindir do carro pipa ou da compra de água na “borracha” ou qualquer outra modalidade acessível em seus bairros, pois além de precário, o serviço prestado é caro. De todo modo, o certo é que não podem ficar sem água.

Segundo o relato de uma família que possui poço em casa, esta modalidade é possível abastecer de 80 a 100 famílias. Na sua rua existem seis poços, mas o seu é o mais requisitado, por ser a menor a taxa de água cobrada, apesar de serem altos os gastos de energia elétrica para movimentar a bomba. É preciso também registrar que em todas as entrevistas os moradores falam bastante da solidariedade entre si com relação à questão da água, sobretudo devido a preferência de água de qualidade para beber. É o caso de instituições da comunidade, escolas, postos médicos, postos de gasolina, frigorífico ou outra empresa que ali exista e que não se furtam de encher, ou deixar que as pessoas encham seus vasilhames. O incômodo, diz uma moradora, é sempre estar na condição de pedinte, de dever favor por estar pedindo para encher os vasilhames. Os relatos que seguem demonstram isso:

Tem muitos problemas de água aqui no Zumbi. Na minha casa, nós tomamos água da torneira depois do estudo que a Universidade fez que os poços dos bairros estavam todos contaminados; e na minha rua a água dá a noite toda, ela vai embora 8 da manhã e volta 5 da tarde, mas tem ruas que não dá água e tem muito essa coisa de pegar água pra beber, a fila é enorme nos poços, acho que 90% dos moradores dos bairros tomam água de poço... Fazemos fila aonde tem as torneiras que dão água, em colégio, nos poços das Igrejas católicas, tem alguns colégios adventista que dão também... Lá tem um colégio adventista que dá água também pro pessoal, então tem vários locais. (Luzarina, do Zumbi dos Palmares – Movimento de Mulheres de Manaus).

Sou da Zona Norte. Lá nós também estamos com um problema sériíssimo de água, que falta muita água, a água geralmente é pegada no poço, eu sou um pouco privilegiada porque em frente de casa tem um poço da comunidade, e como a gente faz parte da comunidade a gente limpa o poço de 6 em 6 meses, nós temos essa preocupação (Miraselma da Zona Norte – Movimento de Mulheres de Manaus).

Moro na Compensa, Zona Oeste da cidade. Dá água no bairro agora, mas eu morei no Jardim dos Barés, antes da cidade ser mais aparentemente evoluída, a gente carregava água até na Compensa... enchia o tanque pra passar o final de semana, então eu descia, no que descia, subia..., agora lavar roupa a gente lavava no igarapé do Franco,

que hoje é avenida Brasil. Então, eu passei toda essa dificuldade tanto na Zona Leste como na Compensa. Hoje não, depois que chegou água encanada, colocaram asfalto aí a coisa melhorou. Quanto ao poço, perto de casa tem, mas a grande maioria pega a partir das 3:00h da tarde (Flávia da Zona Oeste – Movimento de Mulheres de Manaus).

A venda de água é uma estratégia de sobrevivência, um meio de vida para muitas famílias, que atende a uma demanda real. Há, ainda, a solução de sistemas familiares de captação e distribuição de água, que sairia mais barato.

Existe, além destas formas alternativas, o comércio regular, formal, de venda de água mineral. Empresas como a Gelocrim, Iara e Santa Cláudia fazem a venda de garrações de água mineral em diferentes pontos destes bairros. Mesmo em bairros pobres as pessoas se esforçam para comprar água mineral, dada a confiabilidade da água dos poços, dispendo-se a pagarem mais, fazendo do comércio de água mineral um grande negócio em Manaus.

Pobreza e carência de água nas zonas leste e norte

A pobreza da cidade de Manaus convive com a riqueza e exuberância das maiores multinacionais do setor eletroeletrônico. A entrada do Pólo Industrial de Manaus (PIM) é passagem obrigatória dos ônibus que atravessam a cidade em direção às Zonas Norte e Leste – regiões de bairros pobres e de novas ocupações urbanas francamente desassistidos pelo poder público onde o serviço de distribuição de água é bastante precário e o de esgoto inexistente. São também muito deficientes os serviços de transporte, segurança, educação e saúde. O atendimento da demanda desses serviços fica por conta, em grande parte, da população com suas formas de auto-organização, de segmentos da economia informal, da ação de igrejas e de organizações não governamentais que atuam buscando promover serviços específicos, amenizar os problemas sociais e garantir alguns direitos. Conseqüentemente, tais organizações agregam capital simbólico (igrejas) e capital social (ongs) no jogo do mercado da solidariedade enquanto o poder público mantém-se ausente.

Cerca de 63% da Zona Leste, da Zona Norte e da Cidade Nova não tem água. A Zona Leste é bastante populosa, com vários bairros, conjuntos, loteamento e invasões novas. Quase a metade da cidade está tomando água sem tratamento, sem exame freqüente de laboratório e controle sanitário. O atendimento ainda depende de águas subterrâneas via poços artesianos, embora Manaus seja banhada por grandes rios de água potável. A situação é igualmente grave nos bairros de Grande Vitória, Santa Inês, Nova Floresta, Nova Vitória, Jorge Teixeira 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Etapas, João Paulo, Val Paraíso, Cidade Alta, São José, Nova Conquista, Gilberto Mestrinho, Tancredo Neves, Novo Reino I e II, São Lucas, São José, Novo Israel, Redenção, Tancredo Neves, Zumbi dos Palmares I, II e III, Mauazinho I e Mauazinho II.

O abastecimento de água em Manaus está diretamente relacionado à posição de classe social, correspondendo também a uma geografia social, econômica, política e simbólica da presença ou ausência do poder público no espaço urbano¹⁰, de modo que há bairros onde os serviços são plenamente atendidos e satisfatórios. Entretanto, nas Zonas Leste e Norte, onde se encontra uma grande população oriunda do interior do estado com grande concentração de pobreza as condições, ao contrário, são muito difíceis e a carência dos serviços é enorme. Esta população se posiciona nas camadas mais baixas da estrutura de renda, como descreve uma moradora de Nova Floresta:

Eu vim do alugado. Em 91 eu estava morando na Compensa, e eu tinha dois filhos. Eu vim do alugado pra cá, e essas áreas tudo surgiram como invasão. Então pessoas que vêm prá invasão é porque não têm condições de morar em outro canto a não ser em invasão, porque em invasão a pessoa mora, e ela vai se estabilizando aos poucos; eu, pelo menos, cheguei aqui a minha casinha era de paléte, tudo era... de paléte que é um tipo de madeira que o pessoal joga das fábricas, joga fora e a gente junta e faz as casas... E esses outros bairros todos foram feitos assim, a

¹⁰ É de primeira ordem a realização de um balanço sobre as áreas na cidade que estão sendo bem servidas por água, porém, neste trabalho, demos prioridade para analisar justamente os bairros com deficiência de serviços e carentes do estado de direitos e de cidadania.

pessoa que continua morando na invasão, ele não tem condições de pagar aluguel. E tem muitas pessoas desempregadas, bastantes... aqui na nossa rua dá pra contar quantos empregados, tem cinco empregados só. O resto trabalha avulso, de bico, faz alguma coisa em casa essas coisas assim... Têm muitos que moravam aqui na Nova Floresta e hoje estão na invasão de Grande Vitória, que eles não têm condições de morar mais aqui, porque tem que pagar água, luz, telefone e o imposto que já vem também pra cá o IPTU. (Dona Val – Valdeíza de Souza Ramos).

A questão da água também provoca conflitos entre moradores, como ocorreu na ocupação Grande Vitória, sobretudo entre os vizinhos que moram na parte alta com aqueles da parte baixa do bairro. Diferentemente, portanto, do centro da cidade e bairros de classe alta e classe média, onde esses problemas de declividade e relevo dos terrenos foram solucionados com tecnologia e investimentos.

Essa população da periferia da cidade não tinha perfil para pagar e ela tinha suas estratégias de abastecimento de água. Quando começavam a receber a conta era de R\$ 10,00 e de R\$ 15,00. Uma boa parte da população de Manaus não tem perfil para justificar que essa água tivesse sido privatizada. Quer dizer, há uma necessidade social, a carência e a exclusão social são tão fortes que a água aqui não poderia ser privatizada. Enquanto a necessidade de água é suprida pela população com a abertura de poços, na energia elétrica são as extensões de contas chamadas de “gatos”. Então, é muito clara a necessidade de uma política de tarifas sociais na cidade de Manaus baseada no princípio de que ninguém pode ser excluído do acesso à água potável, teria que ter uma solução paralela garantindo um contrato de tarifa zero, tarifas sociais. Certamente essa tarifa alguém teria que pagar, e não seria a Suez que iria pagar por ser da iniciativa privada e ter como objetivo principal a produção de mais valor, de lucro, mas certamente é uma função do Estado o investimento no setor para compensar essa desigualdade social gritante na cidade. (Entrevista com o Vereador Praciano – 21/10/2005).

A Secretaria de Saúde do Município, dois anos atrás (2003), fez um levantamento tendo como fonte os profissionais do Programa Médico da Família/Ministério

da Saúde e as Casas de Saúde, que totalizam 160 casas espalhadas nos bairros de Manaus. O Programa Médico da Família nos informou que 63% da população de baixa renda consome água sem tratamento. Assim, em uma comunidade com um alto nível de pobreza, a saída do Estado de sua responsabilidade social através da privatização significa excluir o direito do cidadão à água, um bem que o acesso não pode ser negado sob a forma de um bem mercantilizado. Em várias comunidades há relatos sobre contatos dos moradores com a Águas do Amazonas ou com a Cosama, sempre com o mesmo objetivo: angendar a demanda de água encanada e contínua para seus bairros.

Conflitos e gestão coletiva da água: as mulheres que seguram o trampo

Aumento de tarifas de água e conflitos entre moradores e empresa

Os conflitos em torno da água têm tido desdobramentos variados, como os que serão relatados a seguir. Para aqueles que estão ligados à rede de distribuição, o pagamento de taxas é motivo de insatisfação com a empresa Águas do Amazonas. Os moradores de Alta Floresta deram entrada no Ministério Público de um pedido de averiguação das taxas e dos medidores. Declaram que quando a água foi ligada em 2001 estava adequada a realidade da comunidade, entretanto a Companhia não fez uma campanha de conscientização com os moradores dizendo que haveria o uso do hidrômetro. Não disseram também, argumentam eles, que depois de 20m³, o preço do metro cúbico da água aumenta gradativamente. Isso criou uma incapacidade de pagamento por parte dos moradores. Hoje existem pessoas devendo mais de R\$ 2.000,00 de água e não podem pagar. A situação é efetivamente de confronto com a empresa e de desconforto perante a noção de direito estabelecida no sistema jurídico.

Houve algumas mobilizações em torno da privatização da Cosama porém não expressivas. O Sindicato dos Urbanitários participou de mobilizações, sobretudo, para garantir o Plano de Demissão Voluntária, pois depois da

privatização houve dispensa de trabalhadores. Por duas vezes o processo de venda da empresa foi sustado graças à iniciativas parlamentares municipais. Os jornais relatam manifestações contra os serviços e a qualidade da água nos bairros mais pobres e pleitos de moradores ao Ministério Público.

Em Grande Vitória há revolta contra a empresa Suez/Águas do Amazonas onde o hidrômetro é o motivo do conflito. Alguns moradores disseram que “quando eles colocaram um sistema novo, eles testaram, aí eles começaram a cobrar”. Mas os moradores se queixam de não terem sido avisados da instalação de hidrômetros. Na comunidade de João Paulo a empresa cobrará a taxa de R\$ 18,00 por família e avisaram que depois de um ano colocarão o hidrômetro para medir o consumo. Diz um morador: “quando eles colocarem o hidrômetro, não se iludam, não vai ser a mesma conta. Eles estão cobrando R\$18,00 só para a população se cadastrar, eles ficam com a ficha da gente e aí podem taxar mais, e se não se paga, mandam fichar na Serasa”. A tensão com a empresa não é silenciada, ao contrário, é tema de discussão. Em Nova Floresta a decisão dos moradores é não pagar a água pois consideram que há um desserviço, um desabastecimento, razão de não se sentirem compromissados em atender o pagamento mesmo que seu nome esteja no cadastro da empresa, como diz uma liderança feminina do bairro:

Então o pessoal não paga água aqui. A maioria não paga. É uma decisão nossa. É uma decisão e também porque não tem água e não tem como uma pessoa pagar R\$ 140,00 de água sem ter tido água na sua casa. Aí ela vai deixando, acumulando, e com isso vai crescendo, vai virando uma bola de neve... com isso, as contas vão crescendo, e todo tempo não baixa a água, é subindo mais, num mês vem 140,00, no outro mês já vem 150,00, no outro mês já vem 180,00 reais. É assim, tem conta que vem até 220,00, 230,00 reais por mês, sem ter água. A nossa dificuldade é muito grande aqui de água e ainda tem esse desaforo de cobrança (Dona Val – Valdeíza de Souza Ramos).

As entrevistas identificam também o aumento das tarifas e a origem dos conflitos com a empresa Águas do Amazonas, como no caso do relato de outra liderança local:

Não é normal, porque vem conta absurda, nessa reunião que nós tivemos na Água do Amazonas, eu entreguei ao presidente, as contas de moradores. Aqui, por exemplo, tem uma de R\$ 41,00, mas nós vamos encontrar por aqui de R\$ 212,00. Tem também de R\$ 400,00 aqui, de 160,00, de 213,00 e de R\$ 344,00. Como é que pode? Eu disse para o presidente “eu conheço a casa dessa senhora, quem sabe nós não vamos passar por lá, ela tem uma torneira e um camburão de 200 litros, como é que pode pagar R\$ 400 reais e tanto de água no mês? Isso é possível, se ela ganha um salário mínimo? Nem vendendo a casa não paga a dívida. E agora como é que vai resolver? Então o pessoal tá muito insatisfeito. Então no acordo com o Ministério Público, foi feito o seguinte: a Água do Amazonas, vai vir no bairro Nova Floresta instalar o posto pra atender caso a caso e ver se resolve. As pessoas não podem pagar, são pessoas pobres, desempregadas... está aí o problema. Não sei se vai anistiar, mas conta injusta é impossível. Uma vez veio uma senhora aqui na minha casa: “Ta vendo a minha conta de R\$ 500? ..., “89m³ de água e a caixa d’água de 1000 litros, é impossível alguém gastar isso no mês, só uma indústria. Então é um absurdo! (Sr. Camilo – Pres. do Fórum de Políticas Públicas)

Falta de direitos assegurados, violência e conflito cercam os moradores dos bairros periféricos de Manaus. A busca de legalidade os faz recorrer ora ao Estado, ora ao Ministério Público, ora à Prefeitura ou a uma das Secretarias de Estado que consideram pertinentes. A periferia de Manaus – com os conflitos de água – e o governo – ambiente das decisões políticas – seguem dinâmicas diversas e sem comunicação. Outras razões de conflito da população se dão por serem áreas sujeitas a expansão urbana com constantes invasões. Atrás das casas de vários moradores de Nova Floresta tem uma área de mata que eles consideram a reserva florestal do bairro, área verde que fica numa grande baixada, com animais e olhos d’água. Aparentemente um lugar que, por ser uma baixada e portanto não muito adequado à moradia, não se acreditava que ali pudesse haver uma invasão. Mas há dois anos um grupo de famílias se instalou no local e passou a usar as mesmas fontes de água que serviam às famílias da parte alta do bairro. O bairro de Nova Floresta nasce de uma invasão, mas todos os presentes na entrevista coletiva realizada para esta

pesquisa afirmam terem comprado seus terrenos. Eles conhecem casos de pessoas que saíram de lá para uma invasão recente chamada de Nova Vitória, na parte baixa, justamente na área vizinha onde se encontram os olhos d'água. A relação entre as duas comunidades é de conflito e disputa pelo domínio das fontes de água.

Os antigos usuários da reserva formalizaram uma denúncia à Cedema (Centro de Defesa do Meio Ambiente) – órgão responsável pelo meio ambiente no município. Esse exemplo é bem elucidativo sobre a situação de conflito envolvendo moradores e a questão da gestão e uso da água em situações de bairros em expansão, conforme extrato da entrevista a seguir.

A Água do Amazonas está sabendo disso. Até agora os moradores de Nova Floresta não podem resolver nada, porque toda vez que a empresa vem aqui, a comunidade da Grande Vitória se junta e quer quebrar o pau neles, eles podem vir com polícia, com segurança, que eles botam eles pra correr de qualquer maneira. Eles ficam com a água da Nova Floresta e o pessoal da Nova Floresta não pode fazer nada com medo deles, porque qualquer coisinha que abrir a boca eles dizem lá que vão quebrar no terçado, na enxada, e eles fazem mesmo, que eles se juntam bastante. Com esse problema ai da reserva, aí dos macaquinhos dessas coisas, hoje de manhã eles se juntaram lá embaixo, ficou um monte de gente lá, se juntando lá pra subir, pra resolver, diz que, esse problema, eu digo “mas não tem problema pra resolver com eles”, eu pelo menos não tenho problema pra resolver com eles, eu quero que essa reserva continue e não são eles que vão impedir. Eles não têm o direito de pegar e desmatar tudo, pegar água da Nova Floresta toda e a gente ficar de braços cruzados. Que é um direito nosso, porque nós vamos brigar pelos nossos direitos, eu pelo menos eu vou... É muita gente. Não é pouca (Dona Val – Valdeíza de Souza Ramos).

Os moradores da nova invasão avançam sobre os recursos da reserva derrubando árvores e matando animais. Segundo informações coletadas entre os moradores de Nova Floresta, eles estariam também impedido os moradores da parte alta de descerem para pegar água nas fontes que lhes serviam. A narrativa de Dona Val surpreende pela diversidade de problemas no conflito

que se interpõe entre moradores de Nova Floresta e a invasão de Nova Vitória. Esta surgiu há dois anos e com ela se espalharam os “gatos” – de luz e de água – no Prata, no Cravitas e no Píngo D’água.

As mulheres na guerra da água nos bairros pobres de Manaus

Apenas o Fórum de Políticas Públicas da Zona Leste, criado para atuar na melhoria da cidade, tem um programa de discussão de demandas de serviços de água. Há reclamações da população, mas não de forma organizada. O Ministério Público tem sido acionado mas a questão não entrou na agenda de prioridades de governo. Além desse Fórum de Políticas Públicas, atua no bairro da Zona Leste um comitê com base no movimento da Igreja Católica (CNBB) que é o Comitê Social para a Superação da Miséria e da Fome, com funcionamento há três anos, do qual, inclusive, originou-se o Fórum de Políticas Públicas da Cidade de Manaus. Paralelamente a isso, no bairro, que é formado por 12 comunidades, há um trabalho missionário de ações sociais da igreja que assistem, na medida do possível, estas comunidades.

As mulheres estão presentes nas Associações de Bairro, nos Conselhos, nos Comitês e no Fórum de Políticas Públicas da Zona Leste. Elas também se identificam em organizações feministas, embora a estrutura organizacional e de participação seja frágil. Segundo informações obtidas, o Comitê Social e o Fórum de Políticas Públicas têm liderado as mobilizações em torno da água nos bairros pobres de Manaus nas quais é intensa a participação das mulheres.

O problema da água atinge diretamente as mulheres. São elas que cuidam do funcionamento da casa, dos filhos, da comida. São, na verdade, as mulheres as que mais sofrem com a falta de água. O fato de carregar água na cabeça ou de empurrar carinhos com vasilhames por longas distâncias e todos os dias do ano tem trazido para elas problemas sérios de saúde. Dentre as principais reclamações, encontram-se a de “útero caído”, e algumas tiveram que se submeter à cirurgia devido ao esforço despendido em carregar água.

As mulheres se queixam ainda de “veia quebrada”, ou “lombinho nas costas” que chamam de “jabuti”, problema na coluna e “bico de papagaio”. Tudo isso são doenças acarretadas pela falta de água, dizem elas, além de várias outras doenças que são transmitidas por causa da qualidade ruim da água como malária, dengue e hepatite. Esse tema da saúde da mulher tem sido objeto de discussão no Fórum de Políticas Públicas, como se observa no trecho de entrevista abaixo:

... você vê aquelas filas enormes nos poços artesanais com as mulheres pegando água nos carrinhos pra levar pra casa! Subindo ladeira com o carrinho cheio de balde com água porque não é em todas as ruas que dá água. Mesmo tendo água encanada nas partes altas a água não sobe, então é muito difícil pra dona de casa. É muito difícil nas invasões! Aonde eu moro já está mais organizado, mas as outras que surgiram, Nova Vitória, uma parte de Nova Floresta, outras áreas aí que ainda estão só no poço artesiano, agora o mercado que surgiu de pessoas que têm dinheiro que vai lá pra dentro da invasão, cavam poço, e ficam vendendo água pra população, tem mais isso hoje... (Maria Savina, Nova Vitória, Zona Leste)

Um outro problema apontado é que a necessidade de fazer a gestão cotidiana da água impede muitas mulheres de terem uma vida regular de trabalho, pois sua disponibilidade ao trabalho remunerado fica prejudicada. As mulheres reclamam que a empresa Suez/Águas do Amazonas deveria indenizá-las pelo tempo de trabalho perdido, pois deveriam estar trabalhando em lugar de carregar água; os impactos da falta de investimentos da empresa recaem sobre as mulheres e igualmente sobre crianças e homens que cotidianamente despendem suas energias no suprimento de água.

No bairro de Santa Inês, mulheres, crianças e homens levam os vasilhames para encher d'água, às quatro horas da madrugada, para conseguirem uma boa posição na fila. O tempo despendido para conseguir a água variará de acordo com a quantidade de água oferecida na torneira e o lugar que se conseguiu na fila de espera. Na fala de uma moradora de Nova Vitória, a situação não é diferente:

... a fila é muito grande, é um sofrimento... E essa fila é todo santo dia! De madrugada... deixam lá o vasilhame e já fica na fila desde de madrugada pra pegar. Eu conheço uma senhora que ela tem problema de coluna, de tanto empurrar os carrinhos d'água. É uns carros de madeira, que eles fazem com rolimã e enche de reservatório de 10 e 20 litros (Maria Savina, Nova Vitória, Zona Leste).

Os moradores sofrem com a situação da água mas também com a burocracia do Estado e os trâmites de processos:

Por exemplo, ir no governo, falar com o governo, ir nas secretarias procurar alguma coisa, não vai todo mundo, mas na hora que chega na comunidade, a gente se reúne todas as mulheres, e vamos, dá mais mulher do que homem. São as mulheres que seguram o trampo. Mas os homens hoje em dia já estão mais voluntários também, eles já acompanham. Que teve reunião naquele dia, apareceu homem também, eles vieram pra falar que eles também sofrem, muitos que estão desempregados eles fazem o mesmo papel da mulher, então eles já estão se chegando ao movimento das mulheres da Nova Floresta... A gente reúne e decide o que fazer. Tem uma senhora ali que fica lá na Rubi, tem outra lá na Platina, que a gente sempre se reúne pra conversar, sempre querem saber o que está acontecendo, por que não está sendo resolvido, isso aquilo outro. Que a gente não tem uma sede assim, a gente se reúne um grupo aqui, um grupo ali, pra ir vendo o que a gente pode melhorar (Dona Val, Nova Floresta, Zona Leste).

As mulheres e o problema de abastecimento de água em quatro bairros de Manaus

Nova floresta – água e precarização da saúde das mulheres

Quando os primeiros moradores chegaram ao bairro de Nova Floresta não havia nada por lá, nem água, nem luz. Para conseguir água eles recorriam aos olhos d'água que existiam numa área baixa do terreno, no meio de uma grande floresta, razão inclusive do nome do bairro. Como a subida era íngreme, impossível utilizar um carrinho, tinham que subir com a lata na cabeça. Visualizando o local a partir dos fundos da casa de uma moradora

foi possível constatar a grande declividade do terreno e considerar um imenso esforço, em condições normais, subir ali com um balde ou lata na cabeça.

Na gestão do Prefeito Eduardo Braga foi implantado em Nova Floresta um sistema composto de um poço e uma caixa d'água, com canalização domiciliar. Mas a água era pouca. Os moradores cavavam uma cisterna em frente a suas casas, na altura da encanação, para conseguir um pouco mais de água. Dona Raimunda, moradora do bairro, conta que em 2001 seu esposo liderou um abaixo-assinado, com apoio da Igreja, e conseguiu 938 assinaturas para encaminhar o pleito de água à Prefeitura. Seu Camilo, presidente do Fórum de Políticas Públicas da Zona Leste, participou da comissão, ao lado do padre da paróquia, que foi até a empresa Águas do Amazonas para buscar uma solução para o problema. A empresa apresentou, então, um projeto e revitalizou dois poços que já existiam e fez mais dois novos. Além disso, implantou uma rede nova, pois a anterior estava inservível. Com estas transformações os moradores, desta localidade específica, tiveram o abastecimento satisfeito – o que não ocorreu com a cobrança das tarifas. A medição passou a ser feita por um hidrômetro colocado na entrada

da tubulação de cada residência. O preço da conta variava conforme os gastos. Mas os moradores foram pegos de surpresa com valores absurdos em suas contas, pois não houve campanha de conscientização da população em relação ao consumo da água. Com exceção de uma moradora (Aldenice) que afirma ter recebido o folheto, os outros dizem nunca ter recebido qualquer informação sobre a economia de água.

Era um momento de crença na melhoria dos serviços pela eficiência da empresa privada. As pessoas estavam com esperanças pois o serviço antes ofertado era muito ruim. A sociedade queria soluções. Observa-se atualmente que é alto o grau de satisfação da classe média, comparativamente ao serviço anterior. Na Zona Oeste da cidade a água é boa e o grau de satisfação alto. Mas nas Zonas Leste e Norte é uma calamidade. No entanto, nos orçamentos da Prefeitura nesses últimos cinco anos havia verbas importantes destinadas à abertura de poços nos colégios, nos hospitais, nos bairros. Em várias Secretarias havia

recursos destinados à abertura de poços. E em quase todos os colégios desses bairros têm poço artesiano, porém sem exames de laboratórios sistemáticos sobre a qualidade da água.

Assim, há um descontentamento da população dos bairros periféricos de Manaus em relação ao serviço prestado pela concessionária Águas do Amazonas, e pelos serviços paliativos que a Prefeitura e o Estado têm implantado para cobrir as deficiências da empresa concessionária.

Nova Floresta foi o primeiro bairro, depois que a Água do Amazonas assinou o contrato, o primeiro bairro de pobres a ter água 24 horas. Mas assim mesmo era água de poços artesanais. Cavaram dois poços, reativaram mais dois que já estavam em funcionamento. Então ficou o bairro bem servido. Mas já há alguns problemas. Aqui nós temos água sim, mas não é constante e isso não é bom... Aqui na minha casa vem às vezes de manhã, às vezes chega 3 horas da manhã, às vezes eu fico acordado para poder encher o reservatório até 3 horas da manhã. E com uma hora ela já vai embora. Ai volta de manhã, às vezes 7 horas, ai vai embora, ai vem às vezes 4 da tarde, ai vai embora. Não é constante, então ninguém tem horário fixo... (Sr. Camilo, Presidente do Fórum de Políticas Públicas – Zona Leste).

Dos meus vizinhos aqui a maior parte não têm água em casa. O Breno não tem água, os vizinhos desse lado também não. Tudo é na mesma coisa, quando eles não chama a pipa pega lá no poço. E chega de quanto em quantos dias para eles. Pra eles também é nessa faixa que nem na minha casa, porque o dia que dá num vizinho no outro não dá, ai vai assim consecutivo, quem consegue abrir a torneira primeiro ele consegue pegar um pouco de água, agora aquele que não consegue ele fica sem água. É tudo por aqui, do outro lado da rua é a mesma coisa. E mais pra baixo da rua também. Pelo o que eu tenho conhecimento, são duas ruas, aqui na Pedras Coradas, e na Cassiterita que é dessa maneira. Agora nas outras que são baixada elas conseguem pegar água. Mas nesse caso, não é também todo tempo com água. A regra é todo tempo sem água. Todo mês vem a conta d'água. Eu pago só a taxa... é R\$ 13,38. Se paga a taxa pra ter o direito de dizer que tem água (Dona Val – Valdeiza de Souza Ramos).

Nas reclamações dos moradores do bairro com relação à água, é marcante a presença das mulheres, que também estão à frente no Fórum de Políticas Públicas. Há mulheres com trajetórias antigas de luta pelos direitos sociais e políticos. Além disso, um bom número de mulheres trabalhadoras da indústria e do comércio em Manaus habita em bairros das Zonas Norte e Leste.

Mauazinho II – a vitrine social da empresa francesa.

Nas proximidades do Distrito Industrial, no bairro conhecido por Mauazinho II, os moradores contam que conseguiam, em tempos passados, água através de uma ligação no Mauazinho I, que era um bairro mais antigo e já tinha água encanada¹¹. Antes da empresa francesa levar água ao bairro, havia uma ligação feita com encanação paga pelos moradores que puxava a água por uma bomba. Durante quatro anos algumas casas foram beneficiadas por esse sistema. Outras famílias compravam a água pagando cerca de dois reais o tambor. As demandas pelos serviços de água aumentavam em toda essa região. Os conflitos em torno da água, na mesma proporção. Os moradores de Mauazinho II conseguiram uma reunião com a empresa Águas do Amazonas, mas ao invés de investimentos na montagem do sistema de abastecimento, conforme rezava o contrato de Concessão, a empresa propôs uma espécie de parceria, uma vez que os moradores deveriam arcar com parte das despesas para estender às suas casas a distribuição de água potável. Cada domicílio arcaria com R\$ 137,00 pagos à vista. Quando o sistema estivesse implantado, a cobrança seria por taxa no valor de R\$ 11,00 reais por 12m³ de água, ao mês. Ultrapassada esta quantidade, haveria uma cobrança adicional proporcional ao consumo. Na época foi realizado um levantamento pela empresa constatando-se que moravam no bairro 783 famílias, porém, no final de 2005, este número já superava a marca de 2.440 famílias devido a ocupações novas no seu entorno.

¹¹ Entrevista com a presidente e a vice-presidente do Movimento Comunitário do Mauazinho II.

Considerando as dificuldades apresentadas pela população em aceitar a proposta devido ao baixo nível da renda média familiar no bairro, a empresa sugeriu um novo valor de pagamento de R\$ 100,00 também à vista. A população mais uma vez não aceitou e fez uma contra-proposta com valores parcelados. Finalizadas as negociações, a empresa conseguiu a adesão de 80% dos moradores nas seguintes condições: R\$15,00 de entrada e o pagamento do restante parcelado em 17 vezes de R\$ 5,00, mais a taxa mensal de R\$ 12,00 pela água, totalizando, assim, R\$ 17,00 por mês. Esta foi a proposta vencedora, e Águas do Amazonas finalmente instalou o serviço de distribuição de água no bairro.

A taxa no bairro hoje é de R\$ 18,47 reais por mês independente do consumo. Mas o problema persiste, pois a água não chega às torneiras. É possível passar um dia inteiro, e mesmo mais de um dia, e a água não chegar aos domicílios, informam as moradoras. As ruas acompanham o relevo irregular do bairro como na maior parte da cidade de Manaus e é somente de acordo com esta contingência topográfica que os moradores que vivem nas partes mais baixas garantem a água, mesmo assim somente algumas horas do dia. Por exemplo, explica Lúcia, moradora do bairro: a “água chega de manhã e vai embora meio-dia, depois só volta umas 15:00h ou 16:00h e depois vai embora novamente”. O problema é bem maior nas casas que ficam na parte alta do bairro, com água somente de madrugada ou às 6:00 da manhã, reduzindo na medida que aumenta o consumo nas casas localizadas nas partes mais baixas. A incidência de conflitos entre os moradores é um problema constante com acusações de desperdício dirigido àqueles que moram nas áreas mais baixas. O desperdício, a falta de consciência e o mau uso da água pela população são imagens exploradas pela Águas do Amazonas para justificar a falta de água, culpabilizando, no limite, o usuário pela crise no abastecimento.

A empresa vem tendo dificuldade em todos os bairros pobres da periferia de Manaus, pois os assinantes relutam em pagar o serviço em função da falta de investimentos adequados e dos problemas de abastecimento de água. O grupo francês Suez procurou a Essor, ong que tem apoio do Ministério dos Assuntos

Estrangeiros da França e que mantém projetos no Brasil através de outras ongs, para desenvolver uma experiência de adesão social nos bairros pobres de Manaus¹². Deste esforço originou-se uma organização denominada Adeis (Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável), que foi criada a partir do modelo da Essor, objetivando estabelecer canais de comunicação e atuação com as estruturas de representação de clientes em bairros da periferia; neste sentido, a Adeis funcionava como braço político do Grupo Suez – Águas do Amazonas.

Foi escolhido o bairro Mauazinho II como área piloto para o projeto da empresa, como laboratório. A Essor classificou-o de “Projeto Piloto de Desenvolvimento Social”, o qual pensa expandir em breve para 15.000 famílias. O objetivo era prover o abastecimento de água para as comunidades condizente com a necessidade real dos moradores; para tanto, realizou um levantamento preliminar do perfil socioeconômico do bairro. Segundo a Águas do Amazonas, a comunidade não entenderia porque utilizar o produto (água) sem desperdício ou porque ter de pagar pela água usada. Na realidade se tratava de construir um processo junto com a comunidade para que esta se decida a pagar pela água. A Adeis trataria de realizar campanhas explicativas e de convencimento junto à população da necessidade do serviço e da assinatura do serviço, buscando assim menear os conflitos e a resistência dos moradores.

O processo iniciado pela Essor, e depois assumido pela Adeis tem como principal objetivo criar um clima de parceria com a comunidade de adesão à empresa e também ser a experiência-vitrine em ação de responsabilidade social. Inclusive, segundo informaram na comunidade, o Grupo Suez e Águas do Amazonas frequentemente levam ao bairro pessoas, organizações ou empresas para mostrar que fazem um trabalho social e participativo na Amazônia, incluindo o próprio Banco Mundial com quem negociam financiamentos para seus projetos internacionais. Sabemos que a eficiência de uma empresa nessas esferas internacionais é medida pela sua capacidade de criar vitrines sociais,

¹² A análise sobre a ação da Adeis em Mauazinho foi feita com base em entrevista, visitas ao bairro e à Adeis.

o que amplia sua capacidade de arrecadação de investimentos e abre portas, devidamente legitimadas por critérios criados pelos próprios financiadores, para novas investidas desta ordem.

O projeto da Águas do Amazonas foi apresentado em reunião para a comunidade, ressaltando os mecanismos participativos para sua implementação. A Essor capacitou os atores locais que foram a todas as casas explicando o processo de chegada da água. A Ong fez também a capacitação daqueles que iriam cadastrar os moradores. A partir daí, dessa agradável aparência de co-participação e responsabilidade sobre o próprio espaço experimentada pela comunidade, houve uma adesão bem significativa dos moradores. Atualmente, esses projetos são apresentados pela Essor na França e, quando aprovados, as verbas são repassadas para a Adeis, que é acompanhada e monitorada pela Essor.

Outra estratégia da Águas do Amazonas para aumentar sua lucratividade se passou da seguinte forma: a empresa terceirizava a entrega das contas, repassando à comunidade esta tarefa, que se tornava intermediária nas cobranças. Essa experiência é avaliada pela Essor e pela Adeis como bem sucedida, o que pode ser medido pelo índice de 80% de adimplência. A Adeis monitora esse processo que é apresentado como educativo, mostrando a importância de pagar as contas em dia. Algumas lideranças femininas do bairro foram convidadas para trabalhar na Adeis. A associação do bairro procedeu ao cadastro e faz atualmente as cobranças de água, recebendo por cada conta paga o valor de R\$ 0,19 centavos. Se a comunidade pagar, no mínimo, 45% das contas, o Movimento Comunitário recebe 3% em cima do valor total recebido pela distribuição dos boletos. A arrecadação aumenta de acordo com a porcentagem de pessoas que pagarem, podendo chegar a 10% se todos pagarem a conta. Essa experimentação social é apresentada pela empresa como modelo e que poderia servir de padrão na gestão para obter menor inadimplência, pois em Mauzinho II cerca de 70% mantém seus pagamentos em dia. Questionada se existe problema de abastecimento de água em Mauzinho II, a Adeis responde que existe mas seria devido a

geografia, referindo-se provavelmente que há partes altas e baixas no bairro, atribuindo a isso a falta de água na casa das pessoas.

As entrevistas com os moradores de Mauazinho II mostram que esse processo tem valorizado o papel das mulheres da associação, mas elas também têm sido o anteparo da empresa Águas do Amazonas, enfrentado as tensões e conflitos internos no bairro, pela falta de água nas torneiras, pela descontinuidade do serviço, pela irregularidade entre áreas altas e baixas, sem falar nos problemas de saneamento que também são graves.

Zumbi dos Palmares III – organização das mulheres de Zumbi

As mulheres do Grupo Musa atuam em especial no bairro Zumbi, onde moram, mas também fazem parte de vários Comitês e associações da sociedade civil existentes na cidade de Manaus.

As mulheres do Zumbi relatam que ao chegarem no bairro não havia água. Compravam um tambor com água por cinco reais ou pegavam na casa de uma vizinha que tinha cacimba, tendo de puxar por balde. Depois foram feitas cacimbas como estratégia de abastecimento e gestão do uso da água.

A água é motivo de investimentos no mercado eleitoral e explorada igualmente pela mídia. Nesses dois aspectos, o bairro Zumbi dos Palmares é emblemático. Assim, a água só chegou ao bairro em 1996, graças à primeira eleição do Alfredo Nascimento, depois de um abaixo-assinado levado em audiência ao Prefeito Eduardo Braga que, posteriormente, visitou o bairro e se comprometeu em asfaltar a rua e trazer água encanada para as casas. O período eleitoral beneficiou os moradores, sobretudo porque venceu o candidato que haviam apoiado, Alfredo Nascimento. Pela experiência vivida nos últimos tempos em relação ao abastecimento, os moradores consideram que há uma tendência de redução da quantidade de água disponível e de aumento de seu preço.

Em 2004, o Zumbi ficou três meses sem água. Liderados pelas mulheres do Grupo Musa, os moradores ligaram para um programa de televisão que foi até o bairro e fez uma reportagem sobre o desserviço de água no bairro. Depois

que o programa foi levado ao ar, a empresa Águas do Amazonas entrou em contato para averiguar o problema que, segundo o Musa, lhe era desconhecido. Além dessa ocasião, a outra vez que a empresa esteve no bairro foi quando a mesma organizou um mutirão na escola para fazer a renegociação das contas atrasadas. Efetivamente, após esse acerto o problema foi encaminhado através de acordo entre empresa e Prefeitura para perfuração de um poço de 277 metros de profundidade, bombeando a água para uma caixa d'água que fica na avenida central do bairro.

Outra integrante do Grupo Musa, participante da ocupação do bairro Zumbi III, afirma que buscava água na Avenida Grande Circular ou na casa de algum vizinho que tivesse poço, o que era muito comum, segundo, pois naquela época não havia água encanada. Outra participante do grupo confessa que não paga as contas de água, no valor de R\$ 18,47, pois é tão pouco o que chega na torneira que não vale. Ela afirma que se tivesse que ir trabalhar ficaria sem água, pois não estaria em casa para encher o tambor quando a água chegasse. Elas contestam que o preço da conta, para quem não tem água, é muito caro e informam, com muita hesitação, que já tiveram o nome registrado em sistemas de proteção ao crédito por falta de pagamento. O preço da conta é o mesmo para todos os moradores e não varia conforme o gasto.

... acho que 90% dos moradores dos bairros tomam água de poço... a água da Zona Norte, o serviço prestado pela Água do Amazonas, do ponto de vista da qualidade da água, dá pra se beber, porque ela vem limpa, aparentemente ela vem limpa, mas ela vem contaminada porque eles colocam tanto cloro que você vê na água. É horrível! Não dá...chega espuma...você sente, se alguém for beber sente... você já viu a torneira que a água cai branca, é cheio de água sanitária, se você for beber você sente, se alguém for beber sente! Agora eu acho que 80% da população de Manaus tem ameiba, porque aí o pessoal corre pros poços artesanais pra pegar água, as igrejas católicas têm, os colégios têm e dão água pra comunidade, só que lá no bairro que eu moro, o Zumbi, da área que eu moro, a Universidade tem um trabalho da Faculdade de Medicina dos alunos que estão terminando o curso, e eles fizeram uma análise dos poços e todos não foram cavados o suficiente abaixo

das fossas, e todos estão contaminados de coliformes fecais. Então, hoje é mais saudável você tomar água da torneira, mesmo que o gosto seja ruim ... (Luzarina, do Zumbi dos Palmares Movimento de Mulheres de Manaus),

Há também reclamações sobre a falta de saneamento básico. Quando chove, a água escorre pela rua e alaga as casas que ficam em planos mais baixos. Existe somente uma caneleira e assim mesmo é a céu aberto.

Os moradores falam que na parte alta do bairro quase nunca chega água; algumas vezes, principalmente nos finais de semana quando as outras casas utilizam menos água, ela chega numa torneira bem baixinha, abaixo do joelho, porque se for mais alta a água não tem força para subir. A imagem profundamente calamitosa está presente na referência às filas intermináveis em Zumbi dos Palmares para buscar água nos poços.

No Zumbi as filas de água são intermináveis e infernais... em alguns locais que tem torneira o pessoal vai pegar água. Tem uma parte do bairro que é alta. Tem uma parte que sempre teve problema, é um conjunto feito pelo governo, mas sempre teve problema de água. Alguns não tem problemas, são os da turma do baixo pois tem a cidade alta e a baixa... Tinha água antes lá, tinha sistema de água com base em poço, era da Cosama, era público. Ai esses poços foram vendidos, porque a gente tá vendo só... essa empresa Água do Amazonas. A Santa Claudia também é uma empresa de poder muito forte que vende água engarrafada, a garrafinha e o garrafão... existe ainda a Iara e a Gelocrim. São águas minerais, mas não são da mesma qualidade, há diferença da qualidade da água (Luzarina, do Zumbi dos Palmares Movimento de Mulheres de Manaus).

Santa Inês – ações solidárias do grupo de mulheres

A Águas do Amazonas desconhece a situação da falta de água no bairro Santa Inês, embora ela seja muito grave. Moradores informam que a empresa nunca apareceu no bairro, mas comunicou às lideranças, quando procurada, que Santa Inês está ligada à invasão Nova Vitória, Distrito 2, e que, por isso, está sob júdice. Porém os moradores contestaram essa informação, alegando que

Santa Inês foi um loteamento feito e entregue pela Prefeitura de Manaus às famílias. O bairro existe há aproximadamente dez anos. Alguns moradores comentam que chegaram tarde e tiveram que comprar seu lote – e não teria sido barato. Anos depois, com a interferência de um político (Vereador Lupécio), a Prefeitura furou o primeiro poço, seguidos de outros, sempre por motivos políticos, afirmaram as lideranças do bairro. Passado o processo eleitoral, não há manutenção pela Prefeitura dos poços que ela mesma perfurou. Além disso, os poços têm entre 80 e 90 metros de profundidade, quando o mínimo nessa área, para uma boa qualidade da água, seria de 100 metros, afirmam. A única coisa que funciona é a auto-organização da comunidade. E ela passa por vários caminhos e estratégias de gestão da água. No caso de Santa Inês, os poços foram “privatizados” pelos moradores que vivem em torno dele, pois a Prefeitura não faz a manutenção e eles têm que se cotizar para mantê-los. Em alguns casos, acaba sendo um negócio familiar pois os usuários pagam dez reais por mês ao encarregado pela manutenção dos poços, em geral o vizinho ou vizinha que mora próximo ao poço. Em outros bairros, como também em Santa Inês, muitas mulheres se ocupavam dessa função¹³.

O que ameniza os problemas de água em Santa Inês e o sofrimento das pessoas, segundo lideranças da área, são iniciativas solidárias como as ações do Grupo de Mulheres conjuntamente à Irmã Nilda que intermediaram o apoio de um cidadão suíço/italiano, que ajudou os moradores a perfurar cinco poços. As mulheres organizaram o mutirão comprando a caixa d’água, o diesel e o almoço para os trabalhadores. Cada morador que aceitasse colaborar dava o nome e quando a bomba tivesse sido instalada, quem ajudou poderia fazer a ligação para sua casa. Os poços têm pouca profundidade pois seriam necessários nessa área pelo menos uma profundidade de 100 metros para dar segurança quanto à qualidade da água. Mesmo assim, os poços atendem a grande parte da comunidade. Há uma outra parte do bairro, porém, que tem problemas de abastecimentos ainda mais sérios, tendo seus moradores de procurar água

¹³ Em Santa Inês, Zona Leste, há um Grupo de Mulheres que também participa ativamente do Fórum de Políticas Públicas.

com latas na cabeça ou pagar água do carro pipa, constituindo uma das áreas que deveriam estar arroladas no contrato de concessão de serviços públicos como de prioridade máxima para a ação da empresa privada.

Entre diversas falas, percebe-se o cotidiano da luta pela água e sua gestão entre as famílias do bairro, como no caso de Maria Regina, quem comprou uma caixa de 1000 litros: “quando chove é uma maravilha!”, a caixa enche sozinha. Mas na realidade diária ela busca água no poço da rua T. “Ela é poderosa, tem carrinho de ferro”, comenta em tom de brincadeira uma vizinha. A maioria tem carrinho de madeira para carregar as vasilhas, chamado Patinete. O carrinho é deixado na fila guardando a vez do dono. O poço abre duas vezes por dia, às 06 da manhã e às 16:00 da tarde. Se deixar o carrinho meio-dia, quando abre o poço às 16:00 o dono vai lá e enche as vasilhas e vai para casa encher a caixa ou tambor, ele repete a operação até encher tudo e nisso consome toda tarde. Para se ter água de manhã, é preciso deixar o carrinho às 4 da madrugada e ir para lá às 6:00 da manhã quando o poço abre.

O marido de Lindomar deixa o carrinho às 4 horas, quando acorda para ir trabalhar; às 6:00h, então, ela vai buscar o carrinho para atender as necessidades de uma família de 11 pessoas. Quem carrega a água em sua casa é ela (grávida de três meses), a irmã ou um dos sobrinhos de 14 anos, portanto, mulheres e crianças. João Henrique reclama de dores no joelho e nos braços por carregar a água. Raimunda tem reclamações parecidas, o joelho é sempre prejudicado pelo esforço de carregar as vasilhas pesadas. Outro problema é que se faltar energia elétrica, o que é comum em Manaus, sobretudo na Zona Leste, a população que depende dos poços fica sem água, pois não é possível ligar a bomba.

Escândalo do grupo suez no Amazonas e a CPI das águas

INSTALAÇÃO DA CPI PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

Por iniciativa do Vereador Francisco Praciano foi realizada uma Audiência Pública em 30/03/2005 para debater a situação do cumprimento ou não do Contrato de Concessão de serviços de água e esgoto feito pela Prefeitura de Manaus junto à empresa Águas do Amazonas. A audiência teve a presença do Presidente e Diretores da Águas do Amazonas, da Agência Reguladora de Serviços Concedidos do Amazonas/Arsam e de lideranças comunitárias que, na ocasião, prestaram seus depoimentos. Essa Audiência levaria, como desdobramento, à decisão de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁴ que ficou conhecida como a “CPI das Águas”. Os vereadores utilizaram como justificativa para o pedido da CPI, as declarações do presidente da Águas do Amazonas, Fernando Paraguaçu, feitas durante uma audiência pública quando afirmou que a empresa não cumprirá as metas do Contrato de Concessão. Em declaração à imprensa¹⁵ aquele vereador lembra que a “empresa não está cumprindo as metas do contrato, apesar da mesma ter comprado a Cosama por R\$ 193 milhões, quando o valor contábil era de R\$ 486 milhões.

Homologada pelos vereadores da Câmara Municipal de Manaus, a Comissão Parlamentar de Inquérito tinha como objetivo investigar o Contrato de Concessão celebrado entre Águas do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Manaus, e foi instalada no dia 11/04/05 sob a presidência do Vereador Paulo di Carli, para julgar, no prazo máximo de 30 reuniões ordinárias, a prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da cidade de Manaus. Denúncias e manifestações sobre o desabastecimento de

¹⁴ Audiência Pública na Câmara Municipal de Manaus objetivando criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no dia 30 de março de 2005.

¹⁵ Jornal Diário do Amazonas, “Pedido de CPI para investigar concessionária”, Manaus, 30/03/2005.

água cresciam a cada dia, especialmente referentes às Zonas Norte e Leste onde se localiza 2/3 da população de Manaus. Nesses bairros populosos, conforme demonstrado neste trabalho, o atendimento de água potável está em boa parte a cargo das próprias famílias, em particular as mulheres, em estruturas do mercado informal.

O descumprimento do Contrato de Concessão já havia sido matéria de discussão e denúncia por parte de moradores de diversos bairros de Manaus, do Vereador Praciano e de artigos veiculados pela mídia. Para averiguar essas denúncias, a CPI deveria iniciar os trabalhos verificando quais as metas que estavam sendo cumpridas, quais as metas não cumpridas, quais as que dificilmente seriam cumpridas e que razões estariam sendo apresentadas pela empresa para que essas metas não fossem realizadas. O Protocolo da CPI afirma que o seu benefício seria, sobretudo, para a população manauara e que a CPI “deveria contribuir com sugestões para equacionar o grave problema de falta de água na cidade, bem como saber sobre os prazos, ter uma visão sobre as possíveis soluções a serem adotadas visando equacionar um dos maiores problemas atualmente existente na nossa cidade”. Embora a razão principal da CPI seja o Contrato de Concessão e as alternativas possíveis para resolver o problema de desabastecimento na cidade, outras questões importantes serão igualmente examinadas, em especial saber em que e como foi aplicado o dinheiro resultante da venda da Cosama para o Grupo Francês Suez. A CPI utilizou-se de farta documentação,¹⁶ de depoimentos das autoridades

¹⁶ Entre eles destacamos o Plano Diretor de Água e Esgoto da Cidade de Manaus; comprovatório da Garantia Anual para manutenção e expansão dos serviços; o cronograma de investimentos efetuados pela Concessionária a partir de julho de 2000 e onde esses recursos foram aplicados (composição dos investimentos); cópia dos Planos Anuais e Quinquenais previstos no Contrato de Concessão; cópia do Manual de Prestação de Serviço e Atendimento a Clientes; histórico do faturamento mensal da empresa no período de julho / 2000 a maio / 2005; relação das multas com respectivos valores aplicados a Água do Amazonas pelo Poder Concedente ou por intermédio da Agência Reguladora (Arsam); relatório de execução de metas, discriminando o que foi alcançado, o que deverá ser efetuado para atingir as metas e caso não seja possível atingi-las, expor os motivos; cópia dos relatórios sobre serviços prestados pela agência reguladora; cópia das Auditorias realizadas

públicas e de membros da diretoria da empresa Águas do Amazonas tendo como tema principal em discussão o Contrato de Concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário na cidade de Manaus.

CONTRATO DE CONCESSÃO ENTRE PREFEITURA DE MANAUS E GRUPO SUEZ

O Contrato de Concessão foi celebrado entre o Município de Manaus e a empresa Lyonnaise des Eaux (Grupo Suez) no dia 4 de junho de 2000 tendo por objeto a Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para o Município de Manaus, devidamente regido por leis federais, estaduais, municipais e por uma série de normas regulamentares aplicáveis e pelo Edital N° 02/2000. O Contrato prescreve direitos e obrigações das partes envolvidas que são a Concessionária, o Poder Concedente, o Usuário do Sistema e a Agência Reguladora no qual encontramos a listagem das obrigações da contratada com o quadro principal de metas.

A empresa argumenta que não poderá cumprir as metas, em vista disso, entrou com um requerimento no dia 18/03/05 junto ao Poder Concedente solicitando uma ampla renegociação do contrato de concessão. Apóia-se na cláusula oitava do contrato que determina ser condição fundamental do regime jurídico da Concessão haver equilíbrio econômico e financeiro e que este teria sido rompido.

O fato que se verifica nesta pesquisa é que o Contrato de Concessão foi descumprido uma vez que as metas para os cinco anos não foram respeitadas.

pela Agência Reguladora; cópia dos Balancetes Analíticos dos exercícios 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004; cópia dos Balanços Patrimoniais dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004; contratos de Perfurações de Poços lançados como Provisão em junho de 2000 da Conscon e da Caran; contratos de financiamento e empréstimos junto às instituições financeiras; contratos de transações com partes relacionadas: DRMA, SUEZ AMBIENTAL, ONDEO SERVIÇOS PORTO RICO, SUEZ ENVIRONMENT, VEJA ENGENHARIA LTDA.

A justificativa da empresa é a de que teria sido ludibriada, criando a imagem de que o Estado lhe vendeu um produto diferente do negociado, ou na linguagem popular, que teria comprado “gato por lebre”. No breve histórico sobre a atuação da empresa Águas do Amazonas em seus cinco primeiros anos de concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário, que encontramos no Protocolo da CPI, revela quão pouco clara foi a transação de venda. No Plano de Metas e Indicadores aprovado por ocasião da privatização da Cosama, o grupo Suez compromete-se, através de Águas do Amazonas, a cumprir a cobertura dos serviços de água e esgoto em Manaus conforme o Contrato de Concessão, cujas metas contratuais a serem alcançadas até em 2006 encontram-se no Quadro 1.

As principais razões alegadas pela empresa Águas do Amazonas foram repudiadas pela CPI, pois tratam-se de justificativas sem suficiente sustentação legal e moral. Arrolamos a seguir as razões apresentadas pela empresa e contestadas pela CPI:

- 1) A Empresa alega que recebeu para operação um sistema de produção e distribuição praticamente colapsado (poços parados, adutoras arrebentando, estações de tratamento sem condições de produzir água com qualidade, elevada acidez da água que destruía a tubulação, etc). Justificativa que foi refutada, pois não é possível se conceber que a maior empresa mundial do setor de água, com mais de 100 milhões de clientes no mundo, não saiba avaliar o estado de uma empresa com a qual está fazendo um contrato de concessão de serviços.
- 2) Ao concluir o estudo sobre a tratabilidade da Água do rio Negro detectou-se a necessidade urgente de se efetuar reformas nas Estações de tratamento Eta 1, construção de unidade de flotação da Eta 2 e trocar 16 km de adutoras que estavam em péssimo estado e rompendo quase que diariamente.
- 3) A empresa reitera que recuperou 53 poços que estavam com problemas visando melhorar o Sistema de Produção e Distribuição e garantir qualidade da água distribuída. Porém isso é norma do contrato e não elimina a necessidade de outros investimentos.

Quadro 1 - Demonstrativo da Cobertura dos serviços de água e esgoto em Manaus

Cobertura	2000		2001	2002	2003	2004	2006
	Meta Contratual	Execução Acumulada (*)	Meta Contratual (*)				
Água	91%	72,49%	77,88%	84,20%	86,33%	86,61%	95%
Esgoto	11%	3,05%	3,36%	6,11%	7,62%	7,98%	31%

Fonte: Relatório de Atividades 2004 – SANEAMENTO - Governo do Estado do Amazonas/ARSAM.

Nota: (*) Mês base: junho. Observações: (1) O contrato não estabelece metas intermediárias para os anos de 2001 a 2006; (2) O acréscimo na cobertura de esgoto deve-se à incorporação, pela Concessionária, dos sistemas de esgotamento sanitário de conjuntos residenciais.

4) A Empresa defende-se alegando que houve investimentos que não estavam previstos originalmente e tiveram que ser efetuados (reformas das estações e reabilitação dos poços que estavam parados) e outros investimentos que estavam previstos para serem realizados a longo prazo e tiveram que ser antecipados (troca das adutoras).

5) Documento da CPI que conclui sobre as alegações da empresa, afirma que ela cometeu um grave erro em concordar com um contrato que definia claramente as metas de cobertura de água e de esgotamento sanitário para 2006 que ela não teria condições de cumprir, face ao estado da empresa que estava comprando.

6) A CPI questiona também porque a empresa não procurou o Poder Concedente imediatamente para pedir uma revisão do contrato e se, de fato, não queria colocar o Estado diante de uma situação consumada. No mesmo documento a CPI questiona a ARSAM que permitiu a permanência de compromissos em aberto.

Em tempo: foi objeto de análise e intensos questionamentos a alegação da empresa de ter tido um prejuízo acumulado de aproximadamente R\$ 160 milhões até 2004, o que procurou demonstrar com seus balanços. A CPI contesta essa contabilidade mostrando que não houve investimento da empresa-mãe na Concessionária e que os juros pagos ao sistema financeiro dizem respeito à política da empresa e não podem ser contabilizados e cobrados do Estado. Os principais argumentos apresentados são:

1) O prejuízo foi de R\$ 66 milhões no ano de 2000 segundo a Concessionária que diz ter efetuado um lançamento de aproximadamente R\$ 20 milhões como despesa referente às obras em andamento aprovadas em junho de 2000;

2) Nos anos subsequentes (2001, 2002 e 2003), quando o prejuízo acumulado foi da ordem de R\$ 105 milhões de reais, a concessionária diz ter pago R\$ 59,1 milhões de juros (juros de financiamento, despesas financeiras e variação cambial);

3) É possível identificar através dos balanços outros valores elevados relativos a contratos de consultorias, transferência de tecnologias e contratos de auditorias.

Conclusão 1 do documento da CPI: “A avaliação acima demonstra claramente que o acionista da Águas do Amazonas não capitalizou a empresa nos primeiros anos de operação, ou seja, a concessionária se endividou nos bancos pagando juros elevados de custo para suportar os investimentos necessários. Entende-se que esta decisão está diretamente ligada a uma opção do acionista, ou seja, se perdeu todo esse dinheiro foi por não ter aportado dinheiro no momento certo”. Durante as diligências efetuadas por membros desta comissão em algumas estações de esgoto foi constatado que em 2000 as estações de tratamento e elevatórios não estavam funcionando adequadamente e os esgotos estão sendo jogados in natura nos igarapés.

Conclusão 2 do documento da CPI: “Aqui podemos perceber claramente as conseqüências causadas pelo redirecionamento dos investimentos originalmente previstos para a expansão do serviço que foram utilizados na reformas das unidades produtoras e na troca de adutoras. Se não existissem os investimentos no sistema de produção e distribuição quem sabe muitas famílias hoje estariam com o “precioso líquido” em suas casas e a situação de desabastecimento na cidade não teria chegado ao ponto que chegou. Essas decisões devem ser consideradas como fatos exógenos na discussão do equilíbrio contratual, haja visto que foram produzidos pela própria empresa.

Pelos dados da própria empresa, exibidos pelo Vereador Leonel Feitosa na CPI, 205 mil pessoas “não têm água de espécie alguma”, 150 mil teriam a partir de 2005; 102 mil só conseguem ter o produto três horas por dia e mais 100 mil têm serviço precário. “Cerca de um milhão de pessoas têm água de forma regular. Logo, o outro milhão não tem”. Porém outros dados manipulados pela CPI informam que até outubro de 2004, apenas 318.811 famílias recebiam água regularmente nas torneiras. Quanto ao esgoto, a meta do contrato original é atingir 20% até 2006, mas até agora existem apenas 7,6% desse porcentual.

O Vereador Paulo Di Carli enfatiza ironicamente em seu depoimento a aparente coincidência que a área de desabastecimento de Manaus seja exatamente a área em que vivem as pessoas com menos recursos para pagar a água. São as áreas onde moram famílias de trabalhadores pobres da cidade, com alto índice de desempregados, ou empregados de baixos níveis salariais, migrantes do interior ou de outros estados que respondem pela grande expansão da cidade em direção ao norte a ao leste.

Quanto ao esgotamento sanitário houve desrespeito sistemático ao contrato de Concessão consequência dos investimentos irrisórios na área de coleta e tratamento de esgotos que, segundo informações apuradas pela CPI, somam cerca de R\$ 3 milhões. As principais observações feitas pela CPI em visita às três Estações de Tratamento de Esgoto de Manaus estão abaixo destacadas:

I - Constatações da CPI em visita à Estação de Esgotos de Educandos em 09/05/05:

- 1) Água do Amazonas está jogando produto dos esgotos nos Igarapés;
- 2) Moradores (vizinhos da estação) dizem que o sistema nunca funcionou de forma adequada e que existem poucas casas interligadas na rede de esgotos;

II - Constatações da CPI em visita a Estação de Tratamento do Mauazinho (Eta Mauazinho) em 12/05/05;

- 1) Estrutura obsoleta sem condições de prestar um serviço adequado para a população de Manaus;
- 2) Obra iniciada em 1969 possui um tempo de vida útil de 30 anos e nunca foi finalizada (resta um esqueleto de construção inacabada ao lado da estação);
- 3) Não há um plano de investimento da concessionária para substituir a estação;
- 4) Necessidade de uma nova estação para aquela região, em face da precariedade da estação atual;
- 5) Atende uma população de 30 mil pessoas e está no limite de sua vida útil;

III - Constatações da CPI em visita às Estações Elevatórias do Bairro Educandos em 18/05/05;

- 1) Existe apenas o serviço de coleta, porém as elevatórias não estão funcionando; faltam bombas para o sistema operar;
- 2) Das seis elevatórias existentes no Sistema de Esgotamento Sanitário do Educandos apenas uma está em funcionamento;
- 3) Há falta de investimento nas estações, ou os investimentos estão sendo efetuados muito lentamente;
- 4) Na prática todo o esgoto desses bairros está indo in natura para o rio Negro, e por não existir tratamento o prejuízo ambiental é gigantesco.

Inúmeros indicadores foram arrolados para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos Serviços da Águas do Amazonas (Quadro 2). A Concessionária compromete-se, pelo Contrato de Concessão, a prestar os serviços de água e saneamento nas condições previstas e de modo a atingir as metas de cobertura e qualidade que seguem, sem prejuízo do atendimento de demais dispositivos legais aplicáveis. Chamo atenção para alguns deles, mostrando que não são as empresas públicas que têm o privilégio da ineficiência e da baixa produtividade, conforme indicado como um dos critérios de valorização dos processos de privatização durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o indicador rede de esgoto a empresa tinha como meta o atendimento de 31% da população até 4 de julho de 2006, mas nada foi feito. Sobre o indicador cobertura do serviço de água, em 2006 deveria ter uma cobertura de água na cidade em torno de 95% , e que em 2006 a cidade deveria estar com quase 100% de cobertura de água.

Quanto ao indicador tempo para atendimento de defeito no sistema de água, está previsto que qualquer reclamação do usuário seria resolvido em 14 horas. O tempo para atendimento a defeito no sistema de esgoto seria de 16 horas. Mas isso não existe, como mostram as entrevistas feitas nos diferentes bairros da periferia de Manaus. Os moradores reclamam que a empresa tem reagido apenas em função de manifestações públicas ou denúncias na mídia. Outro

indicador de eficiência do serviço é continuidade de serviço de água igual a 20. O que significa que o usuário teria no mínimo 20 horas por dia com água em casa, portanto sem descontinuidade. O indicador pressão mínima na rede de água, é atribuído o valor 10, o que não foi atendido.

Um outro indicador refere-se à capacidade de água, ou seja, volume total de reserva de água que seria na ordem de 100%. Isso significa que teria de ter um estoque de água, calculadamente de 30m³ por pessoa, por unidade estocada. Quanto à qualidade de água a empresa prevê alcançar 99,9% de água tratada, ou seja, 100% do volume de água sem ocorrência de coliformes fecais. Mas a pesquisa hoje em muitos bairros de Manaus mostra uma qualidade da água imprópria à saúde devido ao não cumprimento do contrato.

DEPOIMENTOS À CPI E DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Os depoimentos abaixo mostram como a empresa Águas do Amazonas cria um falso debate ao afirmar que não sabia o que estava comprando. Ela tinha conhecimento das deficiências do serviço de água e esgoto da cidade quando participou da concorrência, portanto não é possível apontar a Cosama como a causadora deste colapso.

I - Depoimento da ARSAM

Fátima Gusmão, Presidente da Arsam, em depoimento prestado à CPI em 18/04/05, informou que a Arsam alertou diversas vezes a Concessionária e o Poder Concedente sobre o não cumprimento das metas estabelecidas contratualmente. E também que as metas definidas no Anexo 1 para 2006 estariam sendo descumpridas. Mas a concessionária está inadimplente no que se refere aos Planos Anuais, Planos Quinquenais e garantias contratuais, como também não teve nenhum Plano Anual e Quinquenal aprovado, pois estavam incompletos, mas que atualmente a empresa funciona sem ter um plano aprovado. A Arsam ainda sugeriu ao Poder Concedente a aplicação de 12 multas à Concessionária.

Quadro 2 - Indicadores de Desempenho sobre Metas de Cobertura e Qualidade

INDICADOR	UNID.	2000	2006	2011	2016	2021	2026	2029
Cobertura do serviço de água	%	91	95	98	98	98	98	98
Cobertura do serviço de esgoto	%	11	31	51	71	90	90	90
Índice de satisfação do cliente		-	4,7	5	5	5	5	5
Tempo para atendimento a defeitos no sist. de água	h	-	14	12	12	12	12	12
Tempo para atendimento a defeitos no sist. de esgoto	h	-	16	12	12	12	12	12
Reclamações solucionadas	%	-	100	100	100	100	100	100
Continuidade do serviço de água	h	-	20	24	24	24	24	24
Pressão mínima na rede de água	mca	-	10	10	10	10	10	10
Porcentagem de tratamento dos esgotos gerados	%	-	35	50	70	80	90	90
Volume total de reserva de água	m ³	76.000	100.000	115.000	128.000	142.000	154.000	165.000
Qualidade da água tratada		-	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9
Coliformes fecais na água distribuída	NMP/100ml	-	0	0	0	0	0	0

Considera Gusmão que a Concessionária foi omissa em esperar até agora para falar desses problemas e que nenhum representante da Concessionária procurou a Arsam para falar sobre o não cumprimento de metas, mas que essa Agência tem se posicionado sobre o descumprimento das metas.

No seu segundo depoimento, Gusmão informa que a Concessionária dificilmente irá cumprir as metas de 2006, e isso já havia sido sinalizado pela Arsam em 2004. O Contrato de Concessão estabelece ainda que em 2006 a Concessionária deverá tratar 35% dos esgotos coletados. O Contrato determina que a tarifa de esgotamento sanitário é cobrada pela “utilização da rede de esgoto” conforme determina o anexo 2. Membros da comissão salientam que as estações de esgoto não estão funcionando (conforme visita em campo) e a Arsam autorizou a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário.

Sobre o aumento das tarifas, que foi um tema polêmico e de indignação da população de Manaus, foram concedidos reajustes autorizados legalmente. Em 2001 foi solicitada uma revisão extraordinária fundamentada na diferença populacional apontada durante a elaboração dos editais que utilizaram dados de população defasados. A contagem portanto era de potencial de consumidores. O Presidente da Arsam em 2001 teve que esclarecer clara e publicamente o motivo pelo qual foi concedido o reajuste de 14,8%. Entende-se que a concessão do aumento extraordinário tinha por objetivo garantir o cumprimento das metas estabelecidas para 2006. Conclui-se assim que foi lesada a confiança pública, pois foi feito um cálculo sobre aumento demográfico, mas que não corresponde em absoluto ao atendimento dessa mesma população pois, como vimos anteriormente, há enorme parcela de moradores de Manaus sem água nos domicílios.

A sugestão para continuidade do serviço da concessionária em Manaus, conforme parecer da Arsam, é verificar a possibilidade de repactuar o contrato de concessão e/ou buscar um novo operador. O Presidente da Concessão solicitou a Arsam avaliar as possibilidades de intervenção na Concessionária, pois esse poderia ser um caminho alternativo por um período (poder público interferir na gestão da empresa). O poder público poderia fazer

os investimentos necessários, encontrar formas administrativas de reaver os investimentos efetuados e a partir disso definir a melhor alternativa para a cidade de Manaus.

Em julho de 2006, caso as metas não sejam cumpridas, a Arsam iria sugerir multas e em caso de reincidências, possível encampação por quebra de contrato. Mas é estranho que a Arsam¹⁷ conforme declara na CPI, não tenha acompanhado a contabilidade de Águas do Amazonas, ou seja, nunca fez auditorias contábeis e fiscais previstas no contrato.

II - Depoimento da cosama

Pelo depoimento do Ex-Presidente da Cosama, Frank Lima prestado à CPI em 04/07/05, a empresa francesa estava a par das deficiências do serviço de água e esgoto da cidade de Manaus e agiu com descaso ao não fazer investimentos para melhorar o abastecimento e o saneamento, portanto, a culpa da deficiência da prestação do serviço é da subsidiária Francesa.

O ex-presidente da Cosama manifesta que o Grupo Francês estava a par de tudo o que adquiria quando assinou o contrato de concessão em 2000, inclusive dos problemas na rede de distribuição de água e esgoto. O prospecto de venda e o Edital, elaborado pelos consultores especializados contratados na época pelo Governo do Estado, serviam apenas como informação complementar e estabelecia que a empresa privada deveria efetuar uma investigação paralela da situação efetiva do sistema que a mesma ia negociar, o que foi realizado pelo Grupo Suez. Trouxe, em 1999, uma equipe formada por 30 especialistas para fazer uma avaliação completa da Cosama com o objetivo de subsidiar a decisão da empresa quanto a viabilidade do Contrato. O Grupo Suez sabia o que realmente estava comprando pois teve a possibilidade de fazer sua avaliação com bastante tempo antes de comprar a empresa Manaus Saneamento. Idéia que foi reforçada pelo ex-vice governador do Estado do Amazonas, Samuel

¹⁷ A CPI ainda não tinha tido acesso à documentação do processo licitatório que foi solicitado ao Governo do Estado, segundo o seu presidente, cogitando propor uma ação de apreensão da documentação junto ao Governo do Estado.

Hannan, em junho de 2005, afirmando que os termos do Edital foram claros e cada empresa tinha obrigação de fazer seus estudos técnicos antes da compra: “nada foi escondido pelo Governo do Estado para a empresa que comprou a Cosama”. Cabia a Águas do Amazonas, segundo ele, a solução do problema de água da cidade – o que era o objetivo da privatização, ao menos, em tese. Deveriam ter feito os investimentos mas não estão cumprindo, devem arcar com as conseqüências.

Informou ainda o Sr. Frank Lima no depoimento prestado em 05/07/05, que não sabe o que foi feito com o dinheiro da venda da Águas do Amazonas e da venda dos ativos da Cosama pois trabalhava em outra função no Estado, embora acredite que a privatização foi um ótimo negócio para o Estado que passou a economizar aproximadamente R\$ 50 milhões por ano. Temo, entretanto, que pode ter sido criado um problema social diretamente proporcional a facilidade da solução econômica encontrada.

III - Depoimento da empresa Águas do Amazonas

Defendendo a tese de que há um desequilíbrio contratual, econômico e financeiro, o Presidente da Águas do Amazonas em depoimento na CPI, no dia 05/07/05, afirma que em quatro anos esta empresa investiu R\$ 123 milhões e grande parte deste dinheiro foi direcionado para melhoria da qualidade da água, gerando um prejuízo que seria de R\$ 160 milhões. A empresa traz à CPI uma proposta, apresentada como condição, para o abastecimento de água da cidade: a celebração de parcerias, pois o contrato de concessão está defasado e as parcerias tornariam possível prestar os serviços de água e esgotos devidos à cidade. A empresa declarou não ter dinheiro para investir no sistema e reconheceu que algumas metas do contrato não deverão ser cumpridas. Por fim, afirmou que a Águas do Amazonas encaminhou ao Poder Concedente, em 18/03/05, um Requerimento para que seja efetuada uma ampla revisão contratual.

Ao término do depoimento alguns membros da comissão sugeriram a necessidade de convocação de uma reunião de acareação entre o Presidente

da Águas do Amazonas, o Presidente da Arsam e o Ex-Presidente da Cosama, haja visto a série de informações desencontradas entre os 3 depoentes.

Outro representante da Empresa Água do Amazonas, o seu ex-diretor administrativo e financeiro, de agosto de 2001 a fevereiro de 2004, Eduardo de Almeida Vaz, em agosto de 2005 declarou que assinou os balanços da empresa por esta não possuir contador habilitado para poder assinar os referidos documentos na época. Informa ainda que foram feitas despesas financeiras, a taxas de mercado, por conta dos empréstimos feitos com o objetivo de realizar os investimentos necessários, onerando a empresa com custos bancários, porque não houve aporte inicial dos acionistas e nem do Grupo Suez. Eduardo Vaz desconhece que o BNDES tenha liberado empréstimos para Águas do Amazonas, o que houve foram estudos específicos para obter esses financiamentos, porém, até o momento de haver deixado a empresa, ainda não haviam sido liberados.

O ex-diretor não soube dar detalhes sobre o recebimento das estações de esgoto. Quanto às estações de tratamento de água, afirma que a Águas do Amazonas efetuou investimentos na reforma das estações. Esta afirmação causa espécie ao Vereador Leonel Feitosa, pois a empresa Paranapanema reivindica pagamento de R\$ 90 milhões (embora o Vereador Praciano refira-se a R\$ 102 milhões) referentes aos serviços de reforma das estações.

O Presidente da Águas do Amazonas, Fernando Paraguaçu de Sá, no seu segundo depoimento à CPI, em 04/08/05, afirma já ter investido cerca de R\$ 123 milhões, que o valor do capital de giro da empresa atualmente restringe-se à sobra de caixa da empresa, não possuindo capital de giro próprio, e que busca habilitar linhas de financiamentos. Questionado sobre o motivo da concessionária não ter dado tanta atenção ao cumprimento das metas como foi dado para a qualidade da água, a resposta foi que a empresa não dispunha de recursos suficientes para investir. A Comissão entende que o acionista não aportou capital suficiente inicialmente para poder suprir a necessidade de investimento futuro, o que corresponde à incompetência dos empresários e, portanto, à sua culpabilidade.

A Concessionária sabia dos investimentos necessários a serem executados pois foram levantados quando da elaboração do Plano Diretor. Estavam previstos aproximadamente R\$ 100 milhões de investimentos e grande parte deles seria direcionado à expansão do serviço. Porém, segundo informam, os investimentos tiveram que ser redirecionados para recuperar o sistema de produção e distribuição face a alta acidez da água. A Águas do Amazonas investiu R\$ 123 milhões até 2004 direcionados para recuperar o sistema, trocar adutoras, recuperar poços e expandir o sistema para aproximadamente 66.000 famílias, beneficiando aproximadamente 250.000 pessoas. O Sistema de abastecimento da Ponta do Ismael está recuperado com os investimentos que foram efetuados.

Enquanto isso, diariamente se repetem na maior parte dos bairros de Manaus as filas de um terço da população (500.000 habitantes), segundo relatos na CPI, totalmente sem água ou com abastecimento precário inferior a quatro horas por dia. A situação é gravíssima. Manaus amanhece com as filas de pessoas com suas latas diante de torneiras públicas, de escolas, de postos de gasolina ou de particulares que tem poço em suas casas, para poder atender as necessidades mínimas como beber água, cozinhar os alimentos, se banhar e fazer a higiene da casa. Um custo social altíssimo que infelizmente não é contabilizado e nem sequer referenciado nos debates parlamentares. Esse custo econômico e social é ampliado quando considerada a imobilização de força de trabalho por horas em filas nestes, pelo menos, cinco anos de vigência da privatização, e que poderia, no conjunto de

500.000 habitantes sem água, ser avaliado pelas horas suprimidas ao trabalho produtivo. Feitos os cálculos deste custo nos levariam a um montante enorme de bens que não foram produzidos e serviços que deixaram de ser prestados e que não estão sendo orçados como perdas sociais sujeitas à ressarcimento. Significa, portanto, uma perda muito maior do que a perda contábil alegada pela empresa para o mesmo período.

IV - íntese das observações de Parlamentares

Destacamos algumas observações, de forma sintética, das intervenções de Vereadores da Câmara Legislativa do Município de Manaus sobre o aumento de tarifas, descumprimento de metas, falta de investimentos em serviços de água e esgoto, elevados custos financeiros alegados pela empresa, sobre a alegação de desequilíbrio grupo e o escândalo da indenização das terras aonde se encontra a adutora da Ponta do Ismael.

Os aumentos extraordinários de tarifas concedidos não foram suficientes para poder cumprir as metas em 2006, haja visto que fatos imprevisíveis de conseqüências incalculáveis surgiram após a concessão dos reajustes tais como atraso nos reajustes anuais – previsto no contrato – e paralizações das obras por falta de asfalto.

A vereadora Lúcia Antony entregou ao prefeito um abaixo assinado com aproximadamente

40.000 assinaturas solicitando a quebra do Contrato de Concessão com Águas do Amazonas. A tese sustentada pela empresa, desequilíbrio econômico e financeiro, não convenceu a CPI.

Um Diretor de Águas do Amazonas disse na Câmara em uma Audiência Pública em setembro de 2005 que seriam 270 milhões de reais destinados à investimentos através de endividamento público. Isso não tem o caráter de parceria, mas seria o uso do dinheiro público para beneficiar uma empresa privada, e como este foi o único caminho apresentado pela empresa para resolver o problema da água em Manaus, no raciocínio do Vereador Praciano, se o Estado e/ou a Prefeitura dessem 270 milhões, significa que deu de graça a COSAMA, e ainda presenteou o Grupo Suez com mais 100 milhões de reais. Ainda assim, o Estado gastou aproximadamente R\$ 100 milhões nos últimos dois anos para tornar mais atrativa a venda, arrumaram a COSAMA e recuperaram estações.

É possível que aspectos conjunturais tenham influenciado o desequilíbrio contratual, entre eles: (i) crescimento desordenado da cidade orientado para

áreas de baixa renda (não remunera o investimento); (ii) parte considerável da população de baixa renda não consegue pagar pelo serviço e (iii) utilização de poços com conseqüente saída do sistema. Mas isso não é, de todo, novidade para a empresa e, alguns pontos, o Edital tinha previsto. Outros são os aspectos operacionais que influenciaram no desequilíbrio contratual: (iv) não aporte de capital inicial pelo acionista para efetuar investimentos e financiamento a curto prazo com elevada despesa financeira.

Técnicos do Estado questionam os elevados custos financeiros pagos pela concessionária e a falta de capitalização do grupo nos primeiros anos de Concessão. O grupo Suez deveria colocar recursos para que a concessionária pudesse investir no cumprimento das obrigações contratuais e das despesas financeiras da concessionária, que superam em 50% o maior custo da concessionária que é energia elétrica. Uma nova proposta surge no poder municipal, embora sem grande repercussão, que é de recuperação pelo município da gestão dos serviços de água e esgotamento sanitário, mantendo a parceria e a tecnologia da empresa.

Seria interessante se a Água do Amazonas aceitasse a proposta de parceria 40% (empresa), 30% (Prefeitura) e 30% (Estado). Retomaríamos o poder de decisão da empresa com 60%. A Prefeitura e não o Estado. Nós aproveitaríamos a tecnologia e a experiência da empresa, e ainda ficaríamos como agente do processo. O parceiro podia ser público e ao mesmo tempo aproveitar o contrato que existe para recolocar o papel do Estado, diminuindo essa relação mercantilista do cidadão com a água. Mas se não aceita, bota fora! Eu sou radical. Mas o que não pode é botar fora pagando, isso é um escândalo também! Vai pagar para ela sair? Pagou para ela entrar e paga para ela sair? (Vereador Praciano).

Um outro problema grave que contorna o escândalo da privatização da Cosama é o referente à indenização das terras onde se encontra a adutora da Ponta do Ismael, da Água do Amazonas, cujo terreno medindo 200 mil m² era de propriedade da família Borel. Em depoimento, Maria Nascimento Galvão Borel, em 9/08/2005, proprietária, e seu filho alegam que foram enganadas pelo corretor de imóveis que intermediou as transações. Diz a Sra. Borel que o corretor possuía apenas procuração para vender os lotes aos invasores e que

com o documento na mão negociou e recebeu para si o valor correspondente à indenização. Seu advogado defende a anulação do processo, pois mostrou que o mesmo “dormia em berço esplêndido na justiça” e que passou a tramitar de forma acelerada em 2000, ano em que ocorreu a privatização da Cosama, sendo homologado num dia, leiloado no outro e pago no dia seguinte pela Cosama com o dinheiro recebido pela venda de Águas do Amazonas¹⁸.

RECUO DO ESTADO NAS RECOMENDAÇÕES DA CPI

Inicialmente é fundamental destacar que consta no Edital N° 02/2000 de 07 de abril de 2000 que as informações contidas no prospecto de venda, e outros documentos fornecidos, têm caráter meramente complementar, cabendo aos interessados efetuar as suas próprias investigações sobre as informações fornecidas contidas no Edital e nos relatórios disponibilizados na sala de dados.

A empresa sustentou na CPI a tese de que não houve equilíbrio econômico e por isso ela não pode ser cobrada sobre as metas contratuais. Realmente, o Contrato de Concessão define na sua Cláusula 8a que “constitui condição fundamental do regime jurídico da CONCESSÃO o equilíbrio econômico e financeiro deste CONTRATO”, ou seja, se não houver uma equação de equilíbrio o contrato de Concessão não pode ser aplicado. Evidentemente há necessidade de se identificar claramente as causas de desequilíbrio para que o Poder Concedente e a população não suportem equívocos de gestão da concessionária. Um conjunto de obrigações e deveres entre as partes envolvidas, que são a Concessionária, o Poder Concedente, o usuário do serviço e a Agência Reguladora compõe a base do contrato de concessão.

Em virtude dos fatores apresentados, a execução do Contrato de Concessão nos termos e condições pactuados originalmente, encontra-se prejudicado. E sua manutenção é inviável no quadro atual, é difícil colocá-lo em prática

¹⁸ Foi encaminhado pelo advogado à CPI cópias das procurações passadas por todos os herdeiros e com base nelas, sustentou que seu cliente comprou e pagou os direitos da família sobre a indenização. Mas os familiares dizem que não receberam o dinheiro com a indenização ou venda do terreno. O caso foi remetido para análise ao Ministério Público Estadual e à Fazenda Pública.

uma vez que a Concessionária não cumpriu suas obrigações, os clientes não possuem renda suficiente para pagamento das faturas e o Poder Concedente não consegue promover o equilíbrio face a situação crítica de desequilíbrio contratual. Assim, tendo em vista a realidade atual da prestação dos serviços de saneamento, é possível afirmar que a presente concessão é inviável com a realidade encontrada atualmente em Manaus.

Quanto à regulação e fiscalização do contrato de concessão, tem sido observada a ocorrência de falhas pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM – sobre o Contrato de Concessão celebrado entre o Município de Manaus e a Águas do Amazonas.

Por fim, o problema que exige uma tomada de decisão imediata está relacionado a regularidade de abastecimento de água e a expansão deste serviço para quem ainda não tem água encanada. Isso requer que a solução para o problema de Saneamento na Cidade de Manaus seja dividida em duas etapas: em primeiro lugar, procurar resolver o problema de abastecimento de água, e num segundo momento buscar equações para atacar o problema do esgotamento sanitário do qual a cidade padece.

A CPI da Câmara dos Vereadores levanta questões cruciais, mas acaba tomando uma decisão final dentro do jogo político, corporativo e partidário. Afirma que a Concessionária não cumprirá o principal objetivo do Contrato de Concessão, que é expandir o saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) para a cidade, acentuando que a principal causa é a falta de capacidade econômica e financeira da concessionária.

Veja-se, a seguir, as recomendações da CPI, das quais destacamos as principais:

- 1) Quebra de Contrato e ações emergenciais para solução dos problemas justificando o interesse de cobertura total do mercado pela empresa. Afirma “não ser mais concebível a perfuração de poços, pois são medidas paliativas de custo altíssimo, que comprometem o meio ambiente e o lençol freático”. No caso do Poder concedente assumir ou repassar os serviços concedidos a outrem, deverá observar as prerrogativas contratuais, embora os investimentos

realizados e os prejuízos devam ser absorvido pela concessionária”;

- 2) Auditoria contábil na concessionária através de consultores independentes para constatar a real situação da empresa e apontar se realmente existe desequilíbrio financeiro, tese evocada por Águas do Amazonas;
- 3) Auditoria na ARSAM a fim de se constatar o porquê da ineficiência da fiscalização e controle da concessionária diante dos evidentes fatos do descumprimento contratual;
- 4) Criação por parte da Prefeitura Municipal de Manaus de uma Agência Reguladora Municipal independente, para fiscalizar todos os contratos de concessão existentes entre o poder público municipal e as concessionárias;
- 5) Reestruturar a nova concepção do sistema devido a necessidade urgente em rediscutir modelo de saneamento para cidade de Manaus com objetivo de conceber uma ação de longo prazo, de forma planejada e concisa.

A CPI chegou a conclusão final de que o contrato não foi cumprido, mas não define penalidades, o que, a nosso ver, acaba por emcampar a tese da empresa – de desequilíbrio contratual – e vitimizando a ARSAM e os usuários – que encontram formas de se abastecer de água por estratégias alternativas particulares, conforme demonstrados anteriormente neste trabalho. Efetivamente, é lamentável que a CPI deixe escapar uma análise sobre a situação real da falta de água nas Zonas Leste e Norte, o que certamente a possibilitaria ser mais enérgica na defesa do interesse público.

A CPI DAS ÁGUAS E O MERCADO POLÍTICO

Um mercado simbólico da água alimenta o poder político e os processos eleitorais a cada nova eleição nos bairros pobres de Manaus. Os motivos políticos que fazem permanecer a seca do nordeste parecem se reproduzir em Manaus. A seca, que criou tantos caciques políticos, emblematicamente se refaz em círculos de reprodução de capital político pela cultura clientelista realimentada pela elite política regional. Essa análise não passa despercebida pelas lideranças dos bairros estudados.

Além disso, se o problema da água persiste mesmo após a privatização é porque não há o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da Águas do Amazonas. O tema foi assunto na mídia de forma mais ou menos constante, inclusive em função da CPI. Durante os anos de 2003 e 2004 várias matérias veicularam as reclamações de moradores de bairros desservidos de água. Igualmente, foi bastante divulgado pela mídia a polêmica privatização da Cosama por ocasião dos processos impetrados pelo Vereador Francisco Praciano para impedi-la, ou pelo menos abrir a discussão, com caráter público, sobre a privatização da Cosama. Em 2005 foi possível vir a público questões nebulosas referentes ao Contrato entre o Estado e o Grupo Suez. Em pronunciamento veiculado por jornal de Manaus¹⁹ em maio de 2005, a presidente da Arsam, Fátima Gusmão, confirma a existência de considerável parte da população sem água domiciliar, embora no contrato a empresa se comprometesse em cobrir a totalidade dos bairros da cidade com água potável e rede de distribuição até junho de 2006. A Presidente da Arsam efetua um balanço, não positivo, das ações por parte da empresa na melhoria e ampliação do abastecimento de água em Manaus. Diz a informação veiculada no Diário do Amazonas²⁰ que em um universo de 1 milhão e 200 mil pessoas que têm abastecimento, cerca de 92 mil recebem água regularmente mas apenas de seis a 12 horas por dia; 47 mil, de três a seis horas e 113 mil que ou não recebem água alguma ou a recebem por até três horas ao dia. Porém a Arsam confirma que 206 mil pessoas não possuem sistema de abastecimento em Manaus.

Para Stroiek, diretor da Águas do Amazonas, a empresa apresenta problemas para implementar os investimentos necessários, e tem dificuldades para cumprir os prazos do contrato. A empresa acredita que só com a revisão do contrato é que terá condições de atender as metas. Por isso encaminhou um pedido de revisão do contrato à Prefeitura de Manaus – que está sendo avaliado por um grupo de trabalho formado por nove integrantes do governo –, que

¹⁹ Jornal Diário do Amazonas – Desabastecimento atinge mais de 206 mil, Manaus, 19/05/2005.

²⁰ Jornal Diário do Amazonas – Arsam ameaça com nova multa, Manaus, datado de 25/05/2005.

inclui algumas considerações da empresa, como medidas para solucionar os problemas de água na cidade. Respondendo a questionamento do vereador Francisco Praciano quanto ao contrato permitir uma “tarifa social”²¹, o diretor da Águas do Amazonas concorda que seja necessário a criação de tal tarifação para os moradores de baixa renda, porém através de subsídio, desonerando a empresa. Pode ser, sugere, de algum setor como: indústria, comércio ou do Estado ou ainda de clientes adimplentes. Outra situação indicada por Storiek é a existência de desvios de cursos d’água (by-pass) através da implantação indiscriminada, por parte de alguns moradores de um dado bairro, de tubos particulares. Segundo a Águas do Amazonas, as informações do banco de dados estavam incorretas, pois não condiziam com a real situação do saneamento em Manaus. O argumento utilizado por Storiek foi o de que a empresa não teve tempo suficiente para tomar ciência dos dados em campo²² e por isso confessa ignorância da situação real. O avanço da CPI mostraria porém outros desdobramentos²³.

Perguntado, o senador Jefferson Peres (PDT), se considerava que a CPI poderia atingir o ex-governador Amazonino Mendes e o ex-prefeito Alfredo Nascimento, ele responde que “apesar da investigação ser feita por uma Casa eminentemente política, tem que ser feita com seriedade. A composição deve obedecer a proporcionalidade... Para que não parem dúvidas sobre a lisura do processo, é bom fazer a CPI, desde que se busque a verdade. Se for uma investigação para atingir pessoas, vai se desvirtuar e perde a finalidade. Seja quem for o político envolvido, quero a verdade”²⁴. Sua resposta de certa forma confirma que havia suspeita de corporativismo e de arranjos políticos na constituição da CPI, o que acaba por influenciar recomendações que externam

²¹ Jornal Diário do Amazonas – “Praciano não vê fundamento”.

²² Sandro Storiek, Diretor de Planejamento da “Águas do Amazonas” em matéria do Jornal Diário do Amazonas intitulada Falta dinheiro para fornecer a água, Manaus, em 12/06/05.

²³ Jornal Diário do Amazonas em matéria intitulada “CPI faz diligências para verificar falta de água em bairros, Manaus, em 12/06/05.

²⁴ Jornal Diário do Amazonas, entrevista com o Senador Jefferson Peres, Manaus, s/d.

a falta de rigor na defesa do patrimônio público. A sociedade gostaria de ver firmeza no Estado para cobrar, com eficiência e respeito, o contrato assinado com a empresa do Grupo Suez.

O debate, como se pode observar, se desloca, na CPI, de seu foco principal e originário que é o da ausência de políticas públicas para resolver necessidades urbanas essenciais, como é a água e o saneamento básico, para a esfera do exercício político-partidário. O processo de privatização da Cosama também passa a não ser objeto de contestação, e as soluções indicadas encontram-se na esfera da relação institucional público-privado.

Considerações finais

É emblemático o uso da máquina pública para favorecimento empresarial ou como uma elite local converte um patrimônio público, através de alianças políticas e econômicas, em um bem que é comercializado, sem prestar contas à sociedade da aplicação do dinheiro arrecadado. A apropriação das oportunidades do aparelho do Estado geralmente depende de alianças econômicas e políticas entre os agentes que compõem a máquina administrativa. O projeto de poder das elites políticas que disputam o controle da máquina estadual teve entre os grupos mais agressivos da privatização uma aliança estratégica. Prevalece a ação articulada do Estado e de empresas em seus projetos para manter a concentração de renda e poder. A parcimônia na fiscalização dos serviços de água e de esgoto a serem prestados pela empresa denota uma política de desvalorização da coisa pública, própria de uma mentalidade aristocrática que ainda impera nos Estados da Amazônia. Relações patrimonialistas estruturais na cultura política local garantiram a incorporação de práticas clientelistas e paternalistas nos processos de modernização do Estado, o que é percebido na análise do processo de privatização ocorrido no Amazonas.

Cabe avaliar os desdobramentos internos na CPI, pois observamos que os rumos tomam um caráter mais político-partidário e, embora o debate tenha trazido informações novas, é, no mínimo, insatisfatória e curiosa a forma

que a CPI finaliza seus trabalhos, justamente porque continua impune o descumprimento das metas pela empresa Suez/Águas do Amazonas. Os impactos sobre as mulheres e suas famílias, nos bairros pobres de Manaus, amplamente demonstrado neste relatório, não entraram na agenda de prioridades nem do Governo e nem da própria empresa. Resta a persistência de segmentos políticos e das organizações sociais para fazer pressão sobre o atendimento das necessidades da sociedade.

O problema de água atinge diretamente as mulheres, que cuidam da vida doméstica, carregam água na cabeça ou empurram carinhos com vasilhames por longas distâncias todos os dias do ano, o que tem trazido para elas problemas sérios de saúde. Um outro problema apontado é que a necessidade de fazer a gestão cotidiana da água impede muitas mulheres de ter uma vida regular de trabalho, posto que a disponibilidade ao trabalho remunerado é prejudicada. Falam que a empresa Suez/Águas do Amazonas deveria indenizá-las pelo tempo de trabalho perdido pois deveriam estar trabalhando em lugar de carregar água.

Na América Latina e no Brasil, as empresas Suez & Vivendi ampliam seus espaços de prestação de serviços urbanos de água e saneamento. Não apenas aqui, mas em diferentes continentes, essas duas multinacionais francesas estão presentes, hoje conglomeradas. Juntas, controlam dois terços dos serviços de água privatizados no mundo. As outras grandes companhias são a Saur, Thames, Anglian e IWL. Na América Latina a principal empresa que atua é a Suez, que opera na Argentina, no Brasil e em quase todos os países que já privatizaram seus sistemas de água. A primeira privatização no Brasil foi também da Suez, no município de Limeira, em São Paulo. Por outro lado, a União Européia está apoiando suas empresas de água e aquelas que desejem entrar no mercado internacional com subsídios para elaboração e concorrência em projetos de privatização nos países em desenvolvimento, além de apoiarem a solicitação das Companhias de água pressionando a liberação do setor em 72 países. Os EUA estão também atentos a lograr o acesso ao mercado da água e ganhar espaço de negociação nessa área.

A empresa faz uma contabilidade falaciosa. Quando diz que perde 80 milhões de reais por ano apenas com a questão dos poços artesianos está se referindo ao que poderia ganhar, em potencial, se todos pagassem, mas não diz que a maior parte não paga porque não tem água nas torneiras. Então cria um volume de dinheiro e de perda que é puramente virtual ou dado de especulação de mercado. Não é real pois não condiz com a realidade social criada pelos serviços não-prestados. Mas os vereadores da CPI, neste caso sim, compram essa idéia, ou seja, compram gato por lebre. Ou fazem de conta que acreditam ou realmente assumem o interesse privado em uma questão de primeira ordem, o que é pior ainda.

O próprio Distrito Industrial não confia na empresa ou não quer pagar custos absurdos como os que vêm sendo praticando na cidade, do contrário não continuaria investindo em seu sistema próprio de poços artesianos. Hoje 97% das indústrias do Distrito Industrial não usam água da subsidiária da Suez. Igual raciocínio para grandes condomínios, hospitais e shoppings que, certamente, antes da Águas do Amazonas, já tinham feito seus investimentos em sistemas de água e por isso não têm porque passar de um sistema que funciona para serem abastecidos pela empresa Águas do Amazonas. A forma com que a empresa encara tal situação é própria da lógica mercadológica do sistema capitalista e que conflita com a questão de direito ao acesso à água, mas que a empresa pensa como seu mercado potencial, ou seja, todos os moradores de Manaus são potencialmente seus clientes e por isso sua não adesão é também perda contábil. Há uma percepção fundada na propriedade do mercado, ou seja, dos consumidores e de suas demandas. Nessa lógica implacável do lucro a qualquer preço – inclusive a qualquer preço social –, não cabe a discussão de direitos e garantias civis. No seu raciocínio, tudo que não entra como dinheiro para a empresa, como os segmentos sociais, institucionais e empresariais que encontraram formas próprias de abastecimento e gestão do uso da água, e isso anterior à vigência do Contrato de Concessão, é contabilizado como perda. É a teoria mercantil posta em prática.

A conclusão a que chegam os usuários de Manaus é a mesma referida em outros casos de empresas públicas privatizadas em diversos países do mundo de que é questionável a afirmação corrente sobre a eficiência dos serviços privados comparativamente aos ofertados pelo sistema público. As empresas privadas não são necessariamente mais eficientes que as públicas. Mesmo o financiamento, e especialmente o financiamento, ele acaba vindo do próprio sistema público, desafiando a argumentação que o Banco Mundial formula ao enfatizar a insuficiência dos recursos dos Estados para bancar o atendimento nos serviços de água com melhor qualidade e maior cobertura.

Fica evidente que a compra não foi só da Cosama, mas do mercado de quase dois milhões de habitantes, e por isso a CPI deveria investigar essa dimensão das estratégias empresariais, pois é dela que a empresa fala quando pede uma revisão do contrato e propõe uma parceria público-privada, ou seja, socialização nos custos dos investimentos para a manutenção da privatização dos lucros.

Referências

ANA. *A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil*. Brasília, 2002.

ARSAM. *Relatório de Atividades (Saneamento)*, Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2004. CUNL. *Relatório da Pesquisa sobre o Abastecimento de Água no Bairro Novo Israel*, Pesquisa realizada pelo Centro Universitário Nilton Lins, Coord. C.Econômicas, Manaus, s/d.

BRUGGER, Fritz. *El Informe Camdessus sobre la Financiación Mundial Del Agua*, Fundação Heinrich Boll – Global Issue – Publicación Forum de l'Agua en el marco de la Conferencia Ministerial de la OMC, Cancún, 2003.

CASTRO, Edna. *Água, Livre Comercio e Movimento Social Global pela água como Bem Público*. Projeto MEGAM. Texto de discussão. Belém, UFPA/MPEG/FINEP, 2004.

CASTRO, Edna. Geopolítica da Água e novos dilemas à propósito da Amazônia e de seus Recursos Naturais. In: ARAGON, L. & CLÜSENER-GODT, M, *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém, UFPA/UNESCO, 2003.

CASTRO, Edna & RODRIGUEZ, Graciela. *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental (Rio Xingu)*. Equit – Aliança Social Continental – F. H. Böll – Rio de Janeiro, 2005.

CHAVES, Andréa. *Privatização e Novas Estruturas de Mercado: Rede Celpa em Questão*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2003.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, dez. 1995.

FORTUNE'S GLOBAL 500 citado Markus Krajewski – GATS? O que está em jogo? BROT – www.brot-fuer-die-welt. de – distribuído no Fórum Boell de Cancun, set. de 2003.

FUKASAKU, K (Org.) *A privatização no Brasil: os casos de serviços de utilidade pública*. RJ, BNDES, 2000.

Jornal Diário do Amazonas, *Arsam ameaça com nova multa*, Manaus, 25/05/2005.

Jornal Diário do Amazonas, *Pedido de CPI para investigar concessionária*, Manaus, 30/03/2005. Jornal Diário do Amazonas, *Desabastecimento atinge mais de 206 mil*, Manaus, 19/05/2005. Jornal Diário do Amazonas, *Arsam ameaça com nova multa*, Manaus, 25/05/2005.

Jornal Diário do Amazonas, *Vereadores ocupam os 'espaços' da investigação*, Manaus, s/d. Jornal Diário do Amazonas, *Praciano não vê fundamento*.

Jornal Diário do Amazonas, *Falta dinheiro para fornecer a água*, Manaus, em 12/06/05.

Jornal Diário do Amazonas, *CPI faz diligências para verificar falta de água em bairros*, Manaus, em 12/06/2005.

Jornal Diário do Amazonas, entrevista com o Senador Jefferson Peres, Manaus, s/d. NAÇÕES UNIDAS. *Água para todos: água para a vida*. Edições Unesco, 2003.

PMM. Relatório das Audiência Pública na Câmara Municipal de Manaus. Manaus, 2005.

POCHMANN, Mario. Desemprego vira emprego. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 227, Rio de Janeiro, 2001.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 2002. SHIVA, V. *la Guerres de l'eau. Privatisation, pollution et profit*. Cambridge-Paris, 2003.

TUNDISI, J.G. *Água no século XXI: enfrentando a escassez*. São Carlos: Rima, 2003.

UNESCO. Compartilhar a água e definir o interesse comum. In: *Água para todos: água para vida*. Edições Unesco, 2003.

WORLD COMMISSION ON DAMS. *Dams and development: a new framework for decision making*. Earthscan, London and Sterling, 2003.

Capítulo 5

Água e livre comércio: diretrizes da OMC e de outras Agências Multilaterais

O ano de 2003 foi escolhido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Água Doce. E certamente não se trata de um fato isolado. Nesse mesmo ano, no mês de março, foi realizado o III Fórum Mundial das Águas, em Kyoto, no Japão, onde a principal pauta política concentrou-se na gestão dos recursos hídricos. O discurso sobre a carência de água no mundo, numa coloração alarmista, foi a justificativa anunciada para acelerar a definição das metas sobre o acesso à água potável no planeta, com a redução à metade, até 2015, do total de pessoas hoje privadas de água potável e quase o dobro de serviços de saneamento.

Embora o Comitê de Economia, Cultura e Direitos Sociais da ONU tenha declarado a água como um direito humano e um bem social e cultural, ainda no final de 2002, esta organização internacional não reagiu às pretensões da Organização Mundial de Comércio em incluir na pauta da 5ª Reunião Ministerial de Cancun, a água em um de seus principais tratados, o Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS).

A União Européia também pressiona para que o GATS incorpore os serviços de água, segundo Marcel Gomes¹. Evidentemente, pois as maiores corporações mundiais nesse setor são européias como a Vivendi e a Suez (França), RWE e Aquamundo (Alemanha) e Thales Water e Biwater (Grã-Bretanha). Esses países estão tentando instituir a noção global de água como um bem comum, o que certamente trará conseqüências à abertura de espaços para contestar projetos e políticas locais.

¹ Fonte de marcel gomes - Ecologia & Desenvolvimento: 106:17.

É importante examinar as políticas que estão sendo formuladas pelas agências internacionais através dos inúmeros encontros de Cúpula, que contam com a influência de Estados, sobretudo aqueles que têm grandes interesses em garantir os mercados futuros desse recurso com empresas de porte, a exemplo da França, do Canadá, dos Estados Unidos. Também no âmbito de movimentos sociais, de organizações não governamentais e outros segmentos sociais estão sendo formulados conceitos e demandas de políticas. São interesses e discursos que começam a se explicitar e que expressam interpretações diversas, que nos permitem supor conflitos futuros relacionadas aos recursos hídricos, a começar pela noção de propriedade da água e dos recursos comuns.

Por outro lado, os interesses de Estados, agências multilaterais e empresas desenham a dinâmica social e econômica a nível mundial. O que está em questão, no fundo, é a propriedade dos serviços de água, mas impulsionada por uma lógica econômica que vê a água como mercadoria, um produto de regulação pelo mercado. Por isso parece bem ambígua a frase frequentemente repetida em fóruns oficiais, estatais e empresariais, de que não se trata da propriedade da água, mas dos serviços de tratamento e distribuição de água, e de saneamento. Países como o Chile tem estatutos de direito à propriedade que assegura a propriedade privada de mananciais aquáticos. Por isso está em curso, ao mesmo tempo, uma revisão do direito de acesso à água.

Em 1992 através de um debate impulsionado, sobretudo, pelas grandes potências econômicas e agências multilaterais, avançou a idéia da água como bem econômico e objeto de regulação pelo mercado, enquanto agente econômico, demonstrando o crescente interesse pelo recurso direcionado para a exploração intensiva no modelo empresarial². Eventos de repercussão internacional reunindo pesquisadores do mundo inteiro têm atraído a atenção crescente de segmentos interessados na organização empresarial e institucionalização dos serviços relativos à água. Nessa âmbito o setor água é dinâmico. Ao mesmo tempo, os interesses de Estados, agências multilaterais e empresas, definem as ações políticas e econômicas que estão

² Petrella: 2000).

sendo encaminhadas a nível mundial. O que está em questão, no fundo, é a “propriedade” da água para fins de oferta futura no mercado de serviços, impulsionada por essa perspectiva econômica.

O presidente Cardoso liderou negociações com o GATS assumindo posições mais agressivas que as de qualquer membro da OMC, segundo Ellen Gould³, quanto à questão da liberalização de serviços. Na conjuntura, o papel do Brasil no cenário internacional era importante para fazer avançar as estratégias quanto à liberação de isenções, pois segundo mostra a autora, “quaisquer concessões feitas ao Brasil serão automaticamente estendidas, a partir da cláusula da nação mais favorecida, a todos os membros da OMC. Assim, as transnacionais norte-americanas e européias, que dominam completamente o comércio internacional de serviços, vão tirar vantagens da posição de barganha brasileira assumida no GATS pelo Brasil”. Enquanto os membros da União Européia registraram uma “limitação em seus compromissos com o GATS, para especificar que não se aplicam aos serviços públicos a um nível nacional ou local, que podem estar sujeitos a monopólios públicos ou a direitos exclusivos oferecidos a operadores privados”, o Brasil, conforme Gould, pede para eliminar esse entrave. Ora, compromissos plenos do GATS relativos ao tratamento nacional requerem que os mesmos subsídios do governo concedidos aos fornecedores locais sejam disponibilizados para os fornecedores estrangeiros. Sobre as demandas econômicas o Brasil pede aos países a eliminação de todos os estudos prévios em qualquer setor de serviços consignados. Implicações: sem essa limitação em seus compromissos com o GATS, os governos que tentam influenciar o desenvolvimento de um serviço por razões sócio-econômicas estariam violando o acordo ao limitar o número de permissão no fornecimento do serviço. Quanto aos Serviços Específicos, em várias áreas, o Brasil está solicitando abertura total ao investimento externo a ser limitado pelos compromissos do GATS. Isto significa que os governos não

³ No artigo intitulado *A Posição do Brasil nas Negociações do GATS* enfatiza o papel do Governo. onde??

poderiam - nacional, regional ou localmente - manter qualquer monopólio público de serviços ou disponibilizar qualquer benefício aos fornecedores locais sem estendê-lo aos competidores estrangeiros. Onde quer que o setor público ofereça um destes serviços, o Brasil tende a permitir a competição do mercado nacional com as empresas privadas estrangeiras.

Com esses preceitos, conforme o trabalho citado, o Brasil não teria limites em seus compromissos com o GATS, e desta forma, ele não poderia fazer distinções para encorajar um tipo de investimento que de fato beneficie as economias locais, como as subsidiárias tendem a fazer quando comparadas a meras filiais de uma empresa estrangeira. Porém as ações encaminhadas pelo Brasil em Cancun mostram uma certa alteração nas suas posições quanto à questão dos serviços. Gustavo Faleiros ⁴ informa que houve a rejeição pelo Brasil do controle internacional da água no III Fórum Mundial da Água, em Kyoto, junto com outros países em desenvolvimento. O Ministério das Relações Exteriores defendeu posição contrária ao texto final da convenção, que visava criar mecanismos internacionais de controle da água. Igualmente, ministros de diversos países da América Latina consideraram que esse controle internacional sobre a água colocava um problema de soberania sobre os recursos naturais. Contrariando assim as nações desenvolvidas, que sustentam os interesses de grandes corporações do setor e defenderam em Kyoto a criação de uma espécie de conselho mundial, que cobraria dos países pobres investimentos em suprimento de água e saneamento, além de boas práticas na gestão dos recursos hídricos.

Farto material produzido pela Organização Mundial de Comércio e pelo Banco Mundial mostra o grande interesse de organismos multilaterais em relação à água enquanto conceito econômico. Primeiro, pelo interesse em regular a água como bem econômico e de gestão global; segundo, pelo apoio a empresas privadas para que estas possam direcionar seu capital para os serviços de água, visando com isso envolver-se em concessões de abastecimento. As agências querem avançar em direção à liberalização dos serviços de água.

⁴ Ver Valor Econômico de 21/03/2003, Difundido pela REDEPLAN???

Cada vez mais, as regras em negociação no GATS e na OMC fomentam políticas de investimentos diretos para venda aos países em desenvolvimento de um amplo leque de serviços tradicionalmente sob responsabilidade do setor público. Além disso, os serviços públicos básicos estão ficando sujeitos às normas do GATS, que tem procurado disciplinar e restringir as normas nacionais para que o capital estrangeiro possa entrar livremente no mercado, eliminando as restrições nacionais ou regulamentações que protegem os serviços das pretensões das empresas estrangeiras e transnacionais. Por isto a água está relacionada aos acordos de comércio, onde está sendo pensada como uma mercadoria para regulação pelo mercado. Isso significa, que no futuro o Estado pode não ter mais o controle sobre a água de seu território⁵.

Há inclusive intentos claros do Banco Mundial de abrir novos campos para a privatização da água. Nos últimos meses, por exemplo, o banco tomou decisão de ampliar suas ações em direção ao financiamento de grandes obras de infra-estrutura a partir de 2003. Pode ser coincidência, mas isto acontece justamente, no momento em que as companhias estatais estão se retirando do setor. Por outro lado, o financiamento de grandes projetos, inclusive os de usinas hidrelétricas que, desde os anos 80 foram desaconselhados devido aos impactos sociais e ambientais, passam a fazer parte novamente das carteiras de financiamento do referido banco.

Entre os argumentos apresentados pelas Agências Multilaterais e o Banco Mundial em relação à água, está o reconhecimento da existência de uma crise mundial de água⁶. A tese que justifica a deflagração *de uma crise de água* tem outros corolários *tais como*, a água é escassa e deve por isso ter um preço justo para não ser desperdiçada e que os países do Sul são demasiado pobres e

⁵ Assim, os investimentos privados de serviços de água e de saneamento não se fazem prioritariamente onde eles podem ser mais necessários, por exemplo, nas áreas rurais ou cidades pequenas, mas nas grandes cidades em função da maior densidade de potenciais consumidores.

⁶ Quando se fala de crise de água, em geral não é explicitado que 70%, da água usada vai para os sistemas agrícolas de porte industrial, e não para os sistemas do setor da pequena produção de alimentos.

as inversões no serviço de água são altas e, por isso, as empresas locais não têm capacidade de investimento. Assim, os investimentos do Banco devem ter menos riscos.

Por outro lado, a União Européia está apoiando suas empresas de água e aquelas que desejem entrar no mercado, com subsídios para projetos de privatização e de assessoria às empresas para desenvolver projetos nos países em desenvolvimento, e apoiando a solicitação das Companhias de água para liberação do setor em 72 países. Os USA estão também atentos a lograr o acesso ao mercado da água e ganhar espaço de negociação nessa área.

A disputa entre esses dois blocos está cada dia mais evidente. Mas o argumento principal para justificar a privatização dos serviços de água é de que esta é a única forma de disponibiliza-la para todos. Realmente há carência de água em muitos países, mas também há uma fabricação da crise legitimando o interesse por soluções mais técnicas para o mercado de expertos.

Em Cancun, por ocasião da 5ª Reunião Ministerial da OMC, Vandana Shiva argumentara sobre as reais preocupações dos movimentos sociais com a possibilidade da retirada do tema da agricultura da pauta da OMC. A agricultura orgânica conserva o solo, segundo resultados de pesquisas econômicas. Ela justificava que apoiando a agricultura orgânica, se poderia produzir cinco vezes mais alimentos sem aumentar o gasto de água, sem perder os rios e a cultura que vai com eles, ou sem saquear o que “é nosso para ir mais além vender o que temos”. É bom não esquecer que nos bastidores se trava uma disputa de mercado entre *USA* e *UE* e, por isso, o protocolo da biodiversidade que facilita a manutenção de sistemas agrários complexos não interessa aos países desenvolvidos. Pois as grandes corporações lançam campanhas com metas para serem atingidas e direcionadas para o mundo inteiro. Confrontam-se assim discursos ambientais contraditórios que não conseguem esconder os interesses de mercado. Este debate ficou mais claro com as manifestações das organizações sociais de diferentes países e continentes

presentes em Cancun⁷, e na interação das redes de movimentos sociais e Ongs, onde foram definidos três temas considerados prioritários enquanto estratégias dos movimentos sociais: água, direitos humanos e agricultura.

As empresas norte-americanas exercem uma dominação crescente sobre as exportações mundiais de serviços. Ao controlar 18,8 % do mercado mundial de serviços, os Estados Unidos exportam mais de duas vezes e meia que a Grã-Bretanha, seu concorrente mais próximo. Já a América Latina responde por 4% das exportações mundiais de serviços e a África apenas por 2,2%. Apenas cinco nações desenvolvidas detêm 53% das exportações mundiais de seguros; 73% de exportações culturais e recreativas e 74% de exportações de serviços financeiros e obtêm 87% de todas as receitas oriundas de taxas de *royalties* e licenças, sendo que as empresas norte-americanas recebem mais da metade do total (Apud. Gould:2003)⁸. As estatísticas mostram que o Brasil, segundo a autora, importa muito mais serviços do que exporta - 11,9 bilhões de dólares em importações versus 6,8 bilhões de dólares em exportações -, uma situação que só pode piorar com as modalidades de liberalização extensiva de serviços que o próprio Brasil estaria buscando nas negociações com o GATS. LER EMAIL NAEA SEMINARIO MANANCIAL GUARANI

Um sinal bem claro do olhar atento das grandes corporações para os mananciais de água, onde quer que eles estejam, está nas negociações recentes sobre o aquífero Guarani. Representantes do Banco Mundial juntamente com os governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai reunidos em maio de 2003 em Montevideu, decidiram levar em frente um projeto de pesquisa sobre um manancial de águas subterrâneas, que constitui a maior reserva mundial de água doce e que atravessa os territórios desses países⁹. Com o nome de Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, iniciaram as negociações para investimentos na ordem de 27 milhões de dólares em

⁷ Fórum sobre Água realizado pela Fundação Böll pós-Cancun, 2003.

⁸ Ver o Documento da OMC: S/C/W/27/Anexo1.

⁹ Fabiana Arencibia - fernandoramirez@igwc.org y efra@sinectis.com.ar. Difundido pela Red Eco Alternativo.

que entrariam ainda os governos da Alemanha e da Holanda, a Agência Internacional de Energia Atômica e a Organização dos Estados Americanos. Arencidia informa que “este acuerdo significará que información estratégica sobre la mas importante reserva subterránea de agua dulce de la región, considerada también la más grande del mundo, será manejada por quienes financien el proyecto. Ligados a grandes grupos económicos y corporaciones transnacionales, dominarán el conocimiento que ha sido gestado durante años por investigaciones desarrolladas en las universidades latinoamericanas. FONTE?

O domínio empresarial da água na América Latina e no Brasil

A água no mundo é dominada por duas multinacionais francesas, a Suez e a Vivendi, que controlam dois terços dos serviços de água privatizados no mundo. As outras grandes companhias são a Saur, Thames, Anglian e IWL.

Na América Latina a principal empresa que atua é a Suez, que opera na Argentina e no Brasil, e em quase todos os países que já privatizaram sistemas de água. A primeira privatização no Brasil foi também da Suez, no município de Limeira¹⁰, em São Paulo, e pode ser constatado pela sua atuação em algumas cidades, inclusive na cidade de Manaus, em um estado da Amazônia. O serviço que realiza inclui a captação, tratamento e fornecimento de água potável. Certamente não se pode antecipar como irá evoluir a situação, mas

¹⁰ As corporações Vivendi e Suez são as maiores do mundo, estando a primeira entre as 51 primeiras empresas e a Suez no 99º lugar do mesmo ranking das 500 maiores fortunas do mundo. (Fortune's Global 500 citado Markus Krajewski – GATS? O que está em jogo? BROT – www.brot-fuer-die-welt.de – distribuído no Fórum Boell de Cancun, set de 2003). Juntas, controlam e captam 40% das cotas existentes do mercado de água. A alemã RWE segue as duas primeiras, ficando em 3º lugar. Adquiriu a gigante britânica da água, a Water Works. Outras grandes corporações da Água são a Bouygues/Saur, a U.S. Watder e a Severn. A base de clientes dessas empresas regula mercado em torno de 50 milhões de consumidores de seus serviços.

ela não é confortável para o Estado, a sociedade civil e nem para a empresa.

O quadro a seguir mostra alguns dados da presença das corporações Suez e Vivendi-Violia no mercado de serviços de água em cidades e municípios do Brasil. A maior concentração encontra-se no sudeste, mas se estende por todas as regiões a presença de empresas privatizadas do setores água e saneamento.

Quadro 2 - Privatização de serviços de água no Brasil

Estado do Brasil	Município/Cidade	Nomeação da Empresa no Brasil	Empresa privada estrangeira	Financiamento	Ano da concessão
São Paulo	Limeira	Águas de Limeira	Suez	-	2000
Amazonas	Manaus	Águas do Amazonas	Suez	BNDES	2001
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Águas de Guariroba	Suez	-	-
Paraná	Curitiba	Sanepar	Vivendi	Banco WB-IFC	2001
Mato Grosso	Centro Oeste do Mato Grosso – Chapada dos Parecis	Tangará da Serra	Águas de Portugal	-	2001
Rio de Janeiro	Região dos Lagos Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia, Iguaba Grande, Búzios e Arraial do Cabo (cinco municípios)	Prolagos	Suez	Banco EIB	2001

Fonte: Dados obtidos junto à ABCOM, à ASSEMAE, em documentos diversos e *sites* das empresas.

Em Manaus os serviços prestados, de tratamento, distribuição de água e esgotamento estão sendo contestados pela população. A Prefeitura Municipal

havia transferido ao Estado a gestão desses serviços e é justamente o Estado que inicia o processo de privatização no setor, vendendo em 2001 a empresa pública, na forma de concessão, à corporação francesa Suez, legalmente instituída como *Águas do Amazonas*.

A ação impetrada contra a empresa objetivava sustar o aumento de 31,50% na tarifa de água, o terceiro aumento consecutivo, sem a mesma ter nesse período ampliado sua rede de atendimento. Julgada procedente, as cobranças de tarifas majoradas foram suspensas por um período de três meses. Outra ação judicial pleiteava anulação do contrato, justificando descumprimento de quase todas as cláusulas. Aqui se percebe um dos impactos da privatização dos serviços de água, que é o enfraquecimento das instâncias de poder local que tradicionalmente se ocupam do suprimento da água. Por outro lado, a população não sabe bem a quem reclamar o não cumprimento do contrato pela empresa, uma vez que a Agência Estadual de Regulação criada pelo estado mantém-se inoperante.

A conclusão a que chegam os usuários de Manaus é a mesma referida em outros casos de empresas públicas privatizadas em diversos países do mundo de que é questionável a afirmação corrente sobre a eficiência dos serviços privados comparativamente aos ofertados pelo sistema público. As empresas privadas não são necessariamente mais eficientes que as públicas. Quanto ao financiamento, ele acaba vindo do próprio sistema público, desafiando a argumentação que o Banco Mundial formula ao enfatizar a insuficiência dos recursos dos Estados para bancar o atendimento nos serviços de água com melhor qualidade e maior cobertura.

Banco Mundial volta a financiar grandes Represas

Desde o final dos anos 80 e durante a década de 90, momento do auge do discurso ambientalista, o Banco Mundial deixou de financiar grandes projetos de represas, considerando a pressão de movimentos sociais e ambientalistas. Belo Monte, no rio Xingu, foi uma das represas sustadas no Brasil por falta

de financiamento do Banco Mundial. Mas houve mudanças, e agora essa instituição está em sintonia com o Relatório da Comissão Mundial de Diques e com a Cúpula de Johannesburg cuja recomendação foi incentivar a pressão do setor privado para liberar ao mercado os serviços. Essa tendência prioriza grandes projetos de infraestrutura. No Brasil, os processos em curso conduzem a liberar o comércio de energia hidráulica dentro dos objetivos do GATS. Além do que continua sobre a mesa o interesse das grandes empresas pelas barragens segundo mostra a pesquisa de Fritz Brugger¹¹. O Informe Camdessus deixa claro suas intenções de investimento e de mudanças no marco regulatório dos países em desenvolvimento.

Montado sobre dois pilares, os projetos de grande escala e a participação do setor privado, o Relatório Camdessus tornou-se uma peça fundamental, de princípios, para orientar os encaminhamentos junto aos Estados. Não é por acaso, portanto, que a tendência do Banco Mundial é apoiar e financiar grandes obras, e já vem adotando uma política de retomar o financiamento e as negociações com outras agências multilaterais para grandes projetos de infraestrutura hidráulica. Entretanto, é o setor público que continua a ser a principal fonte de financiamento do setor hídrico. Ora, é esse mesmo financiamento avalizado pelos Estados que vai facilitar a participação do setor privado e não necessariamente novos recursos trazidos pelas empresas. Ao mesmo tempo, bem sabemos que o financiamento de grandes obras aumenta ainda mais a dívida dos países e sua vulnerabilidade política junto ao FMI e ao Banco Mundial.

O modelo recomendado pelo Relatório Camdessus e pelo Banco Mundial é de deixar o fornecimento de água em mãos do setor privado ou, se for o caso, de empresas mistas (privado-público). Esse modelo está sendo seguido pelo Brasil no caso de Belo Monte que pretende manter a participação do Estado,

¹¹ Fritz Brugger El Informe Camdessus sobre la Financiacion Mundial Del Agua, Fundação Heinrich Boll - Global Issue –Publicación Forum da Agua no marco da Conferência Ministerial de la OMC, Cancún, 2003. Charles Santiago - Una visión compartida: la política de la UE em conjunto con los intereses de las Corporaciones Europeas del Agua – Fundação Heinrich Boll -, 2003.

mas fomentando uma presença significativa do setor privado. Para os atores locais, isso significa a privatização dessa grande obra de infraestrutura.

A associação privado-público foi a alternativa encontrada pelo Governo Luis Inácio Lula da Silva para retomar o programa de construção de grandes represas na Amazônia, onde Belo Monte seria a primeira nesse formato.

Movimento global pela água como bem público

Em torno da água o mundo está dividido entre aqueles que defendem a liberação do mercado, o fortalecimento da economia globalizada onde a água constitui um recurso econômico e por isso seu foco é a privatização crescente dos serviços antes ofertados pelo sistema público e, de outro, as organizações da sociedade civil perfilados com a concepção da água como bem público e fundada em princípios éticos, de direitos humanos e dos códigos da cultura. Mas uma questão permanece, é de saber se as grandes corporações já estão interessadas no mercado de água a partir de grandes obras hidrelétricas?

Ora, a hidrelétrica não é, a rigor, uma modalidade direta de privatização da água. No entanto, tal associação está sendo evidenciada nas negociações em curso junto ao Banco Mundial e ao GATS em atenção à pressão de corporações do setor água interessadas em grandes obras, onde se incluem diques e barragens, e também por aquela do setor de construção e de múltiplos serviços. Por outro lado, o Banco Mundial, que havia abandonado o financiamento de grandes projetos hidrelétricos desde os anos 80, devido às manifestações da sociedade civil em diversos países do mundo e aos resultados de pesquisas que mostraram os graves impactos sociais e ambientais dessas grandes obras, novamente os inclui em sua agenda, seguindo as negociações em torno da liberação do comércio e a formulação de novos protocolos de financiamento.

O I Fórum Social Mundial das Águas, realizado em Florença, em março de 2003, reuniu representantes de diversos países interessados no debate sobre

o acesso aos recursos hídricos como direito comum e, portanto, no âmbito dos direitos humanos, acompanhando as formulações da reunião de cúpula de Kyoto. Procurou institucionalizar um espaço propositivo, visando apontar políticas que aliassem a questão da água aos processos de participação e democratização de seu acesso como direito de todos, reconhecendo a possibilidade de arranjos locais, que atendam a critérios sociais, econômicos e ambientais de cada país ou região. Postulação ética fundamental pois como os demais recursos naturais, o acesso à água também reflete a estrutura de poder e as desigualdades sociais, inscrevendo-se certamente na ordem dos direitos humanos. As diferenças sociais estão estampadas, por exemplo, em cidades como Lima e México pelo acesso aos serviços, ou nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo. O acesso à água nas cidades tem dependido das condições econômicas dos atores locais e de seu relativo poder de barganha no jogo político, em busca de direitos aos serviços urbanos.

A proposta consensual do Fórum foi de propor às Nações Unidas uma sessão especial com objetivo de discutir e aprovar um Contrato Mundial da Água balizado nos princípios do direito humano à água, visando frear o movimento de privatização dos serviços de abastecimento, reafirmando o direito inalienável dos indivíduos à vida, sendo a água um bem público fundamental. A criação no plano institucional de uma entidade chamada de Autoridade Mundial da Água, nessa perspectiva, deixa em aberto a possibilidade de filtrar argumentos que venham de experiências locais.

No Brasil as reações da sociedade civil frente à problemática da água organizaram-se em vários espaços constituindo-se enquanto Movimento da Cidadania pelas Águas. Em 1997 ele afirmava-se na defesa da formulação de novos conceitos capazes de cobrir os interesses formais e difusos dos indivíduos, ameaçados no seu entender, pela difusão de interpretações que consideram a água como um bem econômico. Para ele a defesa da água como bem público é vital pois fundada em princípios referidos à reprodução da vida. Na agenda, passa a ser considerada a construção coletiva de uma reflexão sobre novas práticas capazes de incorporar os direitos fundamentais dos indivíduos nesse

novo contexto de uma arena de luta globalizada. A revisão do campo dos direitos sejam eles civis, políticos, econômicos, sociais e culturais impõe-se ao diálogo jurídico visando à construção da cidadania e garantias de seu exercício em nível local. A defesa do uso e do acesso à água, nessa perspectiva, é entendida como um eixo central na luta pela cidadania.

Os grupos em defesa da água como bem público defrontam-se em primeira instância com atores empresariais, a exemplo de Colchabamba na Bolívia e Manila nas Filipinas. De um lado, estão os interesses da economia globalizada e dos empresários, que propugnam pela privatização dos recursos, com objetivos de lucro e acumulação; do outro, todos aqueles que concebem a água como um bem comum, público, princípio da vida e, por isso no âmbito dos serviços básicos que sempre fizeram parte da agenda do Estado.

Como se insere a Amazônia nessa dinâmica de privatização? Em que medida as decisões globalizadas e a generalização do processo de privatização neoliberal repercutem a nível local? Qual o papel do movimento de mulheres nesse debate? É importante examinar as estratégias do FMI, da OMC e do Banco Mundial e, ao mesmo tempo, entender os interesses das empresas sobre os recursos naturais da região. Os exemplos são numerosos, da mineração (privatização da Companhia Vale do rio Doce) ao setor madeireiro (compra por asiáticos de indústrias no Amazonas), passando pelos serviços (privatização das empresas estaduais do setor elétrico), e a privatização de serviços de água (empresa estatal do Amazonas vendida à empresa Suez).

A Usina hidrelétrica de Belo Monte, a primeira a ser construída, é apenas um emblema desse processo mais largo de expansão das fronteiras de mercadorização na Amazônia. A lógica das empresas é a da exploração a todo custo, de florestas e rios, ao subsolo e aos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade e os princípios ativos de fármacos, entre outros. Esse processo de privatização, de apropriação tem sido portador de exclusão e pobreza para as populações locais pois se funda em um modelo concentrador de riquezas. Por isso que a luta contra as barragens no Brasil assumiu maiores proporções, pois o conflito se refere a modelos opostos de desenvolvimento. Os impactos das

grandes obras hidrelétricas são múltiplos, e recaem muito especialmente sobre as mulheres com as políticas neoliberais que pretendem subordinar a vida aos preceitos de mercado.

A questão tal qual formulada é da ordem dos direitos humanos – direito à água e sua qualidade, ao rio livre e de uso comum, aos territórios étnicos dos grupos indígenas, que estão incontornavelmente ligados ao rio Xingu, à cultura da água, elemento de identidade nessa região. Direito ao acesso à água nos domicílios, através de redes de abastecimento e saneamento nas cidades, e formas alternativas seguras no campo, capazes de abolir com o penoso trabalho das mulheres de carregar as latas de água na cabeça. Direito de poder engajar-se em um outro modelo de desenvolvimento que não seja privatizante e excludente.

Justamente por estar concentrada na Amazônia a maior diversidade biológica e onde se encontra igualmente um dos maiores reservatórios de água doce do planeta, além de grandes extensões de terras ainda com cobertura florestal¹², a região acaba exercendo um forte atrativo para os novos interesses que se configuram mundialmente. A reprodução da biodiversidade está diretamente ligada à preservação dos ecossistemas, terrestres e aquáticos, de flora e fauna¹³.

Mas as ações e estratégias em direção à gestão global da água permanece ainda restritas às cúpulas de Estados e de agências multilaterais. As reações da sociedade civil a um processo muito pouco discutido e de alta relevância social estouram em diferentes espaços, ganhando visibilidade como o Movimento da Cidadania pelas Águas. Na agenda, a reflexão para a construção de novas práticas, capazes de incorporar os direitos fundamentais dos indivíduos

¹² Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Capobianco, João Paulo R. et. all (orgs.). São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sócio Ambiental, 2001.

¹³ A parte brasileira recobre uma área de seis milhões de km² e corresponde a 61% do território do país. A biodiversidade existente no planeta está localizada nos países do sul, onde se incluem os países da Pan-Amazônia, da América Latina, da África Central e de todas as ilhas que conformam o mundo asiático, áreas nas quais se concentra a maior parte das populações pobres.

no contexto de uma arena de luta globalizada. Outros movimentos sociais agregam-se na busca de estratégias para fazer face às ações oficiais dos Estados e das Agências Multilaterais, como se tem verificado nos últimos anos no Brasil. O debate sobre os Conselhos de Bacias Hidrográficas, e de sua gestão, em curso no país, é um bom exemplo ainda que mal aplicado, de como se constitui essa arena política certamente de tensões e conflitos mas com a possibilidade de presença de atores diversos, estatais, empresariais e da sociedade civil.

Argumentos dos movimentos sociais e de mulheres

Alguns dos argumentos construídos pelos movimentos sociais e o movimento das mulheres para frear a os projetos de barragens nos rios da Amazônia se montam sobre os princípios dos direitos humanos.

Argumento 1 - Para grande parcela da população de Altamira e municípios próximos, a “privatização do rio” representa uma usurpação do direito das comunidades em relação a uma série de serviços – materiais e simbólicos - prestados pelo rio, inclusive o abastecimento de água potável, muitas vezes através de usos alternativos. Nesse contexto, as mulheres se sentem concernidas completamente à luta pela preservação do rio sem barragens.

Argumento 2 - Quanto ao direito às fontes de água e a sua preservação, a construção de barragens significa evidentemente a passagem dos direitos de uns para outros, ou seja, os direitos deslocam-se das mãos da população localizada às margens do rio Xingu, que habita tradicionalmente esse território.

Argumento 3 - Os desdobramentos, em termos de economia da água, a partir das tendências de estruturação mundial do setor, são inúmeros. Assim vemos: essas tendências nos documentos oficiais do Banco Mundial e da OMC mostram que o interesse pelo mercado de água, grande negócio do novo milênio, extrapola de longe o quadro de serviços de água potável e de saneamento. No conjunto dos compromissos que podem vir a ser assumidos pelo Brasil, a propriedade em mãos estrangeiras não pode ser restringida, nem os governos podem restringir parcerias entre investidores estrangeiros e

empresas locais¹⁴. Esta é, certamente, uma porta de entrada para os múltiplos serviços que emergiriam desse mercado, e aí começa a se tornar claro os interesses do Banco Mundial, em voltar a apoiar grandes projetos, citando em seus documentos os diques e as barragens, ambos relacionados com os cursos d'água. É por isso que nosso argumento vai no sentido de não considerar uma planta hidrelétrica apenas como um projeto de energia. Ele é também, na atual conjuntura, um projeto de mercado para a água e os recursos naturais, antes fora do contexto mercantil, um projeto que altera as condições do rio e de sua apropriação para fins energéticos. Uma vez aberto o mercado da água no rio Xingu, será a correlação de forças do jogo econômico que irá determinar o seu rumo.

Argumento 4 – Essa região é, tradicionalmente, ocupada por trabalhadores da terra, camponeses nativos de muitas gerações, ou que chegaram nas levadas de migrantes dos programas de colonização dos anos 70. As mulheres camponesas, detentoras de saber sobre as plantas e animais, que servem aos seus sistemas de curas, serão diretamente afetadas pelas alterações do rio, de seu curso, suas margens e do livre acesso aos mananciais e a biodiversidade, que milenarmente lhes vem permitindo curar seus doentes e produzir seus alimentos. Por outro lado, embora a água de chuva seja suficiente para os plantios, há uma tradição de plantações de várzea que dependem, portanto, do regime de águas dos grandes e pequenos cursos. Assim, se pretende alterar sistemas de produção camponesa e ignorar os conhecimentos dessas mulheres, que serão suprimidos sumariamente com a perda de acesso aos recursos.

Argumento 5 – Para as organizações sociais atuantes em Altamira e na região da Transamazônica, a apropriação do rio Xingu para fins de produção de eletricidade deveria implicar todos os prováveis atingidos no processo decisório em função dos impactos sobre sua atual organização econômica e social que fundam suas práticas de manejo e gestão d'água que estão classificadas em seus sistemas de saber sobre a biodiversidade do Xingu. Se os anos 90 valorizaram esses saberes, pois eles representam uma riqueza e ao mesmo

¹⁴ Ellen Gould - Documento da OMC: S/C/W/27/Anexo1.

tempo um patrimônio cultural da humanidade, sem o qual a biodiversidade não teria se reproduzido ao longo dos séculos nem muito menos se enriquecido com a presença dos saberes dos povos tradicionais, agora se está desprezando toda essa riqueza acumulada.

Argumento 6 – Os rios fazem parte de bacias que atravessam municipalidades, estados e mesmo países, o que significa sistemas culturais diversos e formas de gerenciamento e expectativas dos usos sociais diferentes, tendo gerado complementaridade ou mesmo conflitos, embora até o presente não se tenha registrado nas bacias supranacionais, na pan-amazônia, conflitos relevantes. O tema, pela sua natureza, já contém em si uma problemática, que não pode ser passada por cima, em função de interesses imediatos, externos ao contexto desses grupos locais e nacionais e de suas institucionalidades.

Argumento 7 – A experiência da Usina hidrelétrica de Tucuruí, construída e até hoje administrada pela empresa estatal Eletronorte, parte do Sistema Nacional Eletrobrás, é a referência na qual se apóia a população local para rejeitar a construção do complexo de hidrelétricas no rio Xingu. Ali, a relação estabelecida entre empresa e estruturas sócio-econômicas locais ou étnicas foi não só autoritária como hierarquizada. As indenizações recebidas pela população deslocada de seus povoados ou vilas, de seus sítios e terras agrícolas, foram irrisórias. A questão fundiária, por exemplo, e os conflitos decorrentes pela tensão sobre a terra e os recursos, até o presente, só tem feito aumentar.

Alguns estudos apontaram também casos de depressão que acometeram, sobretudo as mulheres, porém mostrando que os impactos foram generalizados para homens e mulheres, em função de responsabilidades socialmente definidas e relativas ao processo de reprodução social e cultural.

Argumento 8 - Embora as negociações iniciais sejam promovidas pela Eletronorte, empresa estatal, está definido que o empreendimento será conduzido e depois administrado pelo setor privado. O que coloca frente-a-frente interesses de empresas privadas nacionais, que pretendem se associar a empresas estrangeiras para administrar esse grande negócio que passará

a ser o sistema de energia, vinculado a uma série de outros serviços, como atendimento de demanda relativa à água, ao turismo, etc. Além do que, a produção de benefícios locais, como se verificou no município de Tucuruí, é escassa, mesmo que se considere a geração de emprego e o atendimento de novas demandas de saúde, saneamento e educação, que aumentarão devido à migração, proporcionalmente maior que a capacidade de atendimento, pelo pagamento de impostos, quando os empreendimentos entrarem em funcionamento.

Argumento 9 - Finalmente, os processos de privatização como vem sendo aplicados, seguindo um pensamento único, reducionista e formatados a partir de interesses de lucro das grandes corporações, afetam a vida de grupos e de pessoas. Alteram suas vidas e o sistema de direitos nas quais inscrevem sua história, com justificativas eticamente corretas, ou seja, em nome da equidade social e da preservação do meio ambiente para gerações futuras, acoplando a esse ideário o termo desenvolvimento sustentável.

Em todas as situações até aqui demonstradas, as mulheres e as crianças são bastante afetadas, pois têm alterados seus direitos e o sistema de vida e de valores com os quais educam seus filhos. Direitos humanos que tem como premissa fundadora, o direito à vida, o direito à reprodução sem empecilhos, e o direito humano mais elementar como o direito à água, que é uma das prioridades da Declaração do Milênio.

Estas questões devem ser basilares no quadro da formulação de políticas econômicas, ao nível de cada país, mas também na formulação de conceitos que reduzam as ambições econômicas e garantam um mínimo de governança global.

Argumento 9 - Essas políticas globais, que desconhecem os impactos que advém de seus interesses privados, gerando ampliação da dívida externa para o país em troca de benefícios para as empresas transacionais, todo o sistema de direitos construídos ao longo do tempo, uma qualidade de vida na qual o rio está integrado, longe de propugnar o desenvolvimento e muito menos

o desenvolvimento sustentável, estarão propugnando uma modernização conservadora e desigual, além de potencializar futuros conflitos sociais locais e mesmo intra culturas e países.

Os mananciais de água doce do mundo estão no centro do interesse de grandes empresas do setor, que calculam um potencial de mercado em mais de 30%. O mercado não teria interesse em investir na região justamente com maior incidência desse recurso no planeta?

Como considera Ingrid Spiller¹⁵, cresce a crítica contra a privatização nos exemplos de Buenos Aires, Manila, Jakarta e Nelspruit sudafricano e inclusive também nos “mercados seguros” como Europa.

¹⁵ Ingrid Spiller - Água para todos? Fundação Heinrich Boll - Global Issue – Publicación Forum da Agua no marco da Conferência Ministerial de la OMC, Cancún, 2003.

Capítulo 6

Cidades e dinâmicas políticas em fronteiras latinoamericanas e caribenhas

Cidades de fronteira na Pan-Amazônia, objetos desta pesquisa, constituem realidades espaciais e sociais com intervenção direcionada pelo Estado em período relativamente recente. “Nossa fronteira colonial” surge como uma interpretação da Geopolítica dos Estados nacionais. Mas, a rigor, antes não havia fronteira e se constituía em território ancestral de grupos étnicos. O mundo panamazônico tem de ser, como o mundo andino, examinado como trajetórias de organização do território por grupos étnicos, ocupado afirmativamente e, ainda, como lugar de práticas políticas de pertencimento e identitárias, que podem ser inventariadas e conhecidas mediante os usos das sociedades que ali existem. Tal concepção de estudo não incide sobre o politicamente organizado, o politicamente resolvido, pois, é mister descolonizar esse saber ao mostrar essa história, e não aplicar conceitos vindos de fora sobre o que é uma cidade de fronteira (RAMOS, 1957).

Diversas observações e estudos sobre Santa Elena de Uairén, Boa Vista, Letícia, Tabatinga e Benjamin Constant informam das mudanças com os projetos de infraestrutura – especialmente pela instalação de aeroportos ou as ligações por estrada, dos anos sessenta em diante –, o que está em processo de intensificação. Com menor expressão administrativa giram em torno delas uma dúzia de sedes de distritos, povoados e caserios¹. Entretanto, não se trata de classificar esses lugares como de menor importância, ao tomar ou reduzir sua análise a algumas características, especialmente demográficas ou espaciais, pois o elemento fundamental é a transformação histórica dos lugares ou como escreve Escobar “a complexa experiência histórica espacialmente enraizada” (ESCOBAR, 2010, p. 18), que corresponde aos territórios de assentamentos étnicos.

¹ A denominação caserios é frequentemente utilizada na Venezuela, Colômbia e Peru.

O que são territórios etnicamente configurados e como os grupos realizam a defesa do território, da cultura e a identidade nas fronteiras? Abordam-se aqui os espaços de fronteira entre países amazônicos que durante décadas haviam sido regidos por relações sociais com base em formas de trabalho e de produção instauradas no grupo familiar e/ou étnico, base de sociabilidades. Eles se viram rapidamente transformados pela ação de projetos de modernização e incursão de novos agentes. Como explicar o sentido dessas transformações? Que desdobramentos e em que direções podem ser percebidos? Quais as novas formas de produção que emergem e sua relação com a terra e os recursos naturais? Que novas empresas surgem nessas fronteiras e quais suas estratégias produtivas? Quais os efeitos de políticas desenvolvimentistas que percebem esses territórios como disponíveis e vazios a ocupar? O trabalho se propõe a trazer ao debate uma interpretação que permita avançar nas respostas a essas perguntas e possibilitar seu debate e entendimento.

De um lado, estão os estudos geopolíticos e demográficos de fronteiras e, de outro, os desenvolvidos dentro de uma abordagem antropológica e histórica², em que as fronteiras são lugares de encontro, de diversidade; de territórios etnicamente configurados, vistas como realidades específicas, nas quais os grupos étnicos estabelecem as diferenças culturais e sua distinção que se materializam, em geral, em organizações culturais e políticas. Menezes destaca o caráter desses:

² Menezes (1999, p. 6) infere que “a historicidade do fenômeno urbano nos vales da Amazônia Ocidental constitui-se, ainda hoje, numa pesquisa capaz de revelar a hierarquia dos núcleos urbanos e suas articulações internas, a rigor muito pouco conhecidas. Não só no contexto geográfico mas, também, sociológico. A própria historicidade da constituição política do poder local resta à investigação, considerando que há tempos a formação de uma elite urbana representada por comerciantes e setores religiosos reina hegemonicamente sobre a cidade”. Esse destaque encontra-se nas observações de Palacio Castañeda que observa as semelhanças e diferenças entre Letícia, capital do Departamento de Amazonas, Colômbia o que significa a responsabilidade estratégica do Estado e Tabatinga, uma cidade de comerciantes e pescadores, localizada no Amazonas/Brasil, cidade gêmea com Letícia. (Seminário Internacional Cidades na Floresta, Belém, NAEA, 2007).

Os estudos antropológicos frequentemente complexificam a questão dos estudos das áreas fronteiriças, a partir do entendimento do significado simbólico de limite e da situação dos grupos sociais que “sofrem” a ação do limite. As pesquisas buscam sintonizar que do território fronteiriço sobressai uma cultura, que por sua vez sofre de influências diversas sejam elas físicas, materiais ou simbólicas. Ao realçar o fenômeno cultural como inerente ao contexto fronteiriço, evidencia-se a importância do estudo das comunidades locais em zona de limite internacional e o conseqüente quadro social que emerge desta posição, seus condicionantes e conseqüências. (MENEZES, 1999, p. 8).

Desta perspectiva, objetiva-se construir uma análise crítica sobre o lugar das cidades em fronteiras. O enfoque utilizado é o comparativo entre cidades panamazônicas. Examina-se a constituição de redes globais, formas de agregação regional e a redefinição do papel das cidades em áreas de fronteira política (Brasil x Venezuela x Colômbia x Peru). Atenção especial é dada aos processos e ações estatais para consolidar iniciativas de ordenamento territorial e os novos conflitos nessas cidades, contribuindo na construção de outros enfoques para interpretação das ciências sociais.

O trabalho se propõe a analisar os *territórios etnicamente configurados* de grupos que se encontram em pequenas cidades de fronteira, das quais assinalamos: Pacaraima, Bonfim, Santa Elena de Uairén e Lethem, que tem como referência a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima; Letícia, Tabatinga e Benjamin Constant, no oeste da Amazonas, fronteira com Colômbia e Peru; Oiapoque, na faixa Setentrional do Amazonas.

Neste enfoque privilegia-se, primeiro, a análise sobre a conformação étnico-social, que confere situação de singularidade e suas organizações políticas e, segundo, o debate sobre o direito à cidade – categoria política importante no contexto contemporâneo, em face de mudanças (nas relações de trabalho e no modo de vida) como a crescente urbanização e modernização.

A pesquisa que deu origem a este trabalho contou com o apoio do CNPq. (Bolsa de Produtividade) e se propôs a uma interpretação de espaços urbanos em áreas transfronteiriças. O interesse na pesquisa surgiu pelo reconhecimento de

que essas áreas se tornaram, nas duas últimas décadas, ainda mais estratégicas para os estados nacionais, em função dos interesses do mercado global voltados aos recursos naturais e à terra, ali disponíveis. Isso foi evidenciado na pesquisa sobre a presença de novos fluxos econômicos, mudanças dos discursos e das políticas estatais e o processo de resistência e afirmação de identidades e direitos por grupos sociais e étnicos na fronteira transnacional.

A perspectiva das políticas governamentais é de integração definitiva dessas áreas ao mercado nacional, internacional, e a constituição de corredores transfronteiriços de transporte de mercadorias. Neste contexto, foi considerado essencial na pesquisa entender a cidade a partir de alguns eixos: 1 – mudanças nos discursos e nas ações do Estado através de suas políticas voltadas às fronteiras; 2 – lógicas estruturantes da vida social, dos agentes sociais presentes e das territorialidades em jogo. 3 – diversidade étnica como dimensão particular e formação histórico-cultural dessas cidades; 4 – mudanças na estrutura produtivas, nas redes de comercialização e nos processos de trabalho. No entanto, este artigo trata de um recorte da pesquisa, mais especificamente uma análise transversal, e geral, sobre algumas cidades, no campo de uma sociologia urbana comparativa, que examina relações sociais e políticas, hierarquias, processos de estigmatização e diferenciação social.

Fronteira sul-americana: lugar político social das cidades

A “Grande Amazônia», que atravessa países, ecossistemas e lugar de inúmeras culturas, passa atualmente por um acelerado processo de transformação econômica e social, com efeitos sobre a urbanização, do ponto de vista de indicadores demográficos e aparecimento de novos povoados e cidades. Observam-se dinâmicas urbanas diferentes, que tem a ver com a expansão econômica em direção à abertura de novas terras e a chegada de agentes econômicos com interesses distintos em relação às áreas de destino, dependendo do potencial de recursos naturais existentes. Esse processo verifica-se em todos

os países, embora com intensidade diferente entre eles que tem a ver com a história da ocupação de cada um, da forte presença indígena, de culturas e de saberes multiétnicos. Esse é o ponto de partida do interesse maior no estudo dessas cidades, acompanhando o debate no Seminário Internacional Cidades na Floresta sobre a relevância epistemológica na construção de categorias sobre a singularidade étnica das cidades de fronteira.

O território da Pan-Amazônia é compartilhado por oito países. Ocupa mais de 40% da superfície da América do Sul, com 7,5 milhões de quilômetros quadrados, habitados em 2010 por aproximadamente 30 milhões de pessoas (Dados de população citando Aragon e Nota de Rodape explicando). No imaginário internacional, a Amazônia é referida na maior parte das vezes ao Brasil. Efetivamente, 68% da bacia amazônica e das florestas tropicais se encontram no território brasileiro. Mas o Peru tem 13% da bacia, 74% do seu território é amazônico. Conhecida pelas belezas andinas; a Bolívia com 11,2% da bacia, corresponde a 75% de terras amazônicas. Metade do território equatoriano é amazônico. Na Venezuela, 54% da superfície do Estado nacional compõem os dois estados – Bolívar e Amazonas – da região amazônica.

O Brasil faz fronteira terrestre com 11 países, numa extensão de 15.719 km. No extremo norte, na região setentrional, o estado de Roraima tem 1.495 km de fronteira com a Venezuela e 1.606 km com a República da Guiana. A faixa de fronteiras no Brasil é formada por 150 km da linha de fronteira com outros países limítrofes, para o interior do país (BRASIL, 1988). Vários grupos indígenas encontram-se nessas áreas de fronteira. Esta é demarcada pela história do lugar e seus grupos que são multiétnicos. Suas territorialidades ultrapassam as fronteiras nacionais, como os Tikuna, que se estendem por enorme território que atravessa o Brasil, a Colômbia e o Peru; os Yanomami, no Brasil e Venezuela, os Tucano e Desano que se distribuem em terras do Brasil e da Colômbia, ou ainda famílias dos índios Uaçá que se encontram nas margens do rio Oiapoque, no Brasil e na Guiana Francesa. (outros exemplos???)

As cidades de fronteira já mencionadas constituem referência social e política desses grupos étnicos. Destacamos as cidades com forte presença indígena, como Boa Vista, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Letícia, para falar de áreas da Amazônia Setentrional. (completar)

A identidade indígena na cidade foi obscurecida e a sociedade moderna enuncia apenas o reconhecimento do “índio aldeado”, do índio “na reserva”, na Terra Indígena. Porém, os processos de emergência de identidade vividos pelos indígenas constitui afirmação política como direito, e reconhecimento, do passado e da história. E por isso a identidade reivindicada contrapõem-se a aqueles “modelos”. Desta feita, nas cidades de fronteira, incluindo as cidades pré-colombianas, a relação entre etnicidade e urbanidade é recorrente. Observa-se a relação entre etnias com forte presença nessas cidades, que são fundamentalmente os lugares de encontro de nacionalidades, de povos e de línguas (BAINES, 2004) e, justamente por isso, também de múltiplas territorialidades que se exprimem em redes de natureza distintas.

As relações sociais e econômicas na fronteira organizam-se em redes que funcionam com a mesma lógica, mas em um mercado predominantemente informal, clandestino, ilegal e diverso, que combina certamente o formal e o informal, o legal e o ilegal, de forma híbrida, como assinala Machado (2000). Contudo, o fundamento da análise distancia-se destes antagonismos ou oposições binárias, pois a dinâmica e a complexidade dessas redes respondem seguramente pela manutenção das estruturas nas relações de troca, o que fica bem explícito quando se analisam certos segmentos econômicos, como a pesca e a madeira. Notadamente vinculados a um mercado informal nas fases de captura (pescado) ou de extração (madeira), esses setores estão inseridos, ao mesmo tempo, no sistema de mercado regido por uma dinâmica globalizada.

As cidades amazônicas localizadas ao longo do rio Amazonas e afluentes são pontos nodais das redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais. Internamente, novos portos de grandes empresas transportadoras, como o Porto da Cargill, localizado em Santarém, operadora de um sistema complexo de escoamento de grãos através do rio Madeira e

do Porto de Santarém para os Estados Unidos e Europa, religam também a Amazônia ao resto do mundo por redes técnicas sofisticadas e integração informacional, em tempo real de mercado. Para exemplificar, as empresas da antiga Zona Franca de Manaus, hoje Polo Industrial de Manaus/PIM, funcionam numa relação de tempo e de espaço globalizados, e sob modelo organizacional em rede, que segue os padrões e as normas de funcionamento do mercado global, pois a maior parte das empresas-mãe é estrangeira, multinacional. Grandes frigoríficos no Sudeste paraense e no *nortão* do Mato Grosso operam em tempo real no mercado de *commodities* sujeitos a mudanças bruscas, como também as empresas de pecuária e soja para falar de produtos agrícolas; a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás representam, na mineração, a vertente de *commodities* minerais do mercado global. Embora muitas vezes imperceptíveis, essas estratégias empresariais de conexão de mercados são expressões da complexidade de mundos de trabalho diversas, regulados por sistemas distintos – formais e informais –, traduzidos nas diferenças urbanas de renda, de inserção social, de acesso ao emprego e aos serviços e de qualidade de vida.

As fronteiras nacionais entre os Estados constituem, à luz da geopolítica, “zonas” de tensão e conflitos, ao mesmo tempo em que atendem objetivos de controle e vigilância das forças militares. Dos governos militares do último século às políticas do Estado na atualidade, as ações se abriram para acordos e convênios sob os regimes democráticos. Entretanto, é o poder dos estados que produz uma ordem que interfere sobre outras nações e povos, tais como os territórios administrativos. Frank e Cirino (2010) examinam processos de territorialização dos povos indígenas de Roraima no século XX, em “situação colonial” (ou neocolonial). No cerne está a caracterização desses Estados (neocoloniais) pela “sobreposição no seu interior de populações culturalmente diversificadas”, sendo uma “população ‘nacional’ hegemônica, no geral, mas não necessariamente majoritária, da qual o próprio Estado constitui – em tese – o veículo de realização da sua ‘vontade política coletiva’, e outra(s), não estatal(is), isto é, com organização(ões) sociocultural(is) distinta(s) da organização sociocultural ‘estatal’ (FRANK; CIRINO, 2010, p. 13 e 14).

A compreensão de que as fronteiras não são espaços vazios tem sido a tese mais controversa na Pan-Amazônia. Formulada pelos Estados e por meios intelectuais envolvidos com consultorias, esta visão fundamenta o denominado vazio demográfico, a partir do qual se elaboram as políticas de integração física e econômica, especialmente por deter recursos estratégicos (mineração, água, biodiversidade). Os povos indígenas têm experimentado os reverses desta interpretação que procede a ignorar territorialidades e direitos.

As fronteiras são lugares de trocas materiais e simbólicos, de passagem, de desafios e de conquistas. Mas, especialmente são lugares da diversidade social e cultural. E, por isso, cabe lembrar que o território brasileiro é bem maior do que poderia ter sido caso as populações locais não avançassem para além dos limites legais definidos nos acordos bilaterais. Diversos litígios de limites com países vizinhos resultaram de lutas territoriais em pontos avançados da fronteira, obrigando à revisão dos acordos diplomáticos. Efetivamente, os desdobramentos dos conflitos por limites entre o Brasil (Estado do Acre), a Colômbia e o Peru; entre o Brasil e a Venezuela (Estado de Roraima); Brasil e Bolívia, e entre o Brasil e a Guiana Francesa (Estado do Amapá) acabaram por dar origem, não por acaso, aos territórios federais, como espaços de controle e de presença do Estado. Não foram diferentes as relações do Brasil com outros países nas faixas de fronteira, embora se observe apaziguamento dos acordos em vigência.

Tensões de fronteira sempre envolvem os atores que agem no território e os modos de apropriação e de comercialização dos recursos. As tensões nas fronteiras amazônicas entre o Brasil e a Venezuela foram motivadas nos anos 70 pela chegada de brasileiros interessados na exploração de madeira e na sua exportação para a Venezuela. Nos anos 80, tornaram-se mais tensas essas relações pelo avanço de frentes garimpeiras no rio Orinoco, palco de conflitos com os índios Yanomami (MONTROYA, 1989). Atualmente, há conflitos em inúmeros pontos da fronteira com a Venezuela e também com a Bolívia, a República da Guiana, a Guiana e o Suriname. Longe de recrudescerem, os conflitos étnicos atualizam-se, pois se interpõem com os grupos nativos, com

outras frentes de atores e com mercados – arroteiros, pecuaristas, sojeiros, empresas mineradoras e comerciantes. Há uma simultaneidade de dinâmicas similares nos diferentes estados da Amazônia. O exemplo da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no extremo norte de Roraima, e que ganhou enorme visibilidade nacional e internacional, revela processos em curso generalizados. As fronteiras à altura das cidades de Oiapoque (Amapá) e de Bonfim (Roraima) registram, na atualidade, conflitos entre índios e garimpeiros, agravados pelo afluxo demográfico e pelos novos atrativos da economia informal e/ou ilegal, que encontram nessas áreas oportunidades de crescimento.

A fronteira é um espaço da diversidade linguística, na qual as línguas oficiais, até o presente, têm sido as dos colonizadores: espanhol, português, francês, holandês, inglês, que não podem ignorar a força das línguas indígenas nessas áreas, que ao mesmo tempo ressignificam resistência da cultura, reafirmação do passado/presente e de suas raízes. Também é o lugar de controle dos estados nacionais e, em pontos determinados, esse controle do Estado moderno é realizado mediante carteira de identidade. Uma visão da diversidade resulta de comparação das tradições gastronômica; dos estilos e trocas musicais. Em diversos casos, estes não existem, absolutamente, barreiras físicas, como Letícia e Tabatinga; outras têm fortes interdições, como o acesso do Brasil à Guiana Francesa, embora no sentido contrário não seja o mesmo. O rio é quase sempre o caminho mais percorrido nessa imensidão, de acesso entre fronteiras ou para entrar nos meandros da floresta, através de braços, igarapés, furos etc.

No entanto, é incorreto pensar que as culturas não constroem barreiras de identidade e de pertencimento. A pesquisa procura entender essas dimensões das identidades e as formas de estigmas que circulam como elementos de distinção. As fronteiras são espaços cheios, no sentido de que entre fronteiras, possa se esboçar nas relações sociais um sentido de classe talvez menos forte que o de etnia – não sabemos; teria de se pensar mais nisso – em todo caso, as duas cidades são bem distintas. Letícia é capital da Amazônia Colombiana, e, por isso, o estado tem responsabilidade geoestratégica sobre ela. Existem

burocracias, infraestrutura e saneamento básico, que não são vistos em Tabatinga –, uma cidade de comerciantes e pescadores (PALACIOS, 2009).

E, por isso, a pesquisa mostra que as políticas poderiam valorizar as sinergias, promover o desenvolvimento de forma integrada, pois são espaços em relação, com anterioridade a ser fronteira política. “São dificuldades muitas vezes burocráticas, fundadas em critérios de fronteira como linha de separação e não como estratégia de integração”, como argumenta Palacios (2009).

Da colonização às *commodities*: urbanização e reprodução das dinâmicas de fronteira na bordas nacionais

A integração dos países sul-americanos é efetivamente o marco das políticas macro-desenvolvimentistas para o século XXI no continente. Esse processo envolve o Governo Federal, os estados da Amazônia e grupos empresariais. Efetivamente, aqueles estados da Amazônia Legal que ficaram mais isolados e, justamente por isso, compartilharam com mais frequência das relações internas e estão agora mais sensíveis em investir na logística de integração regional, mirando o aumento e o potencial do mercado de *commodities*. A política de integração empreendida pelos Estados sul-americanos concretiza a ideia de fronteiras novas de recursos a serem potencializados para o mercado. O desenvolvimento da infraestrutura de sistemas logísticos tem sido uma demanda comum do Estado, das empresas e dos atores locais. Porém, a disputa está no modelo de integração, nos processos que estarão em curso e nas formas de controle e domínio, que opõem entre si os agentes e econômicos e sociais.

A população amazônica quase triplicou entre 1970/2000. Pelo Censo de 2011, chega a 23 milhões de habitantes, ultrapassando a população do Nordeste, se considerado o recorte de Amazônia Legal. Isso se deve às elevadas taxas anuais de crescimento que foram nas últimas décadas superiores à média brasileira, tendência essa verificada em todas as unidades federadas, exceção do Amapá.

Este estado, porém, registrou crescimento elevado entre 1991/2000, com a taxa de 5,71% a/a em função de fluxos imigratórios em direção ao Estado. E conforme nos referimos, junto com Roraima, é possível que mantenham a tendência de taxas elevadas de crescimento populacional e urbano no Censo de 2010, considerando o aquecimento de dinâmicas econômicas e políticas governamentais.

Esse crescimento populacional verificado no Amapá corresponde a novas áreas de atração no extremo norte, justamente com o crescimento da população em direção à cidade do Oiapoque, na fronteira com a Guiana, nos municípios servidos pela Rodovia Br-174, estimulado pelos garimpos do Oiapoque, pela melhoria da estrada, em processo de asfaltamento, e a construção da ponte que interligara o território brasileiro ao da Guiana, até Caiena; verifica-se também em Roraima o aumento da população na fronteira com a Venezuela e no eixo da Rodovia BR-174. Esse crescimento tem a ver também com os novos fluxos em direção a municípios da Calha Norte do rio Amazonas, com as transformações econômicas e construção de grandes projetos assegurados pelo Plano de Aceleração do Crescimento.

Os processos de transformação decorrentes do avanço da economia nacional e de sua integração alteram as dinâmicas políticas, mesmo em áreas mais distantes. A análise sobre os estados brasileiros com maior extensão fronteiriça torna-se importante para entender esses processos. Os estados de Rondônia, Mato Grosso e Amapá aumentaram os incrementos migratórios, indicando serem possíveis novas direções do interesse e da atração populacional, embora menos expressivos demograficamente no conjunto da região. No estado do Amazonas, que experimentou grande migração para a cidade de Manaus, nas últimas quatro décadas, reduzindo-se a população da área rural, observa-se o interesse em áreas como o sudeste do estado (Humaitá e Apuí) e na fronteira política com a Colômbia e o Peru.

Assim, os fluxos econômicos, revelando o avanço da fronteira pela via de atividades tradicionais, como a pecuária e a madeira, acrescido de novas e com agricultura mecanizada, como a da soja e do arroz, direcionam-se para

áreas até então mais preservadas (CASTRO, 2004; 2007; 2008), delineando novos corredores de povoamento que projetam a fronteira do sul e sudeste do Pará, de Rondônia e do Norte do Mato Grosso para o sudeste do Amazonas, para Roraima e Amapá. Igualmente, esse avanço chega às áreas de fronteira política e passa a transbordar para os países vizinhos. Os limites políticos são ultrapassados, e em alguns países como Colômbia, Peru e Bolívia, encontram-se com as frentes pioneiras, que por sua vez avançam para suas bordas nacionais. Trata-se de dinâmicas diferentes, certamente, mas convergem no fato de reproduzirem o ciclo do uso da terra, característico das últimas décadas, com seus conflitos com populações tradicionais. Os sinais de tensão e resistência étnica, de mudança no uso da terra e desmatamento são bastante evidentes, como pretendemos demonstrar.

Alguns padrões tradicionais foram rompidos, como o avanço da fronteira agrícola e pecuária para Rondônia, Mato Grosso e Sudeste do Para, daí o jargão de “*áreas consolidadas*” aplicadas equivocadamente pelo planejamento governamental e avalizados por intelectuais que os assessoram. Não se trata de área consolidada em si, pois ainda permanecem os altos índices de pobreza, desigualdade, analfabetismo e doenças endêmicas e uma economia baseada em exportações primárias, altamente concentradas em grandes empresas e proprietários de terras; e grandes áreas degradadas e improdutivas, estampando o passivo regional deixado nas terras degradadas e nos conflitos que se atualizam. O jargão serviu para valorizar o mito do desenvolvimento, numa profusão de imagens e de poder simbólico, capazes de obscurecer a capacidade de se entender as dinâmicas reais, subjacentes ao discurso geopolítico. Essa compreensão sobre as políticas governamentais (PAC em particular, e os acordos do IIRSA), as estratégias que decorrem dos interesses empresariais e a dinâmica do mercado globalizado de *commodities* (pecuária, soja, minérios e madeira), nos permite considerar que longe de serem áreas consolidadas, são áreas de expansão da fronteira mais para o norte, mais ao oeste, em direção às fronteiras políticas dos outros países. Na realidade não há uma divisão entre regiões supostamente consolidadas e não consolidadas. Mas sim, um contínuo reproduzido mais para frente, nos limites nacionais.

A migração permanece um fator espontâneo e induzido de ocupação pioneira do território. Os processos se repetem na abertura de novas áreas de floresta, determinando novos corredores de povoamento que uniram o Sul e o Sudeste do Brasil ao sul-sudeste da Amazônia, e agora é a vez do Norte, e do oeste da Amazônia – Amazonas, Roraima e Amapá constituem a “bola da vez”, onde irá se reproduzir o ciclo do uso da terra, tal qual nas últimas décadas.

Duas tendências são importantes, o crescimento urbano e o ‘esvaziamento’ da zona rural com crescimento negativo, ao se analisar os dados mais gerais. Entre 1970 (35,7%) e 2000 (68,2%), a população urbana cresceu mais do que a população total, aproximando-se rapidamente da média nacional, na medida em que teve as taxas bem superiores à média nacional.

Apesar do surgimento de novas cidades e povoados, o crescimento urbano mais importante vem da alteração no tamanho das cidades, chegando a aumentar na Amazônia, consideravelmente, o número de cidades médias, com mais de 300.000 habitantes, e o crescimento das pequenas cidades. A Amazônia é a “única região do país onde cresce a população que vive em cidades com menos de 100 mil habitantes, sendo expressivo o crescimento de cidades pequenas entre 20 e 50 mil habitantes”.

E possível que o ritmo de crescimento da população da região não tenda a diminuir, pois estão em curso novas dinâmicas econômicas, conforme já referido. Vale lembrar a construção de grandes projetos energéticos, como as hidrelétricas do rio Madeira – Santo Antonio e Jirau –, a do rio Xingu, de Belo Monte e a do rio Tocantins, em Marabá, com fluxo de migrantes em quantidades expressivas, não verificadas desde a década de 80, além dos novos projetos de mineração em áreas distintas, projetos de estradas, portos, rodovias e ferrovias, no âmbito das políticas de crescimento e integração, de infraestrutura e logística de transporte.

Compreender as dinâmicas produtivas em qualquer espaço requer pensar em escalas geográficas distintas, e dar conta dos agentes que aí atuam e suas motivações. Algumas novas empresas que aí se instalam, atuam numa

escala global, atravessadas por uma série de coordenadas que se estendem globalmente através de redes que lhes garante um sentido específico, que vai além de sua inserção no local. As trajetórias dessas dinâmicas produtivas, e sua relação com as formas de ocupação social do território são mostradas a seguir, de forma sintetizada, num esforço bastante geral de espacialização, em três momentos do avanço da fronteira agrícola:

Primeiro momento - abertura da Rodovia Belém-Brasília, para os estados de Goiás, centro-oeste do Maranhão (Imperatriz, Açailândia), sudeste do Para, e mais a oeste, o avanço da fronteira em direção a Rondônia e Acre, e consolidando a expansão para o norte do Mato Grosso. As cidades, nesses três eixos, tiveram um crescimento extraordinário, com o aparecimento de muitas novas vilas, hoje cidades, muitas delas sedes de municípios.

Segundo momento - políticas da década de 70: verificou-se seguindo a abertura de grandes eixos rodoviários, como a Rodovia Transamazônica (BR-230) e a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), ambas marcadas por uma política de colonização, com assentamentos de famílias de colonos voltados à agricultura familiar e famílias que obtiveram do INCRA lotes de 100 há; colonos médios que obtiveram módulos de 500 a 1000 ha, sobretudo na BR-163, depois entendendo-se para os lotes ao interior da estradas vicinais onde se encontrava a maior parte das famílias de colonos, na Transamazônica.

Terceiro momento - verifica-se mais recentemente, sobretudo a partir do final do século XX, com a expansão de programas e dos interesses demarcados para as áreas mais distantes dos grandes centros urbanos regionais. Este é o caso de cidades que tiveram taxas mais discretas de crescimento populacional, como as cidades localizadas mais ao interior, seguindo as calhas de rios, como o Solimões - Tefé, Tabatinga, Purus, Madeira, Xingu, rio Negro, rio Branco e Oiapoque, mas que passariam a sofrer impactos por motivos diversos. O exemplo de São Félix do Xingu é emblemático: teria um *boom* de exploração madeireira (mogno e outras madeiras de altíssima qualidade) e expansão de grilagem de terras e de implantação de fazendas de gado (de não produtora, em 15 anos atingiria o montante de 1 milhão de cabeças de gado!). E justamente

nesse movimento estão incluídas as cidades de fronteira política, que embora sem tal crescimento, houve repercussão nas taxas de aumento populacional, como em Tabatinga e Letícia, na fronteira Brasil-Colômbia; Boa Vista e Santa Elena de Uairén, na fronteira Brasil-Venezuela; Lethen; Cobija, na fronteira Brasil-Bolívia, e também na Província de Pando (Bolívia) e Madre de Dios (Peru); cidades do Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa e Saint George, que se mantêm quase como uma vila, devido à política rigorosa de fiscalização e interdição de entrada de brasileiros em território francês. Mas, apesar disso, cresce bastante o contingente de brasileiros na cidade de Caiena, capital da Guiana.

Cidades da fronteira e conexões transnacionais

Cidade na fronteira Brasil-Colômbia-Peru: Letícia, Tabatinga e Benjamin Constant

As cidades de Tabatinga e Letícia estão localizadas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, na zona alta da Bacia do rio Amazonas e contam as seguintes taxas de população urbana – Letícia com 26,310 habitantes e Tabatinga com 34,659 habitantes. Trata-se da maior concentração de cidades em faixa de fronteira na pan-Amazônia. Concentram uma série de serviços, encontrados somente a grandes distâncias, em cidades com melhor estrutura de serviços, no caso Manaus, Florença, Medellin ou Bogotá.

Letícia e Tabatinga têm experimentado um rápido processo de crescimento urbano nas três últimas décadas, resultante do deslocamento migratório de pessoas vindas de diferentes países, sobretudo Colômbia, Brasil e Peru, por motivações distintas, tanto em busca de oportunidades de emprego ou de atuação em outra atividade, mais notadamente em busca de terras e recursos para explorar. Igualmente, por serem áreas de fronteira, a presença institucional tem sido incentivada, sobretudo das polícias de fronteira e das forças armadas, com seus quartéis e instituições em ambos os países.

Próximo a estas cidades encontramos Benjamin Constant, bem menor, com acesso em 15 minutos em voadeira (rabeta) a partir de Tabatinga, e faz fronteira com o Peru e Colômbia. Embora com crescimento populacional menor, experimenta também mudanças relevantes na vida social e econômica.

Essas áreas baixas estão localizadas sobretudo a população indígena. A „Várzea» tem enquanto lugar rico para a agricultura. O nível do rio foi baixa, mas rico em nutrientes e também porque é mais fácil o acesso as áreas do interior, onde estão aldeias e vilas onde tem parentes ou ainda casas para portos a fim de obter um fácil acesso aos rios, lagos e igarapés que freqüentam para pesca ou para acesso a rocas. TOVAR (2006) mostra a dinâmica de atores social que vivem nas cidades, em bairros periféricos, como é o caso de dos bairros La Unión (Colômbia) e Guadalupe (Brasil).

Nas cidades da tríplice fronteira – Brasil, Peru e Colômbia – há uma relação intensa entre as pessoas, que precisa ser considerada. Existem regras impondo limites para o comércio entre Letícia (na Colômbia) e Tabatinga (Brasil), mas não é tão fácil controlá-lo, porque existem famílias com parentes nos dois países, que falam as duas línguas, que estudam em ambos os lados. A cidade de Letícia, na prática, faz parte de Tabatinga, e o contrário também é verdadeiro, faz parte de um contínuo urbano. Ali se encontram várias línguas, o português, o espanhol, e as línguas indígenas, já que as cidades de fronteira são espaços demarcados por diversas etnias e suas culturas. Representa o espaço de troca, enquanto mercadorias que têm valor de uso e de troca, mas também de trocas simbólicas, de construção de alianças familiares, étnicas, de projetos, de resistência e de formas de conhecimento. Espaço, também, de troca de saberes, que estão nas mercadorias vendidas, trazidas das aldeias para as feiras dos sábados, que existem nessas cidades, de troca dos produtos eletrônicos, alimentares, vestuário, enfim, industrializados, que chegam nos barcos que vêm de Manaus ou de Medellín, de Santa Cruz de La Sierra, que descem pelo rio, no caso de Letícia, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, São Gabriel da Cachoeira e outras; ou pela estrada, como as cidades do Oiapoque, Santa Elena de Uairén, Cobija, Guajara Mirin, Guayamiri e outras.

5. Fronteira extremo-norte amazônico: Oiapoque, Saint George

O Mercosul, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e outros blocos regionais são espaços transnacionais e, nesse sentido, formados como lócus desterritorializado, mas que produzem identidades em redes, hierarquizadas. Essa capacidade de criar identidades dão sentido de se falar de territorialidade em rede. As informações sobre possibilidades migratórias em áreas de fronteira, ou para lugares no estrangeiro, por exemplo, circulam por redes, que podem ser orais ou virtuais, como a Internet, com extraordinária rapidez. Podemos falar de comunidades de migrantes com territorialidade em rede, como em áreas de fronteira no Oiapoque/Caiena.

Um contingente crescente de brasileiros busca, por exemplo, Caiena, na Guiana Francesa; Santa Helena, na Venezuela; Letícia, na Colômbia, Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia e Lethen, na República da Guiana. A emigração de brasileiros para a Guiana Francesa ocorre desde o início dos anos 80, no auge da construção das instalações da base espacial da cidade de Kourou, que se tornou uma opção para brasileiros desempregados que se dedicam a ofícios variados, porém pouco valorizados da hierarquia social, em particular trabalhando por conta própria, junto com migrantes de outras nacionalidades, dominicanos, haitianos, chineses, indianos e outros grupos étnicos que compõem a população *estrangeira* (AROUCK, 2003).

Organizações de trabalhadores e de grupos étnicos, desde os anos 80 do século passado se manifestaram em relação aos conflitos que eclodiam nas áreas de fronteira (BAINES, 2004). Mais recentemente, observam-se conflitos mais abertos, que também expressam o choque de frentes com interesses antagônicos, como o avanço de grupos garimpeiros e/ou empresas de mineração sobre terras indígenas. O garimpo no rio Oiapoque, em terras guianenses, tem sido palco de confronto entre grupos de brasileiros da garimpagem com a *Gendarmerie Nationale*, responsável pela guarda e vigilância da fronteira na Guiana. A mídia nacional e internacional registrou amplamente conflitos entre índios e garimpeiros, ou ainda com madeireiros, nas fronteiras do Amapá com

a Guiana Francesa, justamente onde se localizam várias Terras Indígenas e Unidades de Conservação, que acabam freando o mercado de terras, do Mato Grosso com a Bolívia, de Roraima com a Venezuela.

Banhada pelo oceano Atlântico na costa norte da América do Sul, a Guiana Francesa tem seus limites com o Amapá no rio Oiapoque, ao longo de 90.000 km. A dinâmica singular de fronteira faz parte do cotidiano das pessoas, com suas relações particulares com o território e as redes de troca que se espalham até os países do Caribe. As relações de comércio, em grande parte dentro de esquemas de informalidade, são mais eficazes do que se imagina. Interessam tanto às empresas estabelecidas nas capitais dos estados, quanto aquelas localizadas nas pequenas cidades da fronteira. Não é diferente em Bonfim (Brasil) e Lethen (Guiana), ou ainda em Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), pois essas cidades fazem parte das diferentes redes de troca que ligam mundos diferentes. Correa (1997, apud NOGUEIRA) considera que é necessário compreender “as redes e as interações espaciais nas quais Tabatinga está envolvida a partir de sua condição locacional, ou seja, *onde ela está*; é uma cidade na fronteira política, que a priori já coloca problemas em relação a diversos de fluxos” (2006), e sua conexão com outras cidades importantes devido à condição de estar em tríplice fronteira. Desta forma, constitui um eixo de relação entre cidades dos três países (Brasil, Colômbia e Peru), apesar da diferença de tamanho e de poder político e econômico, como as cidades de Mérida ou Bogotá na Colômbia com fluxos aéreos diários à Letícia, se religam à Lima ou Quito no Peru e a São Paulo, Cuiabá, Manaus, Belém, entre outras, no Brasil. Numa outra perspectiva, podemos dizer que cidades grandes como São Paulo, Brasília, Manaus, Belém e Macapá estão vinculadas pelas redes comerciais ou de trocas culturais, a povoados de garimpeiros, de agricultores ou a aldeias indígenas que circulam nesse espaço múltiplo – que é a cidade da fronteira. As trocas também ocorrem em redes globais, em Miami, Tóquio, Hong Kong, China e Tailândia, com mercados especializados e competitivos, como é o caso da Zona Franca de Manaus, que abastece tanto as Zonas de Livre Comércio espalhadas em áreas de fronteira, enquanto polo redistribuidor, como também através de redes informais, chega aos povoados e aldeias onde são comercializados tanto produtos materiais quanto imateriais.

A Amazônia na intersecção com o Caribe: Boa Vista, Santa Elena e Lethen

Em Roraima, as rodovias BR-174 e BR-210 foram construídas na década de 80. O traçado da Estrada Perimetral Norte, do Projeto Calha Norte atravessava todo o Norte do território amazônico, no sentido leste-oeste (NASCIMENTO, 2005). Trata-se de um espaço sob controle militar, enquanto área de segurança nacional. Nas fronteiras, encontramos várias pequenas cidades inseridas nas relações de comércio, demarcando os conflitos entre recém-chegados e grupos locais. As cidades, no lado brasileiro, Pacaraima e Bonfim, e, no lado da República da Guiana, Lethem, e outras de pequeno porte que se distribuem ao longo das estradas que dão acesso a Caracas (BR-174) e Georgetown (BR-401) estão interligadas à da fronteira pelas extensões das mesmas redes de comércio. A cidade de Santa Elena de Uaiairén, pela proximidade com Manaus e Boa Vista, é de fato uma área intermédia e de trocas intensas entre esses países (RODRIGUES:2006).

Boa Vista adquire a sua configuração espacial atual a partir de 1970, quando foi objeto de um traçado urbanístico planejado durante o governo de Ene Garcez dos Reis, primeiro governador do Território Federal de Roraima (até 1962 Território Federal de Rio Branco). Avenidas largas e Boa Vista é a capital brasileira com maior população indígena. Em 2005 foi feito o cálculo de que 30.000 indígenas viviam na cidade. Este dado é atualizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), que estabelece o aumento com as situações de conflitos entre indígenas e sociedade envolvente durante o processo litigiosos de demarcação da T.I Raposa Serra do Sol.

São Gabriel da Cachoeira é um município (desde 1938) localizado em área estratégica em fronteira tripla – Brasil, Colômbia e Venezuela – e justamente por estar localizado em faixa da fronteira, convive com instituições de segurança nacional em seu território. A fronteira é um lugar de conquistas, de encontros e justamente por isso, de conflitos (PORTILLO, 1995). Mas é também onde é afirmada a nação, uma vez que muitas vezes esses espaços são associados aos limites entre nações. O Exército assentou suas bases em São Gabriel da

Cachoeira em 1976 e a Aeronáutica muito antes. Com seus aviões *Catalina*, era a única via de comunicação aérea com Manaus. Sua população é basicamente indígena, distribuída em centenas de povoados e aldeias. Suas territorialidades exprimem essas singularidades e de identidade com os territórios de pertença, das diferentes etnias indígenas que formam o universo multicultural do alto rio Negro.

A proximidade de cidades brasileiras importantes e de bom poder aquisitivo como Manaus, Boa Vista, Santarém, comparativamente com a cidade de Uairén, aumenta a expectativa de desenvolver o comércio contando com a redução de impostos que atrairia potenciais compradores brasileiros.

Brasil e Venezuela têm revelado interesse de cooperação nas fronteiras, apesar de tensões que emergem com frequência entre as administrações localizadas nas fronteiras, a exemplo da restrição de compra de gasolina por brasileiros em Santa Elena, a não ser uma cota, freando assim o comércio clandestino de gasolina comprada muito barato e vendida em Boa Vista. Todavia, Santa Elena ainda não se firmou como um centro social e econômico importante dentro do país.

No âmbito do turismo, há um projeto iniciado em 2000 para atrair visitantes brasileiros: o Corredor Turístico Terrestre Binacional Venezuela-Brasil. O interesse da Venezuela em incentivar o turismo aparece como uma estratégia nacional de desenvolvimento da sua região amazônica.

Do lado brasileiro, há em Boa Vista as *Zonas de Controle Integrado* (Zona Roraima-Amazonas), igualmente constituindo o turismo uma estratégia para desenvolver trocas de experiências de integração do mercado regionalizado.

Um documento oficial descreve o trajeto do Corredor Turístico Brasil-Venezuela, que corresponde a eixos de desenvolvimento definido no IIRSA e que vai desde

Patanejo, estado Carabobo hasta Chichiriviche, estado Falcón. Otro va desde La Vela de Coro hasta la Península de Paraguaná, en Falcón. Otro desde Puerto La Cruz hasta la frontera con Sucre, específicamente

en el Parque Nacional Mochima, que es común a Anzoátegui y Sucre. Otro desde Carúpano hasta Paria. Otro polo que hemos definido en una dependencia federal, que es la Isla La Tortuga, es un proyecto de carácter especial que estamos emprendiendo con un nuevo formato. Otro, que tiene su centro en el Parque Nacional Canaima, especialmente hacia el lado occidental, donde están la Laguna de Canaima, Cava, Camarata y Canavayen. Hay otro polo que estamos definiendo en el estado Nueva Esparta, que va del Yaque al Tirano y Manzanillo, es decir, todo lo que es el municipio Antolín del Campo. Y un polo que está conformado por dos ejes artesanales, que es el de Palo Negro-Magdalenó, en el estado Aragua, y el de Tintorero-Guadalupe, en el estado Lara. Es decir, tenemos unos polos que son de frente marino y otros que son artesanales”.

Novas dinâmicas econômicas e integração continental: ações de IIRSA e PAC

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) é um projeto pan-americano de doze países da América do Sul, que projeta a integração desses países entre si para tornar essa região uma unidade. A ideia subjacente é de estrutura sistêmica e de integração, cuja logística tem por base o desenvolvimento da telecomunicação, do transporte e energia, a fim de criar as condições-chave para a sua integração econômica.

Inicialmente, funda-se na concepção de alargamento de fronteiras nacionais, de aumento da capacidade competitiva, com vistas a funcionar com uma equação favorável à maximização do valor de seus produtos. As novas fronteiras são pensadas, evidentemente, com prioridade, ou seja, os 11 países da América do Sul, com os quais o Brasil faz fronteiras geográficas, excetuando-se somente Equador e Chile. Os conceitos de eficiência, produtividade e competitividade estão no centro, mas movidos pela dinâmica de mercados em integração. Os investimentos em programas de infraestrutura de grande porte representam o maior esforço e, ao mesmo tempo, de onde esperam os maiores resultados para dinamizar o mercado. Um outro elemento desse tripé

é a sustentabilidade ambiental que, no plano discursivo, deve adequar-se a um padrão de problemas da agenda comum dos países na atualidade, portanto, também sem grandes novidades, nem conceituais, nem paradigmáticas.

No plano do financiamento do desenvolvimento, está previsto a assistência técnica e financeira de várias instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, dentre outras.

O conjunto de projetos de infra-estrutura de integração da IIRSA foi estruturado a partir da definição de dez Eixos de Integração e Desenvolvimento, que são os eixos Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Peru-Brasil-Bolívia, da Hidrovia Paraguai-Paraná, de Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai), Andino do Sul, do Escudo das Guianas (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela), do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru), Inter-oceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru), Mercosul (incorpora ainda o Chile) e do Sul (Argentina e Chile). A carteira da IIRSA engloba atualmente cerca de 335 projetos de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, representando investimentos estimados em mais de US\$ 37 bilhões (SILVA: 2006).

A articulação que levou à criação da *Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-Americanas* (IIRSA), é bem antiga. No entanto, nos anos 90, algumas iniciativas de políticas territoriais e organização de blocos econômicos foram discutidas. Mas somente em setembro de 2000, em Brasília, doze presidentes dos países da América do Sul consolidaram a IIRSA e a reconheceram como questão principal à fragmentação da infra-estrutura física instalada na região, o que impedia o crescimento de seu mercado interno e a abertura de novos mercados. Em julho de 2002, de novo a Cúpula de Estados reúne-se em Guayaquil (Equador) para decidir sobre o projeto de infraestrutura. Em dezembro de 2004, a IIRSA é finalmente aprovada por 12 países como estratégia principal de investimentos, na cidade de Cuzco (Peru). Outras organizações têm se associado nesse processo de formulação de novas diretrizes geopolíticas, no espaço andino e no pan-amazônico. Neste caso, a Organização do Tratado de

Cooperação Amazônica tem procurado ampliar sua funcionalidade e atuação continental.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Lula da Silva para o período de 2007-2010, precisa ser entendido na sua relação com o projeto de integração sul-americana. A questão é saber se ele converge, e parte da mesma matriz teórica e ideológica da IIRSA, de integração com os países vizinhos, ou se ele é uma estratégia nacional, embora integrada ao mercado mundializado. Com um montante de R\$ 503 bilhões para investir, realmente representa um mega programa de investimento com a interveniência do Estado. Mas, ainda que ele explicita como objetivos principais a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego, a melhoria das condições de vida da população brasileira, o incentivo ao investimento privado, o aumento do investimento público em infraestrutura e a remoção dos obstáculos ao crescimento de natureza burocrática, administrativa e normativo-legal (www.fazenda.gov.br), reedita uma visão conservadora do desenvolvimentismo, apostando no desenvolvimento de infraestrutura, sobretudo para viabilizar exportação para o comércio exterior. E, por isso, assinala como trunfo a redução ou eliminação dos entraves que possam dificultar o livre movimento de mercado. Afina-se, portanto, com o modelo avalizado pelas Instituições Financeiras que controlam a economia mundial, FMI, OMC, Bird e BID.

O PAC e o IIRSA foram montados com a mesma orientação, de integração competitiva, a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infraestrutura. Ambos estão estruturados na concepção de *eixos de integração e desenvolvimento*. A IIRSA em nível sul-americano, como bloco regional, e PAC em nível nacional, do ponto de vista formal, pois no plano de realização, são programas integrados. Os investimentos do PAC levarão a aumentar a assimetria em relação aos países sul-americanos, pois assegura ao Brasil, de partida, uma aceleração da economia, que o colocaria em situação ainda mais vantajosa no concerto nas nações sul-americanas.

E, justamente por isso, muitos projetos de infra-estrutura estão voltados para a Amazônia que, ao lado de dinâmicas econômicas emergentes, torna essa região central e estratégica para o projeto nacional a curto e médio prazos. Não por acaso, todos os Ministérios do Governo Federal têm programas novos e investimentos, na ordem de prioridade, voltados para essa região.

Dentre os eixos, destacamos o Eixo do Amazonas, de maior impacto, a nosso ver, em função do *portfólio* de projetos, seguindo sua descrição oficial que estabelece: sistema multimodal de transporte que interconecta determinados portos do Pacífico, tais como Tumaco, na Colômbia, Esmeraldas, no Equador, e Paíta, no Peru, com os portos brasileiros de Manaus, Belém e Macapá. Procura a união bioceânica, através dos rios Huallaga, Marañón, Ucayali e Amazonas, no Peru, Putumayo e Napo, no Equador, Putumayo, na Colômbia, e Iça, Solimões e Amazonas, no Brasil, com seus mais de 6.000 km de vias navegáveis, e os portos fluviais de El Carmen, na fronteira entre Equador e Colômbia, Gueppi, na Colômbia, e Sarameriza e Yurimaguas, no Peru.

As grandes obras, ou projetos de grande escala (PGE) a exemplo dos contidos no PAC, como a Transposição do rio São Francisco e a Hidrelétrica do rio Madeira, apresentados pelo governo como obras para o desenvolvimento nacional, são densos em investimento e por isso representam um modelo de intervenção no território não apenas do Estado, mas também de grandes empresas, nacionais e internacionais, sobretudo nesta fase de mundialização. Chesnais (1996) mostra que a internacionalização é dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior e, portanto, molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços”, com forte interação com as instituições bancárias e financeiras que definem as aquisições e as fusões. Esses grandes projetos construídos para viabilizar ao mercado os recursos naturais, são entregues a grandes empresas nacionais e estrangeiras do setor minero-metalúrgico-energético. Via de regra, localizam-se em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional.

Na Amazônia, territórios imensos passaram à propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, ou direitos de uso a ela concedidos pelo Estado, deixando imensas crateras, a exemplo da Serra do Carajás, e rios poluídos, como o rio Trombetas, onde se localiza a exploração de bauxita da Mineração rio do Norte. Embora não haja desconhecimento sobre a relação custos x benefícios, nestes e em outros PGE, a política estatal lhes dá prioridade em nome de uma concepção restrita de desenvolvimento.

É possível que o PAC leve a aumentar a desterritorialização, notadamente já verificada na Amazônia e motivo de tensões e conflitos que se agudizam de forma generalizada, apesar de se propor a reduzir, ao invés de aumentar, as desigualdades sociais, de diminuir a fragmentação interna, que temas como segurança alimentar, patenteamento de conhecimentos tradicionais, titulação de territórios de identidade, reforma agrária e soberania nacional sejam diretrizes na matriz do Programa. Não poderia se constituir apenas como um instrumento para viabilizar a venda do que se tem como os recursos naturais (energia, minérios, água, biodiversidade), no mesmo movimento de periferia colonizada que caracterizou a história brasileira, exportadora de produtos primários.

Cidades de fronteira, e conformação étnico-social

Palácios Castanheda (2007) aborda o processo de configuração da Amazônia Colombiana destacando os “enlaces particulares e diversos das últimas décadas”. Observa uma “complexidade e diferenciação regional em diversas modalidades renovadas” primeiro, no que é a Região de Caquetá, nome atribuído à região amazônica até inícios do século XX. Conforme o autor, esta poderia “ser fundamentalmente descrita em termos de etnias” e começou a ser ocupada por colonos de vários departamentos, predominantemente de Huila e Tolima até a formação do atual departamento de Caquetá e de colonos de Puerto Nariño que se instalaram no Putumayo. Este último, Vaupés, Guainía e o norte do Departamento do Amazonas, são indígenas, na sua maioria absoluta.

No Trapézio Amazônico se constitui uma sociedade transfronteiriça, pois seus habitantes têm mais de uma nacionalidade ou seus ancestrais provêm dos outros. O sentido de lutas e separação próprio da noção de fronteira deve ser superada não somente através de processos, decisões de integração, mas também de eliminação das marcas do choque entre civilização e barbárie, com que se nutriu a história de boa parte da América.

A Amazônia não é somente a “selva virgem”. Florencia, Mocoa, Puerto Ais, San Jose del Guaviare, Letícia e Tabatinga, escreve Castañeda Palacio, para quem a constituição da margem do Amazonas requer lugares de acomodamento de uma população em expansão. Não há que deixar de reconhecer os direitos de propriedade de origem camponesa que tem expandido a fronteira agropecuária.

Nesta região, observam-se processos de fortalecimento da autonomia indígena que passam por aspectos político administrativos de constituição de entidades territoriais indígenas. São povos em mudança, e não podem ser vistos como identidades étnicas estáticas.

O ordenamento territorial deve revisar com especial atenção o papel das reservas camponesas, terras indígenas e entidades territoriais indígenas, assim como atentar para as “urbes da selva e reflexionar sobre áreas de conservação.

O projeto IIRSA, que busca conectar o Atlântico com o Pacífico e unir o interior sul-americano com seus litorais, tem na rota Belém do Pará-Tumaco um dos seus eixos, utilizando a hidrovia Amazonas-Putumayo para conectar com as estradas de Putumayo e Nariño.

O autor ressalta um caráter cosmopolita de Letícia, com pouco mais de 40 mil habitantes e que junto com Puerto Nariños, são “resguardos” fundamentalmente multiétnico com o predomínio de Ticuna.

O paradigma de comunidades homogêneas e de culturas ancestrais estáveis está muito longe de ser realidade. Se trata de povos que tem sobrevivido convivendo em situações de contato com sociedades comerciais e não em

poucas ocasiões violentas. Seu sentimento de convivência aberta admirável, e de fato, suas terras indígenas são multiétnicas, por regra geral e seria invejável para qual democracia atual

Conclusões

O trabalho se propôs a trazer ao debate uma interpretação sobre cidades e fronteiras políticas que permitisse avançar e possibilitar seu debate e entendimento. O que são territórios etnicamente configurados e como os grupos realizam a defesa do território, da cultura e a identidade nas fronteiras? Tomou-se para análise, visando ilustrar as teses, a situação empírica das cidades de Pacaraima, Bonfim, Santa Elena de Uairén e Lethem, com referência a Boa Vista, capital do estado de Roraima; de Leticia e Tabatinga; de Benjamin Constant e Santa Rosa; São Jorge e Oiapoque, na faixa Setentrional do Amazonas.

Neste enfoque que se privilegia primeiro, a análise sobre a conformação étnico-social, que confere situação de singularidade e suas organizações políticas e, segundo, informações e interpretações sobre as mudanças com a crescente urbanização e modernização. Compreender as dinâmicas produtivas em qualquer espaço requer pensar em escalas geográficas distintas, e dar conta dos agentes que nela atuam e suas motivações. Algumas novas empresas que se instalam, atuam numa escala global, atravessadas por uma série de coordenadas que se estendem globalmente através de redes que lhes garante um sentido específico, que vai além de sua inserção no local.

Esses fluxos são importantes para se entender os complexos processos de globalização e a necessidade de analisar o espaço desde os processos, os fluxos e as relações sociais. Em outras palavras, é necessário dar conta da natureza das ações dos agentes envolvidos nas redes e suas inserções em campos diversos - político, educacional, cultural e na vida nessas cidades transfronteiriças.

Referências

AROUCK, Ronaldo de Camargo. Brasileiros na Guiana Francesa: Fronteiras e Construções de Alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2003.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: v. 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de la diferencia: lugar, movimientos, vida y redes. Bogotá, Popayán. Envión Editores, 2010.

FRANK, Erwin H; CIRINO, Carlos Alberto. Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima. Uma revisão Crítica. In. BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; MELO, Valdinar Ferreira. (Orgs.). Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista, FEMACT, 2010. p. 11-32.

HARVEY, David. Spaces of capital: Toward a critical geography. New York : Routledge, 2001.

IANNI, Octavio. A luta pela Terra – história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEONARDI, Vitor. Fronteiras Amazônicas do Brasil: Saúde e História Social. Brasília: Marco Zero, 2000.

MARGOLIS, Máxime. Little Brasil: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papyrus, 1994.

MENEZES, Maria Lucia Pires (1999) Fronteiras e bordas na Amazônia brasileira: considerações sobre três cidades. Scripta Nova: Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales, Barcelona. Universidad de Barcelona, v. 45, n.38, 01 ago.1999 (Iberoamérica ante los retos del Siglo XXI. Numero extraordinário dedicado al Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-45-38.htm>>. Acesso em 22 abr. 2010.

MACHADO, L. O. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. Belém: SBPC, 2006.

MONTOYA, Rubén. Projetos de mineração em Terras Indígenas: o povo Yanomami. In: CASTRO, Edna; ACEVEDO, Rosa. Amazônia em tempo de transição. Belém: UNAMAZ, 1989.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Oiapoque: relações sociais e modos de vida na fronteira. Belém, NAEA/UFPA,

PALACIOS, Germán - Leticia y el corazón de Suramérica: una urbe en la Triple Frontera amazônica – In: CASTRO, Edna – Cidades na Floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

RAMOS, Guerreiro – A redução sociológica. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1957.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006.

SANTOS M.. A urbanização brasileira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. (Estudos Urbanos, 5)

SILVA, Jose Maria. A Cidade de Oiapoque e as Relações Transnacionais na Fronteira Amapá- Guiana Francesa. História Revista, v.10, n. 2, p. 273-298, jul./dez.2005.

TOVAR , Erik Vergel. The “Great Amazon” area is currently under an urbanization process, which has been subdivided into two sub-groups. First, the Sub-region 1 called the “*Amazon of the settlement’s ring*” Disponível em: <<http://www.lagransabana.com/articulos/puertolibre.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Capítulo 7

Simbologia do rural-urbano em Altamira: políticas, mediações e identidades

Sara Alonso
Edna Castro

Observou-se nos últimos anos um real crescimento do interesse, no contexto brasileiro e, em particular, na Amazônia, em ampliar os estudos nas ciências sociais sobre o fenômeno urbano. Este interesse pelas cidades está ligado, em grande parte, à compreensão de processos urbanos de ocupação ou processos territoriais e, ao mesmo tempo, à viabilização das “novas políticas de desenvolvimento regional e nacional”, entre elas, os investimentos em grandes projetos desenvolvimentistas. Nesse sentido, também têm aumentado as iniciativas para produzir conhecimento acadêmico voltado para a viabilização de políticas públicas nesses espaços, envolvendo agentes de instituições acadêmicas, entidades não governamentais e os próprios atores sociais.

Igualmente, são expressões significativas para o avanço do pensamento sobre as cidades na Amazônia, na linha de interpretação adotada por este trabalho, duas iniciativas pioneiras, o *Projeto Pequenas e Médias Cidades*, do Observatório de Conhecimento e Movimentos Sociais (COMOVA), experiência realizada entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a FASE/Amazônia Oriental; e o Projeto *Cidades da Pan-Amazônia* que deu origem ao *Seminário Internacional Cidades na Floresta*, realizado em 2007, em Belém, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Não é a nossa intenção falar dessas experiências para os objetivos deste trabalho. Mas interessa-nos reter que se trata de condições que têm contribuído, em diferentes sentidos e de diferentes perspectivas, para (re)vitalizar “antigos” debates teóricos em torno da definição de cidade e/ou relação “rural-urbano”, “campo-cidade” e, por extensão, da crítica às ideias “evolucionistas” que ainda estruturam o debate na atualidade.

Tomamos como referência o processo de ocupação na cidade de Altamira, na Amazônia brasileira, no contexto das transformações geradas a partir dos anos de 1970, com a construção da rodovia Transamazônica e mais recentemente da hidrelétrica Belo Monte, em Altamira, processos marcados por conflitos e tensões entre estado, mercado e grupos sociais e étnicos diversos. O caso de Altamira nos parece exemplar: seu mosaico urbano expressa a manifestação de uma hierarquia na qual a simbologia do rural-urbano, entendida esta como processo de construção social sustentada em critérios igualmente construídos, é objetivada por meio de uma linguagem temporal (ou simbologia) no espaço da cidade que contribui para criar e alimentar critérios de divisão e distinção de identidades socioculturais.

Focalizamos nosso olhar sobre agentes e, entre eles os grupos indígenas Xipaia e Curuaia que moram na cidade de Altamira, centrando-nos, sobretudo, nas lideranças, para examinar de que maneira e em que sentido os elementos da simbologia do rural-urbano (na floresta amazônica) contribuem para definir essas populações como “índios misturados”, conforme Oliveira (2004), porém “autênticos”. Partindo de situações e focos analíticos diferentes, Oliveira (2004) e Alonso (1999) analisam a ideia de “mistura indígena” no contexto da ação tutelar, mostrando os seus efeitos constitutivos para criar a identidade Tembé (Alonso) e a dos índios do nordeste (Oliveira). Nesta linha, o trabalho também indica possíveis conexões entre as políticas, os saberes especializados e as divisões e identidades socioespaciais.

Há muitas cidades amazônicas que na sua composição demográfica são indígenas. A população indígena da (ou na) cidade de Altamira tem sido objetivada como tal relativamente recente, e há questões urbanas que emanam desse universo. Desde finais do século XX e, sobretudo, a partir dos primeiros anos do século XXI, em contextos de demandas de direitos a bens e serviços urbanos, entre outras, têm gerado um processo de objetivação desta população enquanto “índios misturados”, porém autênticos”, que têm contribuído para um certo grau de reconhecimento social da sua cultura e identidade indígenas mas referenciadas a esse espaço da cidade.

Exploramos neste trabalho, na sua positividade, uma abordagem que permita compreender certas dimensões simbólicas da “relação rural-urbano”. Por isso o nosso interesse está voltado para os agentes, nas suas práticas e nos efeitos de mediação simbólicos (BOURDIEU, 1982; 1989) que exercem sobre o espaço da cidade (físico e social).

Pensamos, como hipótese, que os processos de transformação e de reagrupamento rural-urbano gerados em Altamira criam uma série de condições que favorece a constituição de processos de mobilização e de emergência de atores com posições e graus diferentes de poder, no marco dos debates e da viabilização de políticas implementadas nas últimas décadas, orientadas para “o desenvolvimento da Amazônia”. Neste marco, materializam-se uma série de práticas onde se produzem e atualizam um conjunto de representações e de ideias de sociedade e de cultura em jogo, tomando com base elementos da simbologia rural-urbano da floresta amazônica e, por extensão, de oposições “campo-cidade” ou “aldeia-cidade”. Entre outras representações, destacamos “famílias rurais”, “índios da floresta”, “povos tradicionais” e “índios misturados”. As oposições “pureza-mistura”, “tradição-modernidade” e “subdesenvolvido-desenvolvido”, são ideias que estruturam as representações.

O texto está composto de quatro partes. Na primeira consta uma breve reflexão do contexto no qual se inserem as nossas preocupações, o instrumental analítico utilizado e a relevância do trabalho. A segunda, contextualiza e identifica, de um lado as políticas, atores e práticas da administração (local ou do governo central), agentes do sector comercial e do industrial, trabalhadores rurais, entidades sociais e grupos indígenas; de outro, examina seus efeitos e contribuição para a construção da simbologia do rural-urbano na Amazônia. Tomando como eixo os fluxos migratórios, na terceira parte analisamos as ideias que estruturam essa simbologia e os seus efeitos de capitalização sobre o espaço da cidade. Dadas as particularidades relativas à situação indígena e política(s) indigenista(s) do Brasil, consideramos oportuno analisar as questões que envolvem a população indígena da cidade de Altamira examinando a “autenticidade da mistura” no marco do processo de reagrupamento dos índios naquela cidade.

Reflexões sobre o contexto e instrumental teórico-analítico utilizado

Sem dúvida, há um inegável aumento nas pesquisas sobre cidades na Amazônia, algumas adstritas a diferentes campos de conhecimento, outras que partem de uma leitura do urbano no cruzamento de temas numa perspectiva interdisciplinar. Na literatura recente sobre o tema, ver entre outros, Veiga (2002), Trindade Júnior e Rocha (2002), Castro (2008, 2015), Alonso e Castro (2006), Alonso (2006), Cardoso (2006). Igualmente, há um esforço intelectual em superar as análises mais convencionais, que associam as cidades às demandas urbanas por bens, serviços e empregos ou que analisam o fenômeno da urbanização baseando-se na dinâmica demográfica.

Um dos aspectos que se depreendem destes trabalhos é que a compreensão da relação “rural-urbano” no contexto da Amazônia passa por ultrapassar a dicotomia rural-urbano e o olhar homogeneizador que a estrutura. O foco de análise não recai na sociedade agrária (ou “tradicional”) e suas transformações, próprio dos estudos da sociologia rural que emerge com força no Brasil a partir dos anos de 1970, tampouco no fenômeno urbano ou processo de ocupação urbana, sendo o “rural” compreendido como uma dimensão do urbano.

Não podemos deixar de mencionar a estreita conexão deste enfoque com os programas e planos diretores da nova política administrativa municipal, que propõem uma visão integrativa e de articulação entre os diferentes espaços do território administrativo. Desde ponto de vista, além de repensar o rural-urbano, os autores põem em questão, implícita ou explicitamente, a referida dicotomia e a percepção homogeneizadora que define e percebe a cidade, entre outros critérios, com base em um dado padrão que remete à ideia de sociedade industrial. Sublinhamos que este modelo, próprio da urbanização na Europa, mostrado por Castells (1999), sustenta-se em programas e planos urbanísticos da política administrativa que definem a cidade a partir da separação entre o que é considerado ou não cidade, isto é, a definição e percepção de cidade

são constitutivas do limite que a separa do campo. Aqui nos interessa destacar que o urbano ou a urbanização que resulta desse modelo de espaço uniforme é concebido, em última instância, como se fosse um processo inevitável que marca a “ocidentalização do mundo”.

Apesar deste aumento dos estudos e dos esforços intelectuais voltados para compreender a diversidade morfológica ou de aglomerados urbanos ainda se encontram lacunas teóricas na formulação de questões analíticas que explorem, na sua positividade, em uma perspectiva sociológica e etnográfica, a dimensão simbólica das práticas (leia-se também efeitos ou eficácia) e os sentidos atribuídos e vivenciados pelos sujeitos. Desta perspectiva, também é tema de interesse as implicações simbólicas que têm os efeitos do saber especializado no marco desses processos, isto é, das “novas” dinâmicas culturais urbanas em que a produção de símbolos torna-se significativa.

O nosso ponto de partida pressupõe que a cidade e, por extensão, o rural-urbano, não é uniforme na sua expansão e na produção do espaço. Ele expressa divisões e distinções sociais na conformação dos seus espaços, na consolidação de bairros antigos e/ou no aparecimento de novos. Isto é, há uma produção de uma hierarquia físico-espacial através da qual se criam e resignificam identidades e classificações sociais, como “famílias rurais”, “índios da floresta”, “índios misturados, porém índios”. No limite, o urbano (ou cidade) assume e produz diferentes significados, segundo o contexto em que os diversos agentes envolvidos na sua produção e vivência nesse espaço lutam e materializam práticas que põem em jogo as divisões desse espaço e, ao mesmo tempo, evidenciam a eficácia simbólica ou a ação produtiva da prática.

Nos últimos anos, especialmente na França, vem se configurando um campo de pesquisas a respeito da cidade e da observação do espaço (social), a partir da mudança no ângulo de visão (Villanova et. al., 2001; Villanova e Vermès, 2005). Contextualizado na ideia do mundo globalizado, o importante na observação é ver como se efetuam e produzem os cruzamentos entre os mundos em matéria de espaço, dada a velocidade da generalização dos modelos urbanos. Deixa-se de lado o uso de conceitos analíticos referenciados em modelos teóricos

fundamentados implícita ou explicitamente em análises binárias, como campo versus cidade, rural versus urbano, tradição versus modernidade, simples versus complexo, centro versus periferia, oriente versus ocidente, entre outras. Em outros termos, aqui já não importa a “tradição versus modernidade” nem o “culturalismo”, mas os processos de imitação ou de “préstimo cultural”. Na base desta perspectiva, está a ideia de que há uma “fusão” em um todo dado e, portanto, é impossível distinguir, nessa “uniformidade”, um centro de uma periferia; um dominante de um dominado, uma tradição de uma modernidade. Em cada momento podem se manifestar espaços que podem ser interpretados como “resistências” e “invenções”, que se alimentam reciprocamente.

Ampliando esta linha, Segaud (2007) sugere que em matéria de espaço, é importante compreender os empréstimos, identificar os deslocamentos, ver as transformações, no limite, pouco importa estabelecer as direções. O que importa é inscrever as observações nos processos de produção em perpétuo movimento. Neste sentido, a autora, tomando com base o enfoque de Laplantine (2005), aborda os elementos que resultam da interação entre diferentes culturas, como as manifestações das competências “das artes de fazer” nunca fixados ou sem “produções originais” “reinventadas” e “transmutadas” (SEGAUD, 2007, p.153-4).

Ainda que o nosso enfoque tenha certas proximidades com a perspectiva da prática utilizada pelos autores franceses, não obstante, pensamos que a sua visão “culturalista” estrutura uma ideia de modernização (ou cultura) e, portanto, de sociedade (ou campo-cidade). Nossa proposta implica em observar o fenômeno urbano de outro ângulo. Nosso foco está na positividade das práticas culturais, ou melhor, observando as ações nos seus próprios termos: nas conexões que se dão entre agentes, práticas e efeitos de mediação para definir identidades e classificações sociais, no marco das transformações do espaço rural-urbano e a viabilização de políticas.

Esta perspectiva implica focalizar tanto a constante produção das ações segundo atores e contextos quanto à eficácia simbólica que exerce sobre o espaço social, isto é, enquanto objeto representado, e como experiência

vivenciada pelos sujeitos. Neste marco, são se trata apenas de incorporar os agentes na análise, no sentido e significado das ações, no universo do simbólico enquanto espaço vivido na experiência cotidiana (LEFEBVRE, 1974), mas compreender na sua positividade os efeitos performáticos que exercem seus atos, (também de fala), segundo os contextos (BOURDIEU, 1989).

Assim, pensamos que a simbologia do rural-urbano, ao ser acionada e utilizada pelos agentes nos contextos de mobilização e de disputa pelos usos e apropriações do espaço, favorecem a criação de um discurso sobre a relação rural-urbano, cuja eficácia simbólica contribui para criar o rural-urbano e, ao mesmo tempo, subjetividades e identidades através do espaço da cidade. Não estamos afirmando que há uma homogeneidade de sentidos, mas sim que as ações são significativas para os atores envolvidos, seja para negar ou confirmar essas identidades e espaços. Este ponto de vista é atento à dimensão temporal ou o “tempo” das ações, com a finalidade de observar as continuidades e rupturas dadas no tempo.

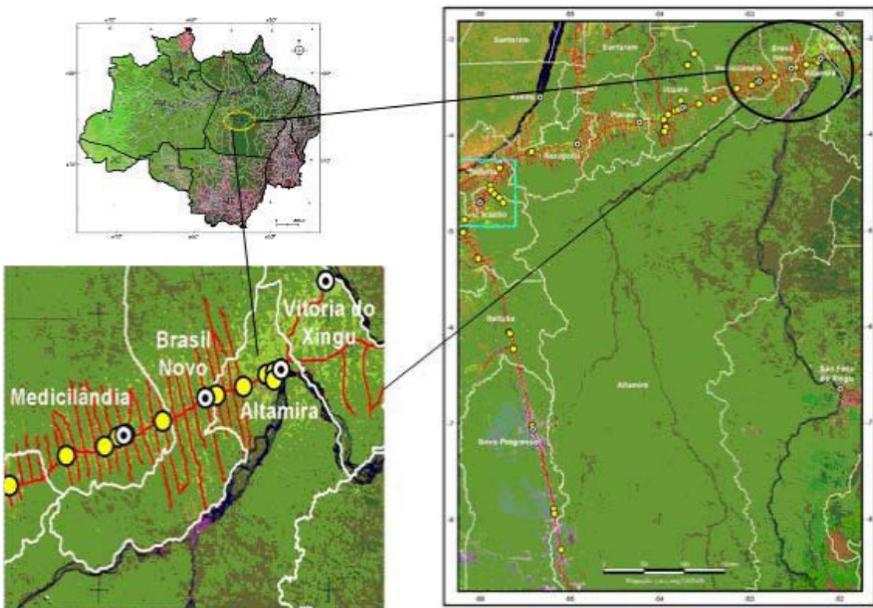
Tomando como pano de fundo a importância que têm as situações e experiências etnográficas para o conhecimento de processos particulares, pensamos que as situações de pesquisas que envolvem grupos indígenas da (na) cidade de Altamira, representados socialmente como “índios misturados” em oposição a “puros” (os índios da floresta amazônica que moram na aldeia), são situações favoráveis para questionar os naturalismos e essencialismos estruturados na relação rural-urbano e, sobretudo, para evidenciar que a oposição rural-urbano (ou aldeia-cidade) e tradição-modernidade estão na base constitutiva desse aparente paradoxo.

Processo de (re)organização do espaço, práticas desenvolvimentistas e seus efeitos

O município de Altamira, localizado no vale do rio Xingu que comporta várias etnias de povos originais, foi criado em 1911, tendo como sede a vila de Altamira (Figura 1). Cabe destacar que sua constituição está relacionada

com a presença de missionários no rio Xingu e no Iriri nos séculos XVIII e XIX, especialmente com as práticas de aldeamento de grupos indígenas (Xipaia e Curuaia) realizadas pelos missionários da Companhia de Jesus e, posteriormente, pelos Capuchinhos, após a expulsão dos jesuítas em 1757. Uma expressão dessas práticas foi a aldeia-missão Tavaquara, criada na confluência do rio Xingu com o igarapé Panelas, atualmente um bairro da cidade de Altamira. A partir dessa missão e da foz do igarapé Ambé, margem esquerda do rio Xingu, estabeleceram-se as primeiras bases de Altamira como vila (1897) e posteriormente como cidade, em 1927.

Figura 1 – Mapa com a localização da cidade de Altamira, da Rodovia Transamazônica e dos municípios próximos (Medicilândia, Brasil Novo e Vitória do Xingu).



Fonte: GETTAM/NAEA/UFPA.

Nesse período, a base econômica do município era o extrativismo da seringa e da castanha-do-pará. O escoamento da mercadoria era feito de Altamira pela estrada até Vitória (hoje município de Vitória do Xingu), de onde se seguia por barco até Belém. O porto de Altamira foi fundamental para as relações da cidade com as povoações menores e para áreas rurais. Na década de 1940, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma demanda crescente por borracha e a implementação de uma política voltada para atrair mão de obra. Nessa época, na vila de Altamira tinha poucas casas e moradores, contudo havia muito movimento de embarcações para os seringais do Alto Xingu, o que indica que era mais um espaço de circulação de pessoas e de mercadorias do que um local para fixar residência ou moradia, sendo o rio Xingu o eixo importante de ocupação do território. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e do “boom da borracha”, assim denominado pela historiografia oficial, embora o fluxo de pessoas na região tenha diminuído, já havia uma tendência à concentração da população na cidade (CASTRO, 2008).

Desde a sua constituição o município passou por várias fragmentações territoriais (ALONSO; CASTRO, 2006), mas, apesar destas, Altamira ainda é um dos maiores municípios do país, com uma extensão de 160.755 km². No entanto, por trás das formalidades relativas à criação e à alteração de limites municipais, ocultam-se os processos de reagrupamento físico que implicam, por um lado, na estruturação e organização de novas divisões geopolíticas e sociais, como é o caso das novas unidades administrativas e territoriais criadas ao longo da rodovia Transamazônica e seus respectivos núcleos municipais; por outro, na emergência de novas dinâmicas urbanas ao incorporar demandas de serviços urbanos, embora mantendo estruturas agrárias e modos de vida rurais.

No processo de configuração espacial do município de Altamira, de modo geral encontramos um núcleo urbano principal – a cidade de Altamira – e uma extensa zona rural, atualmente dividida em áreas devolutas (ou terras da União), em terras indígenas, em áreas de colonização agrícola, projetos

de assentamento rural (PAs), áreas de conservação e florestas nacionais. Nessa divisão do espaço rural, os numerosos povoados e vilas onde se constituem grupos e identidades socioculturais, exercem importante função na organização produtiva e nas redes de sociabilidade. Nas proximidades da sede estão localizadas as áreas de colonização mais antigas, as estradas vicinais abertas após 1970, quando foram criados o Projeto Integrado de Colonização (PIC Altamira-Transamazônica) e os assentamentos ‘espontâneos’, originados nas décadas de 1980 e 1990, na Gleba Assurini.

De certa forma, esses processos ligados a práticas administrativas se expressam através da cidade pelos personagens que religam a cidade a uma diversidade de espaços sociais onde vivem, trabalham e se produzem em diversos grupos sociais. Na mesma linha, os pequenos portos da cidade, espalhados e contornando essa quase península que desenha sua orla, abrigam um sem número de trabalhadores vindos das ilhas ou lugares mais distantes, em direção à “capital”.

As práticas de desenvolvimento: as mediações das mobilizações e a emergência de novos atores

O programa de colonização implementado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos anos de 1970, teve a rodovia Transamazônica como eixo central. Na região de Altamira, o órgão federal atuou através de duas linhas: o Projeto Integrado de Colonização (PIC/Altamira) e o Projeto Fundiário de Altamira (PF/Altamira), com base nos Decretos-lei nº 1106/70, 1164/71 e 68.443/71, que desapropriam as terras do Polígono de Altamira e incluem o município entre as Zonas de Segurança Nacional. Canalizaram-se intensos fluxos migratórios à região de pequenos agricultores, com ou sem estabelecimentos rurais, mas que foram se constituindo como unidades produtivas.

Contudo, paralelamente a esta política de ocupação e de colonização com base na agricultura familiar (modalidade de 100 ha), o Governo Federal deu

também prioridade a grandes empreendimentos privados nos setores voltados para a exportação: pecuária, madeira e mineração. Altamira era um dos 15 pólos destinados ao Pará. A modalidade de apropriação da terra logo foi definida pela presença desses novos atores que se sucedem na terra, e que se contrapõem, pela própria lógica de funcionamento, à lógica da pequena produção. Nesse contexto, os projetos de colonização estavam e continuam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país e à tensão entre práticas de desenvolvimento.

Na segunda metade de 1980, a Eletronorte inicia os estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, já idealizado pela empresa em 1975, formado por duas usinas – a de Kararaô e a Babaquara, que, juntas, inundariam 8 mil km² de terras. A usina não chegou a se projetar, devido às mobilizações geradas no contexto dessas políticas (pequenos produtores rurais, povos indígenas e entidades urbanas). Não obstante, em 2000, a Eletronorte (Norte Energia) retoma o projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, realizando novos estudos, num contexto atualizado de mobilizações e de implementação de políticas de gestão e de ordenamento do território.

Cabe destacar que a avaliação dos impactos ambientais e do meio antrópico é condição prévia para a construção da Usina (FEARNSIDE, 2013; BERMANN, 2013; CASTRO et al, 2014) e está ligada às novas condições que surgem dos efeitos das mobilizações na Amazônia e pressões das forças políticas internacionais na segunda metade da década de 1980. Em grande parte, os efeitos dessas pressões acabaram levando as agências financiadoras a rever os seus critérios de financiamento de grandes obras de energia hidráulica na Amazônia, redefinindo os termos de compromisso assinados com as empresas.

Do ponto de vista da eficácia simbólica das mobilizações, destacamos a gerada como parte e resultado do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Este Encontro, realizado em Altamira, em 1988, reuniu diversos grupos indígenas que manifestaram as razões de sua oposição à construção da Barragem Belo Monte. O evento contribuiu para a produção e divulgação de representações do índio e da cultura indígena como “habitante natural da floresta”, (re)

atualizando, assim, a representação do exotismo dos índios da Amazônia.

Esta imagem do índio ligado à floresta amazônica estrutura ideias extraídas de um arcabouço de cunho evolucionista, produzidas e atualizadas nesse contexto. De um lado, e de forma concomitante, a ideia da Amazônia como a “última fronteira”, ancorada na imagem da “pureza do índio” como guardião natural da floresta, ou seja, mais próximo da “natureza” do que da “cultura”. De outro lado, a ideia de “frentes econômicas de expansão”, além de uma noção de sociedade e desenvolvimento econômico, sustenta um modelo de contato entre culturas: a “simples” ou “tradicional” (rural) e a “complexa” ou “moderna” (cidade). A primeira é personificada nos “índios” (“autóctones-colectores”, “isolados”) e a segunda nos “brancos civilizados”. A extinção ou perda paulatina dos costumes dos índios e a “incorporação” dos costumes do branco é uma das implicações dessa lógica. Contudo, ainda perduraria uma certa identidade como resíduo ou vestígio do passado indígena, ou melhor, enquanto “remanescentes indígenas” ou “grupos misturados” e, por extensão, com similares características ao resto da população (conforme a dimensão regional ou local).

Neste sentido, favoreceu o reconhecimento e a visibilidade desses grupos num sentido cultural antes que social, ou como sujeitos políticos que lutam pelos seus direitos constitucionais, como a garantia a terra, à floresta, às águas e à vida do Xingu.

Não podemos deixar de vincular aqui a “exotização” como uma prática simbólica que costuma ter visibilidade e maior grau de eficácia em contextos de transformação e de processos de construção como o de Estado-nação. Pois, nestes contextos, agentes em condições e posições favoráveis intentam postular legitimidade para fazer valer num sentido universalista suas práticas e políticas desenvolvimentistas, isto é, pautadas pela ideia “da modernização e do desenvolvimento da cidade” como seu principal eixo (leia-se também regional), ambas percebidas como algo inevitável e teleológico. Neste sentido, grupos exotizados como os índios de Altamira (ou do Xingu) costumam emergir socialmente ou ser notícia visível, a partir de representações catastrofistas,

como “testemunhas de tradições milenares”, “grupos em perigo de extinção”, “testemunhas de um mundo que desaparece rapidamente” e, por extensão, “assimilados como civilizados ou como vestígios misturados desse passado”.

Os fluxos do rural e do urbano: a objetivação simbólica no espaço da cidade

Na década de 1970, o processo de ocupação e de concentração da população no espaço da cidade de Altamira se torna evidente. Milhares de famílias, sobretudo vindas do Nordeste e do Sul do país se instalam na região e, em particular, no perímetro urbano de Altamira. Como um evento significativo para a história do país, num sentido geral e, em particular, para a cidade, este período foi materializado simbolicamente enquanto “lugar da memória”, no sentido atribuído por Nora (1984), através da construção da “Praça da Integração”. A praça foi inaugurada em 1988 e está localizada no centro da cidade, ao lado do mercado, numa das ruas de maior trânsito e de circulação de pessoas e veículos de passageiros que chegam e saem de Altamira.

Os dados da população (Tabela 1) de Altamira no período compreendido entre 1960 e 2014 permite compreender melhor esse processo de mobilidade e (re)organização na cidade.

Tabela 1 - Evolução Populacional do Município de Altamira (rural-Urbana), do Estado do Pará e do Brasil (1960-2014)

	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%	2014 (estimativa)	Varição %
Brasil														
Total	70.191.370	100	93.134.846	100	119.011.052	100	146.825.475	100	169.872.856	100	190.755.799	100	203.196.717	189,5
Urbana	31.533.681	44,9	52.097.260	55,9	80.437.327	67,6	110.990.990	75,6	137.925.238	81,2	160.934.649	84,4	171.498.029	443,9
Rural	38.657.689	55,1	41.037.586	44,1	38.573.725	32,4	35.834.485	24,4	31.947.618	18,8	29.821.150	15,6	31.698.688	-18,0
Pará														
Total	1.538.193	2,2	2.166.998	2,3	3.403.498	2,9	4.950.060	3,4	6.195.965	3,6	7.581.051	4,0	8.073.924	424,9
Urbana	549.647	35,7	1.021.195	47,1	1.666.993	49,0	2.596.388	52,5	4.122.101	66,5	5.193.636	68,5	5.530.638	906,2
Rural	988.546	64,3	1.145.803	52,9	1.736.505	51,0	2.353.672	47,5	2.073.864	33,5	2.387.415	31,5	2.543.286	157,3
Altamira														
Total	11.987	0,8	15.345	0,7	46.496	1,4	72.408	1,5	77.439	1,2	99.075	1,3	106.768	790,7
Urbana	2.883	24,1	5.905	38,5	26.905	57,9	50.145	69,3	62.285	80,4	84.092	84,9	90.646	3044,2
Rural	9.104	75,9	9.440	61,5	19.591	42,1	22.263	30,7	15.154	19,6	14.983	15,1	16.122	77,1

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 estimativa populacional 2014.

Observa-se a explosão demográfica ocorrida no município de Altamira nos últimos 54 anos (1960 a 2014) com um crescimento da ordem de 790,7%, superando o crescimento do Estado do Pará e o Brasil que apresentaram crescimento de 424,9% e 189,5% respectivamente. Ao analisarmos a evolução populacional por situação do domicílio, este crescimento atinge proporções extraordinárias, enquanto que a população urbana do Brasil cresceu, no período, 443,9%, a do Estado do Pará 424,9% o município de Altamira exibe um crescimento de sua população urbana na ordem de 3.044,2%. Enquanto que o Estado do Pará possui um terço de sua população rural, Altamira compara-se ao Brasil, em termos relativos, tem 84% de sua população urbana e 15% rural.

Na década de 1980 a prefeitura de Altamira regularizou novos bairros na cidade através de loteamentos de áreas. Contudo, as condições urbanas nestes novos espaços (e/ou bairros) eram deficientes, favorecendo, em parte, anos depois, o retorno “ao campo” de muitas famílias, ou de algum dos seus componentes, num diferente contexto de políticas de incentivo ao retorno e à fixação do homem no campo através da política de créditos. Neste sentido, não podemos deixar de relembrar que as intervenções orientadas à população da área “rural” do município costumam estar ligadas às políticas do governo Federal, num contexto mais amplo de intervenção na Amazônia. Em geral, as políticas municipais têm como eixo de intervenção a cidade e sua população.

Estes processos geraram, direta ou indiretamente, condições favoráveis à ocupação urbana pelas pessoas procedentes da área rural, acelerando o movimento de ocupação, expandindo a cidade, com a criação de novos “espaços na área urbana”.

Sem deixar de considerar as particularidades das populações indígenas, ligadas em grande parte às continuidades e discontinuidades da política indigenista tutelar, o fluxo migratório também ocorre com essas populações localizadas no Xingu, que saem da aldeia para ir morar na cidade de Altamira. Posteriormente retomaremos algumas das implicações da prática indigenista tutelar, pois neste momento nos interessa sublinhar a prática simbólica

dessa política, que se manifesta socialmente por meio de uma linguagem paternalista e evolucionista que liga o índio à aldeia (ou floresta, leia-se também natureza). Esta pressupõe uma ideia de “integração” exemplificada através dos “índios misturados” ou “des-aldeados”, segundo a qual a perda paulatina das características originais e a “incorporação” ao costume dos brancos são uma das suas implicações. Em outras palavras, o índio que sai da aldeia para morar na cidade é definido com características similares ao resto da população, na sua dimensão regional ou local.

Interessa-nos destacar das diferentes formulações de entrevistados, a aparente conexão entre as divisões espaciais e as sociais, pondo em evidência o processo de construção de uma hierarquia do espaço físico da cidade, através da qual se projetam diferenças sociais. Isto fica mais explícito nas formulações de um entrevistado, quando define Brasília como o “bairro mais popular” e o conjunto dos bairros criados durante o processo de ocupação como bairros que “vão se formando com essas pessoas de origem rural”. Contudo, esses bairros e as diferenças sociais que objetivam são percebidos como se fossem culturais, mais que propriamente sociais. Neste sentido, destacamos as representações “famílias pobres”, “origem rural”, “periferia”, “bairro mais popular” “índios misturados”, que definem e classificam social e culturalmente as pessoas que moram, por exemplo, noas bairro de Brasília, Açaizal, ou em outros “bairros pobres” posteriormente formados, como Liberdade e Progresso.

Essas representações são marcas de um “estigma” e alimentam as diferenças de poder e, por extensão, as desigualdades sociais, na medida em que atuam como “inibidores de comportamento social e individual das pessoas e dos grupos estigmatizados e, portanto, como (re)produtoras de uma certa “territorialização rural” marcada pelo estigma e a tendência à evitá-los”.

Nestes bairros, alguns identificados como “invasões” costumam estar ausentes as políticas ou serviços de atenção às necessidades básicas (saneamento urbano, esgoto, encaenação da água etc.). Em geral, tais serviços urbanos costumam estar condicionadas ao “tempo da política”, como os acordos firmados, sobretudo

nos últimos anos, entre Prefeitura e os responsáveis pela implementação dos grandes projetos, no marco dos efeitos da Hidroelétrica Belo Monte.

Em síntese, das diferentes formulações extraídas, depreende-se uma certa morfologia social organizada segundo uma linguagem temporal (evolutiva), referenciada e sistematizada nos polos “rural-rbano”. É como se a ocupação e constituição dos bairros de Altamira gerassem, como parte e resultado desse processo, uma dada lógica cultural que objetiva dar visibilidade social, significando num sentido negativo determinados espaços da cidade e, ao mesmo tempo, à população que os constitui. Nesta linguagem, a roça (também sinônimo de interior, aldeia) é expoente do polo rural “subdesenvolvido” e a cidade (comércio) do polo urbano “desenvolvido”, sendo o “travessão” e as “agrovilas” os fluxos intermédios de um e outro polo.

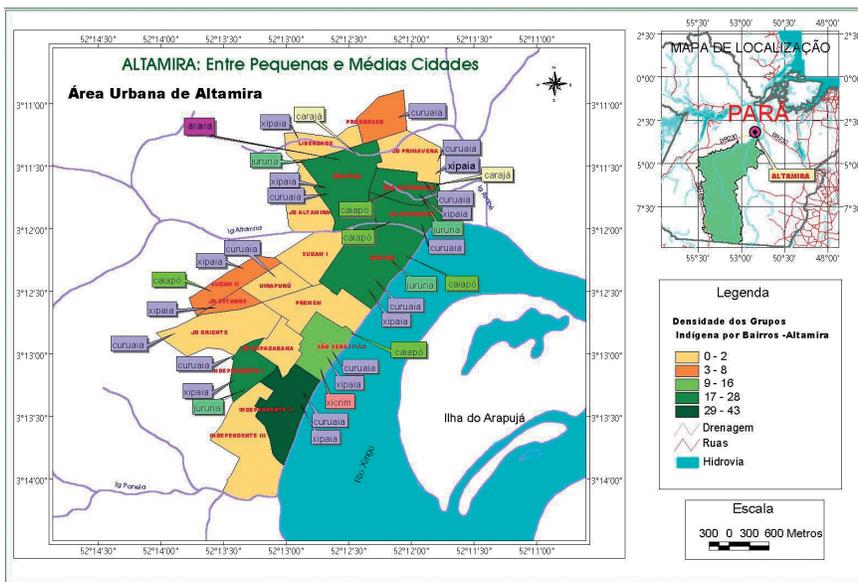
Autenticidade da mistura: os índios da cidade de Altamira e a oposição campo-cidade

A população indígena localizada nas áreas indígenas na região de Altamira é de aproximadamente 7.000 habitantes, e na cidade de Altamira habitam cerca de 1.500 índios, sendo os Xipaia e Curuaia os grupos que têm maior expressividade. A Figura 2 ilustra de forma figurativa a distribuição dos grupos indígenas no espaço da cidade.

Como uma experiência histórica particular, a vivência, há várias gerações, dos índios e das famílias indígenas, especialmente Xipaias e Xipaias-Curuaiais na cidade de Altamira, tem favorecido a criação de vínculos e de sentimentos de pertença que põem em questão ideias a respeito das sociedades indígenas, arraigadas, de um modo geral, no senso comum brasileiro, como a ideia de índio localizado numa dada aldeia ou território e, por extensão, com rasgo de pureza. Contudo, a existência social desta população indígena não é reconhecida enquanto sujeitos políticos ou coletividade organizada que reivindica direitos pela sua condição indígena, contextualizado na política indigenista tutelar. Esta política é elaborada e destinada, em última instância,

para os índios que habitam nas aldeias (ou “índios aldeados”) e, por extensão, desconsidera e exclui os “des-aldeados” ou “misturados”, tanto os que habitam a cidade ou aquelas famílias que moram na beira do rio ou em outras áreas ainda não reconhecidas oficialmente como “terras indígenas”.

Figura 2 - Mapeamento social de bairros da cidade de Altamira onde vivem os indígenas.



Nesse marco há também situações em que agentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) desenvolvem práticas assistencialistas com “os índios misturados da cidade”, porém, percebidas por estes como se fossem favores, além de estarem condicionadas à atribuição da carteira do índio, através da qual se manifesta a condição e identidade legal de índio. Além disso, um dos efeitos constitutivos da prática tutelar tem sido a criação de relações de interdependência desigual que configuram um “campo de ação indigenista” (OLIVEIRA, 1988, 2004), no qual se situam diferentes agentes com posições e autoridades diferentes. Entre estes, os agentes do órgão do governo federal,

os missionários, os antropólogos e as populações indígenas. As relações nesse campo variam conforme as situações e contextos.

Para os nossos objetivos interessa mencionar que há uma estreita conexão entre as práticas e agentes de mediação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI Norte II), as dos agentes em Altamira da Funai e a emergência de lideranças Xipaia na cidade de Altamira. De modo geral, as práticas do CIMI em Altamira, e também as dos antropólogos, compartilham com a Funai uma certa lógica, ao dar prioridade às sociedades indígenas que habitam nas aldeias. Contudo, nos anos de 1990, os agentes missionários começaram a viabilizar algumas ações voltadas para a mobilização e organização da população indígena que ali habita, como o direito à saúde e ao antigo território da missão Tavaquara, dentro da cidade.

Os bairros que concentram o maior número de população indígena, segundo as narrativas dos índios da cidade serão inundados com os possíveis efeitos das obras da hidrelétrica Belo Monte, tais como os bairros Independente II, Altamira, Açaizal e Brasília, que já tem uma história de antiga ocupação por famílias indígenas. Em decorrência das práticas ligadas ao CIMI, emergem na cidade lideranças indígenas Xipaia e Curuaia, que tentam fazer valer e também fazer reconhecer socialmente os índios da cidade.

Essas lideranças criaram, em 2001, uma associação denominada de Associação Indígena dos Moradores de Altamira (AIMA), no contexto do Programa Raízes, criado pelo Governo do Estado, em 2002, para implementar políticas com as sociedades indígenas e as populações remanescentes de quilombos. Em 2003 foi criada a Associação Cacique Agrícola, que é a representação do Índio Regional de Altamira Xipaia e Curuaia (Acarira). A fundação e a prática da Acarira estão diretamente vinculadas aos trabalhos realizados pelo então Delegado Regional da Funai de Altamira, concretamente através da empresa Amazon-Cooperativa. A cooperativa compra a castanha extraída pelos índios da região, sobretudo os Assurini, Araweté e Parakaná, e através de Acarira contrata, no período da safra, os índios que moram na cidade, para o seu beneficiamento.

Nesta linha analítica observa-se divergências entre lideranças e agentes do Cimi e Funai. Mas também destacamos a experiência que unifica as lideranças destas entidades e, por extensão, a dos Xipaia e Curuai da cidade como “índios misturados”.

Em termos gerais, a base unificadora da existência desta população está fundamentada em ideias de cultura e de índio (ou sociedade), expressas, segundo contextos, através de um código cultural, exemplificado, entre outras representações, pelos “índios misturados”, “civilizados”, ou “*des-aldeados*”, fortemente arraigados na região. Destacamos os pressupostos evolucionistas dessas representações, ligados, em grande parte, à ação indigenita, compreendida como prática orientada à integração do índio ao processo de construção do Estado-nação, isto é, com base na ideologia nacionalista e na mescla das três raças e culturas como legitimadora desse processo de unificação político-cultural.

Contudo, essas ideias de “cultura” e de “índio”, nos contextos em que são atualizadas pelos agentes, favorecem a criação de um discurso sobre o “sangue índio”, contribuindo, de forma concomitante, para negar ou confirmar a identidade do índio de Altamira. Por um lado, a manifestação e o reconhecimento social dessa população como grupo indígena; e, por outro, gera condições para que as lideranças que postulam legitimidade criem representações de si e dos grupos indígenas, com base em uma ideia de “autenticidade” e de “mistura”, no marco maior dos efeitos das disputas travadas entre os agentes e as práticas do campo de ação indigenista.

Em diversas entrevistas formais ou informais e em observações de campo, membros das diferentes famílias indígenas que eram definidos como “misturados” referiam-se àqueles que questionavam a sua “autenticidade” usando outras metáforas de pureza, tais como: “esse pessoal de aí fala que é índio, mas ele é de longe”. Por exemplo, referindo-se aos membros das associações Aima e Acarira questionavam suas ações usando as ideias de sangue ou mistura para desqualificá-los como índios.

É como se antes do processo de objetivação dos direitos, que aparentemente não pareciam possuir sinais diacríticos que os distinguissem dos “seus vizinhos” (resto da população regional rural), a simbologia do sangue se tornasse socialmente significativa para avaliar ou definir os comportamentos de uns e de outros membros das associações. Comportamentos que, mesmo se mostrando posteriormente contraditórios na prática, são sancionados e reconhecidos como legítimos, com base na definição de critérios de identidade índia.

É neste marco que devemos compreender o uso da ideia de sangue, que faz a liderança para desqualificar o “outro”. Isto é, com base na oposição entre pureza e poluição, a liderança define os atributos indígenas do “seu povo” e utiliza a metáfora do sangue para questionar a atitude (de “fraqueza”) que parte do seu povo adotou (“os outros”) a favor de Acarira e da rede de relações a ela vinculada.

No contexto de disputa põem em evidência, concomitantemente, de um lado, a dificuldade de conseguir direitos enquanto “índio misturado”, isto é, retomando as suas interpretações, “a cada mistura a gente sofre [porque] a gente vai ficando mais fraco”; de outro lado, o reconhecimento e a garantia de direitos têm como condição mostrar que têm e compartilham uma cultura comum, nos termos empregados por uma liderança, “por isso que eu falo que a cultura tem que ficar forte, para o povo ficar forte e defender os nossos direitos”.

Deste ponto de vista, a disputa nos revela, entre outros aspetos, o processo de objetivação do *sangue* e suas implicações, pondo no cenário o próprio questionamento de uma das coisas mais essenciais: “o sangue”. O enfraquecimento do índio e da cultura (ou perda desta) que se gera quando sai da aldeia e vai para cidade é passível de ser recuperada ou de ficar forte. Em outras palavras, a crença na “miscigenação” ou no reconhecimento de ser “índio, mas misturado”, como um dos elementos que dão sentido à experiência social e histórica das famílias Xipaia e Curuaia.

Ainda que num sentido generalizado, destacamos a resolução do aparente paradoxo (leia-se também “autenticidade da mistura”) por parte da liderança,

como se depreende das suas primeiras formulações, pois o reconhecimento de ser índio, porém misturado, possibilita localizar o índio e o seu povo (Xipaia) num passado original, na aldeia na floresta (leia-se um “povo puro” e “sem mistura”) e, ao mesmo tempo, a mistura o situa na cidade e no seu tempo presente: o do “pai branco”.

Desta perspectiva, a referência implícita que faz à cidade está ligada ao branco como *mistura* – o novo e a mudança – e, por extensão, a luta pelos direitos. Ambos os elementos – o do mundo do branco e do índio – são constitutivos da experiência social desta liderança e, por extensão, do povo Xipaia-Curuaia que habita na cidade de Altamira. Isso não quer dizer que exista uma unidade de critérios ou limites de grupo, mas sim que a crença na existência “do nosso povo” – *nós índios* – é inquestionável. O conteúdo é que continua sendo objeto de disputa.

A *mistura*, assim entendida, não implica perda da pureza original, nem assimilação ou síntese, mas “continuidade de origem” dada pela herança cultural do “sangue índio”, quando essa herança é projetada no branco, as qualidades ou “atributos naturais” vinculados ao “sangue índio” permanecem em sua essência. Mas, acostumados ao “novo”, à cultura da cidade (ou branca), “consomem” principalmente os elementos desta.

Dentro desse contexto analítico, a mistura não significa metade branco e metade índio; sua existência passa pelo reconhecimento de ser “cem por cento índio”. Trata-se de um simbolismo que, ao estruturar ideias de comum substância, está contribuindo para criar e alimentar sentimentos de identidade. A crença na existência de uma cultura original, “natural”, que foi “quebrada” pelas “forças externas”, legítima também as ideias das “lideranças” quando pretendem fazer que a “cultura fique forte de novo”, isto é, “trazê-la de volta”. Interpretações que pressupõem uma “invenção” do passado e/ou seleção e ordenação da memória, a partir da qual estas lideranças, entre outros, pretendem dar sentido à experiência social e individual do grupo, com o fim de justificar as ações do presente, voltadas para o futuro.

Aqui não podemos deixar de destacar a eficácia simbólica que exercem as conceituações elaboradas pelo antropólogo ao serem objetivadas e cristalizadas na realidade social. Um exemplo paradigmático a este respeito é a instituição de atributos indígenas a partir da classificação linguística elaborada pelos especialistas, como os Tupi e os Jê, como põe em evidência a formulação de uma liderança Xipaia:

Nós somos um povo Tupi, e como você sabe é um povo dócil, [que] se deixa levar [pela cultura do branco]. Não é que nem os Kaiapó um povo rude e forte que sabe preservar, até hoje, a sua cultura.

Para complementar estas observações, além de contextualizá-las estabelecendo vínculos com o saber do especialista, ampliamos alguns pontos anteriormente abordados em relação às percepções sobre os índios. Há um senso comum geral (ou global), e também no âmbito acadêmico em relação às populações indígenas no Brasil e, em particular, da Amazônia, que implica no uso de representações sobre os índios como grupos exóticos. “Selvagens”, “aborígenes”, entre outras, costumam ser as expressões mais frequentemente utilizadas para defini-los, representadas através da ideia de traços fisiológicos e culturais, a língua indígena, a vestimenta e outras práticas culturais como as danças e as músicas. Nesta perspectiva, recordamos que a manifestação exponencial do exotismo indígena refere aqueles grupos que habitam lugares recônditos da Amazônia, como na região do Xingu, cujas ideias são extraídas do arcabouço evolucionista e atualizadas em contextos de mobilização e transformação.

Neste sentido, da mesma forma que há uma ideia de “pureza indígena ou autenticidade indígena”, exemplificada na representação dos indígenas como habitantes da floresta, também há outra de “poluição” ou “de mistura indígena”, isto é, como resíduos do passado indígena, materializada nos indígenas que nasceram ou moram na cidade. Não será demais lembrar aqui os efeitos de divulgação ou de popularização que exerceram para a construção dessas percepções tanto as teorias evolucionistas do final do século XIX e início do XX, quanto os teóricos da aculturação e/ou do contato, através das ideias

de “traços culturais” e de “frentes de expansão”, na literatura sociológica a partir dos 1970. Há, ao mesmo tempo, uma ideia de grupo ou sociedade original vinculado a uma aldeia ou território rural, e uma interpretação de cultura como expressão estática ou anacrônica de um passado longínquo.

Não pretendemos afirmar que as teorias evolucionistas ainda hoje sejam usadas enquanto base analítica nesses estudos, mas revelar os efeitos desse saber continuam sendo produzidos e naturalizados em diferentes contextos em que se manifestam.

Considerações finais

Um dos aspectos que procuramos mostrar neste trabalho foi de que maneira a simbologia do rural-urbano, num contexto de transformação e de viabilização de políticas de desenvolvimento, contribuiu para objetivar e criar, através do espaço da cidade, distinções e identidades por meio dos agentes e dos novos atores que emergem como parte e resultado constitutivo desse processo.

Por meio da análise dos índios da cidade, procuramos mostrar como esses efeitos negativos podem ser questionados e objetivados num sentido positivo. Isto implicou num processo de mobilização e de objetivação do “sangue índio”, que está contribuindo, por meio dos seus efeitos, ao reconhecimento e visibilização dessa população de Altamira e das lideranças Xipaia-Curuaia como índios misturados, porém índios, num contexto maior de práticas de agentes indigenistas, missionários e especialistas em ciências sociais.

Chamamos atenção que os discursos evolucionistas nas suas continuidades e descontinuidades sobre a extinção de determinados grupos. Ora, os próprios atores sociais, a exemplo dos índios de Altamira, estão se apropriando ou significando essa simbologia e, ao mesmo tempo, “trazendo de volta a cultura”, nos contextos de mobilização, de defesa e garantia de direitos, como a reivindicação do território indígena Tavaquara, saneamento nas moradias e bairros onde habitam

Na base da simbologia estão, além das considerações sobre a lógica histórica mencionada, as resoluções do aparente paradoxo de “ser índio, mas misturado” e da oposição campo-cidade. Neste sentido, indicamos de que maneira a crença e reconhecimento da miscigenação possibilita localizar o índio e o seu povo (Xipaia) num passado original, na aldeia na floresta (leia-se um povo puro e sem mistura) e, ao mesmo tempo, a mistura o situa na cidade e no seu tempo presente: o do “pai branco”.

Para finalizar, embora com o risco de generalizar, não será demais destacar que a divisão rural-urbano ou campo-cidade implícita na proposta desenvolvimentista (ou na ideia de cidade moderna e desenvolvida) indica uma certa (re)semantização da dimensão campo-cidade num contexto maior de políticas urbanas e de desenvolvimento que caberia aprofundar em trabalhos posteriores, para compreender melhor as suas implicações sociológicas e etnográficas.

Referências

ALONSO, S. O “movimento” pela identidade e “resgate das terras de preto”: uma prática de socialização. In: ABA (org.). Prêmio ABA/Territórios Quilombolas. Brasília: MDA, 2006. p. 17-36.

———. A disputa pelo sangue. Reflexões sobre a constituição da identidade e “unidade Tembé”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 33-56, 1999.

ALONSO, S., CASTRO, E. M. R. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (org.). *O rural e o urbano na Amazônia*. Belém, Edufpa, 2006.

BERMANN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. *Novos Cadernos NAEA*, v.16, n. 2 p. 97-120, 2013.

BOURDIEU, P. Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques. Paris: Éditions Fayard, 1982.

_____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CASTELLS, M. La cuestión urbana. 15. ed. Madrid: Siglo XXI, 1999.

CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas In: CASTRO, E. M. R. Cidades na Floresta. Sao Paulo: Annablume, 2008. p. 11-39

_____. Campo do desenvolvimento e estudos pós-coloniais: território, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C., LACERDA, N., PONTUAL, V. Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____; ALONSO, S., NASCIMENTO, S., CARREIRA, L., CORREA, S. Hidrelétricas na Amazonia e grandes dilemas postos a sociedade no século XXI. Papers NAEA, n.343, p.1-26, 2014.

CARDOSO, A. C. D. O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006.

FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. Novos Cadernos NAEA, v.16, n. 2 p. 9-25, 2013.

LAPLANTINE, F. Le social et le sensible: introduction à une anthropologie modale. Paris: Éditions Téraèdre, 2005.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios "misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In. OLIVEIRA, J. P. de (Org.). A viagem de Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. Ed. Rio de Janeiro: LACED2004. p. 13-42.

_____. O Nosso Governo. Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

NORA, P. Entre mémoire et histoire. In : NORA, P. (Ed.). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XXIII.

SEGAUD, M. Anthropologie de l'espace. Habiter, fonder, distribuer, transformer. Paris: Armand Colin, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2002.

VILLANOVA, R. et. al. Construire l'intercultural. Paris: L'Harmattan, 2001.

VILLANOVA, R.; VERMÈS J. Le métissage interculturel, créativité dans les relations inégalitaires. Paris: L'Harmattan, 2005.

idades amazônicas

Este livro desvenda dimensões da vida na Amazônia ao desmontar mitos de narrativas hegemônicas presentes nas relações de dominação no passado e no presente. As cidades amazônicas são parte de um interland mais amplo, de ocupações distribuídas pelos seus rios e igarapés, de redes de trabalho e de trabalhadoras e trabalhadores de um sem número de atividades e expertises que dificilmente podem ser captadas nas suas interações, a partir de cânones adotados acriticamente.

Edna Castro analisa dimensões epistemológicas e históricas ao percorrer, em suas pesquisas, territórios urbanos, rurais e étnicos em diversas cidades. De Belém à Manaus, dentre outras, inclusive cidades em fronteiras na Pan-Amazônia, ela procura revelar em diferentes momentos, suas origens e singularidades. Um exercício de pensar-sentir a cidade na vida cotidiana, e realizar uma escuta de histórias silenciadas no tempo, vividas na contracorrente por personagens que fizeram e fazem a vida nos espaços do urbano amazônicos. Em outras linhas, o livro orienta também para uma leitura crítica das contradições e das desigualdades de direitos nessas cidades.